



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES

67



# RUBENS PAIVA

Brasília – 2013

**R**ubens Paiva foi o único Rex-deputado federal brasileiro morto pelas mãos da repressão imposta durante a ditadura militar. Ele fez parte de uma geração de políticos que vivenciaram intensamente uma das conjunturas mais agitadas da história brasileira, durante o governo João Goulart. Por tudo isso, este livro do jornalista Jason Tércio constitui uma narrativa de grande valor historiográfico.

Aqui o leitor encontrará uma fiel reconstituição dos bastidores do Congresso Nacional durante a crise política que culminou no golpe de Estado de 31 de março de 1964. O autor descreve com habilidade os tenso debates no plenário, os confrontos ideológicos entre governistas e oposição, as ideias predominantes em cada força política, as articulações partidárias, os depoimentos na mais importante comissão parlamentar de inquérito da época e outros momentos essenciais para se compreender melhor esse período, do qual Rubens Paiva participou ativamente.

Embora tenha nascido em classe social abastada e se tornado um bem-sucedido empresário do ramo de construção civil, ele sempre se identificou com as causas populares e se posicionou, de modo pacífico e equilibrado, junto aos que lutavam contra as injustiças e a intolerância. Essa determinação custou-lhe a própria vida, tornando-se o mais polêmico caso de desaparecimento político do período ditatorial.

Sua trajetória contribui para o entendimento de um capítulo importante da história brasileira e para que a atual estabilidade democrática seja valorizada e cada vez mais fortalecida.



O escritor Jason Tércio é também jornalista e tradutor. Trabalhou nos jornais *O Globo*, *Movimento* e *Jornal do Brasil*, na revista *Angola Hoje* e na BBC de Londres, onde foi produtor e apresentador de programas radiofônicos durante quatro anos. Publicou artigos no *Correio Braziliense*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* e é autor dos seguintes livros: *A pátria que o pariu*, *Segredo de Estado: o desaparecimento de Rubens Paiva*, *Os escolhidos*, *Órfão da tempestade*, *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus* e *Aventuras de um sanitarista bandeirante*. Já foi premiado em concursos de literatura, peça teatral e roteiro de cinema.

PERFIS  
PARLAMENTARES

67



# RUBENS PAIVA

Brasília – 2013

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**2011-2015**

**Presidente HENRIQUE EDUARDO ALVES**

**1º Vice-Presidente ANDRÉ VARGAS**

**2º Vice-Presidente FÁBIO FARIA**

**1º Secretário MÁRCIO BITTAR**

**2º Secretário SIMÃO SESSIM**

**3º Secretário MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**

**4º Secretário BIFFI**

**1º Suplente de Secretário GONZAGA PATRIOTA**

**2º Suplente de Secretário WOLNEY QUEIROZ**

**3º Suplente de Secretário VITOR PENIDO**

**4º Suplente de Secretário TAKAYAMA**

**Diretor-Geral SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**

**Secretário-Geral da Mesa MOZART VIANNA DE PAIVA**



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES  
**67**

# RUBENS PAIVA

JASON TÉRCIO

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília – 2013

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

*Diretor* **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

*Diretor* **ADOLFO C. A. R. FURTADO**

**COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA**

*Diretor* **DANIEL VENTURA TEIXEIRA**

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

*Diretora* **DAISY LEÃO COELHO BERQUÓ**

*Projeto gráfico* **SUZANA CURI**

*Adaptação e atualização de projeto gráfico* **PABLO BRAZ**

*Diagramação e capa* **DANIELA BARBOSA**

*Revisão e Indexação* **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO**

*Fotos* **COARQ | SEDAUI**

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI  
ANEXO II – PRAÇA DOS TRÊS PODERES  
BRASÍLIA – DF – CEP 70160-900  
TELEFONE: (61) 3216-5809 FAX: (61) 3216-5810  
editora@camara.leg.br

**SÉRIE**

**Perfis Parlamentares**

**n. 67**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**

**Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.**

---

Tércio, Jason.

Rubens Paiva / Jason Tércio [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

269 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 67)

ISBN 978-85-402-0036-4

1. Paiva, Rubens, 1929-ca1971, atuação parlamentar, Brasil. 2. Deputado federal, biografia, Brasil. 3. Político, discursos etc, Brasil. 5. Brasil, história, 1961-1964.

I. Título. II. Série.

CDU 328(81)(042)

# *Agradecimentos*

---

Deputado Emiliano José, autor da proposição que deu origem a este livro, família de Rubens Paiva, Arquivo Nacional (Brasília), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Fundo Dops/RJ), Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo Deops), equipe do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Biblioteca da Câmara dos Deputados, Almino Affonso, Benjamin Albagli Filho, Edmilson Caminha, Edson Carlos da Silva, Ivan Sérgio Santos, João Chakian, Laurez Cerqueira, Lauro Ávila Pereira, Manoel Carvalheiro, Maria Josephina Facciolla Rubino, Mauro di Deus, Paul Singer, Paulo Eduardo Castello Parucker, Paulo Ramalho, Pedro Noleto, Rafael Kertzman, Rafaela Leuchtenberger, Sebastião Nery, Vera Brant, Vitorina Facciola e todas as pessoas que colaboraram com depoimentos orais e escritos.

*“A luta da liberdade contra a tirania  
é a luta da memória contra o esquecimento.”*

Milan Kundera.

# Sumário

---

**Lista de partidos, entidades e organizações** 11

**Apresentação** 13

**Introdução** 15

---

## **1ª PARTE**

**Ensaio** 19

*Ritos de passagem* 21

*Um ano em ebulição* 41

*A marcha da insensatez* 109

*Desarvorados e desavindos* 151

*A farsa trágica* 181

*Uma história sem fim* 231

---

## **2ª PARTE**

**Cronologia** 237

*Cronologia da trajetória política e profissional* 239

---

## **3ª PARTE**

*Imagens* 243

---

**REFERÊNCIAS** 261

# *Lista de partidos, entidades e organizações*

---

**ALN** – Ação Libertadora Nacional.

**Arena** – Aliança Renovadora Nacional.

**CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores.

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro.

**MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

**MTR** – Movimento Trabalhista Renovador (cisão do PTB).

**PDC** – Partido Democrata Cristão.

**PR** – Partido Republicano.

**PRP** – Partido Republicano Paulista.

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro.

**PSD** – Partido Social Democrático.

**PSP** – Partido Social Progressista.

**PST** – Partido Social Trabalhista.

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro.

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional.

**PUA** – Pacto de Unidade e Ação.

**UDN** – União Democrática Nacional.

**UNE** – União Nacional de Estudantes.

**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária.

## *Apresentação*

---

A experiência parlamentar do deputado Rubens Paiva, retratada neste volume da série Perfis Parlamentares, nem sempre ocupa lugar de relevo nas pesquisas sobre sua história pessoal e política. Dois fatores parecem decisivos para esse relativo esquecimento: o curto período em que exerceu o mandato, da posse em fevereiro de 1963 à suspensão dos direitos políticos em abril de 1964, e o lugar de destaque na memória coletiva nacional que se deu a seu controverso desaparecimento em 1971, desviando-se, com isso, a atenção de outras dimensões de sua trajetória de vida.

Há algo de injusto nessa situação. Mesmo marcada pela tragédia, uma existência deve ser lembrada também pela vitalidade que nela se expressou. Ora, o curto mandato do deputado Rubens Paiva foi intenso da campanha eleitoral à última manifestação na Câmara dos Deputados. A emoção de disputar os votos dos trabalhadores da Baixada Santista teve continuidade em acalorados debates parlamentares, no esforço de intermediar a interação entre governo e parlamento, no exercício da presidência da Comissão de Obras e Transportes e da vice-presidência da comissão parlamentar de inquérito encarregada de investigar os gastos de campanha nas eleições de 1962, bem como em tantas outras atividades ligadas ao exercício da representação política. Os depoimentos são unânimes: de tudo o deputado Rubens Paiva participava com o vigor e o desprendimento do idealista. Talvez por isso seu nome constasse da primeira lista oficial de atingidos por atos de autoritarismo da ditadura implantada em 1964.

Como toda vida fecunda, a de Rubens Paiva apresenta muitas facetas. Líder estudantil, engenheiro, militante partidário, empresário, pai de família, parlamentar, exilado. À Câmara dos Deputados cabia indiscutivelmente a iniciativa de destacar, entre essas facetas, o exercício do mandato de deputado federal. Para tanto, teve a felicidade de contar com a colaboração entusiasmada e a competência de seu biógrafo, Jason Tércio, pesquisador incansável dos detalhes da vida de Rubens Paiva, que conseguiu dar o devido destaque a sua carreira parlamentar sem

perder de vista o contexto em que ela se desenrolou. Aconteceu, então, o que sempre ocorre quando uma personalidade complexa é bem retratada: a descrição do indivíduo trouxe simultaneamente ao leitor a descrição de sua época.

Infelizmente a época se revelou sombria e o indivíduo pagou um preço imensamente alto por nela viver com seu idealismo e vigor. Coube ao deputado Rubens Paiva, é certo, representar o povo brasileiro na Câmara dos Deputados, mas lhe coube ainda representar a saga e o martírio de uma geração que teve a vocação parlamentar ferida pelo arbítrio. Também por isso sua trajetória, dentro e fora do Congresso Nacional, não pode ser esquecida.

*Dep. Henrique Eduardo Alves*  
Presidente da Câmara dos Deputados

# Introdução

---

Depois que publiquei o livro *Segredo de Estado: o desaparecimento de Rubens Paiva*, em 2011, fui honrado com a sugestão de meu nome feita pelo deputado federal Emiliano José, que eu não conhecia pessoalmente, para escrever este Perfil Parlamentar. Fiquei muito satisfeito, porque seria uma oportunidade de divulgar outras informações importantes e mais detalhadas sobre a atuação política de Rubens Paiva que não couberam naquele livro, e adotando desta vez uma linguagem direta, descarnada. Enquanto *Segredo de Estado*, apesar de baseado em documentos, é uma narrativa romanceada, com estrutura fragmentada, que enfatiza o *pathos* dos personagens, sobretudo o drama da família de Rubens Paiva, este Perfil traz a argamassa que moldou a vida política desse engenheiro civil e empresário que foi capaz de conjugar a paixão por construir prédios com a paixão por construir projetos de transformação social do país.

Como é de conhecimento geral, política não se faz apenas no Parlamento. E isso é tão mais verdadeiro quando se examina a história de Rubens Paiva. Política para ele precedia o mandato: era uma vocação, sanguínea como seu temperamento. Quando tomou posse na Câmara em 1963, já trazia na bagagem um acúmulo de muitas assembleias, discussões, disputas, campanhas, *slogans*, bandeiras, propostas e ideias. Daí por que foi eleito deputado federal na primeira eleição que disputou, pois vinha de um percurso ininterrupto como líder estudantil, militante do Partido Socialista Brasileiro e diretor de um jornal político. Mesmo depois de cassado o seu mandato, não abandonou totalmente a política: participava de atividades esporádicas e possíveis, dentro das injunções então impostas à população.

Atualmente ele é nome de uma estação de metrô no Rio de Janeiro, de escolas no Rio e São Paulo, de ruas em São João de Meriti e Praia Grande, de um viaduto em Cubatão, de um terminal de ônibus em Santos, além de placas na Universidade Mackenzie e no auditório do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. E em 2012 a Câmara dos Deputados o homenageou dando seu nome a uma de suas dependências.

Esses emblemas ajudam a preservar a memória de Rubens Paiva, mas, por circunstâncias históricas excepcionais, o que o tornou nacionalmente conhecido não foi tanto o seu mandato de deputado federal, intenso, porém breve, e sim o fato de ser o mais notório e controvertido caso de desaparecimento político ocorrido durante os 21 anos de ditadura militar, exemplo mais gritante da exacerbação da violência do Estado. Dezenas de reportagens foram escritas sobre esse episódio, inclusive em diversos órgãos da imprensa internacional: *New York Times*, *The Times*, *Washington Post*, *Newsweek*, *Los Angeles Times*, *Miami Herald*, *L'Express*.

Para uma visão abrangente do caso e compreensão do seu sentido, é preciso conhecer a jornada política de Rubens Paiva, sua opção ideológica e os momentos que marcaram seu mandato de deputado federal, que, embora efêmero, esteve inserido no cerne dos debates políticos do início da década de 1960. Assim como muitos de seus colegas ligados ao governo João Goulart, ele foi cassado e perdeu os direitos políticos logo após o golpe de Estado de 1964, que interrompeu a legalidade democrática e mutilou o Legislativo de alguns de seus mais destacados e promissores membros. Após um exílio de alguns meses na Europa, Rubens Paiva retornou em novembro do mesmo ano, vigiado constantemente por agentes dos órgãos de segurança. Apesar de não fazer parte de nenhum grupo de oposição clandestina ao regime militar, foi preso, torturado, morto e enterrado por seus algozes em local desconhecido até hoje.

Ao reconstituir essa intrigante trajetória em suas diversas vertentes, minha abordagem foi inseri-la no contexto histórico, como reflexo de uma época, e evitando o tom apologético. Portanto, esta é uma narrativa que não se circunscreve às realizações parlamentares de um deputado, mas procura relacionar fatos e ideias, demonstrando como os conflitos político-sociais se entrelaçaram aos debates parlamentares durante a crise do governo João Goulart. Assim, grande parte deste livro permeia, necessariamente, o cotidiano do Congresso Nacional naquela dramática conjuntura – um capítulo ainda pouco estudado na historiografia recente brasileira.

Entre as informações inéditas não publicadas no meu primeiro livro sobre Rubens Paiva, aqui estão depoimentos da notória Comissão Parlamentar de Inquérito do Ibad, que tanta polêmica causou e cujo tema continua bastante atual. Também importantes documentos dos arquivos da ditadura militar a que tive acesso posteriormente à publicação do pri-

meiro livro me permitiram expor com mais precisão alguns pontos essenciais do caso Rubens Paiva. Como se sabe, a história é feita de conclusões provisórias, ou porque novos documentos e vestígios são descobertos, ou porque surgem novas interpretações de documentos já divulgados.

Já se tornou um clichê dos saudosistas da ditadura e de seus epígonos o argumento de que as brutalidades do regime militar na perseguição aos opositores – sobretudo os que pegaram em armas – foram males necessários, porque era uma “guerra”, e essas organizações não pretendiam democratizar o Brasil, mas implantar aqui uma ditadura comunista. Ainda se ouvem tolices como “Tivessem eles vencido, estaríamos hoje numa grande Cuba”, conforme afirmou um intelectual conservador em 2012 – 27 anos depois do fim da ditadura. Trata-se do mesmo discurso mistificador usado pelos golpistas em 1964 e cuja finalidade hoje é tentar justificar e legitimar as atrocidades praticadas. “Guerra”, neste sentido, é uma hipérbole ardilosa, pois absolve toda a violência praticada pelo Estado contra dissidentes. O nazismo – Hitler e sua turma – também se vangloriava de ter aniquilado o Partido Comunista alemão, a terceira maior força eleitoral no país.

Há um aspecto interessante e nunca mencionado nessa discussão: na mesma época em que a vitoriosa “Revolução de 64” (e a de outros países sul-americanos) enfrentava a resistência armada recorrendo a torturas e assassinatos, vários países desenvolvidos também enfrentavam terrorismo urbano, praticado por organizações de extrema-esquerda: Baader-Meinhoff, na Alemanha; Brigadas Vermelhas, na Itália; Angry Brigade, na Inglaterra; Exército Vermelho, no Japão; Weathermen, Symbionese Liberation Army e Black Liberation Army, nos Estados Unidos. Todas tinham como meta a destruição do Estado capitalista pela violência armada, e para isso praticavam atentados muito mais ousados e agressivos do que no Brasil. Seus alvos eram bases militares, tribunais, bancos, delegacias de polícia, até o Pentágono, o Departamento de Estado e o Capitol Hill em Washington, além de sequestros e assassinatos de empresários e líderes políticos, como o ex-primeiro-ministro italiano Aldo Moro.

Em poucos anos todas essas organizações foram derrotadas, com inteligência, repressão e métodos eficazes, às vezes questionáveis, às vezes até ilegais, mas sem ruptura da ordem jurídica e institucional, sem restrições à liberdade de expressão e reunião, sem presos incomunicáveis, sem tortura e assassinato nem ocultação de cadáveres – em suma, sem

ditadura. Mesmo a deplorável “caça às bruxas” macarthista nas décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos não subverteu o Estado de direito.

Quais as causas dessa total diferença nos métodos de enfrentamento de um mesmo problema político em países pobres da América do Sul e em países ricos? Sobre tudo a fragilidade das instituições nos países pobres e sua condição periférica na geopolítica mundial, agravada pelo contexto da Guerra Fria. Mas a Guerra Fria acabou há mais de vinte anos, a onda de golpes militares na América Latina está historicamente superada e o Brasil deixou de ser subdesenvolvido para ser emergente. Então por que é o país sul-americano que menos progrediu no tratamento das feridas abertas por sua ditadura militar? Não se trata de culpar governos ou o espírito “conservador” da sociedade brasileira, o que, aliás, também existe nos demais países sul-americanos. Talvez seja assunto para os historiadores especialistas em mentalidades. De qualquer modo, não podemos demorar muito para encontrar as respostas, pois elas têm a ver não apenas com o passado recente, mas também com o presente e o futuro, se quisermos ser uma nação influente e respeitada na comunidade internacional.

Que a história de Rubens Paiva possa contribuir para esta reflexão e o Brasil acelere o passo na sua evolução política e institucional. Como disse Michelle Bachelet, a ex-presidenta do Chile, “só as feridas bem lavadas cicatrizam”.

*Jason Tércio*

# 1ª PARTE

## ENSAIO

## *Ritos de passagem*

---

O dia 2 de fevereiro de 1963, um sábado, foi histórico em Brasília, e o mais movimentado na cidade desde a sua inauguração, quase três anos antes. Seriam empossados os deputados e senadores eleitos para a primeira legislatura instalada na nova capital federal. No enorme saguão do Hotel Nacional era incessante a circulação de políticos, autoridades, diplomatas estrangeiros, empresários, funcionários públicos de alto escalão, todos com suas famílias e amigos que ali se hospedavam. A pequena e estranha cidade plantada numa imensidão ainda vazia e poeirenta começava a ter alma e identidade.

Em termos de administração pública, a capital continuava no Rio de Janeiro, onde ainda funcionavam os ministérios, autarquias e outros órgãos essenciais. O próprio presidente da República despachava mais no palácio Laranjeiras do que no palácio do Planalto. Mas uma sucessão de eventos políticos imprevistos fez Brasília amadurecer precocemente. Em menos de três anos de existência, a cidade já alojava o quarto presidente da República, um recorde mundial em capitais federais. Após a inauguração, Juscelino Kubitschek teve mais oito meses de mandato, dando posse a Jânio Quadros, que renunciou menos de sete meses depois, sendo substituído interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que permaneceu apenas duas semanas no cargo, até a posse de João Goulart, vice de Jânio. Como se não bastasse, a cidade também sediou, nesse curto período, um regime parlamentarista que durou um ano e quatro meses. Sem falar das ameaças de políticos cariocas que não raro defendiam a volta da capital federal para o Rio de Janeiro.

A legislatura que começava naquela tarde de sábado era histórica não só por ser a primeira instalada em Brasília, mas também por outros motivos, bons e maus: seria a última eleita com regras plenamente democráticas desde 1945 e uma das legislaturas mais profícuas da história da República, projetando uma geração de políticos de envergadura, empenhados na busca sincera de melhorias estruturais para o país, mediante projetos consistentes e de longo alcance. Entre eles estavam Almino Affonso, Leonel Brizola, Plínio de Arruda Sampaio,

Temperani Pereira, Salvador Losacco, Benedicto Cerqueira, Bocayuva Cunha e Rubens Paiva.

O país adentrava uma nova etapa de sua história, com motivos para otimismo e até ufanismo. O ano das eleições, 1962, tivera avanços fundamentais em diversos setores. Em junho, o nosso futebol consolidara seu prestígio internacional ganhando pela segunda vez consecutiva uma Copa do Mundo; nosso cinema conquistara o prêmio mais cobiçado do planeta, a Palma de Ouro em Cannes com *O pagador de promessas*, também indicado ao Oscar na categoria filme estrangeiro; em novembro a bossa nova invadira Nova York, lotando o prestigioso Carnegie Hall, no maior *show* de música brasileira no exterior até então.

Eram indícios concretos de afirmação de uma identidade nacional que começava a se destacar no mundo. Na saúde, o país tivera naquele mesmo ano a primeira campanha nacional para erradicar a varíola. No setor trabalhista, o presidente João Goulart assinara em julho uma lei criando o 13º salário. Socialmente ainda era um país bastante medíocre. De acordo com o censo do IBGE de 1960, a expectativa de vida do brasileiro era em média 54 anos e numa população de 71 milhões de brasileiros, quase quarenta por cento eram analfabetos. Mas nesta área também havia melhorias em andamento. Ainda em 1962, o Ministério da Educação e Cultura criara o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, este inspirado no método do educador Paulo Freire, e a Universidade de Brasília, inaugurada em abril daquele ano, lançava projetos inovadores para o ensino superior e a pesquisa acadêmica, idealizados por um pedagogo extraordinário, Anísio Teixeira.

Politicamente o governo do presidente João Goulart também tinha razões para comemorar. O parlamentarismo, imposto pela cúpula militar e pelos grupos civis de direita como pré-condição para que ele assumisse a Presidência da República, depois da surpreendente renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, tinha sido derrotado no plebiscito de 6 de janeiro de 1963. E a eleição legislativa de 3 de outubro de 1962 renovara expressivamente o Congresso Nacional, o que causou uma guinada progressista na correlação de forças. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente, fora o mais votado e duplicara sua bancada na Câmara, subindo do terceiro para o segundo lugar, com 109 cadeiras. A agremiação congregava diferentes tendências de centro-esquerda, incluindo socialistas, nacionalistas e reformistas, com forte penetração

no sindicalismo urbano, sobretudo do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Pouco acima do PTB, com a maior bancada, estava o Partido Social Democrático (PSD), de centro-direita, com 122 cadeiras, representante das oligarquias rurais e do eleitorado do interior, especialmente de Minas Gerais e do Nordeste. E o principal partido conservador, a União Democrática Nacional (UDN), perdera espaço, caindo para o terceiro lugar na Câmara, com 93 cadeiras, representando o empresariado urbano e as classes médias tradicionais.<sup>1</sup> As agremiações menores formaram o Bloco dos Pequenos Partidos: PDC, PST, PSB, PR, MTR e PRP.

Tudo convergia, portanto, para a retomada da normalização política e do avanço social e econômico, com um governo fortalecido no Legislativo, num momento em que o país clamava por mudanças estruturais inadiáveis. Os trabalhadores urbanos e rurais se tornavam cada vez mais conscientes de seus direitos e se organizavam em sindicatos e entidades representativas; os estudantes universitários liam mais livros, com interesse especial em sociologia e ciência política; intelectuais, escritores e artistas criavam movimentos renovadores do panorama cultural, no cinema, na música, no teatro, na literatura.

Essa efervescência, que começara no governo de Juscelino Kubitschek, avançava no governo Jango, como o presidente era popularmente conhecido. E por ser ele, apesar de rico fazendeiro, politicamente identificado com as causas dos trabalhadores, a confiança dos crescentes movimentos populares se revigorou.

Entretanto, o país tinha uma elite econômica provinciana, insensível à modernização, muito apegada a privilégios já anacrônicos no mundo capitalista desenvolvido. Além disso, um espectro assombrava o Brasil: o comunismo. A Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética transformava os países da periferia latino-americana em peões manipulados por Washington, temeroso de que a chama socialista acendida em Cuba em 1959 se espalhasse pela América Latina. Uma polarização maniqueísta passou a dominar o debate ideológico brasileiro: ou se era “progressista”, ou “reacionário entreguista”, disposto a entregar a economia brasileira aos americanos. Nenhum dos lados via nuances no outro.

---

<sup>1</sup> Constituição do Congresso Nacional: 1963. In: ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. p. 428. Cf. também: JAGUARIBE, Hélio. As eleições de 1962. *Tempo Brasileiro*, n. 2, p. 7-38, dez. 1962.

Foi nessa conjuntura febril que Rubens Paiva e seus pares tomaram posse na Câmara dos Deputados naquele dia 2 de fevereiro. Embora noviço no Congresso Nacional e próspero empresário da construção civil, ele era também um veterano em militância política, desde os tempos de estudante.

\*

Nascido em Santos, litoral de São Paulo, no dia 26 de dezembro de 1929, Rubens foi o quarto dos seis filhos do casal Aracy Beyrodt Paiva e Jayme de Almeida Paiva, um respeitável empresário e fazendeiro. Os demais filhos eram, pela ordem de nascimento, Renée, Carlos, Jaime, Cláudio e Maria Lúcia. Rubens era o único louro e de olhos verdes, herdados do avô paterno, imigrante português; sua mãe era neta de um alemão casado com uma brasileira. Seu pai começara a vida de empresário em sociedade com um inglês, numa empresa de exportação de laranjas, depois fundara a Paiva & Cia., em regime de comandita por ações e ganhara muito dinheiro fazendo despachos aduaneiros, um ótimo negócio em Santos, onde estava o principal porto marítimo do país.

Quando Rubens ainda era garoto, a família se mudou para uma cidade vizinha, São Vicente, a somente seis quilômetros de Santos. Ele tinha doze anos de idade quando seu pai, em 1941, já um dos maiores empresários da Baixada Santista, comprou no Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo, cerca de mil alqueires de terras, formadas pela Chácara Xavier, Freguesia Velha, Praia de Congonha, Vira-Saia e Ribeirão da Lavrinha. Pagou na época 75 mil contos ao dono, Antonio Avelino da Cunha, que era então prefeito de Xiririca. Jayme deu às terras o nome de fazenda Caraitá.

Tornou-se a maior fazenda do Vale do Ribeira, às margens do rio Ribeira do Iguape, uma região com vales, riachos, cachoeiras, flora diversificada, cavernas e trilhas. Jayme mandou construir um casarão principal com teto europeu, cercado por colunas e um grande jardim, casa de hóspedes, duas piscinas e uma capela. Dentro do casarão havia, além dos cômodos básicos, um salão de bilhar e pingue-pongue. Dois cães *dobermann* também foram beneficiados: moravam numa casinha aristocrática, em formato de castelo medieval. Rubens, depois de crescer, introduziria na propriedade uma pista de pouso de avião.

Além de sua empresa de despachos aduaneiros em Santos, Jayme tinha na fazenda criação de gado e uma vasta plantação de bananas, que eram exportadas para a Argentina e o Uruguai. Anos depois passou a cultivar também mexericas e fundou junto à fazenda uma serraria com o mesmo nome, para explorar a madeira da região. Em 1948, Xiririca foi elevada a município e mudou o nome para Eldorado Paulista. Jayme se tornou um benfeitor da cidadezinha, fazendo vários investimentos locais: financiou a construção de escolas, asilo, chafariz, dava dinheiro para festas de formatura das crianças pobres.

Jayme sempre quis dar educação de boa qualidade aos filhos, por isso todos foram estudar em São Paulo – os meninos no Colégio de São Bento e as meninas no Sion. Era regime de internato, iam para casa nos fins de semana. E as férias sempre na fazenda.

Desde a adolescência Rubens se revelou extrovertido, bem-humorado, entremeando suas brincadeiras e gozações com gargalhadas. Mas levava a sério os estudos e já manifestava um espírito determinado e ativo. Tais atributos eram muito valorizados no São Bento, onde vigorava uma rígida disciplina. A excelente qualidade do ensino incluía estímulos à criatividade dos alunos, como o grêmio literário, do qual Rubens se tornou vice-presidente no segundo ano letivo. O presidente era o futuro poeta concretista Haroldo de Campos, com quem Rubens criou um jornalzinho literário.

Seu professor de português, Cid Franco, foi um dos que influíram na formação política de Rubens. Era um homem altruísta, desprezado e um respeitado vereador do Partido Socialista Brasileiro. Em maio de 1947, quando o Partido Comunista Brasileiro teve seu registro cancelado, Rubens defendeu uma moção de repúdio à decisão, e leu uma nota sobre o assunto publicada no jornal francês *Le Drapeau Rouge*.<sup>2</sup>

Rubens tinha pavio curto, o que lhe valeu um apelido doméstico: “Canhão”. Mas o que predominava no seu temperamento, o lado generoso e sensível, manifestou-se cedo na vida amorosa. Era namorado. Essa característica, entretanto, perdurou até o dia em que sua irmã Maria Lúcia recebeu em casa uma amiga, colega de turma no Sion, chamada Maria Lucrecia Eunice Facciolla.

---

<sup>2</sup> Depoimentos de Jorge Cunha Lima ao Museu da Pessoa e de Augusto de Campos ao *blog* de Edison Veiga (<http://blogs.estadao.com.br/edison-veiga>).

Eunice, como era conhecida, era uma adolescente magra, altura mediana, voz firme e fisionomia expressiva. Primogênita das quatro filhas de Giuseppe Facciolla, um imigrante italiano de Bari, que chegara a São Paulo recém-casado com Olga Donati, de Modena. Após as dificuldades inerentes ao início de uma nova vida, sem muitos recursos financeiros e num país estrangeiro, Giuseppe progredira como comerciante e a família morava agora num confortável sobrado em Higienópolis, bairro de classe média alta.

Eunice era uma das melhores alunas do Sion e gostava muito de latim, matéria obrigatória. Por isso Maria Lúcia lhe pedira para dar algumas explicações antes de uma prova. Nesse dia Rubens estava em casa e a conheceu. Os dois se entenderam à primeira vista. Tinham muitas coisas em comum: mesma idade (ela era só um mês mais velha que ele); descendiam de europeus que haviam imigrado para o Brasil no começo do século XX; quando se conheceram, ele também morava em Higienópolis, na rua Maranhão; e ambos gostavam de sair à noite, viajar e comer chocolate. No aspecto mais importante para a convivência, a personalidade, eram bem diferentes: ele agitado, ela calma. Mas o contraste resultou em harmonia, a tal ponto que depois de conhecer Eunice, e apesar de ter apenas 17 anos, ele não teve dúvida de que era a definitiva. No dia da formatura dela no Sion, Rubens enviou-lhe um buquê de flores com um cartão cujas palavras formais indicavam que ele ainda estava na fase da paquera: “Para Eunice, em homenagem à brilhante vitória conquistada, com as congratulações do Rubens – SP, 14/12/47”.

No ano seguinte estavam namorando e ela ingressou na faculdade de letras neolatinas da Universidade Mackenzie. Ele não foi aprovado no vestibular, mas em compensação passou dois anos em viagens que expandiram sua visão do mundo. Começou pela América do Sul, em meados de 1948, indo à Bolívia e ao Peru. No ano seguinte partiu com seus irmãos Carlos, Jaime e Cláudio para uma longa estadia na Europa. Durante oito meses conheceram vários países em diferentes situações – os que ainda estavam se recuperando dos traumas da Segunda Guerra Mundial e os que não tinham se envolvido no conflito: Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Holanda, Bélgica, França, Inglaterra, Alemanha, Noruega e Suécia. Foi uma experiência bastante forte, que ampliou a percepção social e histórica do futuro político.

Ao voltar, Rubens entrou para a faculdade de engenharia civil da Universidade Mackenzie e não perdeu tempo para praticar o aprendizado. Além de estagiar no escritório de engenharia do Consórcio São Paulo Confia S/A, no segundo ano ele participou com os estudantes de arquitetura Pedro Paulo de Mello Saraiva, Marc Rubin e Alberto Botti de um concurso patrocinado pela *Revista Brasileira de Hospitais*. Tratava-se de apresentar um projeto para a construção de um hospital em qualquer região paulista sugerida pelos participantes. Rubens propôs ao seu grupo que a localização fosse em Registro, no Vale do Ribeira, onde havia apenas um hospital para toda a região. Foram visitar o local num avião monomotor pilotado por Mário Amaral, que introduziria em Rubens o gosto por aviões. O projeto deles ficou em segundo lugar no concurso. No ano seguinte, Rubens participou, novamente com Pedro Paulo, da construção de uma casa de 1.000m<sup>2</sup> no recém-loteado bairro Cidade Jardim, em São Paulo. Era a quarta casa do bairro.

Nesse mesmo ano ele começou a estagiar em outro escritório de engenharia, de seu tio Moacir Beyrodt, na rua Conselheiro Crispiniano, quando passou a se interessar mais seriamente por política. Apesar de não ter inclinação por partidos e tampouco uma opção ideológica muito clara, suas ideias e atitudes tinham como eixo uma crença intuitiva na liberdade e na justiça social, o que não o impedia de cultivar um estilo de vida próprio de um jovem burguês. Gostava de bons carros – teve nessa época Oldsmobile e Pontiac –, festas elegantes e de se vestir bem. Apreciava dirigir em alta velocidade pelas ruas. Tinha também uma moto e, de vez em quando, fazia até roleta paulista na avenida Rebouças.

Mas essas extravagâncias juvenis conviviam dentro dele com a sensibilidade social e o crescente interesse pelos acontecimentos políticos, muito estimulantes em 1951. A volta de Getúlio Vargas à Presidência da República reavivou os ideais nacionalistas e aproximou diferentes tendências ideológicas, da direita moderada à esquerda ortodoxa, que se uniam na defesa do Estado como propulsor do desenvolvimento, sobretudo pela exploração das riquezas estratégicas, que estavam nas mãos de grandes grupos multinacionais. Por isso os nacionalistas defendiam que o capital estrangeiro fosse disciplinado mediante regras bem definidas, para não atrasar ainda mais o processo de industrialização e as melhorias sociais do país.

No começo do seu governo, Getúlio Vargas era visto com desconfiança por boa parte dos estudantes universitários que ainda o percebiam como o ditador do Estado Novo, que estrangulara as liberdades entre 1937 e 1945. Mas no segundo mandato, conquistado nas urnas, Getúlio estava disposto a se reabilitar, com um programa econômico de caráter nacionalista, como o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional que criava uma empresa estatal para o setor petrolífero.

Este foi o principal tema do IV Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, que Rubens ajudou a organizar, e foi realizado em março de 1951 no auditório da Universidade Mackenzie. A UEE, sediada na rua 24 de Maio, congregava a vanguarda da juventude estudantil mais politizada. Entre os delegados que participaram desse congresso estavam Delfim Netto, estudante de economia da Universidade de São Paulo (USP), e Fernando Henrique Cardoso, estudante de sociologia também da USP e filho de um general nacionalista – Leônidas Fernandes Cardoso, um dos líderes da campanha “O petróleo é nosso”, surgida em 1948. Nas reuniões plenárias, Rubens conheceu também um amazonense que fazia direito no largo de São Francisco e se destacava como bom orador: Almino Affonso.

Predominaram teses em favor da exploração das fontes de energia pelo Estado. Outra prioridade na pauta dos debates foi a reorganização da entidade, que enfrentava disputas internas e esvaziamento, pois alguns centros acadêmicos haviam se desfilado, como o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, e outros grupos, como a Juventude Universitária Católica (JUC), recusavam-se a integrar a UEE.

Ao final do congresso, a UEE elegeu para presidente um estudante de engenharia do Mackenzie que viria a ser grande amigo de Rubens e seu parceiro de projetos políticos: Fernando Gasparian. Neto de imigrantes armênios que haviam prosperado no ramo têxtil, apesar da fortuna de sua família, era um jovem preocupado com os problemas sociais do Brasil. Foi candidato de uma chapa única, apoiada por todos os centros acadêmicos. Como diretor cultural estava Almino.

A gestão de Gasparian foi marcante, porque havia uma intensificação dos debates políticos e econômicos no meio estudantil, e, ao mesmo tempo, a UEE entrou em uma acirrada polêmica com a União Nacional

dos Estudantes (UNE) durante a realização do XV Congresso, no Rio de Janeiro, entre os dias 26 de julho e 1º de agosto de 1952.

A UEE paulista levou para esse congresso a maior delegação, cerca de noventa estudantes, Rubens entre eles. O orador oficial escolhido para defender as propostas em nome da delegação era um estudante de direito do Centro Acadêmico XI de Agosto, dono de uma voz tonitruante, chamado José Gregori. Sendo Gasparian de família rica, ele se prontificou a pagar a passagem e hospedagem de todos no pequeno Hotel Columbus, em Copacabana. A maior parte das delegações dos outros estados se hospedou no Instituto Nacional de Surdos e Mudos, em Laranjeiras.

Apesar do terno e gravata que todos os estudantes trajavam – costume da época –, as discussões no congresso não foram nada formais. A UNE, cooptada pelo governo federal, recebia apoio financeiro do Ministério da Educação e Cultura – seus líderes frequentavam os gabinetes do ministério e usavam, inclusive, o elevador do ministro.<sup>3</sup> Por isso, embora a entidade estivesse numa fase de domínio da direita estudantil, mantinha a defesa das bandeiras nacionalistas do governo.

Além dos problemas do ensino superior, transporte e moradia estudantis, os três temas principais da pauta do congresso da UNE eram a questão do petróleo (havia consenso a favor da criação da Petrobras), o acordo de assistência militar Brasil-Estados Unidos assinado em março daquele ano e que previa a venda de material bélico usado dos EUA para o Brasil em troca do fornecimento de minerais estratégicos (havia consenso contra), e, em terceiro lugar, a filiação da UNE à União Internacional de Estudantes (UIE), entidade comunista sediada em Praga, Tchecoslováquia. Neste último ponto, as delegações se engalfinharam. As UEEs paulista e carioca propunham a desfiliação.

A questão do petróleo provocou longos debates, mas aprovou-se a tese favorável ao monopólio estatal. Sobre a filiação da UNE à UIE, os debates entraram madrugada adentro. Uma proposta de desligamento, apresentada pela delegação do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), foi apoiada pela UEE paulista e pela maioria das delegações. A corrente estudantil ligada ao Partido Comunista Brasileiro – subordinado às

---

<sup>3</sup> Depoimento de João Pessoa de Albuquerque ao projeto Memória do Movimento Estudantil, em 21 abr. 2004.

diretrizes do PC soviético – era minoritária, o que a levou a se articular com o secretário-geral da UIE no congresso, Paolo Pescetti, e com militantes profissionais do partido que se infiltraram nas plenárias, para evitar essa cisão.<sup>4</sup> O desligamento, entretanto, foi aprovado.

Nas eleições para a diretoria da UNE, realizadas no último dia do congresso, havia duas chapas em disputa: uma representando a direita, encabeçada pelo presidente da UEE do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Goelver, e outra representando a esquerda, encabeçada por Celso Generoso Pereira, do Rio. O favorito era Luís Carlos Goelver, que venceu. A maior parte da delegação paulista, por decisão coletiva, absteve-se de votar, em protesto contra a retirada da chapa de oposição, cujos integrantes se desentenderam e não quiseram mais participar. A vitória de mais um candidato da ala direita para presidir a UNE fez com que a UEE paulista decidisse se afastar da entidade.

Afora os debates sérios e polêmicos, a UEE também promovia atividades de lazer e cultura, como exposições de arte e bailes beneficentes, frequentados por Rubens e Eunice, que haviam se casado em 30 de maio daquele ano, ambos com 22 anos. Muito provavelmente eram os únicos cônjuges entre os estudantes do Mackenzie. Rubens já trabalhava meio período como diretor técnico no escritório de uma empresa de seu pai, a Companhia Paiva Madeireira, que comercializava cedro, pinho, caixeta, ingá e outras madeiras nobres. Desse modo, ele assumiu bem jovem as responsabilidades domésticas e profissionais, em vez da boemia estudantil, muito comum nessa fase da vida.

Ainda em 1952, entre os dias 11 e 19 de setembro, ele foi um dos organizadores da Semana de Energia Elétrica, promovida pela UEE. Participaram representantes do setor energético do governo estadual, diretores do Grupo Light, o deputado federal Euzébio Rocha, o general Juarez Távora e especialistas. Desde 1949, o setor sofria uma crise que dera origem a um dos mais graves racionamentos de energia elétrica do país.

Quando a UEE começou o debate para a sucessão de Gasparian, em 1953, a ala conservadora do movimento estudantil paulista, representada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, indicou José Gregori

---

<sup>4</sup> *Correio da Manhã e Diário de Notícias*, 27 jul. 1952, e depoimento de Fernando Gasparian ao projeto Memória do Movimento Estudantil, em 9 jun. 2005.

para encabeçar uma chapa de oposição. O Mackenzie se articulou com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e com o Grêmio Politécnico, também da USP, para lançar a chapa da situação, e o nome de Rubens foi o que teve mais consenso para presidente.

Rubens recusou a candidatura. Alegou falta de tempo, o que era perfeitamente justificável, e propôs uma chapa com Almino Affonso para presidente, pois era um nacionalista convicto, orador talentoso e carismático, qualidades herdadas do avô paterno, que fora deputado constituinte em 1891 e senador. Complementando a chapa, Rubens propôs Sérgio Pecci (estudante de direito da Universidade Católica) para 1º vice-presidente, Zali Cundari (da Faculdade Paulista de Medicina) para 2º vice-presidente, Maurílio Laterza (da Politécnica) para secretário-geral, e ele aceitaria compor a chapa como 3º vice-presidente.

A indicação de Laterza, um católico praticante, demonstrava a habilidade política de Rubens, pois faria com que os estudantes da Juventude Universitária Católica se filiassem à UEE. Eles vinham resistindo a isso.

No V Congresso da entidade, a chapa de Almino ganhou pela diferença de um voto. José Gregori diria depois que fora o voto de sua própria namorada. Durante a gestão de Almino, a UEE mudou sua sede para a rua Santo Amaro e se expandiu, com a adesão da Juventude Universitária Católica, liderada por Plínio Arruda Sampaio, estudante de direito, socialista e tão católico que tinha o apelido de “Padre”. Até então a JUC estava preocupada mais com a evangelização do meio universitário e temas culturais, apesar de muitos membros já fazerem política estudantil nos diretórios acadêmicos.

A entidade também se reaproximou da UNE e continuou envolvida na luta pelo monopólio do petróleo, pois no Congresso Nacional ainda tramitava o projeto de lei que criava a Petrobras. Os nacionalistas, incluindo a UEE, criticavam o projeto porque viam nele brechas que favoreceriam o capital privado. Finalmente, em outubro de 1953, chegou-se a um consenso e a lei foi sancionada.

No início do ano seguinte, o último na faculdade, Rubens foi eleito presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane. Uma de suas ações foi reativar a *Folha Mackenzista*. Além disso, fundou um curso de pilotagem aérea, no qual também ele foi aluno.

A essa altura sua vida era dividida entre os estudos, o trabalho e a família – já tinha uma filha, Vera, nascida em setembro de 1953. Mas

a política continuava sendo uma paixão diária. O país fervia, passeatas se sucediam nas ruas de São Paulo em protesto contra Getúlio Vargas, que estava sob crescentes ataques da oposição de direita. A esquerda comunista também o criticava, por ver no presidente um aliado do imperialismo. Almino, já formado, trabalhava como advogado, mas seu pensamento também estava mais na política do que nos processos. Gasparian se integrara à empresa da família e era outro que vivia falando dos problemas do país.

Semanalmente Rubens se reunia com eles no seu escritório nos fins de tarde para discutirem o tumultuado cenário nacional. Um tema que os empolgava, depois da criação da Petrobras, era o setor elétrico. A distribuição de energia no país era feita por duas multinacionais que monopolizavam os serviços nas principais cidades: a canadense Brazilian Traction, Light and Power Company, conhecida como Light, e a norte-americana American & Foreign Power Company (Amforp). O governo planejava criar uma estatal, a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras), para enfrentar esse monopólio estrangeiro.<sup>5</sup>

Diante da avassaladora campanha da oposição contra Getúlio, apoiada pela grande imprensa, o movimento estudantil ficou dividido. O próprio grupo de Rubens se deixou influenciar pela oposição. Um dia ele estava com Almino e Gasparian num protesto na praça da Sé quando viram chegar vários homens e mulheres bem vestidos, nitidamente conservadores, pedindo a renúncia do presidente. Então os três se deram conta de que sua turma era outra, deveriam apoiar Getúlio. Mas era tarde demais. O governo agonizava.

O suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, não diminuiu o ímpeto dos nacionalistas convictos, como Rubens e seus amigos. Um deles era Rogê Ferreira, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, fundador e primeiro presidente da UEE paulista, além de ex-presidente da UNE. Em conversa com Rogê, o grupo de Rubens começou a simpatizar com o PSB, um partido que defendia uma transição gradual para o socialismo, sem revolução armada, sem romper os princípios da democracia liberal. O lema era socialismo com liberdade. Seus filiados eram

---

<sup>5</sup> O projeto da Eletrobras enfrentaria dura oposição das concessionárias estrangeiras e de grupos brasileiros conservadores. A empresa só foi criada em junho de 1962, no governo de João Goulart.

principalmente intelectuais, jornalistas, professores, escritores, artistas e profissionais liberais.

Um dia, Gasparian, Rubens e Almino foram conversar com Antonio Candido de Mello e Souza, professor universitário e um dedicado militante do PSB na década anterior, e com Paulo Emílio Salles Gomes, que participara do grupo precursor do partido, a Esquerda Democrática, e que acabara de chegar de uma temporada de oito anos na França. Apesar de ambos estarem desligados do PSB, estimularam os jovens a se filiarem.

A filiação inclui vários outros: Maurílio Laterza, Adriano Murgel Branco (colega de Rubens no Mackenzie), Gildásio Lopes Pereira, Norman Potter, totalizando cerca de vinte pessoas. Logo os novos filiados perceberam que o PSB era um partido pequeno, mas com grandes divisões internas: tinha uma ala à esquerda, minoritária, mas influente, liderada pelos ex-trotskistas Febus Gikovate, Fúlvio Abramo, Plínio Gomes de Melo e Lívio Xavier. Dessa ala também faziam parte três destacados membros não trotskistas: Cid Franco, Paul Singer e sua mulher Evelyne Pape; havia ainda uma ala revolucionária com ranço stalinista, e uma ala institucional liderada por Rogê Ferreira.

Mas a corrente hegemônica era a direita do partido, liderada pelo presidente da Comissão Executiva Regional, Alípio Correia Neto, e na qual se destacavam Wilson Rahal e Germinal Feijó. Esta ala fora seduzida pela retórica demagógica de Jânio Quadros e o partido o apoiara na eleição para prefeito de São Paulo em 1953, em coligação com o PDC. A partir daí os janistas dominariam o PSB por sete anos.

O diretório estadual do partido editava um jornal de oito páginas, *Folha Socialista*, e se reunia todos os sábados na sede, instalada numa casa na rua Tabatinguera, cujo aluguel Gasparian e Rubens ajudavam a pagar.

Nas eleições de outubro de 1954, Jânio renunciou ao mandato de prefeito e se candidatou a governador, com o apoio do PSB, e foi eleito. O partido ainda elegeu dois deputados federais: Rogê Ferreira e Cory Porto Fernandes.<sup>6</sup>

As divisões internas se intensificaram, em 1955, na campanha eleitoral para presidente da República. O PSD e o PTB se coligaram para lançar Juscelino Kubitschek contra o udenista Juarez Távora, contrário

---

<sup>6</sup> Cf. discurso de Almino Affonso na Câmara dos Deputados publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 dez. 1995. Cf. também HECKER, 1998, p. 169-173.

ao monopólio do petróleo e apoiado por Jânio. A ala janista do PSB considerava Juscelino “um retrato expressivo da burguesia brasileira – incapaz, corrompido, cheio de ambição de poder, sem um programa político definido”.<sup>7</sup> Na Convenção Nacional do partido, realizada nessa época no Rio de Janeiro, o grupo de Rubens e os demais membros da ala esquerda do partido lutaram para impedir o apoio a Távora. Os janistas venceram na convenção, mas Távora perdeu as eleições.

Com a vitória de Juscelino e o agravamento da crise no PSB, a ala esquerda foi excluída dos cargos de direção. Outros filiados saíram ou, como Rubens, se afastaram da militância, deixando de comparecer às reuniões do diretório. A *Folha Socialista* parou de circular – só retornaria em dezembro de 1959.

Rubens permaneceu filiado, mas se afastou das brigas internas para se envolver em um projeto de jornalismo político idealizado por Gasparian: relançar o *Jornal de Debates*, um semanário nacionalista fundado em 1946 por Mattos Pimenta e Plínio Cantanhede. O jornal estava desativado e o momento era bastante oportuno para relançá-lo, porque os grupos conservadores estavam determinados a conseguir a privatização da Petrobras.

Rubens foi com Gasparian ao Rio de Janeiro pedir autorização a Mattos Pimenta, criador do jornal e dono do título. Mattos apoiou imediatamente, por escrito. O futuro publicitário Marcus Pereira foi convidado para ser diretor de redação.

Sob responsabilidade jurídica da Editora Inúbia, de Gasparian, o *Jornal de Debates* circulou durante todo o ano de 1955 em defesa da causa nacionalista e apoiou o governo Juscelino. Rubens e Gasparian contribuíam para o financiamento e faziam parte do conselho editorial, junto com Marcus Pereira, Luiz de Eça e Almino Affonso. Mattos era colaborador regular e opinava sobre as matérias. Também colaboravam Gondin da Fonseca, Olímpio Guilherme, Raimundo Magalhães Jr., Osório Borba, Dagoberto Salles, Hermes Lima, Osny Duarte Pereira. Mas o jornal também publicava opiniões divergentes, pois o seu lema era uma frase atribuída a Voltaire: “Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defendo até a morte o vosso direito de dizê-lo”.

<sup>7</sup> EDITORIAL: O candidato Juscelino. *Folha Socialista*, 30 dez. 1954 apud HECKER, 1998, p. 176.

Nesse mesmo ano Rubens fundou a sua empresa, S/A Paiva Construtora, com escritório na rua Conselheiro Crispiniano, centro de São Paulo. Ele era sócio majoritário e entre os minoritários, com um por cento das ações, estava Gasparian. O momento econômico era bastante favorável. A construção civil estava explodindo em São Paulo, na esteira do desenvolvimentismo juscelinista, e muitas obras públicas e privadas se espalhavam pela cidade, alterando a paisagem arquitetônica. A empresa se consolidou, mas Rubens não queria apenas construir prédios, escolas, pontes, viadutos. Sua inquietação política continuava.

Nas eleições gerais de 1958 – para deputados federal e estadual, um terço do Senado e onze governos estaduais –, ele e seu grupo se envolveram nos debates e apoiaram, com o PSB, o candidato a governador de São Paulo, Carvalho Pinto, do PDC, que se coligou também com a UDN, o PTN e o PR. Era um político conservador, mas transigente, ligado a Gasparian e a José Ermírio de Moraes.

Almino, escaldado por uma derrota para vereador nas eleições de 1954, queria dessa vez se candidatar a deputado estadual. Rubens e Gasparian, entretanto, sugeriram que ele teria mais chance candidatando-se a deputado federal no Amazonas. Até pagaram a passagem dele, e Almino se elegeu, pelo Partido Social Trabalhista amazonense.

Carvalho Pinto foi eleito governador e no dia da posse, em março de 1959, desfilou em carro aberto no centro da cidade. Na carreata estavam Rubens, Gasparian, José Gregori e outros amigos. Num trecho da avenida São João, esquina com a avenida Ipiranga, o grupo entregou ao novo governador uma miniatura de uma torre de petróleo, símbolo da vitoriosa campanha “O petróleo é nosso”.

Na eleição presidencial de 1960, a ala esquerda do PSB conseguiu se impor e o partido apoiou a candidatura do marechal Teixeira Lott, do PSD, em coligação com o PTB, com João Goulart como vice. Os janistas, claro, tentaram fazer o partido apoiar Jânio Quadros, mas, tendo perdido a disputa política interna, eles se afastaram do PSB, inclusive Alípio, que foi sucedido na presidência da Comissão Executiva Regional pelo médico Febus Gikovate.

Rubens participou da campanha do marechal Lott no estado de São Paulo. Nos comícios ele conheceu um deputado federal do PSD que viera da Bahia para dar um reforço, Waldir Pires. Infelizmente Jânio ganhou, mas a amizade entre Rubens e Waldir se solidificaria na década

seguinte. Como era possível votar em candidatos a vice que não fossem da mesma chapa, João Goulart acabou sendo eleito com Jânio.

Nessa época Rubens e seu grupo fizeram um curso de economia política ministrado pelo historiador Caio Prado Jr. na casa de um primo de Fernando Gasparian. Assim ele aprofundou seus conhecimentos sobre o Brasil e as razões estruturais do subdesenvolvimento, o que seria muito útil na nova fase em que o país entrava.

\*

No início de 1962, Rubens Paiva era um bem-sucedido empresário de 32 anos, 1,73m de altura, robusto e começando a engordar. Morava numa confortável casa na rua Pará, em Higienópolis, com Eunice e a prole: Vera, Eliana, Ana Lúcia (Nalu), Marcelo e Maria Beatriz (Babiu), com idades entre 2 e 9 anos. O sucesso empresarial se consolidara graças ao dinamismo de Rubens e à sua associação com profissionais respeitáveis e inovadores. Para todas as construções de edifícios, ele contratava os serviços do calculista Roberto Zuccolo (também prestigiado professor na Faculdade de Arquitetura do Mackenzie) e do jovem arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva, uma dupla que contribuía para renovar o estilo arquitetônico em São Paulo. Com eles Rubens havia construído na rua Pará, a poucos metros de sua casa, um edifício de apartamentos grandes, o Solar do Conde, nome dado pelo publicitário Marcus Pereira em homenagem a um tio de Fernando Gasparian que tinha o apelido de “Conde”. Em Santos, a empresa de Rubens estava construindo vários prédios residenciais de alto padrão, na orla marítima, e que se chamariam Porto Velho, Portofino, Porto Belo, Portonovo e Cidade de Santos. A empresa também pegava obras de infraestrutura rodoviária, como pontes de concreto sobre rios. Ele ia vistoriar os trabalhos pessoalmente, pilotando seu avião, um monomotor.

Sua rotina em São Paulo era sair de casa todas as manhãs dirigindo o carro, acompanhado de Eunice e dos filhos; descia perto do escritório, e ela prosseguia levando as crianças para a escola. O temperamento continuava impulsivo. Uma manhã, depois de estacionar na rua 7 de Abril, esquina com a Conselheiro Crispiniano, ficou do lado de fora do carro falando algo com Eunice por alguns instantes, e um motorista im-

paciente que estava atrás buzinou diversas vezes. Rubens ficou irritado e gritou: “Mugido de vaca não arranca estaca! Para de buzinar!”

Tinha a desenvoltura e a autoconfiança dos homens práticos e adorava o charuto como um prazeroso hábito diário. Depois do almoço num restaurante com os colegas da empresa, seu ritual era bebericar um licor e molhar na bebida a ponta não acesa do charuto, para degustar melhor as baforadas. Defendia suas opiniões com ardor, voz entusiástica e gestos expansivos, sobretudo quando o assunto era política. Mantinha-se fiel à linha da esquerda reformista, era membro do diretório estadual do PSB, mas convivia bem com comunistas e simpatizantes do PCB, como Roberto Zuccolo, que contribuía mensalmente para o caixa do partido. Os socialistas e os comunistas eram aliados nas eleições sindicais e para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Com a aproximação das eleições gerais, marcadas para 2 de outubro de 1962, Rubens sentiu que sua estrada política estava pavimentada e ele precisava percorrê-la. Seriam preenchidas vagas da Câmara dos Deputados e do Senado (dois terços das cadeiras), de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, prefeituras municipais e governos de onze estados. Almino era agora líder do PTB na Câmara dos Deputados e incentivou Rubens a se candidatar a deputado federal. Como o PSB havia encolhido substancialmente depois da cisão em 1960 e iria se coligar com o PTB, Rubens preferiu este como legenda.

Sua candidatura foi uma decisão ousada e arriscada, porque ele nunca disputara eleição legislativa nem ocupara nenhum cargo público, tampouco fora dirigente de entidade de classe. Além disso, o PTB paulista era um saco de gatos: pelegos sindicais e empresários, nacionalistas e janistas. O partido era eleitoralmente raquítico em São Paulo e, sob a presidência estadual da deputada federal Ivete Vargas, topava aliança com Deus e o Diabo, tanto que, na eleição para governador, se coligaria com a UDN, seu maior adversário no âmbito nacional.<sup>8</sup>

Essas dificuldades não intimidaram Rubens. Precisava agir depressa e gastar muita sola de sapato na campanha. O prazo para registro das candidaturas terminaria quarenta dias antes do pleito.

---

<sup>8</sup> Sobre as peculiaridades do PTB paulista, ver o estudo pioneiro: BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista. *Rev. Lua Nova*, n. 17, p. 133-161, jun. 1989.

No dia 10 de agosto, para formalizar seu desligamento do PSB após oito anos de filiação, ele escreveu uma carta a Febus Gikovate:

“Eminente companheiro e amigo,

Ao autorizar o registro de meu nome como candidato a deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, entendo minha obrigação apresentar-lhe meu pedido de demissão como membro do PSB.

A razão desta resolução é a de haver eu concluído, após madura reflexão, que no cenário nacional minha atuação política se fará com melhor resultado e maior eficiência na esfera do PTB, onde pretendo defender a mesma linha ideológica e programática que sempre me irmanou aos militantes socialistas.

Nessa oportunidade, encareço ao amigo o favor de agradecer em meu nome a todos os companheiros o proveitoso convívio, e reafirmar-lhes que os oito anos que lutamos lado a lado foram uma escola e serão um estímulo para a batalha definitiva da libertação de nosso país, quando, estou seguro, estaremos na mesma trincheira”.

O problema seguinte era financeiro. Ainda que o PTB fosse um dos três principais partidos do país, não dispunha de verba suficiente para financiar campanhas de todos os candidatos, menos ainda de neófitos como Rubens, que, afinal, era um empresário de projeção e provavelmente até foi um dos doadores do partido nessa campanha. Não existia fundo partidário. Uma tentativa de criá-lo, com a justificativa de moralizar as campanhas eleitorais, fora feita em 1953, mediante projeto de lei do senador catarinense Carlos Gomes de Oliveira, mas estava engavetado e ninguém falava disso. As campanhas eram financiadas pelo candidato, com dinheiro próprio ou empréstimo bancário, além de donativos de empresários, comerciantes, fazendeiros e entidades particulares, fora as “caixinhas” clandestinas, por exemplo, dinheiro de autarquias e ministérios que era desviado para fins eleitorais.<sup>9</sup> Naquela eleição a concorrência era apertada no PTB paulista: 54 candidatos para treze vagas, uma média de 4 candidatos por vaga.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Cf. ROCHA, Anísio. *Diário do Congresso Nacional*, 22 ago. 1963.

<sup>10</sup> Cf. SANTOS, 2002, p. 102.

Outra grande dificuldade era enfrentar as máquinas eleitorais dos dois caciques políticos paulistanos: o prefeito Adhemar de Barros, que já tinha sido governador e tornava a se candidatar a esse mesmo cargo pelo PSP, partido mais expressivo no estado; e Jânio Quadros, que, dois anos após renunciar à Presidência da República, tinha a coragem de se candidatar novamente a governador. O candidato do PTB, coligado na eleição majoritária com UDN, PDC, PRP e PR, era o udenista José Bonifácio Nogueira. Mas Adhemar seria eleito.

Rubens vendeu metade do terreno de uma casa recém-comprada na avenida Europa, para a qual ainda não havia se mudado, e recebeu ajuda financeira de seu pai e de amigos.

Foi uma campanha difícil. Ele era conhecido mais no meio estudantil e em alguns sindicatos de São Paulo e da Baixada Santista, onde seu pai tinha muita influência, especialmente em Santos, São Vicente e nas pequenas cidades do Vale do Ribeira. O escritório da Paiva Construtora foi transformado em comitê eleitoral. Todos os seus irmãos, amigos e parentes participaram. O nacionalismo petebista empolgava os trabalhadores e Rubens se beneficiou disso. O PTB, com Jango no poder, galvanizava as esperanças populares e estava crescendo. Nos sindicatos e nos palanques armados nas praças, o discurso por mudanças sociais estava em alta, sintonizado com as aspirações do povo.

Na sua campanha, Rubens foi assessorado por amigos como Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso – agora professor de sociologia da Universidade de São Paulo –, que ajudava Rubens a organizar os temas e enfoque dos discursos. Percorriam de carro o interior paulista em poeirentas estradas, usando guarda-pó para proteger a roupa. Competição difícil ocorreu em Jaú, reduto da família de um candidato amigo também desde o movimento estudantil, Plínio de Arruda Sampaio. Ele concorria pelo PDC e os eleitores da cidade ficaram divididos. Mas Plínio também seria eleito.

Fernando Henrique era um dos amigos mais próximos de Rubens. Costumavam se reunir nas tardes de domingo com suas respectivas esposas na casa de Gasparian. Também compareciam a esses encontros o jornalista Fernando Pedreira, o advogado Roberto Gusmão – ex-presidente da UNE, e o engenheiro Dilson Funaro. Todos com pensamentos convergentes e cristalinos, exceto quando jogavam pôquer. As partidas,

contudo, por mais disputadas que fossem, terminavam sempre em um saboroso lanche preparado por Dalva, mulher de Gasparian.

No dia 7 de outubro, domingo, dezoito milhões de eleitores foram às urnas. Analfabetos não podiam votar. Cada eleitor escrevia na cédula os nomes ou os números dos candidatos. A apuração dos resultados era manual e muito demorada. Todos os dias as rádios transmitiam a monócórdia leitura dos números da contagem de votos obtidos por cada candidato. A espera deixava Rubens impaciente e ansioso. Cansado de telefonar à sede do diretório estadual do PTB para saber o resultado parcial da contagem de seus votos, deixou os irmãos encarregados de acompanhar a apuração e viajou para descansar em Manaus, onde Almino se candidatara à reeleição. O resultado oficial demorou mais de um mês. Almino foi reeleito, e em São Paulo o PTB elegeu nove deputados federais. Rubens foi um deles, com 13.440 votos. Seu pai lhe telefonou feliz: “Pode vir, você foi eleito”. A eleição representou em sua vida uma virada muito maior do que ele imaginava.

## Um ano em ebulição

---

No dia da posse, o espetacular céu brasiliense estava nublado, com chuvas esparsas e trovoadas. Dentro do Congresso Nacional o ambiente não era menos turvo. Na véspera, a posse dos 66 senadores tinha sido extremamente tensa. Dezenas de policiais à paisana foram requisitados pela presidência da Casa para evitar que o senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, do PSD de Alagoas, cumprisse a promessa de matar seu conterrâneo e rival político Arnon de Mello, se este fosse empossado. Nada aconteceu, mas o duelo foi apenas adiado.

No dia seguinte, por volta de 14h30, os 409 deputados eleitos prestaram o juramento à Constituição na sessão solene, com galerias e bancada da imprensa lotadas, inclusive por sargentos fardados que estavam ali para assistir à posse de seu colega, sargento Garcia Filho, do PTB. Mas a normalidade da sessão foi rompida logo após o juramento. O veterano Carvalho Sobrinho, do PSP de São Paulo, foi ao microfone do plenário e levantou uma questão de ordem. Desfiando um longo e entediante arazoado jurídico, ele citou a Justiça Eleitoral, frases de juristas, artigos da Constituição e do Regimento Interno da Câmara, tudo para finalmente pedir que fosse impugnada a eleição do deputado Leonel Brizola, gaúcho eleito pelo PTB do estado da Guanabara.<sup>11</sup> No argumento de Sobrinho, Brizola era inelegível, porque não teria se desincompatilizado do cargo de governador do Rio Grande do Sul. Propôs o deputado adhemarista:

“Que a Mesa da Câmara dos Deputados (...) considere a partir deste instante a declaração de vacância do lugar de deputado a que se candidatou o então governador Leonel Brizola, convocando-se o seu suplente”.

Um alvoroço tomou conta do plenário. Brizola tinha sido o deputado federal mais votado nas eleições, com 276 mil votos, um patrimônio que o transformava automaticamente no mais conhecido líder político do país. Mas como era nacionalista de esquerda, sua imagem representada

---

<sup>11</sup> Após a transferência da capital federal para Brasília, em 21 de abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro se tornou cidade-estado, com o nome de Guanabara. Essa classificação durou até 1975, quando houve uma fusão com o estado do Rio, e Niterói, que até então era a capital do estado, perdeu esse título para a cidade do Rio de Janeiro.

na imprensa era de radical, incendiário e demagogo. Essa imagem começara a ser construída quando era governador do Rio Grande do Sul e decidira expropriar empresas subsidiárias das multinacionais Bond and Share e ITT, que atuavam respectivamente nos setores de energia elétrica e telefonia. Orador eloquente e incisivo, costumava temperar seus discursos com expressões gaúchas e ironias afiadas, como fez ao ocupar a tribuna para responder à proposta provocadora:

“Deploro que um homem como o deputado Carvalho Sobrinho, coberto de cabelos brancos, encanecido na vida pública, experiente, conhecedor da realidade brasileira, venha neste momento em que o nosso povo sofre e tem os olhos voltados para esta Casa se preocupar aqui com o sexo dos anjos, com assuntos de ‘lana caprina’. Foi para mim uma decepção, pois eu admirava muito Sua Excelência”.

Aplausos e vaias se misturaram no plenário e nas galerias. O pernambucano Lamartine Távora, do PTB, aplaudia quando recebeu um tabefe nas costas, dado por Segismundo Andrade, da UDN alagoana. Os dois se agarraram, mas foram apartados por colegas.

Brizola continuou, em seu tom pausado e firme:

“Isto é mesmo o retrato deste clube que é a tradicional política brasileira. Vive este clube preocupado com questões de ‘lana caprina’, convivendo indiferentemente com oito milhões de crianças sem escolas e mais de cinco milhões que estão na escola, mas de pés no chão, maltrapilhas e famintas. (...) Vivemos aqui preocupados com este cipoal de leis, com torrentes de matérias insignificantes, que em nada vêm alterar o quadro que aí está caracterizando o nosso país. É claro que muitos dos que aqui estão poderão responder-me com deboche, como o estão fazendo, mas não têm coragem sequer de sair daqui para uma dessas favelas que rodeiam Brasília”.

Em seguida o deputado Amaral Neto, da UDN carioca, também pediu questão de ordem e atacou Brizola: “O orador que me precedeu

carece de autoridade moral...”, mas foi interrompido a todo momento por sucessivos apertes de petebistas e vaiais da galeria.<sup>12</sup>

Toda essa balbúrdia durou cerca de uma hora, com repetidas advertências do presidente, Ranieri Mazzilli, ao plenário e às galerias. Foi uma antecipação dramática dos entrechoques e antagonismos que envolveriam o país naquele que seria um dos anos mais turbulentos da história brasileira.

No dia seguinte, um grupo da Frente Parlamentar Nacionalista se reuniu para eleger a nova diretoria. Rubens Paiva foi eleito tesoureiro, juntamente com Max da Costa Santos, do PSB da Guanabara. Neiva Moreira foi eleito secretário-geral.

Quando os trabalhos legislativos iniciaram, em 15 de março, a bancada do PTB elegeu Bocayuva Cunha como líder, em substituição a Almino Affonso, que tinha sido convidado pelo presidente Goulart para ser ministro do Trabalho e Previdência Social. Rubens foi designado um dos vice-líderes, encarregados de auxiliar Bocayuva na coordenação da bancada e representar o partido no plenário e nas reuniões das comissões.

Nas primeiras semanas, Rubens conheceu o funcionamento da Câmara através dos veteranos Almino e Bocayuva, ambos no segundo mandato. Bocayuva, conhecido pelos amigos como “Baby” Bocayuva, pertencia a uma tradicional linhagem de políticos e ministros que haviam se destacado na vida pública brasileira desde o Segundo Império. Seria um dos melhores amigos de Rubens.

Surpreendente para um recém-chegado era uma cena que acontecia na porta de vários gabinetes todos os dias: filas de homens e mulheres esqueléticos, de roupas simples, pedindo emprego, lote de terra ou casa para morar, dinheiro para almoçar ou passagem para suas cidades longínquas no Nordeste, Minas Gerais, Goiás. O governo Jânio interrompera as obras públicas em Brasília e o desemprego na construção civil aumentara. Mas os migrantes continuavam chegando, na crença de que a nova capital ainda era uma Canaã.

Menos surpreendente era a precariedade das condições operacionais do Congresso. Tudo estava incompleto em relação à infraestrutura. Somente os gabinetes das lideranças dos partidos tinham secretária e auxiliar de serviços gerais. O serviço de apoio para os demais gabinetes

---

<sup>12</sup> *Diário do Congresso Nacional e Correio Braziliense*, 3 fev. 1963.

era feito por uma pequena equipe de funcionários que ficava numa sala contígua ao plenário. Os trabalhos de datilografia, inclusive de discursos e proposições dos parlamentares, eram feitos por apenas duas funcionárias, alojadas na sala da taquigrafia. Geralmente os textos se acumulavam. Quando um deputado precisava de um trabalho com urgência, tinha que ele mesmo procurar máquina de escrever disponível em algum gabinete. A seção que prestava assessoria parlamentar funcionava num prédio anexo, a vinte minutos de distância dos gabinetes. A Comissão Permanente do Distrito Federal não tinha nem sala fixa para se reunir. Os cerca de quinze jornalistas que cobriam a Câmara não recebiam cópias dos discursos do dia, apenas duas notas sintetizando os assuntos tratados. Depois do encerramento da sessão plenária, a mesa telefônica da Câmara também terminava seu expediente e os repórteres não podiam fazer ligações para suas sucursais.

A precariedade das instalações e dos serviços diminuiria aos poucos com o passar do tempo. A pior dificuldade para quem vinha das grandes capitais era habituar-se ao vazio de uma cidadezinha plantada num descampado e dividida rigidamente por setores, com ruas onde só se viam carros, ainda poucos, trafegando numa paisagem deserta e silenciosa. As famílias que vinham do interior do país até gostavam, e preservavam o costume de colocar cadeiras debaixo dos seus prédios nas superquadras para prostrar no final da tarde. A vida social dos moradores se resumia a meia dúzia de clubes, bailes de debutantes no Brasília Palace Hotel; missas aos domingos na Igrejinha de Fátima, celebradas pelo bonachão frei Demétrio; uma boate no Hotel Nacional; o restaurante Chez Willy e filmes no Cine Brasília, o único no Plano Piloto, onde se misturavam políticos e peões, engenheiros e empregadas domésticas, chefes de repartição e porteiros de prédios, burocratas e soldados de folga, professoras e estudantes. Com a interrupção das obras de construção dos prédios públicos, no governo Jânio, havia muitos buracos, guindastes, manilhas e tijolos empilhados pela cidade.

Entretanto, para Rubens a nova capital não causava estranhamento. Sua relação com a cidade antecedia a própria construção – em 1956 ele participara do concurso nacional para a escolha do traçado do Plano Piloto, juntamente com os arquitetos Pedro Paulo de Mello Saraiva e Júlio José Franco Neves e o engenheiro Carlos Kerr Anders. O projeto não ficara entre os primeiros classificados, mas em 1960, depois

da inauguração da cidade, Rubens e Roberto Zuccolo se associaram à construtora T. H. Marinho de Andrade (Tehasa) para construir nove viadutos em Brasília, em torno do cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário, onde fica o terminal de ônibus urbanos.

A construção dos viadutos foi realizada com atraso porque alguns meses antes da inauguração da cidade houve uma divergência entre Israel Pinheiro, presidente da Novacap, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Israel era contra a construção da plataforma rodoviária, embora estivesse prevista no projeto original de Lúcio Costa. Este chegou a sugerir, para evitar atraso no cronograma, que a construção da rodoviária fosse adiada. Foi necessária a intervenção pessoal do presidente Juscelino para que chegassem a um acordo, e a plataforma foi construída em tempo recorde, sendo concluída quase cinco meses depois da inauguração da cidade. Em seguida foram construídos os viadutos complementares.<sup>13</sup>

Rubens ia frequentemente a Brasília vistoriar as obras pilotando o seu monomotor *Navion*, também usado, de vez em quando, para ir à cidade depois que se tornou deputado.

Na Câmara, com seu espírito afável, seus charutos fumegantes e o bom humor pontuado por gargalhadas animadoras, ele logo formou camaradagem com os colegas, sobretudo entre os que integravam o Grupo Compacto, a ala esquerda do PTB, minoritária mas bastante articulada e combativa: Almino Affonso, Bocayuva, Sérgio Magalhães, Temperani Pereira, Salvador Losacco, Ramon de Oliveira e outros, além do senador Arthur Virgílio Filho. O ingresso de Rubens no grupo foi imediato. Eram os mais empenhados na defesa do programa partidário, que incluía reforma agrária, defesa da indústria nacional, direito de greve, legislação trabalhista para camponeses, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.<sup>14</sup> Queriam modernizar a arcaica estrutura do capitalismo brasileiro, fundada na agroexportação e na dependência: a economia se sustentava exportando matérias-primas e produtos agrícolas e importando manufaturados dos países ricos. As principais indústrias, com raras exceções, eram estrangeiras.

No PSD havia um grupo heterogêneo, também simpático às teses nacionalistas, denominado Ala Moça, entre eles José Joffily, Cid

<sup>13</sup> Carta do arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva ao autor, em 17 dez. 2009.

<sup>14</sup> Cf. D'ARAÚJO, 1988, p. 95.

Carvalho, Ulysses Guimarães e Fernando Sant’Anna, que era do Partido Comunista Brasileiro, mas fora eleito pelo PSD baiano, porque o PCB estava na ilegalidade. No PSB destacavam-se Aurélio Viana (evangélico) e Barbosa Lima Sobrinho. No PDC havia Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio e João Dória. E no PSP, Sílvio Braga e Neiva Moreira.

Todos eles faziam parte da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), composta por cerca de cem membros em 1963, os quais votavam unidos no Congresso, de acordo com posições consensuais previamente definidas nas reuniões. Até a UDN tinha alguns deputados na FPN: José Sarney, José Aparecido, Gabriel Passos, Ferro Costa, Adahil Barreto, de uma ala chamada Bossa Nova.

A formação do bloco PTB-PSD, no início da legislatura, deu ao presidente João Goulart maioria absoluta no Congresso, com 54% das cadeiras, e o pessedista Tancredo Neves como líder do governo. Mas era uma maioria instável, porque não havia questão fechada para garantir votos favoráveis às reformas de base que o governo pretendia implantar, particularmente a reforma agrária e a reforma política, que estenderia o direito de voto aos analfabetos e praças (cabos, marinheiros, fuzileiros navais e soldados), proibidos de votar em qualquer eleição.

Na América Latina, só o Brasil, o Chile, o Peru e o Equador proibiam os analfabetos de votarem, segundo afirmara Darcy Ribeiro, então ministro da Educação, em cadeia de rádio e televisão no dia 9 de outubro de 1962.<sup>15</sup> Duas propostas de emenda constitucional propondo a extensão do voto aos analfabetos, de autoria dos deputados Benjamin Farah e Ruy Ramos (falecido em setembro de 1962), tinham sido apresentadas na Câmara, respectivamente em 1956 e 1959, mas nenhuma fora votada ainda.

Tanto o PSD quanto a UDN representavam no Legislativo os interesses dos grandes empresários, das oligarquias rurais e das classes médias urbanas, especialmente as mais conservadoras. Essas elites estavam preocupadas com o crescimento da mobilização dos trabalhadores, cujas reivindicações eram vistas como uma ameaça aos seus privilégios econômicos, que poderiam ser considerados excessivos em qualquer país capitalista desenvolvido.

---

<sup>15</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 1º abr. 1963.

Daí que o ambiente no Congresso Nacional ficou buliçoso tão logo foram abertos os trabalhos legislativos, no dia 15 de março. A tradicional mensagem anual do presidente João Goulart enviada aos parlamentares continha uma proposta de reforma agrária para melhorar a distribuição de terras e de renda. Afinal, 55% da população viviam na zona rural, mas 58% das terras particulares pertenciam a apenas 2,2% dos proprietários, conforme revelara o censo agrícola do IBGE em 1960.<sup>16</sup> A Constituição, no artigo 141, parágrafo 16, determinava que qualquer desapropriação de terra por interesse social teria que ser indenizada previamente em dinheiro. Como o governo não dispunha de recursos financeiros para arcar com tamanha despesa, esse artigo teria que ser alterado mediante emenda constitucional. A mensagem presidencial abordava esse ponto.

A oposição, contrária a qualquer tipo de reforma agrária, deslançou uma campanha alarmista que, amplificada na imprensa, passou a confundir deliberadamente mobilização social e alteração constitucional com desordem, ilegalidade e comunismo. Esse discurso foi engendrado com a participação direta dos Estados Unidos desde o início.

Exatamente no dia da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, estava em Washington informando à Subcomissão de Assuntos Interamericanos, da Câmara dos Deputados, que havia infiltração comunista no governo João Goulart, nos sindicatos operários, na União Nacional de Estudantes e no Parlamento.

Sem dúvida as esquerdas ficaram afoitas quando Jango assumiu o governo. Era a primeira vez que o país tinha um presidente com um histórico vinculado aos interesses dos trabalhadores. Era verdade também que alguns esquerdistas participavam do governo (o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro; o secretário de imprensa, Raul Ryff; e outros menos conhecidos); na Câmara havia pelo menos dois deputados do Partido Comunista Brasileiro, eleitos por partidos da base governista, Marco Antônio Tavares Coelho, do PST, e Fernando Sant'Anna, do PSD.

Mas ninguém difundia a revolução armada para derrubar o capitalismo. O PCB, além da pouca expressão eleitoral, já abandonara a ortodoxia marxista e pregava uma aliança com a “burguesia nacional”, como eram denominados os empresários nacionalistas que defendiam um

---

<sup>16</sup> *Correio da Manhã*, 26 maio 1963.

desenvolvimento econômico autônomo e se opunham ao processo de desnacionalização das empresas brasileiras, como Fernando Gasparian e José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB.

O PCB até fazia oposição à política de conciliação de Jango com o PSD, porque, segundo os comunistas, essa aliança inviabilizaria as reformas de base, como realmente aconteceu, também por outros motivos.

As denúncias do embaixador norte-americano causaram no Congresso protestos veementes dos governistas e elogios dos partidos de oposição, sobretudo da UDN. Bocayuva afirmou que “deve o embaixador Lincoln Gordon ser considerado *persona non grata* em nosso país”.<sup>17</sup>

Curiosamente, as acusações de Lincoln Gordon não incluíam a única categoria de trabalhadores que estava de fato se insurgindo para exigir reforma agrária na lei ou na marra: os camponeses sem-terra. Enquanto Francisco Julião, eleito deputado federal pelo PSB em 1962, atuava na parte institucional das Ligas Camponesas, uma ala paramilitar, o Movimento Revolucionário Tiradentes, começava a criar grupos de camponeses armados e dispostos a enfrentar os fazendeiros em alguns estados do Nordeste e também em Goiás e no Mato Grosso.

Reforçando a denúncia de Gordon, o deputado Cardoso de Menezes, da UDN da Guanabara, discursou na tribuna da Câmara acusando de serem comunistas Darcy Ribeiro, Almino Affonso e os jornalistas Heráclito Sales e Luiz Alberto Bahia, ambos nomeados assessores do ministro da Fazenda, San Tiago Dantas. A acusação não era verdadeira. Na mesma sessão plenária o deputado Adauto Cardoso, líder da bancada da UDN, leu uma mensagem da Campanha da Mulher Brasileira pela Democracia (Camde) que terminava com um “apelo patriótico, envolto nas nossas preces mais fervorosas a Deus onipotente, para que os inspire e guie nesta cruzada de salvação nacional”.<sup>18</sup>

Outros integrantes da tropa de choque oposicionista eram os ude-nistas Amaral Neto, Aliomar Baleeiro, Antonio Carlos Magalhães, Costa Cavalcanti e João Mendes, e o pessedista Último de Carvalho. No início da legislatura eles já bradavam que havia uma “revolução comunista em marcha no Brasil”, sem nenhum dado concreto para comprovar. O alvo

<sup>17</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 19 mar. 1963.

<sup>18</sup> A Camde era uma das organizações que participariam da campanha para o golpe de março de 1964.

preferencial deles era Brizola, o responsável pela “baderna” que subvertia a sociedade brasileira, enquanto o governador carioca Carlos Lacerda era louvado como “o grande defensor do regime democrático neste país”.

Já circulavam rumores de uma conspiração golpista que estaria sendo tramada pelos “gorilas”, como eram denominados os oficiais militares de direita. Mas a maioria dos discursos na Câmara e dos projetos de lei e comunicações dos deputados no início da legislatura não versava sobre questões ideológicas, e sim sobre problemas regionais específicos: saneamento, pavimentação de estradas, agropecuária, escolas, setor industrial, obras públicas municipais, homenagens. Fora um e outro pronunciamento mais radical dos opositores, a atmosfera predominante era de disputa política respeitosa e com uma certa tranquilidade.

Mas nos corredores e gabinetes havia rumores inquietantes, em torno do financiamento da campanha eleitoral do ano anterior – muitos milhões tinham jorrado estranhamente para centenas de candidatos através de um esquema obscuro. Por isso, no dia 19 de abril, o deputado Paulo de Tarso apresentou um projeto de resolução com 145 assinaturas criando uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o financiamento eleitoral suspeito, com foco nas atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes).

Rubens foi escolhido pela bancada trabalhista para ser o vice-presidente da CPI. Ninguém ainda sabia, mas seria o maior escândalo de corrupção eleitoral da República até então, e com ramificações internacionais. O Congresso Nacional viveria um dos momentos mais tensos de sua história.

\*

Como a quase totalidade dos parlamentares, Rubens viajava para sua cidade nos fins de semana, mas preservava a família e nunca recebia políticos em casa. Costumava viajar pelo interior do estado de São Paulo, para encontros com correligionários e entidades sindicalistas ou para participar de seminários, congressos e reuniões com prefeitos.

No dia 6 de abril, um sábado, ele compôs a mesa na cerimônia de abertura do I Seminário Estadual de Reforma do Ensino, realizado no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de

São Paulo. Dois dias depois estava num almoço com o prefeito de Santos, José Gomes, no Atlântico Hotel, juntamente com outros deputados federais paulistas, para discutirem os problemas da Baixada Santista.

Naquele mês, os debates no Congresso Nacional começaram a esquentar quando Bocayuva Cunha apresentou para discussão, em nome do PTB, a Emenda Constitucional nº 1, que propunha, para viabilizar a reforma agrária, indenização dos proprietários de terra com títulos da dívida pública. O artigo 217 da Constituição estabelecia a competência do Congresso Nacional para fazer alterações constitucionais, exceto nos artigos referentes à Federação e ao sistema republicano de governo.

Os udenistas reagiram lançando a tese de que a reforma agrária deveria começar pelas terras devolutas da União, e ao mesmo tempo passaram a acusar Jango de pretender modificar a Constituição para incluir também uma emenda de reeleição, insinuando que ele queria continuar no poder depois do fim de seu mandato, em 1965.

Rubens, seguindo a orientação do Grupo Compacto, era contra qualquer proposta que limitasse a abrangência da emenda constitucional do governo.

Quanto ao PSD, embora fosse da base governista, quando o assunto era reforma agrária, o partido defendia os interesses dos “coronéis”, grandes fazendeiros que eram também influentes chefes políticos em suas regiões e rejeitavam qualquer concessão. Daí porque na comissão especial mista criada para analisar a Emenda Constitucional nº 1, o PSD votou junto com a UDN, e a proposta foi rejeitada. Mas o PSD apresentou uma contraproposta para negociação, considerando intocáveis as terras produtivas.

Enquanto prosseguia o ácido debate sobre a reforma agrária, foi instalada no dia 30 de maio a CPI do Ibad-Ipes, criada pela Resolução nº 10/1963, com prazo de seis meses para apurar a origem dos recursos financeiros e o envolvimento das duas organizações na campanha eleitoral. A CPI foi composta por nove membros: deputados Peracchi Barcelos (PSD-RS), presidente; Rubens Paiva (PTB-SP), vice-presidente; Laerte Vieira (UDN-SC), relator; José Aparecido (UDN-MG), Anísio Rocha (PSD-GO), Eloy Dutra (PTB-GB), Regis Pacheco (PSD-BA), Arnaldo Cerdeira (PSP-SP) e Armando Rollemberg (PDC-SE). Como suplentes, os deputados Benedicto Cerqueira (PTB-GB), Benedito Vaz

(PSD-GO), Arnaldo Nogueira (UDN-GB), Broca Filho (PSP-SP) e João Dória (PDC-BA).<sup>19</sup>

Nos primeiros dias de funcionamento, a CPI se envolveu no primeiro de uma série de embates internos que haveria ao longo de seus trabalhos. Laerte Vieira era suspeito de ter recebido ajuda do Ibad em sua campanha. Alguns membros tentaram substituí-lo na relatoria por Armando Rollemberg, para evitar uma “farsa”. Laerte negou a acusação e prometeu até renunciar ao mandato se ficasse provado seu envolvimento com o Ibad. Foi mantido na relatoria, mas suas intervenções nos depoimentos quase sempre causariam conflitos entre os membros.

O tema da CPI era bastante polêmico e continua atual até hoje: financiamento de campanha eleitoral. Naquela época o Código Eleitoral (Lei nº 1.164/1950) determinava no artigo 144:

“É vedado aos partidos políticos: 1) receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou auxílio estimável em dinheiro de procedência estrangeira; 2) receber de autoridade pública recursos de proveniência ilegal; 3) receber, direta ou indiretamente, qualquer espécie de auxílio ou contribuição das sociedades de economia mista e das empresas concessionárias de serviço público”.

E o artigo 145 especificava: “São considerados ilícitos os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, assim como os auxílios e contribuições cuja origem não seja mencionada”.

Centenas de candidatos haviam recebido vultosa ajuda financeira e material do Ibad em vários estados. O apoio financeiro jorrara com fartura para o pagamento de propagandas na imprensa, confecção e distribuição de cartazes, faixas, cédulas eleitorais e folhetos, gravação de *jingles* e de programas de rádio e televisão, alugueis de avião, de veículos e de aparelhos sonoros, e até dinheiro em espécie, muito dinheiro.

Tamanha generosidade, sem identificação das origens do financiamento, despertou a atenção para a legitimidade dos recursos e sua procedência. Além da ilegalidade, suspeitava-se que uma parte fosse de origem estrangeira. O ambiente no Congresso se tornou ainda mais inquietante.

---

<sup>19</sup> Em agosto, Armando Rollemberg seria nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos e sua vaga foi preenchida por João Dória. Eloy Dutra era também vice-governador da Guanabara.

O Ibad, sediado na avenida Marechal Câmara, no Rio de Janeiro, tinha sido fundado no início da década de 1960 por Ivan Hasslocher, economista nascido no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1920, filho de um embaixador gaúcho. Começara sua carreira de empresário com uma pequena agência de publicidade, a S/A Incrementadora de Vendas Promotion, que estava em baixa quando ele fundou o Ibad. De acordo com o estatuto, o Ibad era uma sociedade civil com a finalidade de estimular “o desenvolvimento da livre-empresa”.

Inicialmente a atuação do Ibad ficara circunscrita à propaganda ideológica – promovia simpósios para divulgar ideias liberais nos meios de comunicação. Em março de 1962, ano eleitoral, Ivan vislumbrara uma boa oportunidade de ganhar muito dinheiro e dera um passo adiante, criando outra entidade, a Ação Democrática Popular (Adep), sociedade civil com a função de operar o esquema de arrecadação de verbas para as campanhas, feitas pela agência de publicidade.

O tripé Ibad-Adep-Promotion funcionou bem, estabelecendo uma rede nacional de arrecadação clandestina de dinheiro de empresários e entidades patronais. Ivan Hasslocher era o operador de toda a verba, que era depositada em contas bancárias da Promotion e canalizada para as campanhas de candidatos que se comprometessem por escrito com a Carta de Princípios da Adep, que proclamava:

“Lutar contra a infiltração comunista em nossa pátria, que se esforça, com palavras, para seduzir o povo, pregando reformas sociais a cuja execução os próprios comunistas constituem o maior entrave, por sabermos que jamais conseguiram o poder onde existia a justiça social e econômica”.

Os candidatos se comprometiam também a ingressar, depois de eleitos, na Ação Democrática Parlamentar (ADP), movimento formado por deputados e senadores de direita em setembro de 1961, logo após a posse de Jango, para fazer oposição organizada e barrar as propostas do governo no Congresso. A ADP era presidida pelo deputado baiano João Mendes, da UDN, e dispunha de uma sala num anexo do Congresso Nacional.

O secretário-geral da Adep era Arthur Oscar Junqueira, que tinha sido um dos líderes do Movimento Popular Jânio Quadros, criado em abril de 1959 para alavancar a candidatura janista à Presidência

da República no ano seguinte, e extinto após a renúncia, em agosto de 1961. Durante o governo Jânio, Junqueira tinha sido presidente da Caixa Econômica Federal. Com outros ex-integrantes daquele movimento ele formou sua equipe na Adep, cuja sede ficava na rua México, no centro do Rio. A Adep também editava a revista mensal *Ação Democrática*, com 24 páginas e tiragem média de duzentos mil exemplares, sem anúncios e distribuída gratuitamente, o que demonstrava o sucesso financeiro do esquema. Agências do Ibad foram instaladas em várias cidades interioranas do Nordeste, as quais montavam postos de assistência médica e dentária para a população pobre, com serviços prestados por intermédio de partidos e candidatos clientelistas.

A outra entidade que seria investigada pela CPI, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), tinha sido inaugurada no dia 1º de fevereiro de 1962 por grandes empresários do eixo Rio-São Paulo, sob coordenação do coronel do Exército Golbery do Couto e Silva. Com sede em São Paulo, na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, e uma seção no Rio de Janeiro, na avenida Rio Branco, era presidido por João Batista Leopoldo de Figueiredo, ex-presidente do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros. Tinha também, em Brasília, um escritório de apoio aos parlamentares oposicionistas.

O objetivo oficial do Ipes era defender os valores do capitalismo liberal e da iniciativa privada, o que é normal numa sociedade democrática. Mas sua missão estratégica era combater a mobilização dos movimentos populares e as suas reivindicações político-econômicas. Com um discurso de oposição sistemática, o Ipes promovia seminários, cursos intensivos e conferências, publicava na imprensa artigos e matérias pagas, financiava a produção de filmes de propaganda que exaltavam a democracia liberal e diziam que o Brasil estava ameaçado pelo comunismo. Também financiava centros de formação de líderes católicos e organizações femininas da classe média conservadora, como a Campanha da Mulher Brasileira pela Democracia, a União Cívica Feminina e a Liga de Mulheres Democráticas, as quais distribuíam, pelo correio e pessoalmente, centenas de cartas, mensagens e panfletos com ataques ao governo.

Para executar suas tarefas, o Ipes contava com uma grande equipe de colaboradores: empresários, intelectuais, jornalistas, formadores de opinião e escritores, como o poeta Augusto Frederico Schmidt, que tinha o carinhoso apelido de “Gordinho Sinistro”. Além disso, o Ipes patrocinava

um programa na TV Cultura de São Paulo, denominado *Peço a Palavra*, que entrevistava personalidades contrárias às políticas do governo.

O Ibad também patrocinara programas de televisão durante a campanha eleitoral de 1962: *Assim É a Democracia*, *Democracia em Marcha*, *Julgue Você Mesmo* e *Conheça seu Candidato*. Para o rádio, que na época tinha mais público do que a televisão, o Ibad produzia dois programas radiofônicos distribuídos gratuitamente para emissoras em todas as capitais: *Congresso em Revista*, com discursos e entrevistas de políticos da oposição, e *A Semana em Revista*. Num deles, o procurador-geral da República, Evandro Lins e Silva, cotado para ministro do Supremo Tribunal Federal, foi criticado como “defensor de causas comunistas”.<sup>20</sup>

Na CPI os membros mais atuantes e questionadores eram Rubens Paiva, Eloy Dutra, João Dória, José Aparecido e Benedicto Cerqueira. Muitas sessões foram tumultuadas por discussões exaltadas, porque eles entraram em conflito com outros membros da comissão, principalmente Laerte Vieira, Anísio Rocha, Arnaldo Cerdeira e Peracchi Barcelos.

Depois que o escândalo estourou na imprensa, a temperatura na Câmara ficou elevada. Com raríssimas exceções, ninguém admitia publicamente ter recebido ajuda financeira ou material do Ibad.

Uma vez que muitos depoentes moravam no Rio de Janeiro, sessões da CPI eram realizadas lá, numa sala do terceiro andar do palácio Tiradentes, o prédio da antiga Câmara dos Deputados, convertido em Assembleia Legislativa depois da mudança da capital.

No dia 3 de julho, compareceu para depor Arthur Oscar Junqueira, já desligado do cargo de secretário-geral da Adep. Disse que quando ingressou na entidade, o dinheiro para as campanhas lhe era entregue sempre por Ivan Hasslocher, o qual informava apenas que os contribuintes eram “setenta firmas nacionais”. Mas não fornecia nomes de nenhuma delas, apesar da insistência de Junqueira. Este afirmou ainda que Ivan um dia lhe pedira os recibos assinados pelos candidatos que haviam recebido ajuda do Ibad, para “fazer chantagem com os beneficiários eleitos, como era seu desejo”. Desse dia em diante, os dois não se entenderam mais. Por isso Junqueira se desligara da Adep e quemara papéis comprometedores, temendo que Ivan fizesse uma busca

---

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, 28 jul. 1963. Para uma análise detalhada sobre a atuação do esquema Ibad-Ipes, ver DREIFUSS, 1981.

em sua casa para prejudicá-lo. Ele informou ainda à CPI que o maior volume de dinheiro para as campanhas eleitorais fora gasto nos estados da Guanabara, 330 milhões de cruzeiros só nos últimos três meses da campanha, e de Pernambuco, 420 milhões de cruzeiros. Para programas de rádio e televisão o Ibad havia dado 150 milhões de cruzeiros.<sup>21</sup>

Então chegou a vez de Rubens interrogar.

“O SR. RUBENS PAIVA – Senhor Arthur Junqueira, os esclarecimentos que V.Sa. vem prestando a esta comissão são da mais alta relevância. Eu gostaria de, em aditamento a eles, indagar se essa cifra de 150 milhões de cruzeiros, de que V.Sa. tem conhecimento como havendo sido entregue em programas de televisão, não poderia ser acrescida de outras.

O Sr. Arthur Junqueira – Pode repetir a pergunta, deputado Rubens Paiva?

O Sr. Presidente (Peracchi Barcelos) – Tenho a impressão de que o depoente já respondeu a essa pergunta.

O SR. RUBENS PAIVA – Vou esclarecer por que a faço. Tive conhecimento, através de conversas com outras pessoas, de que o senhor teria declarado que está convencido de que o Ibad havia empregado cerca de 5 bilhões de cruzeiros em programas de televisão. Naturalmente, não estou lhe pedindo que me mostre como foram aplicados 5 bilhões. Quero saber a sua impressão pessoal. Acredito que essa cifra de 150 milhões, a que V.Sa. fez referência, não possa ser muito excedida. Mas pediria a sua impressão pessoal.

O Sr. Arthur Junqueira – Quando a gente faz uma estimativa, pode fazê-la aproximadamente. Quanto à referência a 5 bilhões, se levantássemos a existência do Ibad da data de sua fundação até o presente momento, talvez ultrapassássemos essa cifra. Mas eu não poderia depor neste momento perante esta comissão, que tem tão grande responsabilidade sobre uma cifra que eu não pudesse comprovar.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. tem notícia do preço de um programa de televisão utilizado pelo Ibad?

---

<sup>21</sup> *O Semanário*, n. 341, 11-17 jul. 1963, e *Jornal do Brasil*, 7 jul. 1963. Para se ter uma ideia desse valor monetário, um apartamento de luxo em Ipanema, com três quartos e duas salas, custava em média 12 milhões de cruzeiros em 1963.

*O Sr. Arthur Junqueira* – Posso citar, por exemplo, em São Paulo – faltam-me detalhes –, foi feito um contrato de 2 milhões e 900 mil cruzeiros por um período que não posso precisar.

O SR. RUBENS PAIVA – Em São Paulo custa 1 milhão e 100 por 50 minutos de programa nas grandes estações.

*O Sr. Arthur Junqueira* – Estou citando a V.Exa. apenas um contrato de que tive ciência, em virtude de uma dificuldade que houve com o secretário de lá, em virtude da orientação citada pelo nobre deputado Eloy Dutra, de que só a Promotion poderia contratar programas de televisão do Ibad. Quanto aos demais, não tenho a menor ideia, não faço sequer um cálculo, porque não participei da contratação.

O SR. RUBENS PAIVA – O Ipes, Instituto de Pesquisa e (*irônico*) Esclarecimento Social, enfim, não sei exatamente o significado da sigla, recebia algum recurso do Ibad ou da Adep? É do seu conhecimento?

*O Sr. Arthur Junqueira* – Não é do meu conhecimento. Confesso a V.Exa. que nem sei o que significa Ipes, a não ser pelas publicações que fazem na imprensa no esclarecimento de determinada tese. Não tenho a menor ideia da vinculação do Ibad com o Ipes. Apenas sei que é dirigido pelo eminente senhor Leopoldo Figueiredo, ex-presidente do Banco do Brasil, homem de alto gabarito.

O SR. RUBENS PAIVA – A Adep tem filiais em São Paulo?

*O Sr. Arthur Junqueira* – Em todos os estados do Brasil.

O SR. RUBENS PAIVA – E a de São Paulo, funcionou no mesmo sentido das outras?

*O Sr. Arthur Junqueira* – Exatamente, na mesma orientação, sob o mesmo estatuto.

O SR. RUBENS PAIVA – Quem são os dirigentes lá?

*O Sr. Arthur Junqueira* – Já passei à comissão uma relação de todos os delegados regionais da Adep. Está junto aos autos.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, declaro-me satisfeito, reservando-me o direito de retornar às perguntas, se julgar necessário.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Anais da CPI do Ibad-Ipes, 3 jul. 1963 (original datilografado, Câmara dos Deputados, Seção de Documentos Legislativos). Também os demais depoimentos da CPI, todos inéditos até agora, são dessa fonte.

No mesmo dia a CPI ouviu o depoimento de Francisco Camelo Lampreia, representante da Adep (Ação Democrática Popular) e da Promotion em Brasília, onde ocupavam seis salas alugadas no Edifício Ceará. Ele compareceu como testemunha. Um dos alvos da comissão nesse depoimento era obter mais informações sobre o programa radiofônico *Congresso em Revista*, gravado na Câmara e transmitido em todas as capitais brasileiras.

De terno preto, Lampreia cumprimentou os membros da CPI com um sorriso formal e acendeu um cigarro americano Kent. Ao ver a marca, Rubens sussurrou no ouvido de José Aparecido: “Ele revela quem é até no cigarro que fuma”.

Antes de iniciar sua inquirição, Rubens reagiu a uma insinuação do deputado goiano Anísio Rocha, que o acusou de coagir e perturbar o depoente ao qualificar de “confusas” as relações de Lampreia com Ivan Hasslocher.

“O SR. RUBENS PAIVA – Recuso a impertinente insinuação de que falar alto e claro é ser coator. V.Sa. sente-se coagido pelo meu tom?”

*O Sr. Francisco Lampreia* – Absolutamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Infelizmente é o meu tom de voz. Já nasci assim. O senhor declarou que se retirou do Ibad quando os estatutos foram modificados. Qual a modificação sensível e a razão de sua saída?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Quando saí da Promotion entreguei-me a atividades particulares, inclusive corretor de imóveis e administração de bens de família. Creio que foi nessa época que o senhor Ivan Hasslocher, não estando eu mais na Promotion, tenha julgado de bom alvitre retirar-me do quadro da diretoria do Ibad, uma vez que lá não comparecia.

O SR. RUBENS PAIVA – O senhor retirou-se do Ibad porque lá não comparecia. E entretanto isto coincidiu com a modificação dos estatutos do Ibad. É mera coincidência?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Absolutamente. Não estabeleço que tenha sido na mesma época. Não posso, inclusive, precisar.

O SR. RUBENS PAIVA – O senhor disse isto aqui.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Disse que foram modificados os estatutos.

O SR. RUBENS PAIVA – E nessa ocasião o senhor se retirou, deixou de ser diretor.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Eu me retirei não. Retiraram meu nome do Instituto, substituindo-me, provavelmente por membros mais ativos, porque eu já não estava naquelas atividades.

O SR. RUBENS PAIVA – Com respeito à Promotion, é uma agência de propaganda?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Publicidade. É o termo mais preciso.

O SR. RUBENS PAIVA – Tem escritório em Brasília, no Edifício Ceará, com seis salas?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Exatamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Existem outras agências de publicidade em Brasília?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não tenho conhecimento.

O SR. RUBENS PAIVA – Existe mercado para esse tipo de negócio em Brasília?

O Sr. *Francisco Lampreia* – É possível que sim. Os jornais, as rádios, a televisão estão cheios de anúncios.

O SR. RUBENS PAIVA – A Promotion tem muitos clientes em Brasília?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Aqui em Brasília só tem, entre outros, a Tintas Ipiranga, por exemplo, que possui uma boa loja aqui e com que mantenho constante contato.

O SR. RUBENS PAIVA – Condor Oil.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Condor Oil, Tintas Ipiranga S/A.

O SR. RUBENS PAIVA – Quer dizer que o único cliente da Promotion em Brasília é a Tintas Ipiranga?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Que tenha atividades em Brasília, creio que sim. Temos uma outra conta, de rum, que certamente vende muito aqui, mas sobre a qual não tenho qualquer atividade.

O SR. RUBENS PAIVA – Se fosse o dono dessa empresa publicitária, alugaria um escritório de seis salas para essas duas contas?

O Sr. *Francisco Lampreia* – O trabalho tem indicado que é necessário. Todas essas funcionam.

O SR. RUBENS PAIVA – Não há nenhum outro cliente importante da Promotion em Brasília?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não.

O SR. RUBENS PAIVA – O Ibad não é cliente da Promotion?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Isso já declarei que é, deputado. Sempre foi, é uma pergunta que já está sobejamente respondida.

O SR. RUBENS PAIVA – É atividade preponderante da agência Promotion em Brasília o trabalho para o Ibad?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Para o Ibad, exatamente. O programa radiofônico *Congresso em Revista* é uma encomenda do cliente Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

O SR. RUBENS PAIVA – Quem faz o programa *Congresso em Revista*?

O Sr. *Francisco Lampreia* – É uma equipe. Diversas pessoas. Se for preciso nas perguntas, responderei uma por uma.

O SR. RUBENS PAIVA – Quem é que faz? É a Promotion?

O Sr. *Francisco Lampreia* – É a Promotion.

O SR. RUBENS PAIVA – Que tipo de atividade a Promotion mantém com o Congresso para fazer este programa?

O Sr. *Francisco Lampreia* – A Promotion não mantém nenhuma atividade com o Congresso, nenhuma ligação.

O SR. RUBENS PAIVA – Ela não grava os programas?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não é ela quem grava.

O SR. RUBENS PAIVA – Quem grava?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Uma das estações de rádio que retransmite o programa *Congresso em Revista*, que é a Rádio Alvorada, de Brasília. Tem, inclusive, no seu contrato o dever e obrigação de comparecer ao Congresso para gravar.

O SR. RUBENS PAIVA – Contrato com quem?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Com a Promotion.

O SR. RUBENS PAIVA – E esta rádio manda pra cá os seus técnicos para fazer a gravação de todas as sessões do Congresso?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Um técnico seu de cada vez.

O SR. RUBENS PAIVA – Um técnico de cada vez é suficiente para fazer a gravação de toda a sessão do Congresso? O senhor sabe que o Congresso costuma se reunir três vezes ao dia e, portanto,

praticamente passa algumas vezes o dia inteiro em sessão. E este funcionário fica o dia inteiro aqui?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Não. Quando há três sessões por dia, dificilmente gravamos as três.

O SR. RUBENS PAIVA – Quantas horas por dia grava a Rádio Alvorada?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Quatro a cinco horas por dia.

O SR. RUBENS PAIVA – E quantas horas fica no ar esse programa, por dia, na Rádio Alvorada?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Fica 25 minutos de cada vez, atualmente duas vezes por semana.

O SR. RUBENS PAIVA – O senhor vem muito ao Congresso, à Câmara dos Deputados, especificamente?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Venho constantemente.

O SR. RUBENS PAIVA – E como responsável por este programa, também tem sua atividade de fiscalização, orientação. Onde exerce essa atividade?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Dificilmente paro em lugar determinado.

O SR. RUBENS PAIVA – Normalmente?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Muitos já me viram na parte da imprensa, vendo se o programa está realmente sendo gravado.

O SR. RUBENS PAIVA – Mas como hábito? Não tem um lugar onde fique com mais frequência, dê seus telefonemas, encontre os deputados mais amigos?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Não. Fico muito mais aqui por baixo, pela portaria, pela entrada, do que em qualquer outro lugar.

O SR. RUBENS PAIVA – Qual o andar da Ação Democrática Parlamentar, no outro prédio?

*O Sr. Francisco Lampreia* – 13º andar.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. frequenta?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Também vou lá, de vez em quando.

O SR. RUBENS PAIVA – Habitualmente?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Vou lá constantemente.

O SR. RUBENS PAIVA – Os aparelhos de gravação, as fitas, não são guardados lá, por vezes?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Os aparelhos de gravação são levados diariamente de volta para a rádio, quando o programa tem que ser

retransmitido, porque a rádio não dispõe de aparelho. O aparelho faz parte do patrimônio da Promotion. De acordo com o contrato, a rádio dá o operador e a Promotion o aparelho.

O SR. RUBENS PAIVA – Quer dizer que os aparelhos são da Promotion?

O Sr. *Francisco Lampreia* – São. Emprestados à Rádio Alvorada para este trabalho.

O SR. RUBENS PAIVA – Funcionam dentro do Congresso? Quer dizer que a Promotion traz para o Congresso os seus aparelhos para fazer a gravação?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Quem traz é a Rádio Alvorada.

O SR. RUBENS PAIVA – A Rádio traz, por delegação da Promotion, uma vez que a Promotion é quem faz, quem orienta, quem encaminha e é a dona dos aparelhos. A Rádio Alvorada dá o operador, não é isso?

O Sr. *Francisco Lampreia* – É um contrato comercial, em que a rádio, por não ter meios, talvez, para comprar um aparelho daqueles, contratou com a condição de emprestarmos o aparelho, mesmo porque – V.Exa. talvez não conheça bem a engrenagem do programa – o programa não é transmitido daqui. É gravado, e dessas fitas aqui gravadas são selecionados os discursos, mesmo porque um programa de 25 minutos...

O SR. RUBENS PAIVA – Como é feita essa seleção? V.Sa. já transmitiu, por exemplo, algum discurso do deputado Fernando Sant'Anna?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não, mas já transmitimos da deputada Ivete Vargas, do senador Argemiro Figueiredo.

O SR. RUBENS PAIVA – Da deputada Ivete Vargas? No dia em que ela falou mal do ministro do Trabalho? Foi o único discurso que ela fez nesta Câmara.

O Sr. *Francisco Lampreia* – É, foi um aparte que ela fez. (*Risos.*)

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. transmite com frequência que deputados?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não posso adiantar à comissão uma lista de todos os programas, desde o número um até a presente data. Tem deputados de todos os partidos.

O SR. RUBENS PAIVA – Do PTB, por exemplo, além da deputada Ivete Vargas falando mal do ministro do Trabalho, quem mais o senhor levou ao ar?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Não creio que ela tenha falado mal do ministro. Ela falou em requerimentos que seriam assinados por todos e quaisquer parlamentares que assim desejassem. Parece que teve a ideia de criticar aqueles requerimentos que às vezes tramitam pela Casa e quase todos os deputados assinam sem ler.

O SR. RUBENS PAIVA – Esse é o ponto de vista da deputada Ivete Vargas, não vale a pena entrar no mérito. Quero saber a ação da Promotion.

*O Sr. Francisco Lampreia* – Posso entregar a relação, senhor presidente?

*O Sr. Presidente* – V.Sa. pode encaminhar à Mesa. Os senhores membros da comissão se interessam por esta relação?

O SR. RUBENS PAIVA – Eu me interesso vivamente.

*O Sr. Francisco Lampreia* – Tenho onze cópias e o original para a presidência.

O SR. RUBENS PAIVA – Gostaria de particularizar sua exata atividade dentro da Promotion. O senhor é o gerente em Brasília?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Encarregado do escritório.

O SR. RUBENS PAIVA – É quem assina cheques, toma conta da contabilidade também, naturalmente.

*O Sr. Francisco Lampreia* – Exatamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Qual a proporção do volume de negócios da Promotion em Brasília, entre aqueles que presta ao Ibad e o que presta aos demais clientes? Talvez fosse indiscrição perguntar-lhe quanto fatura a Promotion por mês?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Absolutamente. Quem fatura é a matriz, no Rio.

O SR. RUBENS PAIVA – Quer dizer que a única pessoa que pode responder a esta pergunta é o senhor Ivan Hasslocher?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Exatamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Que não se encontra no país.

*O Sr. Francisco Lampreia* – A única não. Há diversas outras pessoas.

O SR. RUBENS PAIVA – Quem, por exemplo, poderia nos dar contas?

O Sr. *Francisco Lampreia* – V.Exas. perguntaram ao senhor Frutuoso Osório Filho?

O Sr. *Eloy Dutra* – Não sabe de nada.

O Sr. *Francisco Lampreia* – O senhor Carlos Reis talvez tenha podido informar a esta comissão, inclusive as rádios que foram contratadas para esse serviço...

O Sr. *Eloy Dutra* – Também não sabe de nada.

O Sr. *Francisco Lampreia* – ...e dando proporções das horas pagas, algumas gratuitas.

O Sr. *Presidente* – As rádios ele enumerou. Já estão, inclusive, relacionadas nas atas do inquérito.

O SR. RUBENS PAIVA – Vou requerer até ao nosso presidente um tônico contra amnésia, porque nossos depoentes são muito esquecidos. Aliás, louvo seu depoimento, que é dos mais claros. Gostaria, senhor presidente, de encerrar minhas perguntas, reafirmando aqui uma declaração que o depoente fez ao deputado José Aparecido. O senhor tem notícia de candidatos a deputado que receberam apoio do Ibad? O senhor disse isso ao deputado José Aparecido.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Creio que não.

O SR. RUBENS PAIVA – O senhor disse mais: que era um dos que poderia selecionar esses candidatos.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Disse que outras pessoas poderiam indicar candidatos.

O SR. RUBENS PAIVA – Mas o senhor aceitou a afirmativa dele, de que o Ibad tinha apoiado candidatos a deputado.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Ibad não. A Adep, faço questão de salientar.

O Sr. *Laerte Vieira* – V.Exa. que está com a palavra, poderia perguntar quais os candidatos recomendados. Se V.Exa. não o fizer, eu o farei.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Exa. terá oportunidade de fazer suas perguntas.

O Sr. *Laerte Vieira* – Muito obrigado. V.Exa. está sendo muito gentil.

O SR. RUBENS PAIVA – É uma questão de oportunidade. É a minha vez. O colega relator terá sua oportunidade. Entendo que devo e posso ser o juiz de minhas perguntas.

O Sr. *Presidente* – Pode e deve. E tem a palavra para continuar o interrogatório.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. não declarou ao deputado José Aparecido que o Ibad apoiou candidatos a deputado federal?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Creio que não. Mas como todas as perguntas feitas pelo deputado José Aparecido em geral diziam o Ibad, a Promotion, a Adep, diziam tudo junto, era muito difícil separar as perguntas, todas elas envolvendo todas as entidades.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. acha que o deputado José Aparecido não tem razão em fazer uma certa confusão entre essas entidades que menciona?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Pode ser, para quem não conheça. Para mim é bem claro. Se V.Exa. me fizer a pergunta certa, responderei.

O SR. RUBENS PAIVA – Para o senhor é claro porque acredito que, tendo sido funcionário de todas essas organizações sucessivamente, consiga escalar. Para nós, que temos notícias pelos jornais, é mais difícil.

O Sr. *Francisco Lampreia* – É pena que não conheçam de perto, porque os jornais às vezes distorcem um pouco as notícias.

O Sr. *Presidente* – Atenção, o depoente não pode fazer comentários.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Desculpe.

O SR. RUBENS PAIVA – Aliás, os comentários são tão graciosos que até acho oportunos. Para encerrar minhas perguntas: V.Sa. tem notícia do volume de negócios entre o Ibad e a Promotion?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não tenho a menor ideia.

O SR. RUBENS PAIVA – Quantas rádios estão sob sua cadeia?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Inicialmente eram oito ou nove estações de rádio, na primeira quinzena de transmissão do programa, ou seja, segunda quinzena de março. [...] Depois passamos, se não me falha a memória, para uma estação em cada capital brasileira.

O SR. RUBENS PAIVA – Hoje são pelo menos 30 emissoras, não é isso?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não. Uma em cada estado. São 22 emissoras.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Sa. disse que transmitia daqui para algum local no Rio de Janeiro, através de telex, as notícias sobre

atividades do Congresso. Essas notícias eram transmitidas através de um telex que o senhor tinha no Hotel Nacional?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Não. O Hotel Nacional tem um telex, e a gerência, durante dois ou três dias somente, cedeu-me para transmitir notícias, porque os telefones naquela época estavam funcionando um pouco mal, havia interrupções constantes.”

Após algumas perguntas feitas pelo deputado Eloy Dutra, Rubens voltou a interrogar Francisco Lampreia, a propósito de uma carta que este enviou, após as eleições de 1962, aos representantes da ADP nos estados, para que indicassem “deputados novos cuja ideologia pode ser considerada como aproveitável para integrar os quadros da Ação Democrática Parlamentar”.

“O SR. RUBENS PAIVA – O senhor está fazendo aliciamento de deputados para a Ação Democrática Parlamentar?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Pergunto aos secretários dos estados se eles têm nomes de democratas considerados da linha para recomendar para a Ação Democrática Parlamentar.

O SR. RUBENS PAIVA – Certo, mas que interessa isso ao senhor, se o senhor não tem nada com a Ação Democrática Parlamentar, não é funcionário, mal a conhece e, sobretudo, não é deputado.

*O Sr. Francisco Lampreia* – Eu não disse isso, senhor deputado. Inclusive eu sou credenciado pelo deputado João Mendes como assessor dele.

O SR. RUBENS PAIVA – Ah! O senhor é assessor do presidente da Ação Democrática Parlamentar.

*O Sr. Francisco Lampreia* – Sim, assessor de divulgação de imprensa.

O SR. RUBENS PAIVA – Uma vez recebidas as respostas, o que o senhor faria com elas? Entregaria a lista à Ação Democrática Parlamentar?

*O Sr. Francisco Lampreia* – Entregaria a lista ao presidente da Ação Democrática, de quem sou assessor.

O SR. RUBENS PAIVA – Ah! O senhor então confunde a sua ação de secretário regional da Adep com a de assessor do presidente

da Ação Democrática Parlamentar, e na qualidade de secretário, funciona como assessor. É isso?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não vejo confusão nenhuma. Sou assessor do deputado João Mendes e presto a ele serviços de divulgação, etc.

O SR. RUBENS PAIVA – Como secretário dessa entidade (*Adep*), o senhor solicita informações para, como assessor do deputado João Mendes, fornecer a ele.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Exatamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Então o deputado João Mendes também tem alguma ingerência nessa *Adep*.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Ingerência? Eu diria que ele é o líder democrático nacional desse movimento.

O SR. RUBENS PAIVA – Da *Adep* também?

O Sr. *Francisco Lampreia* – ADP.

O SR. RUBENS PAIVA – Estou começando a sentir a diferença, principalmente nas siglas. (...) O depoente declarou, em resposta ao deputado Max da Costa Santos, que foi gerente substituto da *Promotion* durante as viagens trienais por quatro meses do senhor Ivan Hasslocher.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Exatamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Sendo gerente dessa empresa por quatro meses, tem notícia do seu faturamento e dos seus negócios?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Naquela época o faturamento eu não posso precisar, deputado, havia um diretor acima de mim – eu era gerente –, o senhor Frutuoso Osório Filho, que aqui esteve.

O SR. RUBENS PAIVA – Também esquecido.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Sobre o depoimento dele eu não posso dizer nada.

O SR. RUBENS PAIVA – A impressão que eu tinha era de que o senhor substituiu o senhor Ivan Hasslocher, e como era ele quem controlava o dinheiro, eu imaginei que o senhor passasse a controlar o dinheiro.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Substituí, mas o senhor Osório, na ausência do senhor Ivan Hasslocher, continuava a gerir a firma naquele período de ausência do senhor Hasslocher. Agora, como ele era funcionário de uma outra empresa naquela época, ele só apa-

recia lá entre 6h30 e 7 horas, com quem eu ficava até às 8 horas prestando contas da minha gerência.

O SR. RUBENS PAIVA – Quer dizer que o senhor era o gerente, mas não lhe era entregue o caixa.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Não, caixa não.

O SR. RUBENS PAIVA – O capital social dessa empresa Promotion, qual é?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Já declarei que ignoro.

O SR. RUBENS PAIVA – Apesar de ter sido gerente dessa empresa e responsável por ela.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Gerente, funcionário gerente não é sócio.

O SR. RUBENS PAIVA – Por acaso numa dessas viagens do senhor Ivan Hasslocher é que foi assinado esse contrato entre a Promotion e *A Noite*, do Rio de Janeiro, de cinco milhões, em que *A Noite* se propõe a divulgar a ação da Ação Democrática Popular e do Ibad?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Se V.Exa. me der a data do documento eu poderia...

O SR. RUBENS PAIVA – 2 de agosto de 1962.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Eu estava aqui em Brasília.

O SR. RUBENS PAIVA – Logo, não tem conhecimento desse contrato.

O Sr. *Francisco Lampreia* – Pela imprensa, eu vi na primeira página de *Última Hora*.

O SR. RUBENS PAIVA – Quais são os outros contratos com outras empresas que tem nesse sentido a Promotion?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Desconheço, eu mostrei aqui um contrato da S/A Rádio Alvorada que, fora das minhas atribuições, eu contratei aqui em Brasília, função que seria do senhor Carlos Reis, que já depôs nesta comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – Desconhece que a Promotion tinha outros contratos com outros jornais, outros órgãos de divulgação a não ser o que o senhor declarou?

O Sr. *Francisco Lampreia* – Vejo pela lista de estações de rádio, que constam inclusive da revista que o nobre deputado Eloy Dutra tem ali, diversas outras estações. Deve haver contratos, mas eu desconheço. O senhor Carlos Reis é o encarregado de contratá-las.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, desejo encaminhar duas solicitações, uma delas de que seja convocado o diretor da Rádio Alvorada, bem como solicitar da Mesa da Câmara o relatório das atividades dessa rádio. A segunda solicitação é que ao ser convocado o senhor João Batista Figueiredo, presidente do Ipes, tragamos ele elementos elucidativos e cópias dos recibos das empresas que contribuem para o Ipes. Solicito ainda que esta comissão designe um técnico para proceder ao levantamento da escrita daquela entidade, conforme oferecimento gentil do seu presidente. Finalmente, solicito que seja oficiado ao diretor do Imposto de Renda indagando se é legal que se deduzam do rendimento das empresas as contribuições dadas ao Ipes e ao Ibad e as relações das firmas e suas contribuições dentro do Ipes, porque, no que se refere ao Ipes, estou informado de que quem dá recursos é o Imposto de Renda sonogado.”

No dia seguinte, o depoimento do deputado Amaral Neto, da UDN, causou muita confusão. Um dos mais duros opositores do governo, ele era também um dos poucos deputados que admitiam publicamente ter sido beneficiados pelo Ibad. Em seu depoimento, no palácio Tiradentes, repetiu que recebera dinheiro, cartazes, faixas, veículos e patrocínio de programas no rádio e na TV, justificando ser a única maneira de conseguir se eleger na Guanabara. Também afirmou ignorar a origem do dinheiro do Ibad e que, se soubesse, não revelaria. Atacou Arthur Oscar Junqueira porque na véspera afirmara à CPI ter se desligado da Adep depois de perceber a origem ilegal dos recursos financeiros: “Ele não tem autoridade moral, sujou o prato em que comeu”, afirmou Amaral Neto.

Quando o deputado José Aparecido, seu correligionário, perguntou-lhe se admitia também que a maioria dos candidatos da Guanabara havia sido beneficiada pelo Ibad, Amaral Neto ficou irritado e respondeu com outra pergunta: “A que partido V.Exa. pertence?”

José Aparecido respondeu: “Na Câmara, à UDN, nesta comissão, ao partido da honra”.

E Amaral Neto provocou: “V.Exa. é da UDN, mas se porta como adversário”.

No meio do burburinho da sessão, José Aparecido afirmou que, diante da grosseria do depoente, não iria mais interrogá-lo, e deixou a sala em protesto. Peracchi Barcelos apaziguou: “Numa comissão de

inquerito, os deputados não são de partidos, mas intérpretes do povo”. Amaral Neto tentaria nos dias seguintes, sem êxito, expulsar José Aparecido do partido.

Quando chegou a vez de Rubens inquirir, ele se solidarizou com José Aparecido, assumindo uma atitude rara e inesperada, o que causou novo desentendimento.

“O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, eu desejava, preliminarmente, declarar que não concordo com a tese que vários deputados aqui levantaram, de que esse dinheiro só seria espúrio se fosse dinheiro estrangeiro. Basta ver que cerca da metade da indústria dita brasileira na realidade é indústria estrangeira. Acho inteiramente espúrio se criar neste país, à sombra de grande poder econômico, sobretudo das indústrias estrangeiras, agências econômicas de grandes monopólios estrangeiros, essas siglas todas que constituem o próspero parque industrial da indústria anticomunista que, ao que estamos vendo, é talvez daquelas mais rendosas, que dispõem de maiores recursos. Feita esta ressalva, eu gostaria de reportar-me ao depoimento do nobre deputado Amaral Neto, que, com surpresa minha, não foi, como imaginei, uma mensagem aos eleitores da Guanabara. Chego mesmo a fazer uma crítica a mim próprio, uma vez que saí hoje do hotel dizendo a amigos que esta sala ainda estaria mais quente, porque estariam aqui refletores e câmeras de televisão, para chegar à conclusão de que o senhor Amaral Neto compareceu a esta comissão e depôs durante onze minutos para nos dizer que é um dos ibadeanos – expressão de S.Exa. Acho mesmo que, conforme disse S.Exa., neste país uma grande parcela dos deputados e altas autoridades, como o caso do cardeal (*Jaime*) Câmara, que V.Exa. citou aqui, estão sob suspeição de serem ibadeanos ou agirem com recursos do Ibad. É muito mais antiga neste país a suspeição de todos aqueles que contrariam determinado *status quo*, determinados privilégios, de serem comunistas. Li nos jornais que um deputado havia declarado, se não me engano na Bahia, que suspeitavam de que o próprio cardeal Montini (*eleito Papa Paulo VI em junho daquele ano*) era conquista dos comunistas. É para ver V.Exa. como está conflagrado ideologicamente o nosso mundo, sobretudo o nosso mundo político. Considerando a

dificuldade de diálogo com V.Exa., e por solidariedade aos deputados José Aparecido e meu eminente companheiro de partido, Eloy Dutra, quero encaminhar algumas perguntas que faria ao deputado Amaral Neto ao senhor presidente desta comissão, para que as faça, e dou por encerrada a intervenção.

O relator, deputado Laerte Vieira, rejeitou a solicitação de Rubens, invocando o regimento das CPIs, segundo o qual somente deputados não membros podiam formular perguntas por escrito através do presidente. Rubens ignorou o argumento do relator e dirigiu-se a Peracchi Barcelos, e aí começou nova confusão.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, pediria a V.Exa. que formulasse a decisão.

*O Sr. Presidente* – V.Exa. não formulou questão de ordem, apenas manifestou um ponto de vista.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, quem pode o mais, pode o menos. Se posso dirigir-me diretamente ao deputado que ora depõe, não vejo como não possa fazê-lo através de V.Exa. Entendo a recusa de V.Exa. simplesmente como V.Exa. não desejando ter esse trabalho.

*O Sr. Presidente* – Não, absolutamente.

O SR. RUBENS PAIVA – Porque se minha pergunta poderia ser feita diretamente, e qualquer outro deputado não membro desta comissão o faria por intermédio de V.Exa., acredito que também eu possa fazê-lo por intermédio de V.Exa., dado o constrangimento surgido nesta comissão.

*O Sr. Presidente* – Há uma diferença: V.Exa. é membro efetivo e vice-presidente da comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – E abro mão do direito e peço a V.Exa. que me considere um simples deputado que encaminha ao deputado Amaral Neto as perguntas.

*O Sr. Amaral Neto* – Senhor presidente, V.Exa. me permite?

*O Sr. Presidente* – Deputado Rubens Paiva, V.Exa. é testemunha da forma como me tenho conduzido na presidência dos trabalhos. Nenhuma diligência, nenhum requerimento até hoje foi recusado ou praticamente indeferido pela presidência. Mas V.Exa. está abrindo

do mão de um direito que é seu e abre um precedente que me poria aqui, desta hora em diante, a retransmitir as perguntas que todos os demais integrantes desta comissão desejassem fazer, colocando-se na posição em que V.Exa. se colocou. Não obstante a advertência do relator, e para que V.Exa. fique de uma vez por todas sabendo que tanto esta presidência como qualquer um dos membros desta comissão não será capaz de evitar qualquer pergunta tendente ao esclarecimento dos fatos, vou admitir V.Exa. como não integrante desta comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – A advertência de V.Exa. é desnecessária, uma vez que já declarei isso.

O Sr. Presidente – E vou formular as perguntas ao deputado Amaral Neto, para que ele as responda, pedindo todavia que o faça com concisão, com clareza e sinteticamente, se puder fazê-lo.

O Sr. Brito Velho – Senhor presidente, pela ordem.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre deputado Brito Velho.

O Sr. Brito Velho – Senhor presidente, como homenagem a V.Exa., eu me disporia a formular, já que tenho o direito de falar no fim dos trabalhos, as perguntas que o nobre deputado Rubens Paiva, membro da comissão, desejaria formular, mas que não formula por considerar difícil ou áspero o diálogo com o nobre deputado Amaral Neto. Eu, pessoalmente, não o considero assim. Acho que todos os diálogos são sempre amenos e agradáveis. Ponho-me à disposição de V.Exa.

O Sr. Presidente – Grato a V.Exa. Vou tomar as perguntas como formuladas por V.Exa. e vou transmiti-las então ao deputado Amaral Neto.

O Sr. Amaral Neto – Permite-me, senhor presidente. Acho que dentro da Casa ou fora dela, membro da comissão ou não, todos temos um mandato igual. E o que ouvi do deputado que falou não foi pergunta nenhuma. E eu, não conhecendo o regimento, acho que ouvi um discurso feito aqui às minhas custas, com afirmações sobre a minha pessoa. Ora, senhor presidente, devo dizer a V.Exa. que dentro desse discurso se contém insinuações que tenho o direito de responder, do contrário não estaria aqui exercendo o meu mandato.

O Sr. Presidente – Evidentemente.

O Sr. Amaral Neto – A dificuldade do diálogo comigo não é só do senhor Rubens Paiva, é de todos os que se assemelham a ele. Porque é muito difícil mesmo dialogar comigo quando as pessoas são como ele e as suas assemelhadas. Ora, senhor presidente, partiu-se aqui de uma pergunta feita por mim ao deputado José Aparecido, sobre a qual V.Exa. esclareceu: ‘Nesta comissão não há partidos’. Confesso que devo ter-me enganado, ou devo ter exorbitado possivelmente, mas era um problema da UDN que eu não deveria ter trazido para aqui. Foi, assim, insopitável. Mas ela não se dirigiu, como não me dirigiria ao meu maior adversário, dentro da comissão ou fora dela. Porque o adversário tem todo o direito de formular-me a pergunta que bem entender, desde que nasci até a idade que tenho, a pergunta sobre o que bem entender, e terá sempre o meu respeito, se me respeitar, discutindo e perguntando. Então, senhor presidente, começou o deputado Rubens Paiva dizendo que esperava encontrar aqui televisão, rádio... Não sei por quê. No Rio de Janeiro há cerca de dezoito ou dezenove jornais e revistas e cerca de dezoito ou dezenove estações de rádio. Eu desafio qualquer deputado desta Casa a apresentar-me mais que um jornal ou mais que uma estação de rádio, se houver, que costume fazer elogios à minha pessoa. Sou atacado constantemente pelos maiores jornais do Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* várias vezes, e *O Globo*, que é tido como jornal de minha linha, talvez nele três ou quatro vezes tenha meu nome aparecido num editorial elogiosamente e muito de passagem. Ora, não tenho imprensa, eu a conquisto com as minhas palavras e os meus atos, quando ela é obrigada a tomar conhecimento de minha experiência. E sou jornalista há treze anos, comecei minha vida como repórter no *Correio da Noite*, sem ganhar níquel, com 28 anos de idade e quatro filhos nas costas. Ganhei a vida na imprensa. Ora, senhor presidente, eu não podia deixar de fazer esta retificação quando nenhuma pergunta me foi feita e quando se procurou insinuar e debochar de um deputado que veio aqui depor e que, talvez, teve um gesto de indelicadeza e esquecia-se de que poderia estar atingindo a comissão, o que não era meu objetivo.

O Sr. Presidente – Aceito a explicação de V.Exa.

O Sr. *Amaral Neto* – Para terminar, quero deixar claro que não responderei a pergunta nenhuma, nem a mando de Deus Padre, de deputado presente que, tendo direito a fazê-la, não a faz, não sei por quê. E repito: graças a Deus, o deputado Rubens Paiva é meu adversário.

O Sr. *Presidente* – Deputado Amaral Neto, V.Exa. responderia às perguntas do deputado Brito Velho, se ele as fizesse suas ao deputado Rubens Paiva?

O Sr. *Amaral Neto* – Respondo. Estou pronto a ouvir e tentar responder a todas as perguntas.

O SR. RUBENS PAIVA – Só queria dizer que as perguntas foram feitas. A forma de fazê-lo é que pedi fosse por intermédio de V.Exa., senhor presidente.

O Sr. *Presidente* – Não transmito as perguntas de V.Exa., na qualidade de membro efetivo, se quiser interrogar.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Exa. é quem deve decidir neste caso, entretanto sob meu protesto, uma vez que, se posso formular perguntas diretamente, entendo que posso fazê-lo por intermédio do presidente também.

O Sr. *Presidente* – Se V.Exa. realmente quer formular perguntas ao deputado Amaral Neto, pode fazê-lo como membro efetivo, se não quiser, o deputado Brito Velho resolveu perfilhar as perguntas de V.Exa. e transmitirei, na qualidade de presidente, as perguntas formuladas, por escrito, ao deputado Amaral Neto, se ele desejar responder a elas. O nobre deputado Amaral Neto é uma testemunha espontânea, não foi convocado, apresentou-se para depor, e deporá se quiser.

O Sr. *Brito Velho* – (...) Vou formular a pergunta do nobre deputado que não deseja dialogar com o deputado Amaral Neto. Acho que tem maus gostos, se me permite, esse nobre deputado...

O SR. RUBENS PAIVA – Se os gostos fossem todos iguais, que seria da humanidade!

O Sr. *Brito Velho* – ...porque o diálogo é sempre agradável, mesmo quando ele se configura de forma áspera, ríspida. Até pessoalmente quase prefiro os diálogos assim, um tanto exaltados, porque estão mais ou menos na linha da minha personalidade.

O Sr. *Amaral Neto* – Permite? V.Exa. vai formular pergunta sua?

*O Sr. Brito Velho* – São minhas porque perfilhei-as, e agora é que vou saber quais são elas. A primeira (*lendo*): ‘Confirma V.Exa. que o deputado Menezes Cortes recebeu ajuda?’

*O Sr. Amaral Neto* – Igual à minha, suponho eu.

*O Sr. Brito Velho* – Agradecido.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, se o nobre deputado Brito Velho me permite, quero só dizer à Casa a razão desta pergunta. O secretário da ADP ontem...

*O Sr. Presidente* – Não permito a V.Exa. a explicação.

*O Sr. Brito Velho* – Quem está formulando as perguntas sou eu. Elas não mais pertencem ao membro da comissão.

*O Sr. Presidente* – O deputado Amaral Neto disse que não responderia a V.Exa., deputado Rubens Paiva.

O SR. RUBENS PAIVA – Quero saber se V.Exa. me nega intervenção.

*O Sr. Presidente* – Só o deputado Brito Velho pode explicar as perguntas, que não são suas.

*O Sr. Brito Velho* – Dispus-me a formular as perguntas, por questão de delicadeza. Espero merecer igual gentileza da parte do nobre membro da comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – Só por delicadeza a V.Exa. é que eu queria dar um esclarecimento indispensável, se V.Exa. me permite. O nobre deputado Amaral Neto afirma que o deputado Menezes Cortes recebeu essa ajuda. Ontem, aqui mesmo, depondo nesta comissão, o secretário-geral da ADP negou que o deputado Menezes Cortes tivesse recebido qualquer ajuda, bem como o deputado Aduacto Cardoso, que esses dois deputados foram excluídos da lista de ajuda.

*O Sr. Brito Velho* – Está registrado. Segunda pergunta...

*O Sr. Presidente* – O deputado Amaral Neto está respondendo às perguntas do deputado Brito Velho. O esclarecimento do deputado Rubens Paiva não deveria ser dado. Ele o fez sem autorização, sem que a Mesa lhe tivesse concedido a palavra.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, perdoe-me se agir mal, mas me pareceu pertinente a intervenção.

*O Sr. Presidente* – A questão está se dando porque V.Exa. não quis formular as perguntas. O deputado Amaral Neto disse que não responde a V.Exa., e se V.Exa. intervém, ele está de forma indireta respondendo a V.Exa., o que ele não pretende fazer.

O Sr. *Amaral Neto* – Se me permite, senhor presidente, quero acrescentar que assim transformamos a comissão em brincadeira, porque se se passa a pergunta para alguém e eu as aceito como de propriedade do deputado Brito Velho – do contrário, não respondo – e o autor das perguntas, que não quer fazê-las, intervém no meio da inquirição, isso deixa de ser uma comissão. [...]

O Sr. *Brito Velho* – Segunda pergunta, que não será complementada certamente pelo antigo proprietário dela.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, permita-me uma rápida intervenção ou uma questão de ordem. Gostaria que V.Exa. esclarecesse tanto ao deputado Amaral Neto quanto ao deputado Brito Velho que tem sido hábito, nesta comissão, fazerem-se intervenções durante as interpelações, não só pelo deputado que pergunta como por todos os membros efetivos desta comissão. Não abri nenhuma exceção, e isto não constitui nenhum precedente. O que fiz constitui norma de nossos trabalhos.

O Sr. *Presidente* – V.Exa. não quis interrogar o depoente. E como V.Exa. não quis fazê-lo diretamente, o depoente declarou que não responderá mais a pergunta formulada por V.Exa.

O SR. RUBENS PAIVA – Mas, não querendo interrogar o depoente, não quero furtar-me a dar esclarecimentos aos deputados presentes.

O Sr. *Presidente* – Acredito que V.Exa. poderá fazê-lo *a posteriori*. Depois que o deputado Amaral Neto responder às perguntas do deputado Brito Velho, V.Exa. fará os comentários que bem entende e darei a palavra a V.Exa.

O SR. RUBENS PAIVA – Obrigado, aguardarei o momento oportuno.”

\*

Em São Paulo, tanto na capital quanto na Baixada Santista, Rubens mantinha seus compromissos com reuniões políticas quase toda semana. Na segunda-feira, 3 de junho, ele se reuniu com membros da Associação Comercial de Santos para discutir formas de solucionar problemas relacionados ao comércio cafeeiro que afligiam empresários da Baixada. No mesmo mês ele participou, juntamente com os deputados Francisco

Julião e Sargento Garcia, de um debate no Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas de Base, promovido por estudantes da Faculdade de Direito do largo de São Francisco.

Na CPI os trabalhos eram extenuantes, pois tomavam dois e até três depoimentos num dia, como em 17 de julho, quando houve uma das mais longas sessões. O primeiro depoimento foi entremeado por divergências entre os membros da comissão. O depoente Frederico Melo era ex-proprietário do jornal *A Noite*. Compareceu acompanhado do advogado da Promotion, Augusto Nobre, que ficou na sala para assistir à sessão. Rubens e José Aparecido protestaram contra a presença do advogado. Peracchi Barcelos e Laerte Vieira rejeitaram o protesto. Quando Peracchi informou que o advogado vinha obtendo documentos da CPI para analisar, Rubens levantou novas contestações, dessa vez apoiado por João Dória.

No depoimento, Frederico Melo admitiu ter recebido cinco milhões de cruzeiros do Ibad, através da Promotion, para mudar a linha editorial do seu jornal e divulgar notícias e propaganda dos candidatos indicados. Um contrato fora assinado, no dia 2 de agosto de 1962, entre a Promotion e o jornal, para arrendamento total a partir daquele mês até as eleições. De governista, o jornal virou oposição. A Adep influenciava na editoria política, nos editoriais e até na diagramação da primeira página.

Quando Rubens indagou a Frederico se ele achava o comunismo tão importante a ponto de “vender a opinião do seu jornal para combatê-lo”, Peracchi Barcelos impugnou a pergunta, alegando que a CPI não investigava a ideologia de ninguém. Minutos depois houve outro atrito, quando Rubens perguntou por que Frederico não arrendara o jornal a Santos Vahlis, venezuelano de nascimento e um grande empreiteiro do Rio na época. Frederico ficou irritado e considerou a pergunta um insulto, gerando um bate-boca. Rubens explicou que apenas pretendia mostrar que no Brasil o anticomunismo era uma indústria rendosa.<sup>23</sup>

De fato, o anticomunismo havia se tornado uma indústria, como já tinha alertado, dias antes, o deputado Geremias Fontes, do insuspeito PDC:

“A indústria do anticomunismo é das mais promissoras no Brasil. Diariamente novas fornadas de comunistas são lançadas à praça. A facilidade com que se forja comunista é tão impressionan-

<sup>23</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 18 jul. 1963.

te, tão levemente os homens são assim apontados, que hoje em dia dar esmolas constitui perigo; apresentar emendas ao orçamento em favor das instituições assistenciais é forte motivo de suspeição e referir-se a ‘bem comum’, ‘interesse social’ e ‘combate aos males que infestam o Brasil’ significa certamente ter o nome no fichário da SS (Segunda Seção) do Exército ou em qualquer Dops (Departamento de Ordem Política e Social) desta pobre nação. (...) É necessário um paradeiro a estas acusações despropositadas”<sup>24</sup>

A sessão da CPI naquele dia 17 de julho prosseguiu à noite com depoimentos de Claudio Hasslocher, irmão de Ivan e gerente da Promotion em São Paulo, do deputado estadual José Gomes Talarico (PTB-GB) e do jornalista Genival Rabelo, diretor da revista *PN*. Genival apontou como fontes dos recursos do Ibad uma “caixinha” organizada por grandes empresas brasileiras e estrangeiras e dinheiro desviado do Fundo do Trigo, disponibilizado pelos Estados Unidos e repassado pela embaixada no Brasil para financiar as importações de trigo norte-americano pelo Brasil. O jornalista também denunciou o governador Carlos Lacerda como beneficiário do Ibad em sua campanha. Outra denúncia grave de Rabelo foi responsabilizar o Ibad pela morte de um homem chamado José Nogueira, que, na quarta-feira de cinzas de 1963, teria supostamente caído do terceiro andar de um prédio, na rua das Marrecas, centro do Rio. A versão oficial fora que ele estava bêbado, mas na verdade, segundo Rabelo, teria sido morto para não revelar informações sobre o esquema de corrupção eleitoral. O irmão dele, que era da Marinha, disse que dois homens o empurraram. Essa suspeita nunca foi comprovada.<sup>25</sup>

Talarico afirmou no seu depoimento que movimentos de oposição no Brasil tinham recebido dinheiro de organizações internacionais sindicais, sem especificar nomes. Mas Claudio Hasslocher confirmou que o Ibad apoiava o Movimento Renovador Sindical, de direita. Eram mais de 4 horas da madrugada quando a sessão terminou.

Cada depoimento deixava para a CPI mais um volume de informações desafiantes que era preciso esclarecer, cotejar, aprofundar. Havia

<sup>24</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 8 jul. 1963, p. 510.

<sup>25</sup> Cf. *Correio da Manhã*, 19 jul. 1963.

mais trinta CPIs funcionando no Congresso Nacional naquele ano, mas a do Ibad era a de maior repercussão na opinião pública.

\*

O plenário da Câmara ficou convulso no dia 19 de julho. Na primeira página do influente *Correio da Manhã* estava uma relação de 111 deputados que teriam sido eleitos com as dádivas do Ibad, a maioria da UDN e do PSD, mas cinco do PTB – Álvaro Lins, Padre Nobre, Celso Amaral, Hércio Maghenzani e Rubem Bento Alves. Entre os do PSD estavam Armando Falcão, um dos mais intransigentes críticos do governo, e até o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli; da UDN, Aliomar Baleeiro, José Bonifácio, Oscar Correia, Herbert Levy e Emival Caiado, entre outros. O que causou maior constrangimento, mas não surpresa, foi a inclusão de cinco membros da CPI na lista: Laerte Vieira, Arnaldo Cerdeira, Anísio Rocha, Régis Pacheco, o suplente Benedito Vaz e o próprio presidente da comissão, Peracchi Barcelos, que já havia admitido ter sido beneficiado.

O deputado João Mendes reagiu afirmando que o vazamento da lista para a imprensa era parte de uma campanha “que as esquerdas vêm intensificando para destruir as organizações que ainda defendem a democracia no país”.

No meio militar também havia irritação com as revelações da CPI, porque vários oficiais militares da reserva trabalhavam para o Ibad. Ao mesmo tempo, o Clube Militar, presidido pelo marechal Augusto Magessi, lançou uma campanha por aumento salarial para a categoria. Uma assembleia no clube, no dia 3 de julho, transformou-se num festival de vaias e agressões verbais ao presidente Goulart. No final foi aprovada uma moção dando ultimato ao governo para aprovar o aumento até o dia 14 de julho.

No palácio do Planalto suspeitou-se de motivação política na reivindicação dos militares. A agressão verbal a Jango fez com que, no dia seguinte à assembleia, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, determinasse a prisão do marechal Magessi por dez dias, no Forte de Copacabana, e de mais sete oficiais por trinta dias. Em seguida Jango ordenou a instauração de um inquérito policial-militar, com apoio de agentes dos serviços secretos das Forças Armadas, para investigar o envolvimento de militares com o Ibad. Os resultados seriam mantidos em sigilo.

Na mais longa sessão da CPI, e também mais tumultuada, na tarde de 24 de julho, compareceram os generais da reserva Gentil João Barbatto e Victor Moreira Maia, e o coronel Jurandyr Palma Cabral, além do presidente do Ipes, João Batista Leopoldo de Figueiredo.

Os militares não fizeram revelações importantes. Eles disseram que trabalhavam para o Ibad como voluntários, sem ganho financeiro. Respondendo a uma pergunta de Rubens, o general Victor Moreira afirmou: “O comunismo no Brasil é uma blague”. Rubens questionou, com seu humor peculiar: “Então, a quem o senhor combate, se não existe comunismo nem totalitarismo de direita no Brasil? Pelo que vejo, seu adversário é Dom Quixote”. O general respondeu apenas que sua luta era pela preservação da democracia e da livre iniciativa.

Quando o relator Laerte Vieira estava inquirindo o general, em certo momento o deputado João Dória ficou tão irritado com a benevolência das perguntas que deu um murro na mesa e disse estar “cansado de ver deputados defendendo as testemunhas”, o que gerou um bate-boca com Laerte, Anísio Rocha, Arnaldo Cerdeira e Peracchi Barcelos.

Era quase 1 hora da madrugada do dia 25 quando começou o depoimento de João Batista Leopoldo de Figueiredo. Respondendo a todas as perguntas, ele negou que o instituto tivesse qualquer relação com o Ibad: “A ligação que se faz só pode ser produto de eventual má-fé”. Confirmou que o Ipes exercia atividade ideológica, nos campos social, cultural, educacional e econômico, mas não político-partidário, e negou que o instituto tivesse participado da campanha eleitoral ou recebido dinheiro de empresas estrangeiras. Mas repetiu o mote da oposição: “A democracia no Brasil está em risco, existe um grande perigo comunista no país”. Rubens solicitou o fornecimento de documentos contábeis do Ipes, sobretudo relacionados às contribuições financeiras, e também requereu uma relação de empresas e pessoas que haviam fornecido recursos à entidade.

No final de seu depoimento, João Batista leu uma declaração afirmando que o Ipes, “fundado e sustentado por empresários e homens de profissões liberais”, nasceu em decorrência da mudança social no Brasil para “abrir a consciência do empresário brasileiro para rever e atualizar o conceito de função social da empresa na vida moderna”. Explicou na declaração que a linha do Ipes era de “firme defesa da sociedade aberta em que vivemos, onde são possíveis todas as reformas necessárias ao

país, e de repulsa à condenável noção de luta de classes fomentada pelos marxistas”. Propondo um “reformismo democrático”, a declaração lida por João Batista também afirmou que “professores e intelectuais da mais alta idoneidade apoiam o Ipes e lhe oferecem a sua mais ampla colaboração”. Citou ainda convênios que a entidade tinha com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Católica de Campinas. O depoimento terminou às 4h30 da madrugada.

Dias depois, em São Paulo, Leopoldo compareceu a um almoço na seção paulista da Associação Brasileira de Relações Públicas e discursou reafirmando a intenção do Ipes de “contribuir para o despertar de uma mentalidade”. A entidade estava organizando um curso de Atualidades Brasileiras, no formato de conferências, debates e trabalhos de grupo, com início previsto para agosto. Incluiria conceitos de sociologia, política e economia, e era direcionado a empresários, profissionais liberais, jornalistas, sindicalistas, estudantes e operários.<sup>26</sup>

Com a quantidade extraordinária de informações colhidas nos depoimentos, a CPI já tinha provas e claros indícios de que o Ibad havia injetado dinheiro e ajuda material na campanha de pelo menos 600 candidatos a deputados estaduais e 250 candidatos a deputados federais, além de alguns candidatos a governadores e vice-governadores. O mais difícil era obter provas documentais, embora as provas testemunhais fossem legalmente válidas, e contundentes. Helcio França, ex-tesoureiro da Adep (pedira demissão em março de 1963), em depoimento no dia 25 de julho, especificou a quantia que havia remetido a cada estado entre maio e agosto de 1962: ele contabilizara remessas para os estados no montante de 850 milhões de cruzeiros, a maior parte usada nos meses pré-eleitorais. Denunciou que vinha sendo ameaçado de morte por telefonemas anônimos e confirmou que, pouco depois do início das investigações da CPI, ele e o ex-secretário-geral Arthur Oscar Junqueira haviam queimado registros contábeis sobre as operações.

Uma informação fundamental ainda não se sabia com certeza: qual a origem do dinheiro usado pelo Ibad? Suspeitava-se de doações ilegais

---

<sup>26</sup> CURSO de Atualidades Brasileiras: apostila Ipes, 6 jun. 1963 (original datilografado).

feitas por grandes empresas brasileiras e multinacionais americanas. Outra fonte suspeita era a CIA.<sup>27</sup>

Os diretores do Ibad afirmavam nos depoimentos, causando risos na plateia, que a maioria das contribuições era enviada pelo correio por doadores anônimos. Outros depoentes diziam não se lembrar de nenhum nome dos contribuintes e que somente Ivan Hasslocher sabia os nomes e a quantia recebida de cada um. Mas Ivan viajara para o exterior logo no início dos trabalhos da CPI.

Outro obstáculo crucial enfrentado pela CPI foi relacionado à movimentação bancária do Ibad, da Adep e da Promotion. O dinheiro arrecadado era depositado nas contas da Promotion nas agências brasileiras do Royal Bank of Canada, do Bank of Boston e do National City Bank of New York. A CPI requereu aos bancos o envio de extratos das contas correntes do Ibad, da Promotion, de Ivan Hasslocher, de Frutuoso Osório Filho e de outros executivos. Mas não havia obrigatoriedade de quebra do sigilo bancário. Por isso o Royal Bank of Canada enviou fichas da movimentação de depósito e saque de dinheiro, excluindo os nomes dos depositantes.

Apesar dessas dificuldades, já era possível concluir que “O Ibad é a trama mais sinistra de nossa história republicana, uma conspiração contra a soberania do país”, como afirmou o deputado José Aparecido numa entrevista ao jornalista Paulo Francis.<sup>28</sup>

Assim como José Aparecido e outros membros mais atuantes na CPI, Rubens Paiva também foi alvo de ataques dos envolvidos no esquema, como o deputado mineiro e ex-integralista Abel Rafael, do PRP, que admitiu em plenário:

“Pertencer àquela lista é uma honra, porque a fina flor desta Casa lá está. (...) Não acho absolutamente crime uma pessoa receber auxílio de terceiros, todo mundo aqui recebe. O que é preciso é saber

---

<sup>27</sup> Documentos liberados em 2004 comprovaram que, durante a campanha eleitoral de 1962, no Brasil, Gordon se reuniu na Casa Branca com o presidente, John Kennedy, e o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Richard Goodwin, e se comentou a possibilidade de golpe militar, a pretexto da defesa da “legalidade”. Foi autorizada a liberação de US\$ 8 milhões para a CIA distribuir a candidatos e organizações de oposição. Cf. THE PRESIDENTIAL Recordings: John F. Kennedy. Charlottesville, VA: Miller Center of Public Affairs, Univ. Virginia.

<sup>28</sup> *Última Hora*, 17 ago. 1963.

que tipo de auxílio, se o auxílio impõe obrigações. (...) E o nobre colega Rubens Paiva, que gastou mais de cem milhões na sua eleição em São Paulo, onde comprou eleitores à beça, gastou dinheiro à beça, pode acusar o Ibad ou quem quer que seja?”<sup>29</sup>

Rubens não estava no plenário naquele momento, mas foi informado por colegas e no dia seguinte ocupou o microfone para

“repelir energicamente as levianas acusações que desta tribuna me foram feitas ontem. Não estando eu no plenário, interpelei posteriormente o deputado que me acusou de haver gasto cifras astronômicas na minha campanha eleitoral em São Paulo. Minha primeira reação foi receber a denúncia, como todo o Plenário, com risadas. Entretanto, não posso furtar-me ao dever de dizer à Casa, pelo respeito que merecem meus nobres pares e a opinião pública deste país, que, interpelado, aquele deputado me disse que obtivera as informações de um adversário político meu e de forma muito vaga. Pedi a esse deputado que fizesse pública retratação e assim me prometeu S.Exa. Enquanto não o faz, quero dizer aos senhores deputados que os resultados e a documentação de minha campanha eleitoral estão à disposição de quem se interessar, para qualquer tipo de investigação. O que ocorre é que faço parte, em companhia dos senhores deputados José Aparecido, João Dória, Benedicto Cerqueira e Eloy Dutra, da comissão que investiga as atividades do Ibad, esta chaga, este antro, esta instituição que está procurando corromper a vida política do país (*palmas*), derramando rios de dinheiro, nacional e estrangeiro, para tentar tumultuar o processo eleitoral e impingir ao Brasil um terrorismo ideológico. Só por isso aparecem agora essas calúnias, essas leviandades, essas acusações gratuitas, contra as quais me levanto, e meus companheiros, oportunamente, aqui virão também protestar. Entretanto, continuamos no cumprimento do nosso dever, para mostrar à nação a desgraça que é esse Ibad e entidades associadas.”<sup>30</sup>

<sup>29</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 8 ago. 1963.

<sup>30</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 9 ago. 1963.

A partir de agosto, suas atividades parlamentares se multiplicaram. Além de vice-presidente da CPI do Ibad, ele passou a presidir a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, que se reunia nas tardes de terça e quinta-feira. Também era membro titular da Comissão de Relações Exteriores e membro de duas outras CPIs: uma para apurar irregularidades e deficiências no congestionamento dos portos de Santos e Rio de Janeiro, outra para apurar irregularidades financeiras no 15º Distrito Rodoviário Federal, sediado em São Luís, Maranhão.

A direita ideológica aumentou as pressões sobre o governo, focando os temas da legalidade e da liberdade, e passou então a acusar o presidente Goulart de pretender implantar uma “república sindicalista”, uma velha acusação que remontava à década de 1950 (ver nota 129).

No Congresso, a emenda constitucional da reforma agrária estava parada, apesar de ter tramitação especial e das cobranças do líder do PTB, Bocayuva Cunha. Para complicar a situação, as centrais sindicais, em vez de promover mobilizações de apoio ao governo, promoviam greves políticas. No dia 7 de agosto, foi deflagrado o Dia de Protesto contra a Carestia, com passeatas e comícios em várias capitais, inclusive Brasília. Só no Rio de Janeiro houve repressão violenta, ordenada pelo governador Carlos Lacerda. Na estação ferroviária Barão de Mauá, a pancadaria deixou mais de dez feridos.

O triunfalismo e a intransigência do movimento sindical contribuíam para a exacerbação da crise. Trabalhadores de várias categorias lançavam uma ofensiva grevista por diferentes motivos: reivindicações salariais, pressões ao governo e até, às vezes, para apoiar o governo, o que era uma tática contraproducente. Isso dava mais combustível à oposição, que passou a acusar o presidente Goulart de paralisar o país e incentivar a agitação social, para desmoralizar o Congresso e instalar um “regime de exceção”, como esbravejou o deputado Oscar Dias Corrêa, embora Jango afirmasse não desejar permanecer no cargo nenhum dia além do mandato. Quem melhor resumiu aquele momento foi Tenório Cavalcanti, do PST:

“Os comunistas estão contra o senhor João Goulart, porque dizem que ele está com a direita. Nas Forças Armadas, vinte por cento são de direita, vinte por cento de esquerda e sessenta por cento sempre foram neutros. Esses sessenta por cento, com a prisão do presidente do Clube Militar, marechal Magessi, estão inclinados para a direita.

O que verificamos, então, é que as Forças Armadas são de direita, o Congresso com tendência de direita, o senhor presidente fazendo o jogo das direitas, e V.Exa. acusando o senhor presidente da República de esquerdista e comunista. Não estou entendendo mais nada ante as palavras de V.Exa. e as que o senhor presidente profere mostrando o desejo de S.Exa. de querer a consolidação do regime”<sup>31</sup>

\*

Um dos depoimentos mais aguardados pela CPI e pela opinião pública que acompanhava com grande interesse o caso foi o do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, eleito em outubro de 1962. Em deferência à sua posição e ao excesso de afazeres no início do mandato, a comissão designou Rubens Paiva e Anísio Rocha para colherem seu depoimento em Recife. Levariam um questionário elaborado por todos os membros. Mas o governador fez questão de depor pessoalmente, para denunciar com mais ênfase os tentáculos do Ibad naquele estado. As informações eram tantas que seu depoimento durou dois dias, 22 e 23 de agosto.

No primeiro dia ele chegou trazendo um volumoso dossiê de documentos, comprovando violações da lei eleitoral, fraudes fiscais, contrabando, suborno para emissoras de rádio e televisão durante a campanha eleitoral, nomes dos eleitos com ajuda do Ibad e até tentativa de assassinato contra ele.

No segundo dia Rubens fez suas perguntas. Antes ele levantou uma questão de ordem para protestar contra a parcialidade das perguntas que Laerte Vieira deixara por escrito, por estar ausente da sessão.

“O SR. RUBENS PAIVA – Não é a primeira vez que membros desta comissão e eu próprio temos protestado contra a parcialidade de tais perguntas. O relator desta comissão, ao formular suas perguntas, mais parece estar desempenhando o papel de advogado do Ibad. Portanto, indago se o nobre deputado Laerte Vieira continua merecendo a confiança do senhor presidente. Quanto à minha confiança, eu retiro o voto que dei ao senhor deputado Laerte Vieira,

---

<sup>31</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 13 ago. 1963.

porque S.Exa. demonstrou mais uma vez sua total parcialidade para continuar sendo relator desta comissão parlamentar de inquérito.

*O Sr. Presidente* – O presidente mantém sua confiança, como até aqui, no relator.

O SR. RUBENS PAIVA – Lamentavelmente.

*O Sr. Presidente* – As perguntas que o relator faz, fora das finalidades desta comissão, têm sido indeferidas pelo presidente.

O SR. RUBENS PAIVA – S.Exa. devia estar...

*O Sr. Presidente* – Este é problema meu, nobre deputado Rubens Paiva. Meu dever é dirigir os trabalhos desta comissão com independência e eu o estou fazendo. O senhor governador Miguel Arraes só respondeu porque quis. S.Exa. não tinha obrigação nenhuma de responder a quaisquer dessas perguntas, porque as indeferi como impertinentes.”

Após mais alguns minutos de polêmica, Rubens passou a inquirir o governador Miguel Arraes.

“O SR. RUBENS PAIVA – Senhor governador de Pernambuco, congratulo-me com V.Exa. pela clareza, objetividade e abundância de material que trouxe a esta comissão parlamentar de inquérito. Todos nós temos notícia de que V.Exa., sem dúvida, foi neste país a maior vítima do Ibad. Com o depoimento de V.Exa., quer-me parecer que esta comissão já tem material bastante para deliberar. Entretanto, há alguns elementos que eram exatamente os aventureiros, chefes desta gangue, que não se encontravam neste país e que ainda precisam sentar-se aqui como testemunhas e, provavelmente, no futuro, como réus. Desejaria saber alguns detalhes do depoimento prestado por V.Exa., alguns esclarecimentos, enfim. Desejaria sobretudo estranhar que, sendo V.Exa. a grande vítima do Ibad, é aquele que mais documentos nos traz de um órgão, de uma instituição que se diz democrática, que se diz colaborando com a maturação, com o esclarecimento político na Câmara dos Deputados. Porque todos os outros dirigentes do Ibad, da Adep, do Ipes e da Promotion, alguns interligados quando aqui se sentavam, esqueciam-se de tudo e nenhum documento tinham para nos dar. O mesmo Frutuoso Osório que V.Exa. nos trouxe aí através de telegramas, de mensagens, de

contas e de cheques, aqui sentado não se lembrava de coisa alguma e nenhum documento tinha a apresentar ao Parlamento brasileiro. O presidente do Ipes, senhor João Batista Leopoldo Figueiredo – e, diga-se de passagem, o Ipes é uma entidade muito mais bem estruturada do que o Ibad, o Ibad é o Ipes subdesenvolvido, o Ipes é uma sociedade sustentada, como declarou seu presidente, pela indústria de São Paulo, que em mais da metade é estrangeira, portanto tem inclusive uma organização racional de seu trabalho e de sua contabilidade – o presidente do Ipes não trouxe a esta comissão parlamentar de inquérito nenhum documento realmente esclarecedor. Prometeu, há cerca de um mês, fornecer e até hoje não chegou a esta comissão nenhum documento esclarecedor.

*O Sr. Presidente* – Devo dizer que já foi solicitado ao Ipes que encaminhe a esta comissão os documentos prometidos pelo seu presidente durante o depoimento que aqui prestou.

O SR. RUBENS PAIVA – Eu me felicito com esta providência tomada, senhor presidente. Então, esta minha estranheza é tanto maior quanto é a de V.Exa., senhor governador, a grande vítima que nós obtemos realmente dos dados dessas entidades que se dizem democráticas, claras, abertas e que, na realidade, são entidades clandestinas, que escondem as suas contabilidades e seus objetivos, que escondem sua documentação e tentam, de todas as formas, nos impingir mentiras, burlar a ação desta comissão. Após esta declaração, eu gostaria de saber do senhor governador de Pernambuco, que aqui nos trouxe um compromisso de um candidato não eleito, de ao receber os recursos do Ibad se comprometia esse candidato, de acordo com documento que já está nos arquivos desta comissão, a seguir fielmente, nesta Casa, os postulados da Ação Democrática Parlamentar. Então indago, senhor governador: é esse o único documento que chegou às mãos de S.Exa. ou S.Exa. não pretende, eventualmente, trazer à baila o nome de candidatos eleitos e que porventura tivessem sido ludibriados na sua boa-fé?

*O Sr. Miguel Arraes* – Senhor deputado Rubens Paiva, o documento de que dispunha e que entreguei à comissão foi o que consegui obter, além da declaração, que também juntei e fiz entrega à comissão, do encarregado de obter estas declarações de todos os candidatos. Acentua ele que todos os candidatos eram obrigados a

firmar aquela declaração de atender ou de seguir fielmente a Ação Democrática Popular ou Parlamentar. Creio que é possível que venham à minha mão outros documentos, e à medida que forem chegando eu os trarei à comissão, no desejo que tenho de esclarecer o assunto e vê-lo resolvido e de ajudar os membros do Congresso Nacional a chegar a bom termo na sua tarefa.

O SR. RUBENS PAIVA – Muito obrigado. Senhor governador, V.Exa. nos leu aqui um documento firmado pelo senhor Adeildo, se não me engano, que foi um dos funcionários mais destacados do Ibad, de vez que movimentou a homeopática dose de vinte e tantos milhões de cruzeiros numa conta que V.Exa. conseguiu, havendo outras que V.Exa. não conseguiu. Este senhor Adeildo nos deu a tabela dos candidatos do Ibad, sendo oitocentos mil cruzeiros para deputado estadual e um milhão e seiscentos mil cruzeiros para deputado federal, além de todos os auxílios e faixas, veículos, cartazes e retratos. Aqui foi dito, nesta comissão, por homens ligados ao Ibad, que 2.500 candidatos a deputado estadual foram ajudados. Ainda, 600 candidatos a deputado federal, se não estou esquecido.

O Sr. *Presidente* – Vou lembrar a V.Exa. A informação é de que foram ajudados mais ou menos 250 candidatos a deputado federal e 600 outros candidatos estaduais e até vereadores, governadores, senadores, etc. Isto foi dado do senhor Elcio França. Calculam mais ou menos 850 o número de ajudados.

O SR. RUBENS PAIVA – Há um outro depoimento que se refere a 2.500.

O Sr. *Presidente* – Não. São 850. Não conheço nenhum dado dessa extensão. O que conheço é de 850 e posso afirmar a V.Exa. que assim foi realmente aqui mencionado pelo senhor Elcio França.

O SR. RUBENS PAIVA – Vamos tomá-los como provisórios. O recibo do dinheiro dado aos candidatos não temos aqui e acredito que não teremos nunca. Porque acredito que quando um cidadão já se propõe a ser candidato a deputado federal ou estadual e ainda recebe um auxílio destes, é porque já é um homem relativamente bem vivido e não daria nunca um recibo. Os documentos que nós temos, de V.Exa., já comprovam trezentos e tantos milhões. No plano nacional, esses dados, que eu reafirmo provisórios, nos levam a dois bilhões, novecentos e sessenta milhões de cruzeiros. Perguntaria

a V.Exa., tem V.Exa. ideia de quantos candidatos teriam sido ajudados em Pernambuco? São exatamente aqueles que menciona o documento já entregue a esta comissão? Ou haveria ainda outros candidatos que talvez não tivessem sido levantados, pelo menos em relação oficial, de que V.Exa. tenha tido notícia?

*O Sr. Miguel Arraes* – Tive notícia apenas dos que estão relacionados. É possível que tenha havido outros, mas eu não posso afirmar a V.Exa., uma vez que todo o meu depoimento se firma na documentação que trouxe e entreguei à comissão. Não quero levantar hipóteses que possam prejudicar a concisão do depoimento que prestei aqui e que se firma exclusivamente na documentação. Poderia dar outros elementos que eram apenas de meu conhecimento no curso da campanha, mas não darei à comissão, exatamente para que não pareça que eu estou aqui fazendo discurso e não depoimento. Fiz, na verdade, senhor deputado, um depoimento, com provas...

O SR. RUBENS PAIVA – Com toda a objetividade.

*O Sr. Miguel Arraes* – ...objetivo, conciso, para que a comissão julgue e a Câmara o aprecie também.

O SR. RUBENS PAIVA – O objetivo de minha pergunta era tentar, como foi dito pelo relator aqui, através da despesa, uma vez que temos maior dificuldade em apurar a receita, conseguir saber o montante dos recursos gastos, e nós aqui só temos a tabela de deputado estadual e deputado federal. Não temos tabela de governador, que me quer parecer seja bem mais elevada. Senhor governador de Pernambuco, V.Exa. nos traz aqui...

*O Sr. Miguel Arraes* – Permite um esclarecimento a mais?

O SR. RUBENS PAIVA – Pois não, senhor governador.

*O Sr. Miguel Arraes* – Devo dizer a V.Exa. que, no meio dos documentos que apresentei existe um, por exemplo, uma carta que não está assinada, que é cópia de uma carta do coronel Carlos Astrogildo Correa. Posso afirmar a V.Exa. que a carta é realmente dele, embora não esteja assinada. Mas como não está assinada, não me referi a esta carta.

O SR. RUBENS PAIVA – E que diz essa carta?

*O Sr. Miguel Arraes* – V.Exa. poderá pedir à comissão e ler. Mas vou me referir apenas a um tópico desta carta. Ele se refere à falta de cobertura dos militares que estão ligados ao Ibad, que eles precisam

de uma cobertura civil, da opinião pública, e se refere até à área do IV Exército, como se existisse organização dentro do IV Exército. Mas vê V.Exa. que tive o cuidado, embora seja um dado da maior importância, tive o cuidado de não mencioná-lo, para deixar que a comissão o aprecie, não quero adiantar nada com relação ao documento, que não está assinado, embora, como aqui comprovei, todos eles viessem de fontes conhecidas, sabidas e comprovadas.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor governador, V.Exa. nos trouxe aqui, para estarecimento de todos nós, um documento com o qual ficou comprovado que o Ibad comprou a declaração de voto, feita publicamente na televisão de Pernambuco, por um de seus artistas mais populares. Acredita V.Exa. que outras personalidades, não políticas, tivessem sido subornadas também por esta entidade, para fazer declarações de voto, para interferir sobre suas comunidades, sejam elas religiosas, sociais, mesmo comunidades esportivas, através da imprensa, do rádio, com pagamentos dessa ordem?

O Sr. Miguel Arraes – Na documentação que apresentei à comissão existem pagamentos feitos a outras pessoas, também por declarações de votos idênticas, parecidas ou semelhantes. Inclusive que se relacionam com o comportamento de determinadas pessoas em programas tradicionais, realizados em Pernambuco. E essa maneira, esse procedimento leva o público menos avisado a pensar que é o artista que ali está, que realmente tomou aquela posição política. É como comprar a opinião de um jornalista, é talvez pior do que comprar a opinião de um jornal ou do editorial de um jornal, o que tanto escândalo causou, quando o deputado Leonel Brizola comprou, e está também nos recortes de jornais que entreguei, a compra de um editorial de um jornal nacional. Posso afirmar a V.Exa. que no meio da documentação existem provas também neste sentido, em relação a outras pessoas.

O SR. RUBENS PAIVA – No Rio de Janeiro, tivemos aqui depoimento do diretor de *A Noite*, que nos mostrou de que forma foi vendida a opinião de seu jornal. Estes elementos de Pernambuco, acredito, são do maior interesse para a comissão. Senhor governador, muito se tem dito e afirmado que tal o volume de recursos empregados pelo Ibad e pelas suas siglas associadas nessa campanha eleitoral que dificilmente poderia – isto realmente nos foi transmitido

até como opinião de um diretor da Associação Comercial de São Paulo – dificilmente poderia ter sido recolhido no território nacional esse volume de dinheiro. Indago de V.Exa., além destes dados que nos trouxe, de que um dos diretores do Ibad em Pernambuco era também contrabandista de café e apurou, numa operação, cem mil dólares, acredita V.Exa. que realmente, além dessa operação de contrabando, há procedência estrangeira nos recursos do Ibad?

*O Sr. Miguel Arraes* – Senhor deputado, há referência a isso no documento que apresentei, e eu ontem fiz ver que esses recursos não poderiam ser de pernambucanos, porque os mais ricos de Pernambuco são os usineiros. Esses usineiros pedem dinheiro do Banco do Brasil para financiar suas safras. V.Exa. tem visto nos jornais a campanha pelo aumento do preço e pela situação de dificuldades...

O SR. RUBENS PAIVA – Cheguei mesmo a assistir a uma reunião de V.Exa. com os usineiros.

*O Sr. Miguel Arraes* – De modo que V.Exa. pode ver que não é possível tirar dos mais ricos esse volume assim de dinheiro. Talvez seja possível tirar, mas o dinheiro não é nem deles, é do Banco do Brasil, que indiretamente poderia dar para as campanhas eleitorais. Refiro-me aqui ao fato de que os recursos mandados só para Pernambuco são maiores do que o auxílio federal ao estado de Sergipe em Letras do Tesouro. Vê V.Exa. que não é possível, que nem a nação brasileira tem dinheiro para atender a isso tudo, uma vez que, se tivesse, auxiliaria mais o nosso governador Seixas Dória, do estado de Sergipe. Setenta por cento, como V.Exa. acentuou, da indústria localizada em São Paulo são de origem estrangeira, e é preciso notar que a grande maioria da indústria brasileira é composta de pequenos e médios industriais, que estão a braços com dificuldades financeiras para manter as suas fábricas. Como se poderia, então, dentro do país, tirar recursos nesse volume que V.Exa. apresenta? É também a pergunta que me faço. Mas seria muito simples apurar concretamente tudo isso, se o ponto de vista do deputado João Dória prevalecesse, aquele de que não há sigilo bancário quando está afetada a segurança nacional, e então V.Exa. não estaria indagando do governador de Pernambuco, que não tem instrumentos para apurar a origem dos dinheiros, mas estaria verificando nos bancos a origem dos recursos que tanto mal vêm causando à nossa pátria.

O SR. RUBENS PAIVA – Esta comissão está empenhada também nisso. Não sei se terá êxito, porque as dificuldades são grandes. Minha penúltima questão é Ibad-65. Pode parecer uma impertinência. Entretanto, tenho a impressão de que esta Câmara, através dos resultados desta comissão, terá o maior interesse em poupar ao país novamente este vexame terrível em nossa vida eleitoral. Indago de V.Exa. e acredito que todos os meus companheiros de comissão levarão na mais alta conta o conselho que V.Exa. nos der: que poderá ser feito, em termos de legislação, em termos de ação política, para que na próxima campanha eleitoral, em 1965, não surjam aí os candidatos do Ibad, e os demais candidatos sejam esmagados por uma campanha riquíssima, que impeça a livre manifestação democrática e a liberdade do voto popular? O que nos pode recomendar V.Exa.?

*O Sr. Miguel Arraes* – Deputado, creio que não me cabe recomendar a V.Exas...

O SR. RUBENS PAIVA – É o homem mais experiente neste país no assunto.

*O Sr. Miguel Arraes* – ... mas se medidas não forem tomadas para liquidar com esse processo de interferência nas eleições brasileiras, então a distorção do processo eleitoral em nossa pátria liquidará esta democracia em que o povo começa a não acreditar, e que, como acentuei aqui, todos nós desejamos salvar, através da atuação desta comissão e do Congresso Nacional. Fiz ver ao senhor presidente que muitos homens do povo declaravam que eu não devia vir a esta comissão, que isso de nada adiantava, o que mostra o desalento do povo em relação a certas iniciativas, e que defendi os senhores deputados e o Congresso, como haverei de defender perante o povo da minha terra, dizendo que estou confiante em que tudo será apurado e que medidas e providências sejam tomadas exatamente para evitar, como diz V.Exa., no futuro a repetição destes acontecimentos aqui denunciados. Lamentavelmente, senhor deputado, verifico que um dos membros da comissão, em vez de procurar ajudar nessa tarefa de trazer esclarecimentos e documentos, procurou transformar-me em réu, transformar outros homens públicos em réus, fato deplorável, senhor deputado, sob todos os aspectos, porque aqui, como acentuei, também não vim para atacar pessoas, não vim para atacar ninguém, vim ressaltar o perigo, para o processo

democrático brasileiro, dos bilhões de cruzeiros gastos por uma entidade cujos recursos ninguém sabe de onde vêm. O problema está nas mãos desta comissão e do Congresso Nacional. Ou as medidas são tomadas ou V.Exa. há de convir que não posso chegar diante do povo de Pernambuco e assegurar que realmente os processos eleitorais no Brasil são legítimos. Costumo dizer a verdade ao povo e não vou mentir ao povo, se as medidas e providências efetivamente não forem levadas a efeito, nos termos da documentação irresponsável que trouxe ao seio desta comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – Muito obrigado, senhor governador. Dou a V.Exa. a tranquilidade de que a maioria desta Casa é composta de homens de espírito público que saberão levar em conta a inquietação de V.Exa. e de todo o nosso povo. Finalmente, senhor governador, desejo trazer a esta comissão um fato que me parece da mais alta gravidade e que me foi revelado por um deputado federal com assento nesta Casa, adversário de V.Exa., de que durante a campanha eleitoral V.Exa. utilizava um pequeno automóvel Volkswagen, e que os homens do Ibad, como já haviam feito no Rio de Janeiro, eliminando um determinado cidadão que contrariava as intenções dessa entidade, promoveram em Pernambuco, ao sentirem que seriam batidos nas urnas por V.Exa., uma reunião em que estavam presentes todos os dirigentes do Ibad e da Adep, sendo que nessa reunião ficou acertada, sob o protesto de um militar presente, que provavelmente será o coronel Carlos Astrogildo Corrêa, ficou acertada a eliminação física de V.Exa., através de um possível acidente de trânsito, no qual um grande caminhão abalroaria o Volkswagen que V.Exa. utilizaria. Tem V.Exa. conhecimento disso e poderá trazer algum esclarecimento sobre este fato estarrecedor?

O Sr. Miguel Arraes – Senhor deputado, tenho conhecimento dessa reunião, através de pessoa que diz ter tido acesso a ela, mas V.Exa. há de convir que não tomo conhecimento de ameaças que venho recebendo, também agora, no governo de Pernambuco, várias e repetidas ameaças anônimas, através de pessoas que vêm dizer que tais e tais elementos desejam a minha eliminação. Não tomo conhecimento, senhor deputado, desse tipo de ameaças. Essas ameaças visam, certamente, a tirar-me do caminho que me tracei na minha vida pública e dele não terei de sair. Não serão ameaças que me impedirão de

fazer o que fiz nesta comissão: vir depor, trazer documentos, denunciar e dizer a verdade. Mas sei, senhor deputado, que sou um homem marcado por aqueles que combatem os interesses do Brasil. Sou um homem marcado por esses que promoveram a corrupção. Sou um homem marcado, mas, senhor deputado, essa marca temerária, sob as cinzas das estrelas há de um dia se apagar, como dizia Joaquim Cardoso, o grande poeta de meu estado. Tenho esperança de que essa marca se apagará, através da luta de V.Exa., de todos os democratas e nacionalistas desta Casa. Vamos apagar essa marca, com a nossa luta e a nossa confiança no povo brasileiro.

O SR. RUBENS PAIVA – É o que todos esperamos. Agradeço a V.Exa. a objetividade de seu depoimento, tão importante, diria mesmo decisivo para os destinos desta comissão. Muito obrigado, senhor governador.

*O Sr. Presidente* – Corroborando a intervenção do deputado Rubens Paiva, quero dizer ao senhor governador e ao país que, das conclusões deste inquérito, não só hão de sair as providências relativas ao problema penal, mas também as sugestões para a legislação que esta Casa deve, evidentemente, oferecer ao país, tendo em vista evitar, de uma vez por todas, as influências do dinheiro nos pleitos eleitorais, venha ele de onde vier.”

\*

Agora Rubens tinha que se deslocar toda semana para o Rio de Janeiro e Brasília, onde, além dos trabalhos na Câmara, fazia parte do grupo de deputados petebistas que regularmente participavam das reuniões da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Mobilização Popular (FMP). Esta tinha sido formada no início de 1963 como busca de unidade das forças populares. Era integrada por representantes de diferentes segmentos políticos e sociais: Frente Parlamentar Nacionalista, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Pacto de Unidade e Ação (agrupando trabalhadores dos setores ferroviário, marítimo, portuário e aviário), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, associações dos subalternos das Forças Armadas (sargentos, marinheiros e fuzileiros navais), ligas camponesas,

organizações marxistas e católicas de esquerda, como Política Operária (Polop) e a Ação Popular (AP), além de uma fração do PCB.

De vez em quando Rubens também participava dos almoços da bancada trabalhista no palácio da Alvorada, para discutir com Jango a atuação do partido no Congresso.

Em meados de agosto ele foi com Bocayuva e mais quinze petebistas a um desses almoços, para discutirem o projeto de reforma agrária. Jango pediu um esforço concentrado do partido para conseguir um acordo com o PSD, que tinha feito uma contraproposta. O presidente autorizou a bancada a fazer concessões, sem desvirtuar os princípios petebistas.

Depois do almoço seguiu-se uma conversa descontraída entre Jango, Bocayuva e Rubens, que fez um resumo do andamento da CPI. Em certo momento o presidente pediu a Bocayuva que indicasse um nome para ser o novo ministro das Relações Exteriores, para substituir Evandro Lins e Silva, que tinha sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Bocayuva sugeriu San Tiago Dantas. Mas Jango lembrou que San Tiago já tinha sido chanceler e estava com câncer, não aceitaria. Rubens, meio de brincadeira, sugeriu o nome do próprio Bocayuva: “Fora o San Tiago, ele é o único que tem a *finesse* necessária para o posto. Além de falar inglês e francês, é um dos poucos na bancada que sabe almoçar com quatro talheres”.

A brincadeira rendeu alguns risos, mas o escolhido foi o embaixador Araújo Castro, diplomata de carreira.

\*

Um outro importante e longo depoimento na CPI aconteceu na manhã de 29 de agosto. Castilho Cabral era jurista e tinha sido deputado federal por dois mandatos, entre 1951 e 1959, o primeiro pelo PSP e o segundo pelo PTN. Também fora um dos fundadores e presidente do Movimento Popular Jânio Quadros. Por isso Ivan Hasslocher o visitara certo dia em sua casa no Rio de Janeiro, no início de 1962. Ivan estava acompanhado do jovem norte-americano John Foster Dulles II, filho do futuro brasilianista John W. F. Dulles, que na época era vice-presidente, em Minas Gerais, da Companhia de Mineração Novalimense, subsidiária da mineradora Hanna Mining Company. Ivan convidara Castilho

para formar a Adep com os antigos dirigentes do Movimento Popular Jânio Quadros e atuar na campanha eleitoral de 1962, com um orçamento inicial em torno de um bilhão de cruzeiros. Castilho recusara, suspeitando da origem do dinheiro.<sup>32</sup>

O depoimento durou o dia inteiro. À tarde, Rubens o interrogou.

“O SR. RUBENS PAIVA – Senhor deputado Castilho Cabral, V.Exa., em seu depoimento brilhante desta manhã, nos dizia que ao examinar o problema do Ibad, Adep, etc., encontrou como uma das imposições sérias o fato de essas entidades resolverem incluir em seu programa a defesa do capital estrangeiro e interferir na linha da política externa do país. Entendia V.Exa. que não cabia a entidades dessa natureza tais assuntos. Indago de V.Exa.: terá isto que ver com alguma eventual simpatia para efeito da obtenção de fundos a ser conquistada entre as agências do capital estrangeiro em nosso país?

O Sr. Castilho Cabral – Seria julgamento objetivo muito difícil de produzir neste momento. O que declarei e que consta da exposição inicial, como de várias passagens desta inquirição, é que constando do programa publicado pela revista *Ação Democrática* como sendo da *Ação Democrática Parlamentar* – e que o grupo Hasslocher desejava entrasse com o programa-manifesto da *Ação Democrática Popular* –, constando desse folheto um item relativo ao apoio ao capital estrangeiro, eu não concordava com isto, porque acho que nenhum partido político brasileiro deveria colocar no seu conjunto programático um item desse tipo, porque tolheria mais tarde a liberdade dos membros desse partido de se pronunciarem no Parlamento ou fora dele por qualquer restrição ao capital estrangeiro em nosso país, por maiores que fossem as vantagens ao desenvolvimento nacional advindas do bom tratamento desses capitais. Por isso mesmo constituiu isto uma das razões de minha recusa em dirigir a nova organização.

(...)

<sup>32</sup> Cf. *O Semanário*, n. 346, 15-21 ago. 1963. Hoje, 1 bilhão de cruzeiros equivalem a cerca de R\$ 150 milhões.

O SR. RUBENS PAIVA – Mas admite que para o Ibad seria muito mais fácil fazer sua campanha de fundos entre as empresas estrangeiras com programa dessa natureza?

O Sr. *Castilho Cabral* – Provavelmente será muito simpática a empresas estrangeiras uma organização que inclua em seu programa a defesa do capital estrangeiro.

O SR. RUBENS PAIVA – Talvez seja uma das razões para que isso fosse incluído?

O Sr. *Castilho Cabral* – É assunto que ficará para julgamento final desta comissão, para o qual não me considero apto no momento.

O SR. RUBENS PAIVA – É realmente muito mais difícil inquirir um jurista experiente. (...) Uma última pergunta, aliás na mesma linha de alguns colegas meus. Entendo que para nós são realmente muito úteis os conselhos jurídicos, os pareceres que V.Exa. nos vai dando com malícia e graça, e de forma brilhante.

O Sr. *Castilho Cabral* – O que não me impede de mandar a nota dos honorários. (*Risos.*)

O SR. RUBENS PAIVA – Doutor *Castilho Cabral*, V.Exa. presidiu a comissão parlamentar de inquérito que investigou as atividades da *Érica*<sup>33</sup> e da *Última Hora*, correto?

O Sr. *Castilho Cabral* – Correto.

O SR. RUBENS PAIVA – V.Exa., na presidência daquele órgão, prendeu o jornalista Samuel Wainer, que se negava a dizer quais os financiadores da *Última Hora*, correto?

O Sr. *Castilho Cabral* – Não, quem prendeu foi o juiz criminal, se não me engano da 13ª Vara...

O SR. RUBENS PAIVA – Não foi a comissão?

O Sr. *Castilho Cabral* – ...do antigo Distrito Federal, por comunicação feita por mim, como presidente da comissão, de que se verificava a contumácia da testemunha.

O SR. RUBENS PAIVA – Quer dizer que esta comissão, por hipótese, chamando aqui para depor o senhor Ivan Hasslocher e ele se negando, com a sua contumácia, a nos fornecer o nome daqueles que contribuíam para as entidades que ele presidia, V.Exa. entende que a

---

<sup>33</sup> Editora *Érica*, empresa que editava o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, investigado por CPI da Câmara em 1953.

esta comissão caberia agir da mesma maneira como agiu V.Exa., isto é, pedir ao juiz criminal que prendesse o senhor Ivan Hasslocher?

*O Sr. Presidente (interrompendo)* – Em que pese a malícia, a habilidade e a inteligência com que V.Exa. está formulando esta pergunta, tenho a impressão de que, de certo modo, ela atenta até contra a autoridade do presidente da comissão.

O SR. RUBENS PAIVA – Não foi esta a intenção.

*O Sr. Presidente* – Acredito que a intenção de V.Exa. não foi esta. Creio ser matéria que, na oportunidade, deverá ser resolvida e decidida por nós. Se, na dúvida, tivermos que fazer alguma consulta, creio deveremos fazê-la à Comissão de Constituição e Justiça, em primeiro lugar. V.Exa., porém, querendo poderá em particular fazer essa pergunta, digo, consulta, ao deputado Castilho Cabral e trazê-la até a esta comissão como subsídio. Mas, francamente, a consulta de V.Exa. agora afeta inclusive a autoridade do presidente desta comissão. Creio não ter V.Exa. feito a pergunta com esta intenção, mas as palavras ficam escritas e gravadas. Se o presidente desta comissão, neste momento, não tivesse feito estas ponderações, evidentemente que ficaria muito mal situado perante a sua própria autoridade, a sua condição de deputado membro de uma comissão, de presidente eleito por V.Exa. mesmo.

O SR. RUBENS PAIVA – Senhor presidente, sabe muito bem V.Exa. que não tive nenhum *animus injuriandi* sobre a autoridade de V.Exa. Muito ao contrário, quero dar meu testemunho de que, mesmo não sendo V.Exa. um jurista, tem agido com toda autoridade, dentro dos recursos que lhe dão o Regimento e a lei. Em face das suas ponderações, queria indagar ao nobre depoente se pode dizer, em rápidas palavras, se a consulta foi feita à Comissão de Justiça ou ao presidente, para que possamos analisar.

*O Sr. Castilho Cabral* – O nobre presidente desta comissão tem inteira razão, em que quando qualquer comissão da Câmara – pelo menos era no Regimento que eu conheci e acredito continue a reger as atividades da Câmara, não apenas as de inquérito, mas mesmo as permanentes – tinha dúvidas sobre aspectos constitucionais ou jurídicos, deveria consultar a Comissão de Constituição e Justiça. Não consultei, nobre deputado. A comissão de que fazia parte como presidente tinha no seu seio juristas do porte de Tancredo Neves,

Antonio Balbino, Guilherme Machado, de modo que não parecia a nós, muitos dos quais membros da Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu era vice-presidente nessa ocasião, tendo como presidente o deputado Marrey Júnior, mas quase sempre eu a estava presidindo, nos parecia uma incongruência fazermos uma consulta como membros da comissão de inquérito para nós mesmos respondermos como membros da Comissão de Constituição e Justiça. De modo que, dentro da competência da comissão, com o conhecimento jurídico que os seus membros tinham, decidíamos as questões. Assim, posso dizer a V.Exa. que provocamos esse memorável aresto judiciário que, dignificando o saber jurídico do Supremo Tribunal Federal de então, consolidou o instituto da investigação parlamentar, cujo desenvolvimento no Brasil me satisfaz muito porque a ele dei, como democrata e como deputado, a maior dedicação, exatamente para que ele servisse, como está servindo, para que o Congresso afirme a sua atuação, que é decisiva, é essencial à existência das instituições democráticas, sem as quais julgo que não há vida política digna de ser vivida, porque, como muitos dos senhores, eu vivi grande parte da minha vida, exatamente quando eu poderia mais desenvolver a minha vocação para a coisa pública, dentro de um regime discricionário, de um regime ditatorial, que me tolheu grande parte das minhas possibilidades na vida pública do país. Já disse, no início, que o grande número dessas comissões parlamentares de inquérito existentes no Congresso Nacional são o exemplo da vitalidade do Congresso, e a mim, como cidadão e boiadeiro, são uma garantia da existência livre do cidadão neste país. Esse acórdão, nobre deputado, que reputo uma das melhores peças da jurisprudência brasileira, está publicado na *Revista Forense*, volume 151, e trata exatamente do caso sugerido por V.Exa. A autoridade dos eminentes juízes do Supremo Tribunal Federal se sobrepõe, sem dúvida alguma, à pequena autoridade do antigo parlamentar, que tem a honra de responder à inquirição nesta Casa.

O SR. RUBENS PAIVA – Para encerrar, gostaria que V.Exa. informasse se se recorda qual membro daquela comissão de inquérito solicitou a prisão do então jornalista diretor da *Última Hora*.

O Sr. Castilho Cabral – Não foi solicitada a prisão. Foi uma decisão sugerida, aliás bem sugerida, e comunicada pelo presidente que assu-

mia a responsabilidade no exercício da sua função. A comissão aprovou a remessa dessa comunicação ao juiz criminal. Recordo-me que, quando um juiz de primeira instância, ao qual respondi apenas pelo respeito que se deve à magistratura, porque eu o julgava incompetente juridicamente para tratar do assunto, concedeu o *habeas corpus*, eu decidi, com o apoio de toda a comissão, suspender todos os trabalhos e inquirições até que o Supremo Tribunal Federal se pronunciasse sobre o assunto definitivamente. Foi o que aconteceu.

O SR. RUBENS PAIVA – Agradeço a V.Exa., senhor deputado Castilho Cabral, a brilhante contribuição que nos trouxe. Entendo que o saber jurídico de V.Exa., a sua experiência política e a lição que nos deu hoje muito servirão para as conclusões dos trabalhos desta comissão.”

\*

Ivan Hasslocher voltou para o Brasil disposto a prestar depoimento à CPI. Foi convocado para o dia 3 de setembro. A essa altura a sua reputação era como a desses personagens que periodicamente se tornam celebridades na crônica político-policial brasileira e escandalizam a consciência ética nacional como chefes de polpudos esquemas financeiros, montados com políticos e empresários de alto calibre. Apenas os nomes e os métodos variam, o objetivo é o mesmo, enriquecimento ilícito. O esquema comprovou que o anticomunismo era um negócio bastante rentável. A diferença em relação à corrupção clássica foi não ter havido envolvimento de funcionários do governo, tudo era praticado entre políticos, empresas e entidades privadas, brasileiras e estrangeiras.

Segundo a secretária de Ivan, em depoimento na CPI no dia 30 de agosto, no palácio Tiradentes, Ivan falava muito em inglês pelo telefone. Nessa sessão, terminado o depoimento da secretária, José Aparecido se reuniu com Rubens, Eloy Dutra, João Dória e Benedicto Cerqueira para discutir um documento que ele havia preparado. Eram 28 páginas detalhando, com base nas informações já colhidas pela comissão, a nefasta interferência do Ibad no processo democrático brasileiro. Cópias de cartas anexadas provavam que se o esquema não tivesse sido exposto, continuaria nas eleições seguintes. Uma das cartas era de Ivan Hasslocher, dirigida ao general Gentil José Barbato em 12 de novembro

de 1962, portanto depois das eleições, dizendo que a Adep deveria “preparar o terreno para a nossa intervenção de forma mais decisiva nas próximas eleições”, e ao mesmo tempo “fortalecer e apoiar individualmente os políticos que ideologicamente se identifiquem conosco”. O documento foi assinado pelos cinco deputados e encaminhado como representação ao Superior Tribunal Eleitoral.

Na mesma reunião, o deputado Anísio Rocha propôs a convocação do consultor-geral da República, Waldir Pires, porque a imprensa publicara uma notícia de que ele tinha informações e documentos que interessavam aos trabalhos da CPI. Mas no dia seguinte, faltando três dias para o depoimento de Ivan Hasslocher – o personagem mais importante do inquérito –, o presidente Goulart decretou a suspensão das atividades do Ibad e da Adep por três meses. A ordem foi cumprida pelo juiz José Júlio Leal Fagundes, da 1ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro.

A inédita medida surpreendeu os membros da CPI. Eles souberam da notícia quando estavam reunidos por volta de 22 horas no palácio Tiradentes, para ouvir João Cleofas, candidato derrotado ao governo de Pernambuco e também acusado de ter recebido ajuda do Ibad. Afinal, a suspensão do Ibad extinguiu automaticamente a CPI ou não? Antes do início do depoimento, o deputado Laerte Vieira requereu a suspensão dos trabalhos da comissão, para que o Plenário da Câmara deliberasse sobre os efeitos do decreto presidencial. A proposta foi aprovada e o depoimento adiado.

A decisão do governo, tomada dois meses antes do prazo de conclusão da CPI, foi naturalmente aproveitada pela oposição, que acusou o presidente de interferir nas funções do Legislativo, “conspirando cada dia mais, cada vez mais, contra o Congresso”, como afirmou Aducto Cardoso.

O deputado esclareceu ao Plenário que a criação de qualquer CPI no Congresso Nacional era resultado da deliberação de no mínimo um terço dos parlamentares e, sendo uma garantia constitucional das minorias na Câmara ou no Senado, nenhum órgão da Casa – nem a Mesa, nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem mesmo o Plenário e tampouco a própria CPI tinha autoridade para cancelar seus trabalhos.

O presidente da sessão, deputado petebista Clovis Mota, reconheceu como válida a continuidade da CPI. Rubens então levantou uma questão de ordem para indagar se, como vice-presidente, poderia convocar a comissão, caso o presidente Peracchi Barcelos não o fizesse, para ouvir o

depoimento de Ivan Hasslocher. Peracchi estava no plenário e informou ter feito uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça a respeito da continuidade do funcionamento da CPI e apenas depois de saber a resposta ele poderia convocar a próxima reunião. Peracchi ainda manifestou estranheza com a coincidência de que só depois da divulgação do dia do depoimento de Hasslocher o governo tivesse decidido fechar o Ibad, e indagou se Rubens havia recebido do presidente Goulart ou da Procuradoria-Geral da República algum pedido de informações sobre o andamento dos trabalhos da CPI. Rubens respondeu:

“As reuniões da comissão são públicas e a imprensa tem dado a maior divulgação aos seus trabalhos. Foi dito aqui várias vezes que foram retirados documentos e solicitados depoimentos. Qualquer pessoa tem acesso a esses documentos e pode obtê-los. A prova disso está em que o presidente do Ipes, senhor João Batista Leopoldo Figueiredo, distribuiu a todos os seus contribuintes, a todas as indústrias de São Paulo cópia detalhada do seu depoimento, obtido da taquigrafia da comissão. Digo isso para que esta Casa não tenha a impressão de que haja quem esteja retirando documentos para fins ilícitos”.<sup>34</sup>

Na mesma sessão, o deputado José Bonifácio, primeiro-secretário da Mesa, justificou a autorização que dera às rádios Nacional e Alvorada para instalarem equipamentos de gravação dos trabalhos da Casa. Rubens aproveitou para fazer um esclarecimento em tom de denúncia:

“A Rádio Alvorada aqui nesta Casa já alugou seus serviços ao Ibad e já foram encontrados na sua cabine de gravação funcionários do Ibad trabalhando. É o que está acontecendo nesta Casa. Formalmente existe a Rádio Alvorada e no entanto os discursos são gravados e entregues ao Ibad, que os difunde por este país de forma parcial, como lhe interessa, e sem dar divulgação a todos os trabalhos, como deveria ser feito, no entender do pronunciamento brilhante do deputado José Bonifácio, que no entanto estava incompleto”.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 5 set. 1963.

<sup>35</sup> *Idem*.

A CPI não foi extinta, mas ficou suspensa e foi reativada com outros integrantes: Ulysses Guimarães (presidente), Bocayuva Cunha (vice-presidente), Pedro Aleixo (relator), José Maria Alkmin, Getúlio Moura, Temperani Pereira, Aducto Cardoso, Bento Gonçalves, Franco Montoro, Lenoir Vargas, Affonso Celso, Manuel Taveira, Cantídio Sampaio e Geremias Fontes.

No dia 25 de setembro, finalmente, foram depor Ivan Hasslocher e Frutuoso Osório Filho, que havia dirigido o Ibad e a Adep no Nordeste durante a campanha eleitoral de outubro. Havia uma grande expectativa de esclarecimentos importantes e talvez até revelação da origem do dinheiro. Mas, logo no início da sessão, os dois depoentes, bem instruídos por seus advogados, apresentaram requerimento para depor não como testemunhas, e sim como indiciados. Era uma manobra, pois como indiciados poderiam mentir sem sofrer as sanções penais previstas para testemunhas.

E como indiciado Ivan enfrentou uma artilharia de perguntas, mas resistiu. Não revelou o nome de nenhuma pessoa ou empresa que havia contribuído para o Ibad e a Adep, tampouco de políticos que tinham recebido ajuda em suas campanhas.

Após ouvir 34 depoimentos, a CPI deixou como resultado um substancial relatório apontando os culpados pela corrupção eleitoral e com boas recomendações para evitar que se repetisse. Ninguém foi punido. O Ipes acabou em 1971, sem ter sido arrolado na CPI. Em 1965, Ivan Hasslocher foi morar em Genebra, Suíça. Em 1976, mudou-se para Londres e vinha ao Brasil apenas a passeio. Depois foi para os Estados Unidos, onde morreu em 5 de março de 2000, aos 79 anos.

\*

Duas semanas antes do depoimento de Ivan Hasslocher, a crise política atingiu um novo patamar. Na nebulosa manhã de 11 de setembro, as ruas de Brasília estavam com o trânsito normal de todos os dias – poucos carros e raros ônibus coletivos. Mas todos os telefones da cidade estavam mudos. Um levante militar fora deflagrado de madrugada por sargentos, cabos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica. Eles ocuparam o Ministério da Marinha, a base aérea, o grupamento de fuzileiros navais, a Rádio Nacional, o Departamento Federal de Segurança Pública

situado dentro do Ministério da Justiça, o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, as estradas de acesso a Brasília e o aeroporto. Todos os voos tinham sido cancelados.

O presidente Goulart estava no Rio Grande do Sul e os ministros militares no Rio de Janeiro. Oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se reuniram às pressas no segundo andar do Ministério da Guerra e articularam a reação. Quatro deles tinham sido detidos pelos rebeldes e conseguiram escapar enquanto eram conduzidos para a base aérea.

Para enfrentar o foco insurgente alojado no Ministério da Marinha, foram deslocados quatro tanques blindados do Exército e dois caminhões lotados de soldados do Batalhão da Guarda Presidencial, uma das principais guarnições militares da cidade. O comboio estacionou na Esplanada dos Ministérios, ao lado do Ministério da Marinha, cuja entrada ficou bloqueada por um dos blindados. Os soldados armados de fuzis e metralhadoras antiaéreas rapidamente desceram dos caminhões, um grupo cercou o prédio e outro se posicionou no gramado da Esplanada, apontando as armas.

Minutos depois, um ônibus com trinta fuzileiros navais armados de fuzis, granadas e um lança-rojão, veio em direção ao Ministério para dar reforço aos amotinados. Ao atravessar uma pista de retorno na Esplanada, para chegar ao Ministério da Marinha, o ônibus foi parado por meia dúzia de oficiais do Exército. Um deles, à paisana, com as pernas abertas, empunhou uma pistola gritando: “Não vai passar! Não vai passar!” E deu um tiro de advertência para cima. Mas o ônibus se desviou, manobrou por cima do meio-fio, atravessou a pista da Esplanada e estacionou próximo à Catedral. Os fuzileiros saíram correndo do ônibus e se esconderam nos fundos da Catedral. Houve troca de tiros com os soldados do Batalhão da Guarda e, no fogo cruzado, o fuzileiro Divino Dias dos Anjos recebeu uma rajada de metralhadora e caiu na calçada – morreria a caminho do Hospital Distrital. Três outros fuzileiros tombaram feridos. O tiroteio durou cerca de dez minutos. Os demais fuzileiros foram todos desarmados e presos. Os que estavam dentro do Ministério da Marinha deixaram o prédio em fila indiana, com os braços erguidos.

Na estrada que liga o Plano Piloto ao aeroporto, um piquete de insurgentes da Aeronáutica parou o carro em que estava o ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, e o levou para o cassino dos oficiais, na base aérea, onde estavam presos diversos oficiais.

Próximo ao Catetinho, o casarão de tábuas que servira de escritório para Juscelino durante a construção da cidade e era agora ponto turístico, uma barreira de fuzileiros navais rebeldes bloqueou a passagem de um veículo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O motorista, Francisco Moraes, tentou atravessar, foi metralhado e morreu.

A causa da Revolta dos Sargentos, como ficou conhecido historicamente o episódio, foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, na véspera, rejeitando um recurso impetrado por um sargento do Exército do Rio Grande do Sul que tivera cassado o seu mandato de deputado estadual, depois que a Justiça Eleitoral o considerou inelegível. A Constituição era clara quanto à inelegibilidade de cabos e soldados, mas ambígua quanto aos sargentos. O deputado federal Sargento Garcia estava cumprindo seu mandato normalmente. Os sublevados consideravam a decisão do STF um golpe desferido contra a democracia. O líder era um sargento da Aeronáutica, Antônio de Prestes Paula.

Ainda de manhã, a maioria dos locais ocupados pelos rebeldes já tinha sido retomada. Os únicos focos remanescentes eram a base aérea e o grupamento de fuzileiros navais, conhecido como Área Alfa da Marinha. Os deputados Max da Costa Santos, Neiva Moreira e Marco Antônio foram ao grupamento, prestaram solidariedade aos sargentos e informaram que os ocupantes do Ministério da Marinha já haviam se rendido.

Às dez e meia, no plenário lotado, o presidente interino da Câmara, deputado Clovis Mota – o titular, Ranieri Mazzilli, estava em viagem oficial à Iugoslávia –, abriu a sessão extraordinária e informou que fora avisado sobre o levante às quatro horas da madrugada, no seu apartamento. Quando se dirigia para o Congresso Nacional, seu carro fora interceptado na Esplanada dos Ministérios por um grupo de rebeldes que o levaram para o Ministério da Justiça, onde piquetes armados tinham ocupado a central de radiopatrulha. Ali o deputado ficara detido com quatro oficiais do Exército, que depois conseguiram escapar e faziam parte do núcleo de resistência no Ministério da Guerra. Às seis da manhã, o deputado fora liberado.

Depois do relato de Clovis Mota, apenas o líder do bloco governista, Tancredo Neves, e o líder da oposição, Pedro Aleixo, se pronunciaram sobre o assunto. Tancredo leu um comunicado dos ministros da Guerra, Marinha, Aeronáutica e Justiça, acrescentando: “Reina a or-

dem em todo o país, com as populações voltadas para suas atividades cotidianas”. Aleixo atribuiu o levante não apenas a “alguns modestos sargentos” e insinuou que o presidente João Goulart também era responsável pelos acontecimentos.

Pouco depois do meio-dia, a base aérea foi retomada pacificamente e às três horas da tarde os tanques do Exército invadiram e ocuparam o agrupamento de fuzileiros navais, sem mais baixas de nenhum lado. No final do dia, um efetivo de 280 homens da Companhia de Paraquedistas do Rio de Janeiro chegou em aviões da FAB para ajudar. Mas não foi necessário. Eles permaneceram na cidade apenas como tropa de ocupação. Os mais de quinhentos rebeldes presos foram levados para o navio *Raul Soares*, no Rio.

No dia seguinte, a oposição qualificou a revolta como uma gravíssima insubordinação, atribuindo-lhe, claro, um caráter comunista. Entre os governistas, uma parte apoiou as reivindicações dos sargentos e defendeu a imediata aprovação da elegibilidade e a anistia para os envolvidos. Outra parte criticou a revolta e a indisciplina, mas considerou justa a motivação. Esta foi a posição de Rubens Paiva. Ao voltar para São Paulo no final da tarde de sexta-feira, dois dias após a rebelião, ele declarou à imprensa no aeroporto de Congonhas:

“Os sargentos fizeram um movimento heroico em defesa de uma tese legítima. Embora seja preciso condená-los, é necessário também justificá-los. Não se pode exigir que os militares entendam uma lei que lhes nega a possibilidade de representar o povo, ao mesmo tempo em que permite a um Lupion tomar assento na Câmara”.<sup>36</sup>

Referia-se ao deputado Moysés Lupion, do PSD paranaense, que era suplente e assumira o mandato em junho. Tinha sido duas vezes governador do Paraná, era riquíssimo em terras e em acusações de corrupção.

Para o jornal *Correio da Manhã*, num editorial publicado em 15 de setembro, a revolta dos sargentos provara que “a democracia é forte no Brasil e ninguém pode contra ela” e que as reformas econômica, social e

<sup>36</sup> *Última Hora*, 14 set. 1963. Ver também: PARUCKER, P. E. C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. 1992. Dissertação (Mestrado) – PPGH/ICHF, Niterói, 1992.

política não podiam ser adiadas. Mas o episódio fez recrudescer a guerra psicológica contra o governo.

Guerra psicológica é tão antiga quanto a política, mas modernamente a expressão foi criada pelo general e historiador inglês John Frederick Charles Fuller. Num livro publicado em 1920, *Tanques na Grande Guerra, 1914-1918*, ele examinou as lições deixadas pela I Guerra Mundial e afirmou que os instrumentos bélicos tradicionais seriam “substituídos por uma simples guerra psicológica, na qual não haverá uso de armas nem campos de batalha e perdas de vidas”. Ele se enganou totalmente, mas o conceito ficou. Nos Estados Unidos a expressão foi usada pela primeira vez em janeiro de 1940, na revista *Current History and Forum*, num artigo intitulado “Guerra psicológica e como promovê-la”.

Em épocas de crise política, a guerra psicológica é uma tática muito utilizada por governantes ou grupos de oposição. As técnicas incluem difusão de boatos e mentiras alarmistas sobre o adversário, infiltração de agentes provocadores para acirrar a agitação, distribuição clandestina de documentos e panfletos forjados atribuindo ações ao adversário (contrapropaganda), repetição de acusações falsas ou exageradas, sabotagens. Para dar credibilidade aparente a uma informação distorcida, atribui-se a uma fonte objetiva ou até a fontes do próprio inimigo visado. Tudo isso para influenciar a sociedade, seus valores, crenças, comportamento e ações. A CIA usou a guerra psicológica com extrema eficácia nas suas missões clandestinas para desestabilizar governos legítimos.

Sobre isso, escreveu o historiador Moniz Bandeira:

“A técnica consistiu em induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo e só lhe restasse a apoio da extrema esquerda. A consequência era a sua desestabilização”.<sup>37</sup>

Uma das tarefas mais importantes no processo de guerra psicológica é a desempenhada por informantes e agentes provocadores infiltrados

---

<sup>37</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A CIA e a técnica do golpe de Estado. *Rev. Espaço Acadêmico*, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm>>. Acesso em: 12 nov. 12.

em reuniões políticas ou entidades sindicais e estudantis. Sua função é incentivar a radicalização, como greves que resultem em depredações ou piquetes violentos, discursos inflamados nos comícios, quebra-quebra em passeatas, tudo que sirva de pretexto para a repressão. Raramente os provocadores são identificados. No Brasil, um único agente provocador se tornou conhecido, o cabo Anselmo, que liderou o movimento dos marinheiros poucos dias antes do golpe de 1964.

Embora não haja documento comprobatório, é senso comum que muitas das greves realizadas no governo Jango foram insufladas por agentes provocadores infiltrados. Nos comícios, algumas faixas que pediam socialismo e reforma agrária na marra tinham um nítido caráter de provocação, deliberada ou não. Na extensa bibliografia sobre a ditadura militar brasileira, este é um tema que ainda falta ser estudado.

Outro mecanismo fundamental na guerra psicológica são os meios de comunicação, usados para se plantarem notícias falsas ou facciosas, publicar artigos atacando ou desclassificando os adversários e influir na opinião da sociedade.

Os grupos de oposição a Goulart lançaram a guerra psicológica como parte de uma bem calculada ofensiva para desmoralizar politicamente o presidente, dividir os movimentos populares e espalhar o pânico do comunismo nas classes médias. A revolta dos sargentos – que pode ter sido também fomentada por provocadores para irritar as Forças Armadas – trouxe um reforço aos ataques contra o governo. Uma crescente maré de boatos negativos foi desencadeada nas principais cidades do país. Informantes anônimos telefonavam para as redações dos jornais, rádios e TVs falando em demissão de ministros, rebelião na Vila Militar, ocupação militar de refinaria da Petrobras. O governador carioca Carlos Lacerda já conspirava abertamente. A emenda da reforma agrária não andava, apesar das concessões à oposição. E o general Pery Bevilacqua, comandante do II Exército, enfureceu os trabalhadores ao criticar duramente os sindicatos numa longa mensagem denominada Nota de Instrução, lida no dia 18 de setembro em todos os quartéis do II Exército. O texto desacatava o CGT, o PUA e o Fórum Sindical de Debates como “ajuntamentos, ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática.”<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> *Jornal do Brasil*, 19 set. 1963.

Dias depois, Rubens Paiva e o deputado federal Rogê Ferreira, do PSB, participaram de uma reunião no edifício Martinelli, em São Paulo, convocada para articular um movimento de repúdio ao general. No dia seguinte, ao embarcar de volta a Brasília, no Aeroporto de Congonhas, Rubens defendeu as greves: “As greves são consequência das estruturas arcaicas e obsoletas e, com relação às reformas de base, cada dia elas são mais necessárias”. Sobre o general Pery Bevilacqua, Rubens afirmou “o presidente João Goulart funciona com toda liberdade nas áreas militares, tendo ligação direta com suas cúpulas e perfeito controle da situação. Irá provar que não está tutelado, e substituirá o general Pery daquele posto”.<sup>39</sup>

A substituição aconteceria dois meses depois, após outras críticas do general que infringiam o Regulamento Disciplinar do Exército, por constituírem pronunciamentos políticos em público. Ele foi transferido para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em seu lugar assumiu o general Amauri Kruehl.

As greves eram, sim, consequência de estruturas obsoletas, mas também um grave erro decorrente da imaturidade política dos sindicatos. As sucessivas paralisações em setores estratégicos da economia – bancários, ferroviários, Petrobras, carteiros, bondes, portos – contribuíam para desgastar o governo e fortalecer a oposição conservadora. Isso numa época em que o direito de greve ainda não estava regulamentado, embora previsto desde março de 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.070, mas com normas muito rígidas. No Congresso Nacional um projeto de lei neste sentido tramitava havia quatorze anos.<sup>40</sup>

Mas as esquerdas não conseguiam formar um movimento coletivo organizado com capacidade de aglutinação suficiente para conquistar o poder, por eleição ou pela revolução. O que havia era uma abundância de *slogans*, retórica emocional e voluntarismo. A Frente de Mobilização Popular, com sua excessiva diversidade ideológica, carecia de três predicados fundamentais para se tornar sujeito da história: liderança resoluta, unidade e disciplina.

---

<sup>39</sup> *Última Hora*, 24 set. 1963.

<sup>40</sup> Cf. *Diário do Congresso Nacional*, 23 nov. 1963.

## *A marcha da insensatez*

---

Nos primeiros dias de outubro, a fogueira política recebeu mais lenha de duas reportagens bombásticas publicadas pelo *Los Angeles Times* nos dias 29 e 30 de setembro. Assinadas pelo correspondente do jornal, Julian Hart, traziam declarações altamente inflamáveis do governador Carlos Lacerda. Para ele, o governo estava “nas mãos dos comunistas, resolvidos a parar o país, parar os transportes, e tornar difícil o trabalho, degenerando toda a economia e espírito público” e que o governo poderia cair antes do final do ano. Ainda pediu que os Estados Unidos não ajudassem o Brasil, “até que o país se encaminhe de novo para a estabilidade política e econômica”.<sup>41</sup>

Uma enorme irritação tomou conta dos meios políticos e militares governistas. A suspeita de um iminente golpe de Estado fez o presidente João Goulart enviar ao Congresso uma mensagem, solicitando a decretação do estado de sítio em todo o território nacional pelo prazo de trinta dias. A medida tinha respaldo no artigo 206, inciso I, da Constituição: “O Congresso Nacional poderá decretar estado de sítio nos casos: de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper”.

A mensagem vinha acompanhada de arazoados do ministro da Justiça, Abelardo Jurema, e dos três ministros militares. Abelardo Jurema justificava o pedido “como medida legal indispensável nesta hora, para conter a ameaça de comoção interna grave”. E citou como exemplos:

“as manifestações coletivas de indisciplina verificadas na Polícia Militar de alguns estados, a sublevação de graduados e soldados da Aeronáutica e da Marinha de Guerra na própria capital da República e, mais recentemente, atos contrários à disciplina militar praticados por cabos e marinheiros da Guanabara, todos eles em boa hora contidos pelo espírito inquebrantável de fidelidade à Constituição e ao princípio de autoridade de nossas Forças Armadas, constituem

---

<sup>41</sup> *Jornal do Brasil*, 1º out. 1963, e site Política para políticos (disponível em: <<http://www.politicapara politicos.com.br/interna.php?t=758537>>).

exemplo de anormalidade da vida brasileira. Por seu turno, as reivindicações salariais, que deveriam ser acontecimentos de rotina nas relações entre empregados e empregadores, sobretudo numa fase, como a atual, de renovação de contratos coletivos de trabalho, passaram a ser fator de agravamento da crise político-social e servem de pretexto para as forças da reação conspirarem contra a legalidade democrática”.

Os três ministros militares – almirante Sylvio Borges de Souza Motta, general Jair Dantas Ribeiro e o major-brigadeiro Anísio Botelho – apoiaram conjuntamente a decisão:

“As greves se sucedem e servem de pretexto para a conspiração política; grupos inconformados pregam a violência e a subversão da ordem como solução para problemas que afligem as classes trabalhadoras; largo círculo da área político-partidária, dominado por paixões insopitadas, lança-se na conspiração contra o Governo e a ordem legal. Governadores de estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelência à frente do Governo da República até o término de seu mandato. (...) Bem conhecemos o espírito liberal e a formação democrática e a compreensão de Vossa Excelência do acatamento à ordem constitucional. Estamos, porém, convencidos, Senhor Presidente, que precisamente para defender a legalidade democrática, manter a ordem e a disciplina e assegurar a paz da família brasileira, é indispensável e urgente recorrer-se ao estado de sítio, instrumento previsto na própria Constituição como remédio adequado para evitar a comção intestina grave, cuja ocorrência se poderá verificar a qualquer momento no país, se medidas excepcionais à defesa do regime não forem imediatamente adotadas. É a sugestão que nos permitimos fazer a Vossa Excelência, certos de que, como ministros das pastas

militares, estamos cumprindo o dever que a Constituição confere às Forças Armadas”<sup>42</sup>

Para analisar a mensagem presidencial, a Comissão de Constituição e Justiça se reuniu na Câmara no final da tarde de 5 de outubro, um sábado. Após várias horas de debate incandescente, no início da madrugada de domingo foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Vieira de Mello, da ala progressista do PSD.

Mas a proposta foi vergastada por todas as tendências políticas, da direita à esquerda e até por intelectuais que apoiavam o governo. Cada lado temia que o estado de sítio pudesse ser usado contra si. As esquerdas temiam que o estado de sítio se transformasse em instrumento de repressão aos movimentos populares, e a direita via no pedido o prenúncio de golpe, a exemplo do que fizera Getúlio Vargas em 1937.

No próprio domingo, um editorial do *Jornal do Brasil*, intitulado “As 48 horas”, acusou a proposta de ter “intuítos liberticidas”, “intenções golpistas”. Segunda-feira de manhã, o Congresso se reuniu em sessão extraordinária para votar o substitutivo, em meio a informações de que Goulart já havia desistido de pedir o estado de sítio e a sua mensagem seria retirada da pauta. O deputado Aliomar Baleeiro chegou a sugerir o *impeachment* de Jango. A sessão prosseguiu à noite e entrou pela madrugada. Era quase uma hora da manhã do dia 8 quando o substitutivo foi rejeitado por 176 votos contra e 121 a favor.

Bocayuva, como líder do PTB, inicialmente apoiara a proposta do governo, mas diante das fortes reações contrárias ele mudou de ideia e, no domingo à tarde, distribuiu uma nota em seu nome criticando o substitutivo e dizendo que iria lutar contra ele no Congresso. O presidente Jango teria ficado magoado e a liderança de Bocayuva ficou desgastada, por ter emitido uma opinião pessoal sobre um fato tão grave, em vez de consultar a bancada. Um deputado convocou uma reunião da bancada com ele. A principal reclamação era de que Bocayuva não havia sido leal ao presidente Jango e não ouvia a opinião da bancada nas questões mais graves e controvertidas, limitando-se a contatos com o reduzido número do Grupo Compacto.

---

<sup>42</sup> Projeto do Poder Executivo n. 1.091, de 4 out. 1963, e Mensagem n. 320 do Poder Executivo. *Anais da Câmara dos Deputados*, 7 out. 1963.

Os insatisfeitos decidiram votar uma moção de desconfiança, o que foi feito numa outra reunião, fechada à imprensa. Havia 83 deputados trabalhistas presentes. Em votação secreta, a moção foi aprovada por 45 votos contra 36, e dois votos em branco. Rubens e os demais do Grupo Compacto votaram contra a moção. Bocayuva contestou o resultado, alegando que o voto de desconfiança só determinava renúncia em um regime parlamentarista. E acrescentou:

“A destituição exige maioria absoluta de 58 votos. A bancada tem 114 deputados. Portanto, como não fui destituído, considero essa retirada de confiança em mim como líder um episódio meramente utópico, não me considero destituído. Os companheiros que discordarem, poderão colher as assinaturas em documento próprio para isso. A liderança não conhece a palavra renúncia”.

Rubens, Almino e outros de seu grupo aplaudiram. Mas o gaúcho Zaire Nunes, antigo desafeto de Bocayuva e favorável à sua destituição, refutou: “Sua posição é apenas uma questão de foro íntimo”.

Bocayuva não gostou: “Sim, é uma questão de foro íntimo, como diz estranhamente o companheiro Zaire Nunes”.

Zaire ficou nervoso: “Estranhamente por quê? Você tem que me dizer por que estranhamente ou lhe parto a cara!”

Os dois começaram a discutir, Zaire Nunes soltou um palavrão e puxou um revólver da cintura, mas foi contido por Rubens, Almino e o deputado alagoano Abrahão Moura.

Rubens pediu para falar e reforçou o apoio a Bocayuva, dizendo que só a destituição, em documento adequado, poderia afastá-lo da liderança do partido, já que ele se recusava a renunciar. Mas, uma semana depois, Bocayuva foi substituído por Doutel de Andrade.<sup>43</sup>

Ter um revólver na cintura, como o deputado Zaire Nunes, era um costume aceitável no Congresso Nacional, e perigoso numa conjuntura como aquela. O plenário se tornava a cada dia um coliseu de escaramuças verbais, à medida que os atritos se intensificavam. A oposição continuava esconjurando o espantinho do comunismo e alertando que a democracia estava ameaçada; os governistas rechaçavam o que consideravam

<sup>43</sup> *Jornal do Brasil e Última Hora*, 9 out. 1963.

uma campanha antipatriótica contra as reformas necessárias para tirar o país do atraso social e econômico. Nessa dialética passional valia tudo: insultos, palavrões, de vez em quando socos e bofetadas. Por via das dúvidas, levava-se um revólver debaixo do paletó. Também nos comícios muitos políticos costumavam discursar com armas na cintura.

O deputado Tenório Cavalcanti era um dos que iam armados para a Câmara. Um dia apontou o revólver para o colega Antonio Carlos Magalhães, sem disparar, e ainda comentou com um colega: “Trouxe pra você um igual a este, apenas com o cabo um pouco diferente”. Outro dia, o deputado paulista Pedro Marão estava no salão do cafezinho e, sem mais nem menos, puxou um revólver e deu um tiro para o ar, de brincadeira – era revólver de brinquedo, com tiro de festim. Amaral Neto, que estava perto, levou um susto.

E como era de se esperar, um dia aconteceria uma tragédia.

O plenário se transformou em cenário de autêntico faroeste na tarde de 4 de dezembro. O senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, do PSD, conhecido como “o melhor gatilho de Alagoas”, já tinha prometido matar seu arquirrival e conterrâneo Arnon de Mello desde a posse.

Naquela tarde, ele ficou de pé na frente da tribuna onde Arnon discursava e gritou “crápula!”. Arnon parou de discursar, sacou um revólver do coldre debaixo do paletó e disparou três tiros na direção de Silvestre. Correria geral. Silvestre conseguiu se agachar e se escondeu entre as cadeiras, sacou o seu Smith-Wesson 38, mas antes de apontar para Arnon foi contido pelo senador paraibano João Agripino, que segurou sua mão, evitando o disparo. Guardas e senadores cercaram Arnon e o desarmaram.

Uma bala acertou o chão, outra o teto e a terceira atingiu a barriga do senador José Kairala, do PSD do Acre, que não tinha nada a ver com a briga. Ele morreu naquela noite. Trágica ironia: era o seu último dia no Senado, por ser suplente de um senador que estava de volta, e tinha até trazido a numerosa família, inclusive sua mãe, para assistir à sua despedida.

Poucos dias depois deste episódio, uma resolução proibiu o porte de armas no Congresso Nacional, sob pena de cassação do mandato.

Após a queda de Bocayuva da liderança do PTB na Câmara, os fisiológicos saíram fortalecidos e a esquerda do partido ficou isolada, mas continuou participando da Frente de Mobilização Popular. O Grupo Compacto até pensou em deixar o PTB para formar um novo partido, mas a ideia durou apenas poucos dias.

O quadro político foi ficando mais confuso. Quando o ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso, pediu demissão e Jango anunciou sua intenção de discutir a situação do país com os governadores em audiências particulares no palácio Laranjeiras e no seu apartamento na avenida Atlântica, as esquerdas deduziram que ele estava se aproximando dos conservadores, conciliando com a direita a fim de se manter no cargo. Para Rubens, o que parecia uma manobra tática do presidente para conter o furor das oposições, poderia ser uma mudança de estratégia. “O presidente recuou de vez, acomodando-se em outras áreas político-ideológicas”, teria afirmado Rubens num ato público de desagravo ao ex-ministro no Cine Tóquio, em São Paulo. Cerca de duas mil pessoas compareceram.<sup>44</sup>

Mas se o presidente estava tentando atrair os conservadores, por que dias depois ele pediu ao consultor-geral da República, Waldir Pires, a elaboração de um decreto para regulamentar a Lei da Remessa de Lucros? Era uma das principais reivindicações das esquerdas, aprovada pelo Congresso no final de 1961. Então Jango foi acusado pela oposição de estar promovendo a comunização do país e, pior, planejando um golpe de Estado, acusação que se tornava cada vez mais recorrente. Como se vê, as notícias eram contraditórias.

Esses paradoxos demonstram o quanto havia de distorção e manipulação de informações, com a finalidade de dividir as bases de apoio a Jango e jogar a sociedade contra o governo. A tese do golpe presidencial foi engolida por uma parcela da própria esquerda, como sintetizou o deputado petebista Breno da Silveira:

“Não se iludam certos líderes que querem levar nosso país para uma revolução. Já disse aqui e afirmo, como homem de esquerda moderada, que não temos quadros para enfrentarmos e dominarmos, em qualquer oportunidade, um movimento dessa espécie, que

---

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, 17 out. 1963.

possa eclodir com o domínio do Brasil de uma faixa de esquerda moderada e democrática! Então, cairemos na baderna, cairemos talvez na ditadura. (...) Aqueles que se estão orientando pela faixa do Partido Comunista Brasileiro tomem tento de que estamos caminhando para o despenhadeiro, para a revolução e, talvez, para uma ditadura de esquerda ou de direita que se instale em nossa pátria, destruindo o regime democrático”.<sup>45</sup>

Mas o que estava em gestação era na verdade um golpe de direita, como deixara claro alguns dias antes o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, numa reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa em Miami: “O governo do senhor João Goulart será derrubado em breve, pois os minutos estão contados e não há tempo a perder”. Contradizendo-se, admitiu “em que pese a influência de elementos pró-comunistas no governo brasileiro, existe absoluta liberdade de imprensa no Brasil”.<sup>46</sup>

Na Câmara, o deputado Ary Pitombo, do PTB alagoano, também reiterou o que estava ficando cada vez mais evidente: “Fiquem sabendo os senhores deputados que a União Democrática Nacional prepara o golpe, a exemplo do que fez em 1954”.<sup>47</sup>

Para complicar ainda mais o quadro político, a campanha para a sucessão presidencial já estava começando, com pré-candidatos afoitos. Juscelino lançou seu *slogan* JK-65. Carlos Lacerda também deu início à sua campanha para presidente, no dia 17 de novembro de 1963, em Ilhéus, Bahia. Outros governadores buscavam apoio com o mesmo objetivo: Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Miguel Arraes.

Juscelino, o candidato com mais favoritismo, prometeu que daria prioridade, se eleito, à agricultura. Mas seu partido, o PSD, tinha ligações com latifundiários, e a cúpula (Benedito Valadares, Amaral Peixoto, José Maria Alckmin, Filinto Muller) não queria nem ouvir falar de reforma agrária. Juscelino sentiu isso numa reunião do partido, quando o deputado mineiro Último de Carvalho, rico dono de terras, o advertiu com a intimidade que os dois tinham: “Juscelino, Juscelino, você veja o

<sup>45</sup> *Jornal do Brasil*, 28 nov. 1963.

<sup>46</sup> *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1963.

<sup>47</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 23 nov. 1963.

que está dizendo, não bole com a gente lá no campo não que você vai se dar mal, a gente vai lhe apelar do poder”. Juscelino deu uma risada, mas a advertência não era brincadeira.<sup>48</sup>

Jango, que pressentia estar próximo de ser apeado do poder, tinha cada vez menos motivos para rir. Diariamente era pressionado por grupos antagonicos – políticos progressistas e conservadores, sindicalistas pelegos e comunistas, militares nacionalistas e reacionários, imprensa, estudantes, empresários, latifundiários. Qualquer presidente, mesmo um estadista como Juscelino, teria muita dificuldade de governar encurralado dessa forma. A imagem de fraco, despreparado e hesitante, que os detratores de Jango lhe impingiram para a posteridade, é distorcida, ou no mínimo exagerada.

Um dia ele recebeu na Granja do Torto um grupo de deputados, entre eles Rubens, Bocayuva, Fernando Sant’Anna e Henrique Lima, do PSD da Bahia. O presidente os esperava na beira da piscina com um copo de uísque na mão. Jango estava preocupado com as conspirações e precisava de um consenso mínimo da sociedade, envolvendo políticos do PTB e do PSD, movimentos populares e os comunistas do PCB, para formarem uma aliança tática de centro-esquerda que garantisse a governabilidade e a implementação das reformas. E a melhor pessoa para articular essa aliança, na visão do presidente, era o deputado San Tiago Dantas, seu ex-ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, com um bom trânsito entre a esquerda “positiva”, sua própria classificação, e os setores empresariais menos conservadores, até porque ele tinha sido advogado de grandes empresas. O presidente já estivera na casa dele, no Rio, no início de outubro, e pediu ao grupo de deputados que se reunisse com San Tiago para discutir os pontos de um programa consensual de sustentação do governo.

O grupo foi ao Rio, conversou com San Tiago e este entrou em campo para fazer consultas com as correntes políticas.<sup>49</sup> Enquanto isso, a oposição radical voltou a bradar que Jango pretendia dar um golpe de Estado. O argumento teve uma divulgação detalhada na coluna do jornalista Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil* de 10 de dezembro,

---

<sup>48</sup> Depoimento do ex-deputado Henrique Lima ao autor em 2008.

<sup>49</sup> Idem.

com o título “UDN espera golpe até o fim do mês”. Até uma parcela das esquerdas passou a acreditar nesse sofisma.

Indiferente a tais pensamentos irracionais, San Tiago Dantas continuou firme em sua missão. Conversou com políticos da Frente Parlamentar Nacionalista, lideranças sindicais e estudantis. A bancada do PTB na Câmara aprovou em princípio sua iniciativa. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria também apoiou. O PSD relutou, assim como a Frente de Mobilização Popular.

Rubens Paiva, agora presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Pública, participava das reuniões da FMP, como a realizada na primeira quinzena de dezembro, no Rio de Janeiro, para discutir o apoio à pretensão de Brizola ser nomeado ministro da Fazenda, no lugar de Carvalho Pinto, que pedira demissão em dezembro. Brizola, casado com uma irmã de Jango, estava licenciado da Câmara desde agosto e se dedicava inteiramente à política extraparlamentar junto aos movimentos sociais, como porta-voz das esquerdas. Sua vaga fora assumida pelo suplente, Roland Corbisier.

Rubens, Almino e outros membros do Grupo Compacto não apoiaram o nome de Brizola para o Ministério da Fazenda, porque acreditavam que isso agravaria a crise política. Jango pensava o mesmo, e surpreendeu a todos nomeando um outro gaúcho, mas nada esquerdista, Ney Galvão, ex-presidente do Banco do Brasil.

\*

Mesmo com as resistências, San Tiago Dantas insistia nas negociações de um programa mínimo para a formação da frente única dos setores progressistas e democráticos, denominada Frente Ampla de Apoio às Reformas de Base. Mas Brizola queria uma outra frente, só das esquerdas, e via no plano de San Tiago uma tentativa de conter a mobilização popular, uma mobilização que era principalmente reivindicatória e alimentava as ilusões de quem não enxergava onde estava o verdadeiro inimigo.

A onda grevista ressurgiu em 14 de janeiro de 1964, quando trabalhadores da Guanabara interromperam o transporte de bonde, o fornecimento de gás, de energia elétrica e parcialmente de telefonia, todos explorados pelo Grupo Light, da multinacional francesa Société Anonyme du Gaz, que explorava os serviços mediante contrato de concessão com

o governo do estado. Carlos Lacerda aproveitou para culpar o governo federal. Previdenciários, portuários e servidores públicos também entraram em greve na Guanabara e mais cinco estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais.

As paralisações forneceram mais munição aos opositoristas que estavam na Câmara fazendo uma “vigília cívica”, a pretexto de impedir que o presidente Goulart tomasse medidas sem consulta prévia ao Congresso. Numa sessão plenária, ele foi bombardeado pelos deputados udenistas Pedro Aleixo, Aduacto Lúcio Cardoso, Hamilton Nogueira, Newton Carneiro e Herbert Levy, que acusou Jango de estar promovendo “subversão” e planejando um golpe: “O senhor João Goulart é um homem capaz de incendiar o circo, se for preciso, se tiver o mínimo vislumbre de possibilidade de êxito para suas ambições continuístas.”<sup>50</sup> Nesse dia, Chagas Rodrigues, vice-líder do PTB, era o único no plenário para rebater a oposição.

No Pequeno Expediente, chamado de “pinga-fogo”, os opositoristas, inclusive deputados do PSD, alarmados com o decreto que desapropriaria terras improdutivas à margem das estradas federais, ferrovias, rios e açudes, subiram o tom das acusações, alegando que o governo estaria distribuindo armas a sindicatos.

Tanto as esquerdas quanto a direita se acusavam mutuamente de planejar um golpe. A direita até citava o mês de março para o suposto golpe de Jango, enquanto a conspiração civil-militar prosseguia em reuniões das quais participavam, entre outros, os deputados Armando Falcão e Bilac Pinto, o governador Lacerda, o general Castelo Branco, o general Antonio Carlos Muricy e o embaixador e poeta Augusto Frederico Schmidt.

Com a situação política se deteriorando, um grupo de deputados – entre os quais Rubens, Henrique Lima e Marco Antônio – foi à casa do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, na Granja do Ipê. Lá estava, por acaso, o educador Anísio Teixeira, diretor da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes). Na reunião, o grupo de parlamentares pediu a Darcy que alertasse Jango sobre a vulnerabilidade do “dispositivo militar” garantido pelo chefe da Casa Militar, general Assis Brasil. Segundo os deputados, Jango estava

---

<sup>50</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 16 jan. 1964.

desamparado no meio militar, porque Assis Brasil não estava fazendo nenhum trabalho para fortalecer o apoio do presidente nas Forças Armadas. Darcy, com seu estilo inquieto e gesticulante, falando rápido, minimizou a gravidade da situação e agradeceu as ponderações.<sup>51</sup>

\*

Mesmo sob bombardeio, Jango governava, tomando decisões importantes. No dia 17 de janeiro, ele assinou o decreto que regulamentava a Lei da Remessa de Lucros, com novas regras e um teto para a remessa de lucros e *royalties* das empresas multinacionais para os países de origem.

Dois dias antes, os udenistas, que vinham repetindo a cantilena de que o presidente estaria planejando um golpe de Estado, acrescentaram um petardo que causaria muito estardalhaço. O presidente da UDN, deputado Bilac Pinto, distribuiu à imprensa um longo texto com uma grave denúncia, sem prova, mas divulgada com destaque por toda a imprensa. Dizia o deputado que “sindicatos rurais e elementos da orla marítima estão sendo armados e se prepara um golpe popular” e que já estava em curso a “guerra revolucionária”, para implantar uma “ditadura comunista” no país. O texto teorizava detalhadamente sobre as diferentes fases da guerra revolucionária e as técnicas utilizadas.

Muita gente duvidou que Bilac Pinto, um advogado do interior mineiro, tivesse concebido o factóide. O jornalista Paulo Francis, fiel jornalista, chegou a denunciar que o texto fora preparado por uma empresa norte-americana de relações públicas, sem citar o nome.<sup>52</sup>

Assim, a estratégia da oposição na campanha para o golpe de 31 de março continuava a ser a utilização de métodos sofisticados de guerra psicológica, visando a demonizar o governo e causar na opinião pública um “pânico moral”. Stanley Cohen, autor da expressão, mostrou que esse tipo de pânico acontece quando uma situação, episódio, pessoa ou grupo é visto pela sociedade como ameaça a determinados valores e interesses dominantes. A imagem negativa, criada mediante distorção e exagero dos fatos, linguagem emocional, apelo a preconceitos e ao medo, torna-se bem mais grave que a real ameaça representada pelo

<sup>51</sup> Depoimento do ex-deputado Henrique Lima ao autor

<sup>52</sup> Cf. *Última Hora*, 31 jan. 1964.

grupo estigmatizado. Essa tática tem sido usada historicamente em todas as épocas e por diferentes tendências ideológicas – desde a caça às bruxas na Renascença europeia aos expurgos stalinistas e à perseguição de judeus durante o nazismo.<sup>53</sup>

A imprensa é um dos principais elementos na criação do pânico moral. No caso do governo Jango, a campanha para desacreditá-lo incluía manchetes sensacionalistas e editoriais com palavras e expressões dramáticas – “comunização”, “república sindicalista”, e agora “guerra revolucionária” – que causavam subliminarmente um temor na população, especialmente na classe média conservadora das grandes cidades.

O que havia era uma guerra de (des)informação, na qual o governo estava em nítida desvantagem, pois o único órgão jornalístico que o apoiava era o jornal *Última Hora*.

A crise econômica era uma agravante. O Produto Interno Bruto despencara de 6,6% em 1962 para 0,6% em 1963. A inflação medida pelo Índice Geral de Preços continuava em disparada: em 1962 fora de 51,3%, em 1963 atingira 81,3%.<sup>54</sup>

Mas essa crise também poderia ser administrada dentro das regras democráticas e sem histeria ideológica, se não houvesse uma Guerra Fria no plano internacional e, mais importante, se o Brasil não pertencesse à periferia capitalista, com todas as limitações e vulnerabilidades que essa condição acarreta, subordinada às diretrizes dos países centrais, especialmente dos Estados Unidos.

O factóide diversionista lançado por Bilac Pinto causou tanta confusão que, embora ele tergiversasse quando lhe cobravam provas, atingiu seu objetivo de aumentar o pânico moral e dividir ainda mais as esquerdas. O próprio PTB enviou ao presidente João Goulart, através da bancada na Câmara, um recado dizendo que era contra um golpe dele. E a Coluna do Castello do dia 27 de janeiro reforçou essa expectativa com o título “Arraes também teme o golpe de Goulart”. O colunista transmitiu a impressão de que isso era unanimidade entre as principais correntes políticas, da esquerda considerada radical (Brizola inclusive) à esquerda

---

<sup>53</sup> COHEN, 1973, p. 9.

<sup>54</sup> Fundação Getúlio Vargas, cf. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As contradições da inflação brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 21, mar. 1980. No último ano do último governo militar, em 1984, a inflação chegou a 235,1%.

moderada, do PTB ao PSD e altos escalões militares: “Todos temem o golpe”, escreveu o jornalista. Em suma, a acreditar no que a imprensa reverberava, as esquerdas temiam que Jango desse um golpe conservador e a direita temia um golpe comunista. Conclusão: Jango daria um golpe sozinho, contra si mesmo.

Nesse enredo surrealista que misturava Kafka e Dom Quixote, a tese do golpe janguista, difundida pelas oposições e até hoje repetida por analistas conservadores, serviu para demonizar ainda mais o governo e justificar para a opinião pública o que aconteceria em 31 de março. A tese tem toda a característica da chamada “propaganda negra”, recurso comum na guerra psicológica – difunde-se uma informação atribuída a fontes anônimas ou falsas, mas na verdade a origem é outra, com a finalidade de provocar divisões internas nos adversários.<sup>55</sup> Os analistas conservadores alegavam que Jango, para o seu suposto golpe, teria apoio do “dispositivo militar” e das bases sindicais. Ora, nenhuma central sindical jamais hipotecou apoio incondicional a Jango na época; pelo contrário, os sindicatos promoviam sucessivas greves reivindicatórias, uma atitude bastante suspeita numa conjuntura daquela, porque onda grevista é uma clássica tática para derrubar governo, nunca para apoiá-lo. E o chamado dispositivo militar era um blefe, como se descobriria tarde demais. Contraditoriamente, os mesmos defensores da tese do golpe janguista dizem que o presidente era fraco e despreparado, atributos incompatíveis. Golpistas podem ser tudo, menos fracos.

O próprio Jango várias vezes negou intenções continuístas em reuniões. Certo dia, ao saber que um deputado estadual do PTB carioca, Rubens Macedo, havia mandado confeccionar folhetos de campanha intitulados “Jango-65”, ele o chamou ao palácio Laranjeiras e mandou interromper no mesmo dia o trabalho. Com a estafa que sentia naqueles dias, talvez a última coisa que desejasse na vida seria continuar no governo um minuto após o fim do mandato. Sua fisionomia estava cada vez mais abatida, os cabelos embranqueciam, dormia poucas horas por noite, fazia e recebia telefonemas até de madrugada, como escreveu um atento cronista em ascensão, José Carlos Oliveira, conhecido como Carlinhos Oliveira no eixo Copacabana-Ipanema.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Hoje em dia, com a internet, esse trabalho é muito mais facilitado.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, 2006, p. 71 (A noite de Jango).

Provavelmente o que Jango mais desejava era largar tudo e voltar para sua fazenda, ficar bebendo chimarrão e conversando fiado com os peões em volta de uma fogueira, algo que ele gostava de fazer. Sua última esperança era o êxito da missão de San Tiago Dantas para formar a Frente Ampla de Apoio às Reformas de Base. O ex-chanceler estava formulando uma pauta que pressupunha uma trégua nas greves e nas pressões das esquerdas e uma aliança informal com os centristas do PSD, visando a sustentar o governo e viabilizar as reformas. Tudo dependeria das negociações com os partidos aliados e as organizações sindicais.

\*

No final de janeiro de 1964, surgiu mais um motivo de preocupação para Jango, e pretexto para novos ataques da oposição: uma crise ética na Petrobras. O governo decretara o monopólio da empresa nas importações de petróleo, e a Esso, então principal truste internacional do setor, teria oferecido à estatal um suborno de trezentos mil dólares, para obter aprovação de um contrato de fornecimento de petróleo bruto por três anos. Dois diretores da Petrobras denunciaram que o presidente da empresa, general Albino Silva, havia aceitado a proposta por meio de uma carta de 22 de novembro de 1963, enviada ao representante da Esso, Howard Auld, sem aprovação prévia da diretoria e a preços superfaturados, o que resultaria em vultoso prejuízo para a Petrobras.

O presidente Goulart exonerou Albino, colocou na presidência da Petrobras o marechal Osvaldo Ferreira Alves e mandou o ministro das Minas e Energia, Oliveira Brito, instaurar um inquérito administrativo. O ministro criou uma Comissão Especial para Assuntos do Petróleo e designou para presidi-la o ex-ministro da Viação e Obras Públicas, Hélio de Almeida. O demais integrantes escolhidos foram Fernando Gasparian, Jesus Soares Pereira (diretor da Companhia Siderúrgica Nacional), Eliezer Batista (presidente da Companhia Vale do Rio Doce), Benjamin Eurico Cruz (procurador da Justiça do Trabalho), José Jucá Bezerra Neto (da Associação de Engenheiros da Petrobras), general Ladário Pereira Teles (comandante da 1ª Região Militar) e Darcílio Arruda Conceição, representante do Sindicato da Indústria de Refino de Petróleo.

O caso foi examinado também por uma comissão parlamentar de inquérito da Câmara, que fora instalada em maio de 1963, com prazo de

um ano, para investigar uma outra denúncia envolvendo desvios de verba na Petrobras. Os depoimentos eram realizados no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.

Na noite de 30 de janeiro, a sessão foi tumultuada. O depoente era o general Pery Bevilacqua, chefe do Estado-Maior da Forças Armadas e ferrenho opositor do governo. Rubens Paiva chegou à sala junto com Max da Costa Santos e quatro deputados membros da CPI – Neiva Moreira, Ferro Costa, Fernando Sant’Anna e Bocayuva Cunha. Embora Rubens e Max não fossem membros, podiam fazer perguntas indiretamente, encaminhando-as ao presidente da comissão, que era o deputado Nelson Carneiro, do PSD carioca. Mas Nelson Carneiro estava de licença da Câmara e a presidência da CPI naquela sessão estava sendo exercida pelo vice, deputado Antônio Carlos Magalhães, da UDN baiana.

A polêmica iniciou no momento em que o general Bevilacqua adentrou a sala. Ele pediu a Antônio Carlos Magalhães que seu depoimento fosse realizado em sessão secreta, pois alegou que iria fazer graves denúncias relacionadas à segurança nacional. Após consulta aos demais membros, Antônio Carlos Magalhães aceitou a solicitação do general e pediu a retirada de todos os repórteres e fotógrafos da sala.

Durante o depoimento, em vez de falar sobre a Petrobras, o general informou que o Estado-Maior das Forças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional estavam apreensivos com a infiltração de esquerdistas nos órgãos estatais e nas autarquias. Em certo momento ele ressaltou que alguns deputados da Frente Parlamentar Nacionalista haviam participado ativamente da rebelião dos sargentos em Brasília. O deputado Max da Costa Santos contestou o general e o acusou de não estar abordando assuntos relacionados com o tema da CPI. Antonio Carlos Magalhães interveio energicamente negando o aparte, sob o argumento de que o depoente não podia ser interrompido. O general prosseguiu na linha ideológica e, tal como fizera poucos meses antes, atacou os sindicatos de trabalhadores e as greves, que estariam sendo instigadas por comunistas. Rubens e seus colegas reclamaram e pediram questões de ordem, inutilmente. O general emitiu juízo de valor sobre deputados da Frente de Mobilização Popular sem ser advertido pelo presidente da comissão. Quando chegou o momento das inquirições, Rubens e os outros cinco integrantes da Frente Nacionalista Parlamentar exigiram provas das acusações feitas, mas Antônio Carlos Magalhães, numa manobra

em favor do depoente, permitiu somente duas perguntas de cada deputado, e sem direito a réplica.

Em protesto, os seis abandonaram a sessão, e os que eram membros afirmaram que não mais participariam daquela CPI. No dia seguinte o grupo encaminhou ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, um comunicado denunciando o episódio:

“Comunicação que fazem ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli, os senhores deputados federais Ferro Costa, Neiva Moreira, Bocayuva Cunha, Rubens Paiva, Max da Costa Santos e Fernando Sant’Anna.

Sr. Presidente, no uso de nossas prerrogativas parlamentares, vimos trazer ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos efeitos, as graves ocorrências verificadas no decorrer dos trabalhos da sessão noturna de ontem, da comissão parlamentar de inquérito sobre a política do petróleo, ora sob a eventual presidência do Sr. Antônio Carlos Magalhães, em impedimento do titular efetivo, deputado Nelson Carneiro.

A sessão se realizou para ouvir o depoimento do Sr. General Pery Constant Bevilacqua, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que se propôs a fornecer, em caráter secreto, importantes revelações sobre petróleo e segurança nacional.

A pretexto do tema, o Sr. General Pery Constant Bevilacqua ocupou a atenção dos senhores deputados durante quase três horas, sem ligar, entretanto, qualquer fato de interesse para as investigações nem apresentar qualquer sorte de documentação.

Não obstante o caráter secreto atribuído à sessão, limitou-se o ilustre depoente a reiterar julgamentos já externados em sucessivas entrevistas amplamente divulgadas na imprensa brasileira.

Perante os senhores deputados, Sua Excelência, o general Pery Constant Bevilacqua, na companhia de vários assessores – nunca chamados, de sua parte, a prestar qualquer esclarecimento –, insistiu em atingir duramente com os seus conceitos a dignidade da classe operária e a emitir julgamentos desprimorosos sobre pessoas, inclusive a respeito de eminentes deputados que não estavam presentes.

Por mais evidente que fosse a impertinência daquelas agressões, e a sua total desvinculação do tema proposto para a sessão, em ne-

nhum momento o ilustre depoente recebeu qualquer advertência do presidente da comissão, Sr. Deputado Antônio Carlos Magalhães, que, ao contrário, fez questão de registrar a coincidência, a seu ver existente, entre o julgamento de muitos dos Srs. Deputados e os do depoente, até mesmo quanto às pessoas dos parlamentares atingidos.

Vale ressaltar que, em todas as sessões antes realizadas sob a presidência do deputado Antônio Carlos Magalhães, sempre cuidou Sua Excelência de impedir que parlamentares e depoentes emitissem opiniões pessoais, a todos recomendando que se ativessem rigorosamente à revelação ou à perquirição de fatos relacionados com o interesse da comissão.

Ainda mesmo na sessão noturna de ontem e em contraste com o des... (*ilegível*) em que deixou o depoente, o Sr. Deputado Antônio Carlos Magalhães não concedeu liberdade de expressão aos Srs. Deputados, chegando mesmo a pretender que se limitassem à formulação de apenas duas perguntas cada um, sem permitir revide aos insultos assacados.

Não nos conformamos, Sr. Presidente, com essa demissão de autoridade do Poder Legislativo, e condicionamos a nossa permanência no recinto a um comportamento do presidente da comissão que melhor preservasse as prerrogativas do Parlamento.

Diante da insistência do Sr. General em agredir parlamentares e líderes sindicais, e como o presidente da CPI, interpelado em questão de ordem, não se dispusesse a exercer com isenção de ânimos seu poder de polícia, sentimo-nos no dever de abandonar o recinto, em sinal de protesto, convencidos de que essa era a única atitude compatível, nas circunstâncias, com o decoro parlamentar.

Ao tempo em que comunicamos esses fatos a Vossa Excelência, não podemos deixar de manifestar o receio de que se desvie a comissão das suas verdadeiras finalidades e acabe por se constituir em instrumento de destruição da grande empresa estatal de petróleo, antes de servir, como deveria, para consolidá-la e engrandecê-la.

O caráter de sigilo que foi atribuído à sessão de ontem não se justificava. Serviu apenas para iludir a opinião pública, dando a impressão de que graves irregularidades tinham sido apontadas em detrimento do bom nome da Petrobras.

Do Parlamento o que se exige é que defenda permanentemente a Petrobras da grande conspiração que contra ela está sendo dirigida, agora mais do que nunca, pelos cartéis petrolíferos internacionais.<sup>57</sup>

Os seis deputados assinaram o comunicado, e depois de uma conversa, decidiram continuar indo às sessões da CPI para denunciar a tendência de se transformá-la num inquérito da política de petróleo, não apenas de erros administrativos da Petrobras.

\*

Novamente a acusação de que Jango pretendia dar um golpe foi lançada, dessa vez através da coluna do jornalista Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil*, que divulgou dois documentos anônimos, intitulados Brasil-Estados Unidos e Perspectivas Brasileiras. Na avaliação do colunista, os documentos davam a impressão de “terem sido elaborados visando a um público especializado estrangeiro”. Acusavam Jango de estar planejando fechar o Congresso e convocar uma Constituinte que introduziria a emenda da reeleição e implantaria “um regime de ditadura pessoal, no estilo do peronismo argentino, através de uma ação política sindical-militar contra o Congresso”. Outro delírio maquiavélico dos documentos era afirmar que numa eventual “inevitabilidade da vitória de Lacerda” para presidente da República, Jango daria um golpe de Estado. Dois dias depois, o mesmo colunista informou sobre as articulações entre a direita civil e altas patentes militares para reagir ao golpe “ditatorialista” do presidente, e que o CGT, o PUA e a UNE estariam apoiando a frente proposta por San Tiago Dantas.<sup>58</sup>

A maioria do noticiário da imprensa denegrindo Jango provinha de fontes anônimas, como “segundo se comenta...”, ou especulações do tipo “tal providência deverá ser adotada...”. Quase todos os dias, integrantes

---

<sup>57</sup> *Última Hora e Jornal do Brasil*, 1º fev. 1964.

<sup>58</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. Análise sigilosa adverte para golpe. *Jornal do Brasil*, 17 fev. 1964, Col. do Castello.

\_\_\_\_\_. Reage a oposição na área militar: golpe. *Jornal do Brasil*, 19 fev. 1964. Col. do Castello.

do governo ou das organizações populares tinham que desmentir notícias plantadas.

\*

Rubens não fazia discursos no plenário da Câmara, a exemplo de dezenas de outros parlamentares até mais experientes e conhecidos. Ele e os colegas do Grupo Compacto atuavam menos no plenário e mais nas articulações dos bastidores, nas comissões permanentes, na CPI da Petrobras, nas frequentes reuniões da bancada e da Frente Parlamentar Nacionalista, além dos eventos políticos fora de Brasília.

No dia 25 de fevereiro de 1964, ele estava em São Paulo participando da inauguração da União Cultural Brasil-Cuba, na sede do Clube dos Artistas e Amigos das Artes, rua Bento Freitas. A cerimônia foi presidida pelo jovem embaixador cubano no Brasil, Raúl Roa Kouri, que havia assumido o posto em abril do ano anterior. Ele era filho do ministro das Relações Exteriores cubano, Raúl Roa García. O Brasil não interrompera as relações diplomáticas com Cuba, mesmo depois da revolução de 1959, e, no governo Goulart, se abstera na votação que expulsara o país da Organização dos Estados Americanos, em 1962.

A CIA monitorava o embaixador Kouri no Brasil, e chegou a acusá-lo de repassar dinheiro cubano e instruções políticas para esquerdistas brasileiros. De acordo com um relatório secreto da agência, Kouri teria dito que Brizola era “o brasileiro com maior potencial revolucionário”. O relatório também informou que dois mensageiros cubanos estavam vindo ao Brasil com dinheiro para Brizola quando houve o golpe militar.<sup>59</sup> Estas informações nunca foram comprovadas por outras fontes. De qualquer modo, não há registro de nenhum órgão de segurança sobre qualquer relação política entre Rubens e Kouri.

Três dias depois da inauguração do Centro Cultural Brasil-Cuba, Rubens foi a um outro evento político importante, também em São Paulo, para lançamento da Frente de Mobilização Popular. O auditório do Centro do Professorado Paulista, num prédio na rua da Liberdade,

---

<sup>59</sup> CUBAN subversive activities in Latin America: 1959-1968. *Central Intelligence Agency Special Report*, 16 Feb. 1968, p. 3. Após o golpe militar, o embaixador Kouri deixou o Brasil às pressas com sua família no dia 2 de abril.

ficou superlotado. Compareceram cerca de duas mil pessoas, entre professores, líderes sindicais, estudantes e políticos. Na mesa estavam Rubens e outros deputados: Almino Affonso, Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio, Max da Costa Santos e Neiva Moreira, além do padre Alípio de Freitas e do estudante José Serra, presidente da UNE.

A reunião foi muito tensa, sob intimidação de um imenso aparato repressivo do lado de fora. Em frente ao prédio e nas ruas próximas, estavam espalhados cerca de quinhentos policiais: soldados da Força Pública armados de metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, guardas civis, soldados da Polícia do Exército e da Polícia Feminina, além de agentes do Dops.

Lá dentro, os oradores explicavam a importância da Frente como instrumento para mobilizar a sociedade brasileira na defesa das bandeiras nacionalistas, como a reforma agrária, a reforma do ensino, o voto para os analfabetos, a estatização de setores industriais estratégicos e serviços públicos. Também denunciavam a campanha da oposição contra o governo.

Todos aplaudiam entusiasmados, exceto um grupelho de mulheres lideradas por uma deputada estadual do PSD, Conceição da Costa Neves, radical de direita que compareceu para tumultuar a reunião. Ela interrompia cada fala de orador com alguma provocação, contestando as afirmações ou pedindo sucessivos apartes. A plateia vaiava e a mandava calar a boca. Guardas civis e policiais femininas fizeram uma roda para proteger o grupelho. José Serra, ao falar, debochou das intervenções dela como “gritinhos histéricos”.

A partir de 23 horas, policiais começaram a impedir a entrada de qualquer pessoa no recinto. Outros ficaram a postos enquanto um comandante determinava aos organizadores o fim da reunião, para não extrapolar o horário autorizado pelo governador Adhemar de Barros. Pouco depois todos cantaram o Hino Nacional, encerrando os trabalhos.

Mas quando o público começava a sair do salão, a deputada Conceição recomeçou suas provocações e várias pessoas irritadas retrucaram no mesmo tom. No meio da confusão, os policiais reforçaram o cordão de isolamento em torno dela e baixaram o cassetete a esmo. Houve correria, cadeiras foram quebradas e pessoas ficaram machucadas enquanto tentavam sair pela única porta existente.

Mais de vinte professores foram presos, entre eles o jovem Thomas Maack, alemão naturalizado brasileiro que lecionava fisiologia na Faculdade de Medicina da USP. Agarrado com firmeza por dois agentes do Dops, foi empurrado para dentro de uma perua Chevrolet estacionada em frente ao prédio. Sua mulher, Isa, também foi detida e o casal ficou sentado no banco traseiro da perua.

Rubens viu a cena com olhos de indignação e, embora estivesse meio gordo, subiu no capô do Chevrolet com a agilidade de seus 34 anos e gritou para os agentes:

“Sou deputado federal! Soltem o casal que está nessa perua! Essa prisão é ilegal!”

Os policiais e as pessoas que tinham saído do prédio ficaram surpresos. Um agente resolveu se comunicar com seu chefe pelo rádio na cabine da perua. Depois de explicar ao chefe o que estava acontecendo, o agente pediu instruções sobre o que fazer diante daquela reação inesperada: “Tira o deputado do carro a tapa”, disse uma voz metálica do outro lado da linha.

O agente passou a instrução aos seus colegas. Uma aglomeração se formava no local, quando Rubens sacou um revólver da cintura e repetiu: “Soltem o casal!”

O agente voltou ao rádio para falar com o chefe: “O deputado está com um revólver, e continua exigindo que a gente solte o casal”.

A voz metálica silenciou por uns segundos e finalmente ordenou: “Solte os detidos”.

O casal foi retirado da perua e olhou para Rubens no capô, de pernas abertas, revólver na mão: “Sumam daqui, depressa! Não sei por quanto tempo vou segurar esta situação”<sup>60</sup>.

Um grupo de deputados e sindicalistas rodeou o veículo e Rubens pôde descer e ir embora sem ser incomodado. Seu destemor temperado com imprudência lhe valeu elogios. Mas, um mês depois, a liberdade seria apenas um nome de rua em todo o Brasil.

A temerária atitude de Rubens o tornou mais visado pelo Dops paulista, que fez um relatório sobre o ato público no Centro do Professorado Paulista e citou seu nome. O Dops já acompanhava os movimentos dele

---

<sup>60</sup> *Jornal do Brasil*, 29 fev. 1964; MAACK, Thomas. Casa de Arnaldo, circa 1964. Rev. USP, n. 10, p. 129-130, jun./ago. 1991.

e de outros parlamentares nacionalistas e de esquerda, por ordem do governador Adhemar de Barros, um dos principais conspiradores.

Na verdade, desde o início de seu mandato, Rubens era citado em relatórios do Dops ao participar das atividades políticas em São Paulo ou no interior do estado – fosse um simples almoço com correligionários, uma reunião com empresários ou a participação em congressos de trabalhadores e estudantes, como na abertura do XXVI Congresso da União Nacional de Estudantes, realizado no estádio municipal de Santo André, em 22 de julho de 1963.<sup>61</sup>

\*

A missão de San Tiago Dantas para articular a Frente Ampla de Apoio às Reformas de Base se encerrou em fevereiro de 1964, quando ele entregou a Jango o plano escrito. O presidente enviou cópias aos dirigentes dos partidos aliados e San Tiago apresentou o programa à imprensa, numa entrevista coletiva no palácio Tiradentes, no Rio.

Era um programa bastante amplo e democrático. Previa emendas à Constituição para viabilizar as reformas de base, que incluíam direito de voto aos analfabetos, elegibilidade para militares de todas as patentes, reforma agrária com indenização em títulos públicos, legalização do Partido Comunista (mediante revogação do artigo 58 da Lei de Segurança Nacional, que proibira o seu registro), anistia para os presos políticos (os sargentos rebelados), reforma tributária para que pessoas físicas pagassem de acordo com seus rendimentos, aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, defesa da indústria nacional, expansão de escolas públicas e manutenção da política externa independente. A aplicação de tudo isso implicava uma reforma ministerial, com participação do PSD.

Mas a Frente de Mobilização Popular rejeitou o plano. Sua resposta foi publicada no jornal da organização, *Panfleto*. Um artigo do deputado Neiva Moreira classificou a proposta de San Tiago como um mero rótulo para garantir o domínio do PSD. Na mesma edição, o deputado Max da Costa Santos escreveu: “Insistir na conciliação é fugir à luta, é

---

<sup>61</sup> Informe do Dops sobre Rubens Beyrodt Paiva, de 15 abr. 1969 (original datilografado. Comissão Geral de Investigações, subcomissão de São Paulo).

debilitar o ânimo do povo, é ajudar Lacerda, que não cessa de lutar. (...) A hora da conciliação passou”<sup>62</sup>

Max era o teórico da FMP e defendia a tese de que o inimigo principal naquele momento não era Lacerda, e sim Jango, por não acolher todas as reivindicações das esquerdas, e que o candidato do “imperialismo” à sucessão presidencial era Juscelino, não Lacerda. Essa avaliação equivocada seria fatal. Provavelmente – e isso não era mencionado na imprensa – Brizola estivesse querendo se qualificar como o candidato das esquerdas em 1965.

As negociações foram interrompidas pelos preparativos para o comício de 13 de março, em frente à estação da Central do Brasil, centro do Rio de Janeiro. A entusiasmada multidão que compareceu ao comício comprovou que havia um grande apoio popular às reformas e ao presidente Goulart. Pesquisas do Ibope realizadas entre os dias 9 e 26 daquele mês, e sonegadas pela imprensa na época confirmaram isso. Em São Paulo, 66% dos entrevistados apoiavam a reforma agrária; no Rio de Janeiro, 82%. Sobre o governo, 45% o consideravam ótimo e bom. Essas pesquisas só foram divulgadas em 2004.<sup>63</sup>

Poucas horas depois do comício, Jango cumpriu o que prometera e decretou a estatização das refinarias de petróleo e a desapropriação de terras às margens das rodovias e de açudes públicos federais, o que fez os opositores no Congresso Nacional lançarem a proposta de *impeachment*. A palavra de ordem deles era: a saída de Jango ou o caos. Retomaram a acusação de golpe e continuísmo – Jango estaria pretendendo continuar na presidência depois de terminar seu mandato, através de alteração constitucional que permitisse a reeleição.

A situação piorou depois que o presidente enviou a tradicional mensagem ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo, em 15 de março, insistindo nas reformas para modernizar o país: reforma agrária, voto dos analfabetos, elegibilidade dos sargentos. As elites rebateram

<sup>62</sup> *Panfleto*, de 17 fev. 1964. Cf. FERREIRA, Jorge. Esquerdas no *Panfleto*: a crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. *Anos 90*: Rev. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 81-124, jul. 2009.

<sup>63</sup> Resultados comparados da pesquisa de opinião pública realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. *Ibope*: Pesquisas Especiais. v. 2, tomo 60, mar. 1964. Campinas: Arq. Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisas e Documentação Social, Inst. Filos. Ciênc. Hum., Unicamp, 2012.

argumentando que seria uma subversão alterar a Constituição para introduzir essas mudanças. Daí se vê o quanto era atrasada e medíocre a cultura política das elites naquela época.<sup>64</sup>

No dia seguinte ao início dos trabalhos legislativos, Rubens Paiva e outros membros da bancada do PTB na Câmara compareceram ao palácio da Alvorada para uma reunião com o presidente, a fim de articularem o apoio parlamentar à votação das reformas. “Não venha a oposição dizer que meu governo é indeciso. Minha decisão está tomada. A mensagem ao Congresso exprime o meu pensamento e dela deve surgir a ação”, disse Jango.<sup>65</sup> E pediu a retomada das negociações para a formação da Frente articulada por San Tiago Dantas.

O PTB apoiou. O governador Miguel Arraes condicionou sua participação à exclusão da cúpula conservadora do PSD. A cúpula do PSD só participaria sem o CGT, o PUA e a UNE. O Partido Comunista se mostrou disposto a participar. E a liderança da Frente de Mobilização Popular – Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira – passou a condicionar sua adesão a uma participação efetiva no governo, de preferência na área econômica, o que significava ter Brizola no Ministério da Fazenda. O programa da FMP reivindicava, entre outras coisas, estatização do câmbio, da exportação de café, das concessionárias de serviços públicos e da refinaria de Capuava.

Mas a contagem regressiva para o golpe já fora iniciada. O governador paulista Adhemar de Barros deixou bem claro que os preparativos estavam sendo finalizados quando declarou, em 17 de março, que a tensão e a intranquilidade no país acabariam “dentro de trinta dias”. Enquanto isso, a oposição continuava acusando Jango de pretender dar um golpe, e deputados fluminenses propunham que o Congresso Nacional voltasse a funcionar no Rio de Janeiro, o que também era parte do plano golpista, caso fosse necessário.

Dois dias depois da declaração de Adhemar, as ruas do centro de São Paulo foram tomadas por uma multidão, na Marcha da Família

---

<sup>64</sup> A Constituição de 1988 recebeu 62 emendas de caráter político, social e econômico nos primeiros vinte anos de vigência, uma das quais, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, para introduzir a reeleição de cargos executivos. Cf. também: SOUZA, Celina. Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988. *Dados: Rev. Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 791-823, 2008.

<sup>65</sup> TAVARES, Flávio. *Informa de Brasília. Última Hora*, 18 mar. 1964.

com Deus pela Liberdade, organizada pela cúpula conservadora da Igreja, Ipes, entidades de mulheres da classe média paulistana e agentes da CIA.<sup>66</sup> A maioria com rosários, faixas e bandeirinhas do Brasil nas mãos. Durante a marcha, o governador paulista reiterou: “A situação é muito grave, mas tudo se decidirá nos próximos dias”.

Era verdade. O discurso conspiratório seguia uma tática unificada e sincronizada. No mesmo dia da marcha, o deputado udenista Cardoso de Menezes esbravejava no plenário em Brasília:

“O golpe comunista já foi dado! Sim, senhores, o golpe comunista já foi dado no Brasil! (...) Até os comícios do senhor presidente são organizados e dirigidos pelo Partido Comunista. (...) A luta, portanto, não será para impedir que se apossem, mas para desalojar do governo os comunistas apátridas”.

Ao mesmo tempo, no gabinete da liderança do PRP, as bancadas do partido na Câmara e no Senado divulgavam um manifesto de teor semelhante, afirmando que o país já se encontrava dominado pelos comunistas e a responsabilidade maior era de Jango: “Os agentes das potências estrangeiras que comandam o assalto final ao poder dominam setores vitais do país”. Após citar os setores de transportes, comunicações, portos, sindicatos urbanos e rurais, agremiações estudantis e o ensino em geral, o manifesto encerrava dizendo que o Congresso Nacional era “a última trincheira a barrar os passos da tirania”.

Enquanto isso, no Senado, ainda no mesmo dia, João Agripino divulgava um manifesto da UDN, denominado Proclamação aos Brasileiros, qualificando as reformas do governo como “ameaça do arbítrio, que compromete a democracia com o poder pessoal e totalitário, cujas raízes se perdem nos desvãos do peronismo”.<sup>67</sup>

No dia seguinte, foi a vez do governador mineiro, Magalhães Pinto, lançar um manifesto, em nome do povo de Minas Gerais, afirmando que “o povo repele o golpe e o continuísmo, como repele também a exploração interessada dos radicalismos políticos. (...) Estamos dispostos a lutar

<sup>66</sup> Cf. telegrama do embaixador Lincoln Gordon ao presidente Kennedy, em 27 mar. 1964. Washington, DC: National Security Archives, [19-?]. Apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, 2006.

<sup>67</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 20 mar. 1964, p. 1671-1672, e *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1964.

contra o golpe”, ainda atribuindo ao presidente Goulart algo que Minas desencadearia. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, enviou aos comandos militares uma ordem do dia sigilosa sobre a situação política e os deveres das Forças Armadas. O general, habilmente, desmentiu a informação, mas o ministro do Exército, Jair Dantas Ribeiro, que estava hospitalizado convalescendo de uma cirurgia, recebeu uma cópia do documento e o presidente João Goulart também o leu no palácio Laranjeiras.

Divulgados torrencialmente, de forma bem coordenada, os manifestos foram a cartada final do jogo conspiratório. O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) também lançou o seu, contra o governo, repelindo “a violência e a pregação da subversão como meio de promover a reforma da estrutura social”. E depois da rebelião de um grupo de marinheiros e fuzileiros navais durante três dias no Rio, rapidamente debelada pelo presidente Goulart, oficiais da Marinha e do Clube Naval também lançaram manifestos, condenando o protesto. Na instância jornalística, o *Jornal do Brasil* exacerbou o pânico num violento editorial, afirmando que o país estava à beira da guerra civil. Outros jornais falaram em “indisciplina”, “anarquia”, “baderna”. Chegara o momento decisivo. Estavam prontas as condições políticas para o golpe. O teatro da impostura fechava a cortina e seus personagens deixavam cair as máscaras.

\*

No dia 31 de março, Rubens estava no Rio de Janeiro, hospedado no Hotel Glória, onde também estava Fernando Gasparian. Este, embora residisse em São Paulo, passava mais tempo no Rio, em função da América Fabril, uma das maiores empresas do setor têxtil no país, localizada no interior fluminense, a sessenta quilômetros da capital. Gasparian era acionista majoritário, com 65% das ações. Outra atividade sua no Rio era como membro da Comissão Especial para Assuntos do Petróleo, que continuava investigando as denúncias de irregularidades na Petrobras.

De manhã, a Rádio Nacional transmitia as inquietantes notícias sobre as tropas do Exército que tinham partido de Juiz de Fora durante a madrugada. Naquele dia, Gasparian tinha marcado uma reunião com Jango e o ministro da Fazenda, Ney Galvão, no palácio Laranjeiras. Ele era também presidente do Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de

São Paulo, membro do Conselho Nacional de Economia e estava sendo cotado para ser ministro da Indústria e do Comércio na recomposição ministerial que o presidente iria fazer, como parte da Frente arquitetada por San Tiago Dantas. Na reunião, Gasparian pretendia solicitar a Jango e a Ney Galvão a ampliação do crédito para o setor industrial. Ele foi com Rubens ao Laranjeiras, mas não conseguiram entrar, devido aos acontecimentos do dia – a segurança tinha sido reforçada no portão do palácio com tanques do Exército. Então Gasparian foi para a sua empresa, pretendendo voltar ao Rio à tarde para uma reunião da comissão, que ouviria depoimentos de dois diretores do Banco do Brasil e do chefe da Tesouraria da Petrobras.

Rubens foi depressa à Rádio Mayrink Veiga e fez um pronunciamento contra o golpe e de apoio a Jango. Em seguida participou de uma reunião de deputados da Frente Nacionalista Parlamentar (entre eles Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Roland Corbisier) com dirigentes do CGT. Alguns sindicalistas tinham sido presos, mas a impressão geral dos participantes era de que o presidente Goulart dominaria a insurreição militar.<sup>68</sup>

O CGT, que prometera na véspera, dia 30, que “todas as forças populares responderão por todos os meios a qualquer tentativa de golpe”, em vez de fazer o óbvio – convocar uma grande manifestação popular de apoio ao governo –, decidira lançar um manifesto convocando uma greve geral. “O CGT, diante dos últimos acontecimentos, que confirmam a denúncia de articulação reacionária para golpear as liberdades democráticas e sindicais e depor o presidente da República, determina a imediata greve geral em todo o território nacional”, dizia o comunicado estampado na capa do jornal *Novos Rumos*, órgão oficioso do PCB, distribuído nas ruas do Rio de Janeiro.<sup>69</sup>

Seria a última edição do jornal, e o último erro, ou burrice, do CGT, que deveria ter convocado uma Marcha do Povo com Jango pela Democracia, em vez de, estranhamente, facilitar o caminho para o golpe. No Rio, praticamente só pararam os transportes públicos – ônibus e trens suburbanos da Central e da Leopoldina, bondes –, o que deixou as ruas sem povo e o trânsito ficou livre para os tanques militares.

---

<sup>68</sup> Depoimento de Fernando Gasparian ao autor, em 2006.

<sup>69</sup> *Novos Rumos*, v. 6, ed. extra, 31 mar. 1964.

Outro hóspede do Hotel Glória era um velho amigo de Rubens e Gasparian desde os tempos de estudantes, o advogado José Gregori, que fazia a assessoria jurídica da Comissão Especial para Assuntos do Petróleo.

Na manhã de 1º de abril, os três tomaram juntos o café da manhã no hotel, comentando preocupados as notícias. A manchete do *Jornal do Brasil* dizia: “São Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart”. Os tanques, posicionados em frente ao palácio Laranjeiras para proteger o presidente, deslocaram-se para o palácio Guanabara, a poucos quarteirões de distância, onde trabalhava o governador Carlos Lacerda, que ordenou o bloqueio das ruas próximas, preparando-se para um possível confronto armado com os Fuzileiros Navais, leais ao governo.

Rubens soube de uma reunião que seria realizada na sede dos Correios e Telégrafos, no Centro, para discutir formas de resistência. Gasparian saiu para a América Fabril, mas colocou um automóvel com motorista à disposição de Gregori e Rubens. Os dois foram para a reunião. As ruas estavam quase vazias, exceto por filas nos pontos de ônibus. Chegando à sede dos Correios e Telégrafos, na rua 1º de Março, procuraram uma sala em que havia diversas pessoas em volta de uma grande mesa retangular. Lá estavam os deputados Neiva Moreira e Max da Costa Santos; o presidente da UNE, José Serra; o coronel Dagoberto Rodrigues e líderes sindicais. Todos apreensivos e perplexos, acompanhavam os acontecimentos no país por telefone e telégrafo. No momento em que Rubens e Gregori chegaram, Neiva estava terminando de falar ao telefone. Desligou com uma expressão desolada: “O Miguel Arraes caiu, foi preso”.

Sentado à cabeceira da mesa, Neiva propôs a formação de um Comando de Salvação Nacional. Rubens defendeu a necessidade de inclusão dos setores ali representados e de todas as demais forças políticas democráticas. E lembrou a proposta de frente ampla tentada por San Tiago Dantas. Gregori havia sido secretário particular de San Tiago no Ministério da Fazenda, e se incumbiu de falar com ele.

Rubens e Gregori foram ao casarão de San Tiago, na rua Dona Mariana, em Botafogo. O ex-ministro, embora com avançado câncer de pulmão – morreria cinco meses depois –, concordou que entraria em contato com personalidades políticas de centro, para tentar uma reunião com os membros da “esquerda negativa”, como ele denominara a Frente de Mobilização Popular. Ao se despedirem na porta da casa, o telefone tocou. San Tiago atendeu. Era um amigo avisando que o Forte

de Copacabana, um dos focos de apoio a Jango, havia sido tomado por oficiais do Exército.

Com o peito palpitando, Rubens e Gregori voltaram aos Correios. Não havia mais ninguém na sala. Depois souberam que Neiva Moreira e Max tinham sido presos. Agentes da Divisão de Polícia Política e Social, juntamente com soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica, estavam fazendo prisões em massa na cidade, invadindo sindicatos, entidades estudantis, empresas estatais – como a Petrobras – e órgãos do governo.

Rubens e Gregori entraram no carro novamente e rodaram pelas ruas vazias. O dia estava nublado como as consciências, o tráfego congestionado, automóveis buzinando. Caiu uma chuva rápida. No meio da tarde passaram diante do Ministério da Guerra (atual Ministério do Exército), que estava protegido por carros blindados e de combate, com soldados entrincheirados, armas apontadas. Rubens comentou: “Veja você, até ontem eles estavam aqui protegendo o Jango, hoje estão protegendo os novos chefes. Pra eles não faz a menor diferença”.

Seguindo de carro, pararam em frente a um bar e Gregori telefonou para Gasparian na empresa, marcando encontro no hotel mais tarde. Quando chegaram ao Glória, souberam que o governador Carlos Lacerda havia dado uma entrevista a uma emissora de TV justificando o golpe com um rosário de mentiras sobre Jango (“maior latifundiário do país”, “montou uma célula comunista para entregar o Brasil à União Soviética”, “Darcy Ribeiro estudou tupi-guarani e chegou a reitor da Universidade de Brasília sem nunca ter sido professor de coisa alguma”), elogiou os generais golpistas e concluiu pateticamente: “Deus teve pena do povo, Deus é bom”.

Quando o rádio noticiou que o prédio da UNE estava pegando fogo, Rubens, Gasparian e Gregori entraram novamente no carro e o motorista acelerou. O prédio ficava a apenas duzentos metros de distância, na praia do Flamengo.

O carro estacionou e os três desceram. Havia uma aglomeração em frente ao pequeno prédio de quatro andares, construído na década de 1930 em estilo *art déco*, mal conservado. Junto à porta de entrada, em meio a uma densa fumaça negra, uma grande fogueira queimava móveis, cadeiras e papéis espalhados na calçada. Quatro bombeiros com uma mangueira tentavam debelar as labaredas de cinco metros de altura que se espalhavam. No topo do prédio, uma faixa da União Brasileira de

Estudantes Secundaristas anunciava, num último e agonizante clamor: “Ubes repudia a marcha dos golpistas”.

Começava a escurecer. Rubens, Gasparian e Gregori observavam tudo com olhares sombrios e silenciosa tristeza. As chamas queimavam um símbolo de seus sonhos e esperanças de juventude, quando militavam no movimento estudantil e participavam dos empolgantes congressos da UNE.<sup>70</sup>

O incêndio fora instigado pelo coronel da Aeronáutica João Paulo Burnier. No final daquela tarde, ele havia saído do palácio Guanabara e seguido à frente de um comboio de carros e jipes para ocupar o Ministério da Aeronáutica, no Centro. Ao passar em frente ao prédio da UNE, o comboio parou para olhar um grupo de jovens alvoroçados que haviam depredado as janelas e estavam comemorando. Um deles, filho de um amigo de Burnier, perguntou-lhe: “Coronel, o senhor não quer dar ordem pro nosso grupo ir lá dentro e acabar com aquilo?” Burnier aprovou a ideia e chamou um oficial: “Vai com um pessoal e toca fogo naquela melea”. Em seguida o comboio prosseguiu seu caminho.<sup>71</sup>

Rubens tentou embarcar para Brasília, mas todos os voos para lá tinham sido cancelados, porque o aeroporto da capital fora interditado e as estradas de acesso à cidade estavam bloqueadas.

Na Esplanada dos Ministérios, caminhões do Exército com soldados fortemente armados faziam a patrulha, por ordem do general Nicolau Fico, comandante da 11ª Região Militar, sediada no Distrito Federal. O general alegou estar cumprindo determinação enviada do Rio por telegrama do general Arthur da Costa e Silva, autodenominado ministro da Guerra. O telegrama pedia que fosse assegurado o funcionamento dos três poderes. Em resposta, Fico escreveu a Costa e Silva: “Comunico, prezado chefe, que os poderes estão com funcionamento assegurado”.

A imprensa local estava censurada – soldados do Exército tinham ocupado as redações de jornais (inclusive sucursais), rádios e emissoras de TV, proibindo a publicação ou transmissão de qualquer declaração política. O Congresso Nacional estava cercado de soldados e o serviço de teletipo e telex da Câmara fora cortado. Ligações telefônicas interurbanas também estavam interrompidas.

<sup>70</sup> Depoimento de José Gregori ao autor. Cf. também GREGORI, 2009, p. 208-211.

<sup>71</sup> Entrevista de Burnier. Cf.: ARGOLO, 1996, p. 195.

A Câmara borbullava de informações que chegavam a todo instante, repercutindo no plenário em sucessivos pronunciamentos, contra e a favor do golpe, como do udenista Herbert Levy:

“Temos diante de nós o quadro de uma nação repelindo vigorosamente a sua cubanização e dando demonstração de sua maturidade democrática, quando se ergue uníssona para barrar o caminho da ditadura, e fazer sentir a voz decisiva da imensa maioria do povo em favor da Constituição e da liberdade ameaçadas”.

O deputado petebista Sérgio Magalhães anunciou que

“o deputado Neiva Moreira, o deputado Max da Costa Santos e o deputado Eloy Dutra, homens que têm a garantia da Constituição brasileira, porque fazem parte desta Casa, estão presos, provando já a arbitrariedade e o abuso do regime de exceção que se instalou no país. (...) O movimento armado que eclodiu neste país veio desmascarar os falsos democratas, aqueles que ultimamente estavam até mesmo explorando os sentimentos religiosos brasileiros. Temos confiança em que sairemos vitoriosos dentro de poucos dias, para a grandeza do nosso povo e para a felicidade de outros países da América Latina”.<sup>72</sup>

Amaral Neto subiu à tribuna: “Indigno será aquele que hoje concordar com a submissão, com a transformação em boi de canga de um Congresso que não pode acorocar-se diante de um poder já agora ilegítimo, ilegal, desordeiro e patrocinador da desordem neste país”.<sup>73</sup>

Um grupo de petebistas propôs a transferência imediata do Congresso Nacional para Goiânia, porque o governador de Goiás, Mauro Borges, era até aquele momento um defensor da legalidade e reservara um teatro para abrigar os parlamentares, caso necessário. Mas a ideia foi considerada impraticável em tão curto prazo e, para aumentar a decepção, o governador goiano não demorou muito para aderir ao golpe.

Os parlamentares governistas ficaram num impasse, submersos no rancor e na frustração.

<sup>72</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 2 abr. 1964.

<sup>73</sup> *Idem*.

No começo da noite, Rubens e Gregori chegaram de volta ao hotel Glória. Extenuados, deprimidos e famintos, encontraram no saguão o deputado João Dória, que lhes contou ter feito contatos com as embaixadas do Paraguai e Uruguai, para garantir asilo político em caso de necessidade. Gasparian chegou dizendo que Jango tinha partido de Brasília para o Rio Grande do Sul, e Brizola tentava organizar uma resistência. Saíram para procurar um restaurante em Copacabana.

O trânsito estava lento e estridente. Muitos carros buzonavam, com lenços brancos amarrados nas antenas e a bandeira do Brasil sendo sacudida nas janelas. Soldados do Exército patrulhavam as esquinas armados de fuzil com baioneta calada. Em Copacabana grupos comemoravam gritando “Viva Lacerda!”, “um, dois, três, Brizola no xadrez!”, tanques de guerra nas esquinas, papéis picados caindo das janelas dos prédios, mulheres agitando lenços brancos.

Naquela madrugada, cerca de 3 horas, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, iniciou uma sessão conjunta extraordinária com 26 senadores e 152 deputados em plenário. Foi uma das mais tumultuadas sessões em toda a história do Congresso Nacional. Auro começou fazendo uma comunicação, mas já nas primeiras palavras foi interrompido por Bocayuva, que pediu uma questão de ordem, rejeitada, por intempestiva, até que o senador concluísse o comunicado. Diante da insistência do deputado petebista e da interferência de outros parlamentares governistas, Auro interrompeu a sessão por alguns instantes e reiniciou o comunicado, dizendo que o presidente Goulart “deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a nação é conhecedora, o governo da República”. Brados de revolta o interromperam novamente. Doutel de Andrade chegou apressado e entregou a Moura Andrade um ofício que ele, Waldir Pires e Darcy Ribeiro haviam escrito minutos antes no gabinete da Casa Militar, no palácio do Planalto. O senador leu indiferente e, após veementes apelos do Plenário, passou o ofício ao primeiro-secretário, senador Adalberto Sena, para fazer a seguinte leitura:

“Senhor presidente do Congresso Nacional, o senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investido na chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o

Rio Grande do Sul (*palmas*), onde se encontra à frente das tropas legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais com seu ministério. Atenciosamente, Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil”. (*Palmas e muito bem.*)

O deputado Sérgio Magalhães levantou uma questão de ordem, argumentando que aquela convocação extraordinária e o comunicado que o presidente da sessão queria fazer não estavam contemplados no Regimento Comum. Moura Andrade lembrou um precedente ocorrido em 1961, quando o Congresso Nacional permanecera reunido em sessões permanentes para analisar a crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros e o impedimento de João Goulart. Em seguida, Auro não deu mais a palavra a ninguém e falou com uma voz bem pausada, grave e fúnebre:

“Atenção, o senhor presidente da República deixou a sede do governo, deixou a nação acéfala (*gritos de protestos*), numa hora gravíssima da vida brasileira, em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. Abandonou o governo (*protestos indignados*), e esta comunicação faço ao Congresso Nacional. (*Protestos. Tumulto. Auro faz soar a campainha.*) Esta acefalia, esta acefalia configura a necessidade do Congresso Nacional como poder civil, imediatamente tomar a atitude que lhe cabe nos termos da Constituição brasileira (*palmas misturadas a gritos*), para o fim de restaurar nesta pátria conturbada a autoridade do governo e a existência de governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado. (*Vaias. Tumulto.*) Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República! (*palmas, vaias e gritos.*) E nos termos do artigo 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli! A sessão se encerra!”<sup>74</sup>

O golpe estava completo. A sessão durou pouco mais de dez minutos. Tancredo Neves, normalmente calmo, agitou furiosamente o braço

<sup>74</sup> Biblioteca Digital do Senado Federal: [www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/81916](http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/81916). Ver também: [www.senado.gov.br/senado/grandesMomentos/pron2.shtml#7\\_Andrade](http://www.senado.gov.br/senado/grandesMomentos/pron2.shtml#7_Andrade).

direito na direção de Moura Andrade: “Canalha! Canalha! O presidente da República não precisa de licença do Congresso Nacional pra se ausentar de Brasília!”

No meio das imprecações, vaias e aplausos, o secretário-geral da Mesa, Paulo Affonso Martins de Oliveira, convocou quase inaudível os parlamentares para a posse de Ranieri Mazzilli no palácio do Planalto dali a poucos minutos. E Moura Andrade mandou desligar os microfones. Um deputado atirou o microfone do plenário na direção dele. O fio era curto e o senador não foi atingido. Vários deputados subiram os degraus até a Mesa e tentaram reabrir a sessão. No empurra-empurra, o grandalhão Rogê Ferreira, do PSB paulista, conseguiu abrir espaço e deu duas escarradas no paletó de Auro. Outro deputado tentou dar um soco no senador, mas atingiu o seu chefe de gabinete, Nerione Nunes Cardoso. Petebistas tentaram impedir que Auro deixasse o plenário. Nerione propôs saírem por uma porta de emergência que havia atrás da Mesa. O senador rejeitou com veemência: “Seu Nerione, um presidente do Senado não foge pela porta dos fundos!”

Moura Andrade e seu grupo conseguiram sair protegidos por seguranças e parlamentares aliados. Desceram correndo para o subsolo do prédio e entraram em dois automóveis Bel Air que arrancaram para o palácio do Planalto, onde Ranieri Mazzilli foi empossado presidente da República interinamente.

O golpe não enfrentou resistência em nenhuma cidade, mais uma prova ostensiva de que a “ameaça comunista”, a “república sindicalista”, o “golpe de Jango” eram apenas fios de um novelo retórico no discurso mistificador. Tanto as organizações sindicais quanto os militares legalistas estavam desarticulados, ao contrário do que aparentavam, contrariando o otimismo do jornalista Paulo Francis, que, poucos dias antes do golpe, afirmou que haveria uma guerra civil se Jango fosse derrubado.<sup>75</sup>

\*

No dia 2 de abril, pela manhã, Rubens estava no aeroporto Santos Dumont tentando embarcar com outros deputados para Brasília. Depois de uma longa espera, conseguiram embarcar depois do meio-dia.

---

<sup>75</sup> Cf. *Última Hora*, 28 mar. 1964.

Um dos que foram no mesmo avião, o deputado petebista Roland Corbisier, fez um breve comunicado no plenário da Câmara: “A vitória da democracia, da legalidade, essa vitória foi comemorada com atos de violência e selvageria, com incêndio na sede da União Nacional de Estudantes, tentativa de depredação e empastelamento do jornal *Última Hora*”.

O deputado Peracchi Barcelos, que se destacara na presidência da CPI do Ibad, retrucou minutos depois: “Segundo pude ouvir ontem, o incêndio da UNE foi ateadado por estudantes comunistas”.<sup>76</sup>

À noite, Rubens foi a uma reunião de parlamentares no apartamento de Bocayuva, para discutirem as alternativas e as incógnitas. Estavam desorientados. Jango já partira naquele dia para o exílio no Uruguai.

Quem tinha mandato parlamentar, tinha imunidade, teoricamente, e permaneceria em Brasília, tentando resistir. Darcy Ribeiro e Waldir Pires, também presentes à reunião, não eram parlamentares, poderiam ser presos, tinham que sair da cidade, sem demora. Mas o aeroporto estava cercado de soldados e tanques, a base aérea também. Os dois haviam tentado ir para Porto Alegre, mas, ao chegarem à base aérea, foram informados por um major da Aeronáutica que todos ali haviam aderido aos golpistas, e o brigadeiro Eduardo Gomes proibira qualquer voo sem ordem expressa dele.

Até por terra era difícil sair de Brasília. As duas saídas da cidade tinham barreiras de soldados que revistavam todos os carros e passageiros. Então Rubens se ofereceu para tirar Waldir e Darcy de Brasília. Ele concebeu um plano bastante arriscado: um amigo de São Paulo viria a Brasília num avião monomotor e o piloto decolaria logo após o desembarque, apanhando Waldir e Darcy em um outro local próximo da pista do aeroporto. Mas onde?

Rubens telefonou a um amigo jornalista, D’Alambert Jaccoud, colunista político da sucursal da *Folha de S. Paulo*, e o chamou para conversar. Em seu apartamento Rubens explicou a situação e saiu com D’Alambert e um outro amigo, engenheiro que havia trabalhado na construção da cidade e conhecia bem a topografia.

Num terreno ermo, verificaram que o solo era muito irregular para aterrissagem de avião. Seguiram para outro lugar, perto do lago Paranoá.

---

<sup>76</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 3 abr. 1964.

O terreno parecia mais plano. Entretanto, após alguns passos eles tropeçaram em pequenos montes de terra endurecidos. Eram cupinzeiros. O chão estava infestado e o avião poderia derrapar. Os três tentaram corrigir o problema chutando as casas de cupim durante uns minutos, mas viram que havia muitos e Rubens resolveu desistir também daquele local, optando afinal por um terreno no final da cabeceira da pista de decolagem do aeroporto.<sup>77</sup>

Cerca de 4 horas da madrugada de sábado, 4 de abril, Rubens foi ao apartamento em que Waldir estava escondido, sozinho. Sua esposa Yolanda e os cinco filhos, com idades entre 2 e 11 anos, estavam hospedados em outro apartamento – anteriormente a família havia deixado um apartamento que o casal tinha na quadra 105 Sul e ido para o Hotel Nacional.

Num fusca dirigido por Luiz Filardi, ex-secretário de Almino Affonso no Ministério do Trabalho, apanharam Darcy, que se escondera na casa de uma amiga no Lago Sul. Ainda estava escuro quando chegaram perto do aeroporto. Luiz ficou estacionado na estradinha, com os faróis apagados. Rubens, Waldir e Darcy saíram caminhando pelo mata-gal rasteiro, entre pequenas árvores de troncos finos e retorcidos, típicas do cerrado, e se agacharam atrás de um arbusto, próximo ao local onde o avião pousaria. Dali podiam ver a pista, a torre de controle e soldados de um destacamento da Aeronáutica que patrulhavam o aeroporto.

Ao amanhecer, o monomotor *Navion* amarelo aterrissou no aeroporto e um homem desembarcou. Era o amigo de Rubens. Em seguida o avião taxiou para decolar, mas em vez disso estacionou perto de onde estavam os três homens no mato. Waldir e Darcy entraram correndo no avião. O operador na torre de controle estranhou aquela parada, e pelo rádio ordenou ao piloto que retornasse. O piloto estava instruindo a seguir para uma fazenda no Mato Grosso, perto da fronteira com a Bolívia. Não sabia que a fazenda era do ex-presidente João Goulart, desconhecia também os dois passageiros que transportava e o motivo da viagem. Ele já estava iniciando o voo e tentou retornar, mas Darcy o impediu: “Não, não volte! Vamos embora!”

O avião subiu. Na fazenda, seria reabastecido com gasolina e seguiria para o Uruguai. Rubens permaneceu atrás da moita, observando o

---

<sup>77</sup> Depoimento de D’Alambert Jaccoud ao autor.

avião partir. Ainda não sabia que brevemente seria obrigado a tentar o mesmo estratagema.<sup>78</sup>

\*

Rubens não se considerava muito visado pelos novos donos do poder. Tinha pouco mais de um ano de mandato, não fizera parte da cúpula do governo deposto nem era uma liderança nacional. Entretanto, integrava o Grupo Compacto, a Frente Nacionalista Parlamentar, mantinha contatos regulares com Jango e fora um veemente inquiridor, como vice-presidente da CPI do Ibad. Por isso cuidou de se esconder.

No dia seguinte à partida de Waldir e Darcy, ele decidiu com Almino e Bocayuva sair de Brasília até a poeira baixar. Bocayuva sugeriu irem para uma fazenda no sul da Bahia, pertencente ao seu sogro, Ernesto Simões Filho, ex-ministro da Educação no segundo governo de Getúlio Vargas e dono do jornal *A Tarde*, em Salvador.

Não há informações exatas sobre as circunstâncias e local de decolagem desse voo de Brasília, mas é certo que o próprio Rubens pilotou o avião. Ele tinha carteira de piloto expedida pela então Diretoria de Aeronáutica Civil, desde quando voava para supervisionar obras nas estradas. Pousou no Aeroclube de Salvador, a menos de um quilômetro do Aeroporto 2 de Julho, que estava ocupado por um regimento do Exército. Ali os três entraram num carro requisitado antecipadamente por Bocayuva. Na fazenda tiveram uma desagradável surpresa: os camponeses não sabiam nada do que estava acontecendo no país. O rádio noticiava, mas eles não entendiam a gravidade do que se passava.

Depois de quatro dias na fazenda, ouviram pelo rádio, no programa *Hora do Brasil*, a transmissão de um discurso do deputado Marco Antônio. Como o Congresso continuava funcionando, decidiram voltar para Brasília. Rubens conseguiu aterrissar em local ignorado e os três saíram do avião sem ser vistos. Bocayuva e Rubens foram para a Câmara. Era dia 9 de abril e o pior ainda estava por acontecer.<sup>79</sup>

\*

<sup>78</sup> Depoimento de Waldir Pires ao autor. Cf. também PIRES, 2001, p. 22-25.

<sup>79</sup> Cf. discurso de Almino Affonso, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, 13 dez. 1995.

Na Câmara, um calafrio percorria os corredores e gabinetes. Só se falava de um ato institucional que seria divulgado dentro de poucas horas cassando o mandato de vários parlamentares. Preparado por uma Junta Militar no Rio de Janeiro, o ato era a primeira lei de exceção destinada a conferir ao golpe a aparência de legitimidade jurídica. A minuta do texto foi redigida pelo jurista e futuro ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva, juntamente com Francisco Campos, autor do preâmbulo, o que fez o deputado Aliomar Baleeiro sentir no ar “um cheiro de Estado Novo”, além de julgar o ato “miseravelmente escrito”.

Mal escrito que fosse, o ato institucional divulgado pelo Comando Supremo da Revolução – general Costa e Silva, vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald e brigadeiro Correia de Mello – autorizava a cassação de mandatos parlamentares, demissão de funcionários públicos e suspensão direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. Era o início de uma “nova República”, nas palavras de Costa e Silva.

Bocayuva fez um contundente discurso no plenário: “Que fiquem esses chefes militares marcados com o estigma da traição à soberania do nosso povo, pelas medidas arbitrárias, pelo rasgar da Constituição, pela cassação de mandatos, segundo se anuncia”, disse num trecho – e foi para o seu apartamento. Ao abrir a porta da sala, deparou com oito policiais que o aguardavam, depois de arrombar a entrada de serviço. Levado preso para o Batalhão da Guarda Presidencial, ficou sozinho numa sala, sob vigia de um sentinela do lado de fora. O deputado Benedicto Cerqueira, ex-operário metalúrgico, trabalhador desde os 13 anos, também foi preso no mesmo dia em seu apartamento, diante de sua família.

À noite a Câmara realizou uma sessão extraordinária, na qual o presidente em exercício, deputado Affonso Celso, do PTB fluminense, informou a prisão dos dois deputados. Uma comissão de deputados foi designada para procurar o Comando Militar de Brasília e solicitar esclarecimentos. A sessão foi suspensa até que a comissão trouxesse informações sobre a situação dos deputados. Após cerca de duas horas detido na sala, Bocayuva foi libertado. Cerqueira passaria a noite preso no batalhão do Exército.

No início da tarde de 10 de abril, com 352 deputados no plenário, a sessão foi aberta pelo deputado Affonso Celso. Por volta de 16 horas, ele suspendeu a sessão, convidando os líderes dos partidos para uma reunião no gabinete da presidência da Mesa, “a fim de tomarem co-

nhecimento de um documento importante”. Meia hora depois, Lenoir Vargas, do PSD catarinense e 2º vice-presidente, assumiu a presidência dos trabalhos – Affonso Celso tinha precedência, mas se recusou a fazê-lo por saber o que teria de anunciar. “Atenção, senhores deputados, a Mesa acaba de receber uma comunicação urgente, que passo a ler, para conhecimento do Plenário”, disse Lenoir Vargas, e leu o comunicado do Comando Supremo da Revolução, com uma lista de quarenta deputados (um deles suplente) cujos mandatos estavam cassados a partir daquele momento. Da UDN, havia Ferro Costa e José Aparecido. Comentou-se depois que o governador Magalhães Pinto fora ao Rio para tentar impedir a cassação de José Aparecido, mas em vão. A lista foi feita com a colaboração de um grupo de deputados udenistas.<sup>80</sup> O nome de Rubens ainda não estava incluído.

Lenoir encerrou bruscamente a sessão, sem considerar as diversas questões de ordem levantadas por diferentes deputados que tentaram suspender a decisão até que fosse ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e concedido o direito de defesa aos cassados.<sup>81</sup>

A voracidade dos vencedores estava apenas começando.

Na manhã seguinte, embora fosse sábado, houve uma sessão extraordinária, presidida também pelo deputado Affonso Celso, para a posse dos suplentes convocados. Todos os deputados presentes estavam “entre a perplexidade e a amargura”, como afirmou José Sarney, udenista moderado, que foi solidário com os cassados e criticou o “julgamento sumário”.

Minutos depois, um novo comunicado do Comando Supremo da Revolução foi lido pelo secretário da Mesa, referente apenas à suspensão de direitos políticos, com uma lista de cem pessoas, incluindo os quarenta deputados cassados na véspera e personalidades políticas diversas, como João Goulart, Jânio Quadros, militares, membros da cúpula do governo deposto e seus aliados. Dessa vez, mais quatro deputados foram acrescentados, todos do PTB, Rubens Paiva entre eles.

Como o comunicado só falava em perda de direitos políticos, Rubens e os outros três novos cassados imaginaram, corretamente, que seus mandatos continuavam intactos. Mas a ilusão duraria pouco tempo.

<sup>80</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 11 abr. 1964.

<sup>81</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 11 abr. 1964.

\*

No mesmo dia, Rubens, Almino Affonso e outros ex-parlamentares se reuniram no apartamento de Bocayuva. Estavam conversando sobre o que fazer, quando chegou o deputado San Tiago Dantas, que, preocupado, queria saber se estava na lista. Um grupo de senhoras da Campanha da Mulher pela Democracia, no Rio, havia procurado o general Syseno Sarmiento, novo chefe de gabinete do general Costa e Silva, e pedira a cassação de San Tiago, por ter promovido, quando ministro das Relações Exteriores de Jango, o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Mas ele não seria cassado.

Nessa reunião ficou decidido que, embora cassados, os ex-deputados poderiam também ser presos e por isso deveriam se asilar numa embaixada. Havia em Brasília apenas três embaixadas inauguradas, a dos Estados Unidos, a da França e a da Iugoslávia, mas todas ainda funcionavam oficialmente no Rio. A dos Estados Unidos não foi procurada por motivos óbvios. A da França foi contatada, mas a resposta foi que não concedia asilo diplomático, só territorial. Sobrou a da Iugoslávia, inaugurada sete meses antes pelo presidente Tito, em visita oficial de seis dias. Fora a primeira visita de um chefe de Estado socialista ao Brasil, sendo saudada por Rubens, na Câmara, como exemplo da linha de independência da política externa brasileira:

“Essa nação tem dado demonstração de independência ao mundo e lição ao nosso país de como pode se desenvolver uma nação, sendo independente e não filiada a nenhum bloco internacional. Neste sentido, peço também que se transcreva nos anais desta Casa o magistral editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, que, com sua linha de autenticidade, nos mostra claramente que a visita do marechal Tito ao Brasil nada mais é do que a visita de uma nação que nos é muito cara, não obstante sejam pouco estreitas as relações que mantemos com ela. É a essa nação que homenagearemos, recepcionando condignamente seu presidente”<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 6 set. 1963.

A Constituição iugoslava da época determinava que o asilo político era um dever do Estado. Mas, enquanto seus amigos corriam para a embaixada, alguns pulando o muro à noite, porque o portão estava fechado, Rubens tentou evitar essa opção. O risco de ser preso era uma possibilidade concreta, mas pedir asilo significaria sair do país sem data para voltar, deixar tudo para trás – a família, a empresa, os amigos –, e por tempo imprevisível. Contudo, ir para São Paulo, mesmo se conseguisse sair escondido por qualquer meio de transporte, também era arriscado – seu apartamento lá deveria estar sendo vigiado e sua família também poderia ser colocada em risco.

Decidiu continuar em Brasília, tomando cuidado. Ficou dois dias trancado no apartamento de um amigo insuspeito e decidiu ir para a Ilha do Bananal. Montou o mesmo esquema usado antes, ao amanhecer. O avião monomotor parou próximo da extremidade da pista do aeroporto e ele entrou correndo. Mas a torre de controle suspeitou de algo estranho e deu ordem para que o piloto voltasse, exatamente como já tinha acontecido. Desta vez, com a experiência de voos semelhantes, o operador da torre avisou que o avião seria abatido, caso não voltasse.

Rubens decidiu saltar. Os soldados que patrulhavam a área correram em sua direção, ele correu também pelo mato até chegar ao fusca estacionado na estrada. Entrou resfolegante e o motorista acelerou antes de Rubens fechar a porta, sua perna direita ficou para fora por vários metros enquanto o carro corria pela estrada de terra. Conseguiu chegar à embaixada da Iugoslávia, situada num descampado com vegetação rasteira.

O portão estava trancado. A despeito do cansaço, Rubens conseguiu pular o muro. Aos poucos o pessoal foi acordando e cumprimentando o mais novo companheiro de infortúnio. O sol nasceu brilhante, mas dentro dele os dias seguintes seriam sombrios. Os sonhos de uma geração idealista se convertiam em pesadelo.

## *Desarvorados e desavindos*

---

Quem lesse com olhos neutros os jornais nas primeiras semanas após o golpe, ficaria convencido de que o Brasil estava finalmente em paz, ingressando numa era de prosperidade, paz social, moralidade administrativa, e que o regime de exceção seria transitório. Muitos políticos democratas e liberais, intelectuais prestigiados e cidadãos comuns acreditaram sinceramente que após uma intervenção profilática, para colocar “ordem” no país, os militares devolveriam em breve o poder aos civis e as eleições presidenciais seriam realizadas na data prevista, outubro de 1965. Até líderes civis da quartelada acreditaram nisso, como Carlos Lacerda, imaginando que seria eleito presidente.

Mas, como diz um personagem de George Orwell, em 1984, “Sabemos que ninguém toma o poder com a intenção de devolvê-lo. O poder não é um meio, é um fim”. E a natureza de todo regime autoritário é não se satisfazer apenas com a derrota política do adversário; é preciso tripudiar de todas as maneiras – moral, psicológica ou fisicamente –, até aniquilá-lo.

Cada asilado que chegava à embaixada da Iugoslávia era recebido com abraços, moral elevado e até alegria por ter escapado ileso. Lá Rubens encontrou seus principais amigos e colegas de partido ou da Frente Nacionalista Parlamentar: Almino, Bocayuva e outros ex-deputados cassados – Salvador Losacco, Temperani Pereira, Ortiz Borges, João Dória, José Aparecido, Lamartine Távora, Benedicto Cerqueira, Ferro Costa, Sargento Garcia, Fernando Sant’Anna, Ramon de Oliveira, Sílvio Braga, o ex-senador e ex-ministro do Trabalho Amaury Silva, Lício Hauer (tinha sido assessor de Jango junto à banca da do PTB na Câmara), o arquiteto paisagista Zanine Caldas, demitido como professor da Universidade de Brasília, o jovem Maurílio Ferreira Lima, os jornalistas D’Alembert Jaccoud, Deodato Rivera (colaborador de *O Semanário*), Maria da Graça Dutra, Raul Ryff e sua mulher Beatriz. A maioria aguardava salvo-conduto para deixar o país, outros apenas aguardavam uma oportunidade propícia para sair.

Como ainda não funcionava oficialmente em Brasília, a embaixada estava desprovida de infraestrutura para hospedagem. Os três blocos de concreto – chancelaria, residência do embaixador e residência de funcionários – estavam completamente vazios, exceto o terceiro, onde morava o zelador com sua mulher e uma filhinha de cinco anos. Nos primeiros dias, os asilados dormiam no chão de cimento forrado com suas próprias roupas.<sup>83</sup>

O zelador telefonou para o embaixador Marijan Barisic, no Rio de Janeiro. O embaixador, que falava português com desembaraço, foi a Brasília, autorizou o asilo e iniciou negociações com o Itamaraty – também funcionando no Rio – para obter salvo-condutos, já que os passaportes tinham sido anulados.

Rubens e Bocayuva tinham situação financeira melhor e pagaram pelas compras de colchões, camas de campanha, beliches, mesas, cadeiras, utensílios de cozinha e alimentos. Os cômodos da embaixada ficaram parecendo um acampamento estudantil: colchões estendidos no chão, roupas penduradas ou amontoadas em qualquer lugar, livros, jornais e objetos pessoais amontoados nos cantos. Mas as mulheres não descuidavam da aparência. Beatriz era a mais arrumada, sempre com pulseiras marroquinas e indianas e o cabelo grisalho com um coque bem penteado.

Foi criada uma comissão organizadora para administrar a bagunça. Bocayuva pediu à sua cozinheira que viesse ajudar a fazer as refeições, que eram servidas, com certo estilo, por uma garota morena que trajava avental e touca branca. Depois do almoço, os cômodos silenciavam, exceto por um e outro ronco. Era a hora da sesta, estimulada pelo sol abrasador e pelo ócio total.

Amigos e familiares iam visitá-los todos os dias, levando jornais, revistas, livros e notícias nada promissoras. As perseguições continuavam cada vez mais raivosas. Rubens ficou muito preocupado ao saber que um grupo terrorista pró-golpe havia metralhado a frente da casa de Fernando Gasparian em São Paulo, na rua México, no Jardim América. Ninguém foi atingido. Minutos antes, a dois quarteirões de distância, na rua Argentina, uma bomba explodira todos os vidros da frente da casa

---

<sup>83</sup> O período de asilo na embaixada foi reconstituído com base em depoimentos ao autor fornecidos por Eunice Paiva, Vera Brant, Conceição Losacco, Almino Affonso e D'Alambert Jaccoud. Cf. também RISÉRIO, 2002, p. 260-264, e *Correio Braziliense*, 19 abr. 1964.

do empresário José Ermírio de Moraes, senador do PTB e ex-ministro da Agricultura do governo Jango. Centenas de pessoas estavam sendo presas diariamente. No Rio, as embaixadas do México, Peru, Uruguai, Bolívia e Chile estavam lotadas de asilados brasileiros; empresas públicas faziam demissões sumárias de funcionários suspeitos de simpatia pelo governo deposto; diretorias de sindicatos estavam sendo substituídas por interventores, entidades estudantis invadidas, e já havia denúncias de torturas psicológicas e físicas nos presos.

Em julho de 1963, a CIA lançou seu primeiro manual sobre técnicas de interrogatório de presos políticos, intitulado Kubark Interrogatório de Contrainteligência. “Kubark” era o codinome da CIA no Vietnã. Com 120 páginas, continha instruções sobre interrogatório e técnicas de tortura física e psicológica. Antes de atuar no Brasil, a agência já tinha distribuído seus manuais no Afeganistão, Burma, Camboja, China, Colômbia, Congo, Egito, Gana, Irã, Indonésia, Iraque, Jordânia, Laos, Paquistão, Líbano, Arábia Saudita, Vietnã do Sul, Síria, Tailândia e Turquia.<sup>84</sup>

“Eu prefiro morrer a ser torturada”, disse Vera Brant certa tarde na embaixada, ao lado de Rubens, Almino e Fernando Santana.

“Eu também prefiro”, disse Rubens.

Vera, uma extrovertida mineira radicada em Brasília desde o ano da inauguração, era bem relacionada nos círculos políticos da cidade e ia quase todos os dias visitar os asilados. Um dia levou-lhes uma bola de vôlei. Imediatamente improvisaram uma rede e ela participou do jogo durante a tarde inteira.

Além de amigos, Rubens recebia visitas de sua mãe, seus irmãos e de Eunice, que de vez em quando ia com os filhos. Ou então ia só com a mãe de Rubens, levando alimentos não perecíveis, roupas, charutos e cartinhas das crianças, que tinham entre 3 e 10 anos.

Os fins de semana eram os mais cheios de visitas. Depois que iam embora no final do domingo, o modorrento silêncio voltava. O passatempo dos asilados era ouvir rádio, jogar pôquer e pingue-pongue numa sala, ou fazer ginástica ao ar livre. Zanine, fiel à sua vocação, cuidava do jardim,

<sup>84</sup> WINNING the Cold War: the US ideological offensive. Washington : US Govt. Print. Off., 1963-1964. (Special Operations Research Office, American Univ.). Cf. também LANDIS, Fred. CIA psychological warfare Operations: case studies in Chile, Jamaica, and Nicaragua. *Science for the People*, p. 6-37, Jan./Feb. 1982.

fazia desenhos de casas e móveis, montava curiosas maquetes com pedaços de tábuas e outros materiais que haviam sobrado da construção da embaixada. Ainda se sentia cheiro de tinta em algumas paredes. Quando não havia nada a fazer, ficavam conversando, sobre os motivos do golpe, os erros cometidos, o que poderia ter sido feito. Rubens era um dos mais indignados, tendo interrompido seu primeiro mandato prematuramente, de modo tão arbitrário. E ainda tinha perdido sua carteira com documentos no matagal durante a correria. Dias depois, entretanto, um funcionário da Câmara dos Deputados foi levar-lhe sua carteira com documentos e dinheiro intactos. Um soldado que patrulhava o aeroporto havia encontrado a carteira no mato e levado para a Câmara.

O muro alto em volta da embaixada não era garantia de inviolabilidade. Na frente do portão, agentes do Dops e uma radiopatrulha se revezavam dia e noite, deixando o pessoal em permanente preocupação com uma invasão policial.

Amaury Silva, que já estava deprimido desde que chegara, ficou mais ainda. De todos ali, era o que mais reclamava e ameaçava sair de qualquer maneira, mas sempre dissuadido pelos demais. Um dia ele decidiu. Pintou os cabelos grisalhos de preto e, de madrugada, esgueirou-se pelos fundos da embaixada. Antes de sair, deixou um texto com os colegas para ser divulgado na imprensa:

“Como ministro do Trabalho por quase dez meses, em nenhum momento traí nem a minha convicção democrática nem o meu respeito quase supersticioso à lei, nem as teses que defendi perante a opinião pública. Não pretendi nem pleiteei as funções de ministro de Estado. Aceitei-as para servir, não apenas ao governo deposto, com firmeza e lealdade, mas principalmente para servir, na medida de minhas forças, à causa das reformas. Tenho confiança em que o bom senso e a invencível vocação democrática do povo brasileiro acabarão por impor a determinação de devolver as garantias e direitos individuais no Brasil, restituindo-lhe a liberdade roubada e a ordem jurídica”.

Conseguiria ir para o Uruguai.

Os que ficaram na embaixada, continuaram remoendo seus dilemas. Deixar o Brasil era como abandonar a luta. Mas era uma luta desigual

e já com evidentes vencedores. O mais sensato seria recuar, reacumular forças. Uma dúvida angustiante era: se saíssem para o exílio, quando poderiam voltar? Quanto tempo os militares ficariam no poder?

Na tarde de 15 de abril, todos pensavam que seria por pouco tempo. Em volta de um rádio portátil ouviram a transmissão ao vivo da posse de Castelo Branco, agora promovido a marechal, numa sessão conjunta no Congresso Nacional. Era o sexto presidente da República a ocupar o palácio do Planalto na cidade com quatro anos de existência.

A imagem pública que se construiria de Castelo Branco era a de um militar moderado, boa formação intelectual. E ele correspondeu a essa imagem ao afirmar no seu discurso que “o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias”. Quando prometeu, no mesmo discurso, entregar o cargo para o seu sucessor em 31 de janeiro de 1966, muitos brasileiros regozijaram-se. Significava que haveria a eleição presidencial prevista para outubro de 1965, que a intervenção militar seria curta e as perseguições políticas poderiam terminar depois da posse. Os asilados da embaixada iugoslava (e de outras embaixadas, no Rio) devem ter pensado até que nos próximos dias todos poderiam sair dali tranquilamente.

Por mais melódico que fosse o timbre do seu discurso, Castelo Branco era apenas o primeiro de uma sequência de generais-presidentes que tomavam posse com belas e vagas promessas de redemocratização que nunca se concretizavam, o que levou o jornalista Paulo Francis a concluir que os militares brasileiros haviam implantado uma ditadura envergonhada: “Em retrospecto me parece que sua ditadura era envergonhada, sempre professamente transitória...”<sup>85</sup>

Talvez uma qualificação mais apropriada seria “cínica”, porque a retórica decorada com as promessas auspiciosas de Castelo Branco contrastava violentamente com as prisões em massa, as demissões de funcionários públicos, as intervenções em sindicatos, a continuação das cassações de mandatos, a extinção dos partidos e, finalmente, a prorrogação do seu mandato, cancelando as eleições presidenciais. Alegasse, em seu favor, que ele foi obrigado a se submeter às pressões da “linha dura”, eufemismo com que a imprensa designava a extrema-direita

---

<sup>85</sup> FRANCIS, 1994, p. 82.

militar. Mas Castelo Branco poderia simplesmente ter rejeitado a prorrogação de seu mandato e renunciado, salvando a sua reputação “democrata” para a história.

No mesmo dia da posse, Rubens imaginou que seu mandato não seria cassado. O presidente em exercício da Câmara, Affonso Celso, ainda não considerava oficialmente cassados os últimos quatro deputados, porque o comunicado do Comando Supremo da Revolução só se referia à perda de direitos políticos. Ou seja, não poderiam votar nem se candidatar nos dez anos seguintes, mas poderiam concluir seus mandatos. Um dos quatro, deputado Milton Dutra, havia apresentado um requerimento à Mesa da Câmara fazendo a indagação. O requerimento fora encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para decidir.

Antes que a CCJ decidisse, Affonso Celso, certamente pressionado por parlamentares adeptos do golpe, anunciou que a perda dos direitos políticos implicava automaticamente a cassação do mandato. Legalmente isso poderia ser questionado no Supremo Tribunal Federal, mas àquela altura o que prevalecia era a truculência.

A tal ponto que o deputado Bilac Pinto, presidente nacional da UDN, lançou um terrorismo psicológico sobre os asilados, afirmando que a embaixada da Iugoslávia em Brasília ainda não tinha estatuto jurídico, suas atividades oficiais continuavam sendo exercidas no Rio de Janeiro e, portanto, o asilo era ilegítimo e o grupo lá dentro estava sujeito à prisão. Mas a ameaça durou só alguns dias. Não houve invasão.

\*

Outra ansiedade que dominava a maioria dos asilados era a falta de dinheiro. Deputados sem mandato e jornalistas sem emprego, haviam perdido não só a liberdade, mas também seus salários, e saíam dali para o exterior sem perspectiva de trabalho. Para Rubens e Bocayuva, que era sócio do jornal *Última Hora*, o receio era de se afastar dos seus negócios por tempo indeterminado. Rubens estava acostumado a comandar sozinho as obras da Paiva Construtora e estava construindo um grande prédio na orla marítima de Santos. Numa das visitas de Eunice, ela levou uma procuração, que foi assinada por Rubens, para representá-lo legalmente depois que saísse do país.

No dia 21 de abril, o novo ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, mandou assessores começarem a expedir os salvo-condutos para os asilados em todas as representações diplomáticas. Mas seria um processo lento: os da embaixada da Iugoslávia só receberam os deles no início de junho. Todos telefonaram felizes para os familiares e amigos.

Uma felicidade ambígua, misturada com tristeza, porque até aquele dia eles ainda acreditavam na possibilidade, por remota que fosse, de sair e refazer suas vidas no Brasil. Com os salvo-condutos nas mãos e a repressão sem trégua lá fora – mais de quatrocentas pessoas de diferentes atividades tinham perdido direitos políticos por dez anos em todo o país, as cassações de mandatos parlamentares continuavam, até Juscelino tinha sido cassado –, a partida era irreversível.

Zanine ficou em pânico. Só falava português, não tinha dinheiro para se manter sem trabalhar, o que faria na Iugoslávia? “Nem comunista eu sou mais. Deixei de ser comunista em 1947, quando o Prestes subiu no palanque com o Getúlio”, disse a Vera Brant.

Rubens tentou consolá-lo: “Nem se você falasse perfeitamente inglês ou francês, não adiantaria nada. Os iugoslavos falam uma língua muito estranha, ninguém de nós entende. Fique sossegado, estamos todos no mesmo barco”.

Almino acrescentou: “E fique sabendo que o Rubens e eu estamos confiando no seu talento. Você vai pegar flores do mato e fazer belos arranjos, transformar pedaços de madeira em maquetes artísticas”.

“Já estamos pensando no sucesso que vamos fazer lá, às suas custas”, brincou Rubens.

Vera sugeriu a Gilka, mulher de Fernando Sant’Anna, fazerem uma festa de despedida, uma festa junina típica, com fogueira, cachorro-quente e batida de limão. Gilka se animou. O embaixador Josef Basiric foi consultado por telefone e relutou, mas acabou concordando, depois de muita insistência das mulheres. E aceitou o convite para a festa.

Vera e Gilka conseguiram uma kombi para transportar lenha e comidas. Entravam pelo portão dos fundos, chamando a atenção dos dois agentes do Dops que ficavam dentro do carro estacionado na frente. Eles ficaram desconfiados e requisitaram mais um carro como reforço.

A fogueira foi armada no jardim da embaixada. Losacco ficou encarregado de manter o fogo aceso. Benedicto fez a batida de limão, com cachaça mineira. Margarida (mulher de Deodato Rivera), Delza

(mulher de Zanine), e Lygia (mulher de Almino) trouxeram as comidas: cachorro-quente, salgadinhos e pipoca.

Quando a festa estava começando, Vera se deu conta de que não havia um ingrediente fundamental: a música. E chamou o advogado paraibano José Luiz Clerot, que sabia tocar sanfona e cantar. O jardim ainda não tinha iluminação, mas a lua estava cheia e todos fizeram uma roda em volta da fogueira, protegidos com casacos de lã e cachecóis, bebendo a batida e refrigerante, as crianças contando as estrelas que, no céu cristalino de Brasília, parecem mais próximas. Em certo momento, Vera sentiu pena dos agentes do Dops nos dois carros na frente do portão, e falou com Almino: “A gente podia levar uma batida pra eles. Está muito frio”.

Almino discordou: “É por causa deles e de quem eles representam que estamos aqui. Amanhã eles vão pra casa dormir sossegados e nós vamos ter que sair do país sem saber quando voltaremos”.

Vera estava quase concordando, mas Rubens a incentivou: “Vamos levar, sim. Vai lá e pergunte se eles aceitam”.

Ela levou batida de limão, cachorro-quente e pipoca aos dois agentes do Dops. Um deles ainda perguntou: “É com cachaça ou vodca?”.

“Cachaça mineira, da boa. Até o embaixador elogiou”.<sup>86</sup>

Não houve dança de quadrilha, mas enquanto a fogueira faiscou, enquanto a batida de limão esquentou as gargantas, enquanto Clerot tocou na sanfona as cantigas juninas de Luiz Gonzaga e Lamartine Babo, enquanto a lua clareou a noite, todos esqueceram os seus dissabores e as incertezas do futuro.

Poucos dias antes da partida, amigos e familiares foram à embaixada se despedir. Eunice levou cartinhas das filhas para Rubens, que escreveu-lhes uma comovente carta de despedida, tratando pelos apelidos que tinham em casa.

“Veroca /Cuchimbas /Lambancinha/Babiu e Cacasão.

Recebi suas cartinhas, desenhos, etc.; fiquei muito satisfeito de ver que os nenês não esqueceram o velho pai.

Aqui estou fazendo bastante ginástica, fumando meus charutos e lendo meus jornais.

<sup>86</sup> Depoimento de Vera Brant ao autor.

Vocês aí fiquem bem boazinhas para mamãe, cuidando bem da casa e brigando pouco.

É possível que o velho pai vá fazer uma viagenzinha para descansar e trabalhar um pouco. Vocês já sabem que o velho pai não é mais deputado? E sabem por quê?

É que no nosso país existe uma porção de gente muito rica que finge que não sabe que existe muita gente pobre, que não pode levar as crianças na escola, que não tem dinheiro para comer direito e às vezes quer trabalhar e não tem nem emprego.

O papai sabia disso tudo e quando foi ser deputado começou a trabalhar para reformar o nosso país e melhorar a vida dessa gente pobre.

Aí veio uma porção daqueles muito ricos, que tinham medo que os outros pudessem melhorar de vida, e começaram a dizer uma porção de mentiras. Disseram que nós queríamos roubar o que eles tinham: é mentira! Disseram que nós somos comunistas que queremos vender o Brasil – é mentira!

Eles disseram tanta mentira que teve gente que acreditou. Eles se juntaram – o nome deles é gorilas – e fizeram essa confusão toda, prenderam muita gente, tiraram o papai e os amigos dele da Câmara e do governo e agora querem dividir tudo o que o nosso país tem de bom entre eles que já são muito ricos.

Mas a maioria é de gente pobre – que não quer saber dos gorilas – e mais tarde vai mandar eles embora e a gente volta para fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem.

Vocês vão ver que o papai tinha razão e vão ficar satisfeitos do que ele fez.

Beijos do papai.<sup>87</sup>

A embaixada providenciou transporte gratuito em um navio cargueiro iugoslavo que partiria do Rio. Rubens e Bocayuva decidiram ir mais depressa, de avião, passagens pagas com dinheiro próprio. Rubens pagou a passagem de Ryff e, quase três meses depois de entrarem na embaixada, os três embarcaram num *Caravelle* da Cruzeiro do Sul, na manhã de 17 de junho, para o Rio de Janeiro, acompanhados de dois

<sup>87</sup> Carta de Rubens Paiva, jun. 1964 (arquivo da família).

diplomatas – um brasileiro do Itamaraty e um iugoslavo da embaixada. Chegaram ao Galeão por volta de meio-dia.

O aeroporto estava cheio de soldados da Aeronáutica, que bloqueavam as saídas, o portão de acesso à pista e o pátio interno. Vários jornalistas que tinham ido cobrir a chegada dos três homens foram impedidos de se aproximar e só puderam ficar observando à distância. Também agentes do Dops estavam lá, vigiando o desembarque. Poucos dias antes, o presidente Castelo Branco havia criado o Serviço Nacional de Informações, para coordenar as atividades de inteligência e espionagem política de todas as pessoas consideradas inimigas do Estado.

Rubens, Bocayuva e Ryff desembarcaram do *Caravelle* e entraram num automóvel da embaixada estacionado perto da escada do avião, com o adido de imprensa Alija Vejzagic e um secretário do Itamaraty. O carro seguiu para a residência do embaixador iugoslavo, na rua Joaquim Nabuco, em Ipanema. À noite embarcaram num *DC-8* da Panair com destino a Belgrado, via Paris.

Rubens deixou um engenheiro de sua empresa encarregado de administrar a construção do prédio em Santos e combinou de enviar depois instruções sobre contratos que fossem necessários. Antes de embarcar, escreveu uma carta endereçada aos membros da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, agradecendo uma moção de solidariedade a ele que a comissão aprovara por unanimidade.

“Tenho a tranquilidade do espírito de quem sempre foi fiel aos que me deram voto e enfrento o banimento da vida política, a separação da família e dos amigos com a serenidade de quem inicia uma etapa transitória que, em sendo amarga, não conduzirá de nenhuma forma ao desespero, permitindo mesmo maior estudo e profunda reflexão. A sorte do país me parece sombria, porque povo algum merece um retrocesso em sua história. A ignorância e a má-fé contentaram-se em nos atribuir este ou aquele rótulo, sem identificar os nossos pretensos erros, sem apontar as novas soluções propostas. Fugindo sistematicamente ao diálogo de um grupo de idealistas sinceros, passamos a ser “subversivos” e “corruptos”, por definição.”<sup>88</sup>

<sup>88</sup> *Jornal do Brasil*, 18 jun. 1964.

Na semana seguinte foi a vez dos demais asilados: Almino, Salvador Losacco, Fernando Sant'Anna, Lício Hauer, Lamartine Távora, Deodato Rivera, Maria da Graça Dutra e Beatriz Ryff. Os outros – José Aparecido, Zanine, Temperani Pereira, Ramon de Oliveira, D'Alambert Jaccoud, Maurílio Ferreira Lima e Sílvio Braga – tinham saído sem ser incomodados.

No Rio, o grupo embarcou no pequeno cargueiro iugoslavo *Bohinj*, carregado de minério. Almino levou junto a dor de duas separações: de seu país e de seu quarto filho, que nascera poucos dias antes.

\*

Conforme acertado entre a embaixada da Iugoslávia e o Ministério das Relações Exteriores em Belgrado, Rubens, Ryff e Bocayuva ficaram hospedados no Hotel Slavija, centro da capital. Era um edifício novo e um dos mais altos da cidade, com dezessete andares, em frente a uma movimentada rotunda cercada de prédios antigos e baixos.

O cargueiro *Bohinj* fez uma escala em Salvador. Os brasileiros estavam impedidos de descer, mas Lamartine Távora era amigo e compadre de um militar baiano, Humberto Melo, e lhe pediu que comprasse comida brasileira não perecível, pois a gordurosa culinária iugoslava servida a bordo era intragável. Após três dias atracado em Salvador, o cargueiro partiu.

Havia também a bordo alguns passageiros iugoslavos, inclusive famílias com crianças voltando de Buenos Aires e de São Paulo, um casal de judeus e um suíço que embarcou em Salvador. Outra escala, de poucas horas, foi na ilha São Vicente, em Cabo Verde. Em alto-mar, enfrentaram uma tempestade de chuva e vento que quase fez o cargueiro naufragar. Como não tinha salão, todos tiveram que se proteger num pequeno espaço no tombadilho coberto ou nos poucos camarotes. Fernando Sant'Anna se trancou num camarote, beijou seus santinhos que ele trazia sempre no pescoço, e rogou ajuda a Nossa Senhora. Era comunista, mas não ateu. A reza funcionou, pois todos chegaram bem.<sup>89</sup>

Após 23 dias de viagem, o *Bohinj* atracou na cidade de Rijeka, em território iugoslavo. Os brasileiros ficaram alguns dias hospedados no

<sup>89</sup> Cf. RISÉRIO, 2002, p. 278-283; RYFF, 1990, p. 11-15.

hotel Jadran, passaram bastante, depois prosseguiram de trem para Belgrado, a seis horas de viagem. Um funcionário do governo estava na estação para recebê-los e os acompanhou em dois carros para o hotel Slavija, onde foram recebidos com efusivos abraços por Rubens, Bocayuva e Ryff.

Nos dois primeiros dias, eles descansaram para se adaptar ao fuso horário, cinco horas a mais em relação ao Brasil. Era verão, temperatura em torno de 20°C, muita gente nas ruas, Belgrado tinha quase oitocentos mil habitantes, ruas limpas, ninguém buzina, belos jardins e parques floridos que contrabalançavam o cinzento dos prédios. Os dramas pessoais e políticos dos recém-chegados foram momentaneamente esquecidos, até porque ninguém tinha tempo para sentir saudade. Diariamente cumpriam uma programação de atividades com um funcionário do Ministério das Relações Exteriores que falava inglês razoável e estava incumbido de acompanhá-los nas visitas a instituições políticas, culturais e sindicais, fábricas, conhecer o funcionamento de um país que tinha sido agrário e atrasado, e estava se industrializando com um socialismo independente da União Soviética e mais humano.

Ao contrário dos demais países socialistas do leste europeu, a Iugoslávia não era satélite da União Soviética – estavam rompidos desde 1955 – nem tinha um Partido Comunista autoritário e burocrático. Era governada por uma Liga dos Comunistas, formada pelos PCs das repúblicas federadas que compunham a nação – Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Eslovênia. Era um socialismo pragmático, sem burocratização, sem aparelhismo estatal e com autogestão nas fábricas mediante conselhos de trabalhadores. O Parlamento tinha deputados eleitos pelo voto direto e por assembleias das diversas repúblicas. Havia propriedade privada, liberdade de imprensa e de religião, política externa independente, os habitantes e os visitantes estrangeiros podiam viajar livremente pelo país.

Sim, o ex-presidente do Parlamento, Milovan Djilas, pensava diferente, considerava o regime “totalitário”, dominado por uma emergente burocracia estatal privilegiada, a “nova classe”, como intitulou seu livro publicado no ocidente capitalista em 1957. Milovan reincidira nas críticas em outro livro, *Conversações com Stalin*, também publicado fora do país, em 1962, usando documentos governamentais sigilosos. Por isso, em 1964

ele estava preso. Mas era bem tratado, recebia visitas e, mesmo na prisão, continuava trabalhando, para uma organização nacional de crédito.

As autoridades tratavam os brasileiros com cortesia, o povo era amável e hospitaleiro, como escreveu Fernando Sant'Anna:

“Quase não sentimos a presença do governo. Tudo acontece como se estivéssemos morando normalmente aqui. A Iugoslávia é um país completamente aberto. Milhares e milhares de turistas cruzam as ruas de Belgrado, Zagreb, Rijeka, Lubljana, Dubrovnik, etc. Nesta última, de 23.000 habitantes, passam diariamente 15.000 turistas. Nas velhas muralhas de Dubrovnik, anualmente, realiza-se o festival Shakespeare, encenando-se *Hamlet*, *Otello*, *Macbeth*, etc. Embora do século X, a muralha cerca inteiramente a cidade. Não conheço outro exemplo de conservação tão completo.”<sup>90</sup>

No Museu da Guerra, os brasileiros puderam ver que os iugoslavos tinham sofrido muito mais que o Brasil, sob ocupações otomana e austríaca, uma ditadura monárquica sérvia e a invasão alemã nazista durante a II Guerra Mundial. A liderança do carismático Josip Broz “Tito” conseguia manter coeso um povo com tradicionais rivalidades étnicas e religiosas. Os sérvios eram cristãos ortodoxos, os bósnios eram muçulmanos, os eslovenos e croatas eram católicos, além de mais ricos e desenvolvidos. A Sérvia, a maior das repúblicas, era pobre. Sérvios e croatas se detestavam.

Era um povo com uma história longa, que deixou monumentos, igrejas barrocas, muralhas romanas do século I, a fortaleza de Kalemegdan construída no século XV. A maior parte da arquitetura histórica estava intacta em Stari Grad, na capital. E não faltavam concertos de música clássica nos parques, ópera e danças folclóricas.

Passados dois meses, Rubens combinou com Eunice de encontrá-la em Paris. Ficaram duas semanas matando as saudades, tentando esquecer os dissabores políticos. Quando voltaram para Belgrado, havia no hotel uma cartinha de Nalu, de sete anos.

---

<sup>90</sup> Carta de Fernando Sant'Anna para Vera Brant, em 17 set. 1964.

“Mamãe e Papai

Querida mamãe eu estou com muita saudades de você mamee eu fui na ginástica do Jaiminho e quando acabou a ginástica do jaiminho eu fui no balanço e caí e desmaiei mas não foi nada Mamãe sabia que a teté levou 3 pontos no queixo foi assim eu e a teté estávamos quietas no balanço e daí o Fábio chegou e subiu no meu lado e o Carlos também subiu e a teté deu uma cambalhota e daí ela não jantou daí chegou tia Marilu e viu e achou que devia levar pontos e deu 3 pontos e aí quando a titia foi dar o dinheiro o médico levantou a mão e falou que não queria.

Papai como vai seus charutes seu banhos e sua risada

Mamãe eu escrevi 2 cartas mas vocês não receberam eu queria saber que dia você vem

Meu boletim veio Regular Bom Bom Bom gostou?

Ana Lucia Facciolla Paiva.”<sup>91</sup>

Longe das famílias e do Brasil, sem saber quando poderiam voltar, os exilados começaram a entrar num ciclo de tédio e depressão. Pensavam em conseguir trabalho, pensavam também nos amigos que poderiam estar sendo perseguidos ou presos. Notícias nada otimistas foram trazidas pelo novo colega da turma, Álvaro Vieira Pinto, ex-diretor executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que chegou com sua mulher, Maria Aparecida. As eleições presidenciais previstas para outubro de 1965 tinham sido canceladas e o mandato de Castelo Branco prorrogado.

Sem jornais brasileiros, sem falar o difícil idioma servo-croata, que usa dois alfabetos (o latino e o cirílico), e depois de conhecerem tudo no país, não havia nada a fazer, nem trabalho, o que era mais preocupante.

Quase três meses depois de chegar a Belgrado, o grupo começou a se separar. Uruguaí era um dos destinos, por já ter um grande número de exilados brasileiros, inclusive Jango. Num carro alugado, Rubens e Eunice fizeram uma viagem pela Europa com Almino, Bocayuva e Fernando Sant’Anna. A primeira parada foi em Viena.

Tentaram tirar passaportes na embaixada brasileira. Foram atendidos pelo segundo-secretário, Rubens Ricupero, que se prontificou a examinar a possibilidade. Mas no dia seguinte o embaixador Mário Gibson

<sup>91</sup> Carta de Ana Lucia Facciolla Paiva, s/data (arquivo da família).

Barbosa convocou uma reunião de todos os funcionários e os proibiu de atender o grupo. Ricupero pediu a palavra e disse que já os tinha recebido e continuaria a fazê-lo enquanto eles permanecessem em Viena, porque não deixaria nenhum brasileiro desassistido fora de seu país.<sup>92</sup> Mas não pôde fornecer os passaportes.

Eles seguiram viagem com os salvo-condutos, conhecendo cidades do norte da Itália, depois Suíça e França. Em Paris, Raul Ryff e Beatriz já estavam trabalhando; ele numa emissora de televisão e ela colaborando para uma agência de notícias.

Quando Eunice embarcou de volta para São Paulo, em outubro de 1964, Rubens prometeu que faria tudo para estar brevemente junto dela e das crianças. Foi para Paris com Bocayuva e alugaram um apartamento na elegante Rue de Tournon, uma rua curta, em Saint-Germain-des-Prés, que termina no palácio de Luxemburgo, ao lado do jardim homônimo.

Paris, como sempre, estava repleta de atrações para todos os gostos, mas Rubens já estivera na cidade várias vezes, a trabalho e passeio. Agora tinha ido contrafeito e seu pensamento estava ainda no Brasil. Ao saber que os ministérios começaram a exigir atestados de ideologia aos funcionários, ele escreveu a Vera Brant pedindo uma cópia para divulgar na imprensa francesa. Ela trabalhava no Ministério da Educação.

Bocayuva estava namorando a coreógrafa Dalal Achcar, que passava uma temporada em Paris, e no dia 13 de outubro Rubens foi sozinho para Londres, interessado em acompanhar as eleições gerais que foram realizadas dois dias depois. O ambiente político era de mudanças avançadas. O Partido Trabalhista ganhou, após treze anos de domínio do Partido Conservador. Harold Wilson seria o novo primeiro-ministro, com um programa de reformas sociais que incluíam legalização do aborto.

Na capital inglesa ele escreveu uma cartinha aos filhos.

“Vera/Eliana/Lambança/Caca/Babiu

Como é, está tudo bom de novo com a mãe em casa?

E os presentes, bárbaros não são?

E os *drops* que o velho pai mandou, que tal? Tavam ótimos?

Faz bastante tempo que não recebo nenhuma carta!

<sup>92</sup> Cf. VIRGÍLIO, Arthur. Discurso publicado no *Diário do Senado Federal*, 27 out. 2005.

Que é isso, preguicite! Ou é porque os boletins estão regular/ruim/sofrível, etc. Hein, Lambancinha? Como vai o seu?

Vocês imaginem que o velho pai está na cidade dos Beatles, onde todos os rapazinhos usam cabelo comprido ondulado!

Outro dia fui no barbeiro e ele queria fazer permanente no meu cabelo!! Foi preciso brigar com ele, senão! Vocês imaginaram!!

Até breve. Beijos do papai.”<sup>93</sup>

Seu modo de se despedir, com um “até breve”, indica que ele já estava planejando a volta. Antes de comprar passagem, telefonou a Gasparian, para este ficar prevenido. Sua ideia era engenhosa: para evitar ser eventualmente detido no desembarque para interrogatório, ele comprou passagem para Montevidéu, com escala no Rio de Janeiro. Se não pudesse descer, poderia seguir normalmente até o Uruguai e se encontrar com os muitos exilados brasileiros que estavam lá.

Embarcou no dia 1º de novembro para Copenhagen, onde passou alguns dias antes de vir para o Brasil. Talvez ele tenha feito de propósito essa rota em zigue-zague como parte de seu plano. Quando o avião para Montevidéu aterrissou no Galeão, ele disse à aeromoça que ia descer apenas para comprar cigarros e voltaria em poucos minutos. E foi para São Paulo.<sup>94</sup>

Antes de ir para casa, na rua Pará, procurou uma florista e comprou um buquê de rosas. Eunice tinha ido buscar as crianças na escola. Ele sentou-se numa escadinha na porta da cozinha e ficou esperando, com o buquê nas mãos. Quando Eunice chegou com as crianças, todos trocaram longos e emocionados abraços e beijos.

“Feliz aniversário”, disse ele entregando o buquê a Eunice, que completou 35 anos no dia 7 de novembro. “Estou no Brasil e vou ficar no Brasil. Não quero exílio nem clandestinidade”.

Estava finalmente em casa, após quase cinco meses ausente.

O aconchego da família e o reencontro com os amigos renovaram suas forças para enfrentar a tormenta que continuava açoitando o país – sucessivos inquéritos policial-militares contra estudantes, professores,

<sup>93</sup> Carta de Rubens Paiva, 19 out. 1964 (arquivo da família).

<sup>94</sup> Depoimentos de Eunice Paiva, Marcelo Rubens Paiva e Fernando Gasparian ao autor.

intelectuais e trabalhadores, intervenções em sindicatos, mais cassações de mandatos parlamentares e de direitos políticos.

Rubens acompanhava tudo pelos jornais e em reuniões com amigos, jornalistas e políticos de oposição cassados, como Joaquim Guedes, Fernando Gasparian, Cláudio Abramo e o ex-deputado Marco Antônio. Numa reunião na casa de Pedro Paulo Poppovic, compareceu um velho amigo de Rubens, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que estava exilado no Chile e tinha vindo ao Brasil para o enterro de seu pai, falecido no Rio de Janeiro. Rubens também abrigou em sua casa nessa época perseguidos políticos, como a jornalista Helena Silveira, de uma família de escritores de São Paulo.

Um dia ele recebeu em casa a visita do arquiteto franco-brasileiro Marc Rubin, seu contemporâneo na Universidade Mackenzie e com quem havia participado, ainda estudante, de um concurso para construção de um hospital. Marc chegou acompanhado de uma garota de 19 anos, Conceição Losacco, filha do ex-deputado Salvador Losacco, com quem Rubens estivera asilado na embaixada da Iugoslávia. Depois daquele breve convívio com Marc na época do concurso, Rubens perdera contato com ele, cada um tomara rumo diferente. Porém Marc conhecia Conceição e insistira com ela para visitá-lo. Conceição telefonou para Rubens e certa noite foi à casa dele com Marc.

Rubens ficou muito feliz em revê-los, falou do asilo na embaixada da Iugoslávia (Conceição ia lá visitar seu pai), falou de seus planos, criticou a nova situação do país e se ofereceu para levar cartas ao pai dela quando fosse ao Chile, onde Salvador Losacco se exilara. Marc estava progredindo com grande rapidez na profissão, tinha aberto um escritório com outro arquiteto talentoso, Alberto Botti, e seu *hobby*, quase paixão, era barcos a vela.<sup>95</sup>

Um dos planos de Rubens, após retomar a direção de sua empresa, era atuar num projeto jornalístico envolvendo a recuperação da edição paulista da *Última Hora*. No dia do golpe, a porta do prédio onde funcionava a redação em São Paulo fora ocupada por soldados do Exército e o jornal deixara de circular durante 21 dias. Perdera popularidade e anunciantes, sobrevivia mal; seu proprietário, Samuel Wainer, estava exilado em Paris. Na condição de cassado, Rubens não queria assumir

---

<sup>95</sup> Depoimento de Conceição Losacco ao autor.

abertamente a direção do jornal. Procurou Gasparian, que tinha se mudado para o Rio, por causa de sua empresa, América Fabril.

Os dois sanaram as finanças do jornal e conseguiram fazê-lo recuperar seus leitores e aumentar a circulação, mantendo a posição nacionalista discretamente, com destaque para assuntos de interesse dos trabalhadores, mas também noticiário policial. Contrataram Marco Antônio e o ex-deputado estadual pernambucano Carlos Luís de Andrade, também cassado, e um jovem aspirante a cineasta, Maurício Capovilla. O chefe de reportagem era o pernambucano Eurico Andrade. No expediente só constava o nome de Múcio Borges da Fonseca, como diretor. As matérias políticas eram discutidas no escritório da empresa de Rubens.

Mas os órgãos de investigação e repressão do governo vigiavam diariamente todos os opositores, ostensivos ou discretos – políticos e ex-políticos cassados, jornalistas, advogados de presos políticos, empresários nacionalistas e funcionários, operários, estudantes, etc. Os passos de Rubens também eram espionados e o Dops fazia informes periódicos incluindo referências a ele.

Nessa época, fevereiro de 1965, o Dops paulista deu início a um monitoramento de jornalistas de oposição em todas as áreas. E contava com bons informantes, porque descobriu quem estava por trás do jornal.

“Apesar de não figurar oficialmente como diretor da *Última Hora*, informa-se com bastante segurança que os dois nomes que no momento mais influência e poder têm junto àquela empresa são: Rubens Paiva, para São Paulo, e Bocayuva Cunha, para o Rio de Janeiro. Os dois elementos mandam, orientam e são consultados para todos os casos importantes.”<sup>96</sup>

O mesmo relatório citou outros jornalistas de rádio, televisão, jornais e revistas “que se declararam abertamente contrários à Revolução”, entre eles Claudio Abramo, Washington Novaes, Bráulio Pedroso, Alexandre Gambirasio, Paulo Emílio Salles Gomes e Fúlvio Abramo.

---

<sup>96</sup> Informe do Departamento de Ordem Política e Social sobre jornalistas de oposição em São Paulo, de 10 fev. 1965 (original datilografado). O mesmo relatório informou detalhes de uma reunião numa churrascaria para discutir a campanha eleitoral do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Uma semana depois, em novo relatório, o Dops escreveu:

“A impressão dentro do jornal *Última Hora* é que nenhuma ligação direta existe entre a sua direção e o sr. Mário Simonsen, mas não escondem a certeza de que os elementos responsáveis por sua direção, principalmente os srs. Bocaiuva (*sic*) Cunha, Rubens Paiva, Danton Jobin (*sic*) e Múcio Rodrigues Borges de Fonseca, que não aparecem para o público, em evidência, são homens ligados ao sr. João Goulart e que, ainda agora, trabalham para o seu retorno ou, pelo menos, para a recuperação de sua influência”.<sup>97</sup>

O mesmo relatório reproduziu uma frase que exemplifica a radicalização do regime e sua visão sobre a imprensa naquele momento. A frase teria sido dita em fevereiro de 1965 pelo general Amaury Kruehl, comandante do II Exército, num encontro com um brigadeiro em São Paulo, referindo-se ao diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*: “O sr. Júlio de Mesquita Filho no momento é um dos mais subversivos que conhecemos”. O jornal tinha apoiado o golpe, mas estava começando a ficar insatisfeito.

Um dia, agentes do Dops invadiram a redação da *Última Hora* e prenderam Carlos Luís de Andrade, que escrevia editoriais e uma coluna sobre inquilinato. Depois disso, Samuel Wainer, que acompanhava de Paris a linha do jornal, afastou Rubens e Gasparian da direção, pois não queria ter prejuízo financeiro ou se arriscar a perder sua fonte de renda.

Se Rubens almejasse apenas a prosperidade material, esqueceria a malograda experiência política e parlamentar, para se concentrar apenas no seu trabalho empresarial – a construção civil estava se expandindo. Em 1965, com um grupo de sócios, ele foi responsável pela construção do Hotel Vila Rica, um dos melhores no centro de São Paulo, na avenida Vieira de Carvalho.

Mas a época não era boa para empresários que faziam oposição à ditadura, principalmente ex-políticos cassados e despojados de seus direitos políticos. Com dificuldades para obter financiamento através das linhas de crédito oficiais e ganhar “concorrências” de obras públicas,

<sup>97</sup> Informe do Departamento de Ordem Política e Social sobre jornalistas de oposição em São Paulo, relatório de 18 fev. 1965 (original datilografado). Cf. também WAINER, 1987, p. 267.

Rubens se associou à Machado da Costa S/A Estruturas Metálicas e, em 1966, mudou-se para o Rio de Janeiro, para ser diretor da filial carioca dessa empresa.

\*

No Rio de Janeiro, onde estava morando a maioria de seus amigos, Rubens alugou uma casa de esquina na avenida Delfim Moreira, em frente à praia do Leblon. A paisagem aliviava a insatisfação política que sentia. Todas as manhãs, quando abria a janela do seu quarto, no segundo pavimento, podia contemplar a beleza do mar inteiro à sua frente. Além de ser uma diversão diária para as crianças, a praia era o vínculo sentimental de Rubens com a sua própria infância, vivida em São Vicente, também numa casa em frente ao mar.

Com dois pavimentos, janelas azuis, paredes brancas, rodeada por um jardim e um muro coberto com telhas francesas, a casa era semelhante a muitas outras que resistiam ao avanço dos prédios na orla marítima. Rubens fez uma reforma antes de se mudar, e transferiu a entrada para a rua lateral, Almirante Pereira Guimaraes, permitindo mais espaço na frente para os dois carros. No muro do outro lado dessa rua havia uma pichação em letras maiúsculas: POR UM BRASIL LIVRE E INDEPENDENTE. Os quatro quartos ficavam no pavimento superior, sendo que os da frente tinham vista completa para o mar. Embaixo ficavam os demais cômodos, inclusive um escritório, o lugar favorito de Rubens e no qual passava boa parte do tempo quando estava em casa. Fechava a porta, ligava o ar-condicionado e ficava na poltrona de couro ou deitado no sofazinho de dois lugares, fumando charuto, lendo jornal, revista ou livro, às vezes com o gato Pimpão no colo. Gostava também de ficar bebericando Campari com gelo, seu aperitivo preferido, enquanto conversava com algum amigo ou jogava gamão com Eunice depois do jantar.

Era uma casa movimentada, com duas empregadas, o motorista Oscar – que não morava lá, mas trabalhava todos os dias –, as cinco crianças e seus amigos que vinham nos fins de semana, os amigos de Rubens e Eunice que apareciam à noite para conversar fiado ou jogar pôquer, entre eles Bocayuva, Gasparian, o escritor Antonio Callado, jornalistas Fernando Pedreira e Paulo Francis, o diretor de teatro Flávio

Rangel, o editor Ênio Silveira, o ex-deputado Saturnino Braga, Yolanda (Danda) Prado, filha do historiador Caio Prado Júnior.

Apesar de tudo, Rubens mantinha seu bom humor, o espírito gregário e os charutos, espalhando fumaça, gargalhadas e energia contagiante pela casa. Às vezes recebia amigos mais íntimos até quando estava tomando banho na banheira. Gasparian morava na avenida Atlântica. Outro amigo que morava próximo era Bocayuva, instalado numa bela cobertura, também na Delfim Moreira, com sua segunda esposa, a coreógrafa Dalal Achcar, cujo prestígio podia ser estimado pelos visitantes internacionais que recebia, de Margot Fonteyn a Rudolf Nureyev, quando se apresentavam no Rio.

Em 1968, Rubens dirigiu a construção de um conjunto habitacional com cerca de quinhentas residências populares no bairro da Pavuna, Zona Norte do Rio. Atualmente se chama conjunto Engenheiro Rubens Paiva. A obra foi financiada pela Copeg (Companhia Progresso do Estado da Guanabara S/A), empresa pública com uma subsidiária chamada Copeg Crédito e Financiamento, que financiava empreendimentos industriais, culturais e comerciais prioritariamente nos bairros da periferia. O vice-presidente era Marcílio Marques Moreira, que se tornou amigo de Rubens e de sua família.

Mesmo envolvido no seu trabalho e com as restrições à liberdade de expressão e reunião impostas pela ditadura, Rubens não deixava de participar de reuniões políticas com as oposições. Por isso seus passos continuavam sob vigilância do Dops. Agentes anotaram em 30 de maio de 1967, que

“Rubens Paiva, ex-deputado federal, está aglutinando forças com o fim de dirigir as sociedades de bairros, órgãos altamente importantes para a politização da massa operária, e fatores decisivos nas eleições municipais. Diz ainda a informação que o epigrafo em 13.5, num churrasco a Jonas Rodrigues [prefeito de São Vicente] disse que todos os comunistas deviam pintar suas casas de vermelho, no mínimo as portas e janelas, para provar que não temem a ‘repressão dos gorilas’”.<sup>98</sup>

<sup>98</sup> Relatório à Comissão Geral de Investigações, Subcomissão de São Paulo, 15 abr. 1969, p. 4 (original datilografado).

É bem provável que essa informação tenha sido exagerada pelos informantes – eles gostavam de valorizar o trabalho que faziam. De qualquer modo, é reveladora de que Rubens não estava conformado nem acomodado e também que continuava sendo monitorado nos eventos públicos, assim como inúmeros outros opositores do regime militar. Em janeiro de 1969, a Comissão Geral de Investigações, criada quatro meses antes e subordinada ao Ministério da Justiça, solicitou ao Dops paulista um informe sobre as suas atividades políticas até aquela data. Mas foi enviado um relatório de quatro páginas sobre sua participação política apenas em alguns atos políticos fora de Brasília durante o mandato.

Naquele ano começaria a etapa mais violenta da ditadura, causando a radicalização de uma parcela da juventude. Na noite de 4 de setembro, Rubens estava no apartamento de Bocayuva jogando pôquer numa roda bastante ecumênica, senão surrealista, da qual faziam parte, além dos dois, o ex-deputado e agora comunista clandestino Marco Antônio, o ex-comunista Fernando Pedreira, o empresário Gasparian e a elegante *socialite* Mirtia Gallotti, mulher de Antonio Galotti, presidente da multinacional Light e que fora um dos dirigentes do Ipes, que ajudara a derrubar João Goulart. A televisão foi ligada para assistirem ao jornal, e todos ficaram boquiabertos com a primeira manchete: o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, tinha sido sequestrado naquela tarde no Rio! Ficariam ainda mais chocados se soubessem que uma das pessoas envolvidas no sequestro era filha de Bocayuva. Pouco depois da notícia, cada um foi para sua casa, para evitar os transtornos do trânsito, com policiamento reforçado nas ruas e barreiras de soldados parando carros nas saídas da cidade.

Três noites depois, um domingo e feriado de 7 de setembro, a roda de pôquer aconteceu no novo apartamento de Gasparian, que havia se mudado da avenida Atlântica para o Leblon. Rubens e Bocayuva estavam lá. O embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, foi libertado. Quando Bocayuva voltou para casa, se viu surpreendido pela visita de um major do Exército e dois agentes. Estavam procurando Helena, uma de suas filhas do primeiro casamento. Ela não pertencia a nenhuma das duas organizações que haviam praticado o sequestro, ALN e MR-8, mas havia alugado a casa que fora usada, à sua revelia, como cativeiro. Durante a operação, Helena acabou participando indiretamente do sequestro, com apoio logístico, comprando coisas para o grupo. Bocayuva

não sabia de nada. Mesmo assim, foi intimado a acompanhar os agentes para prestar esclarecimentos.

Dalal, apesar de não intimada, insistiu em ir junto. O casal foi levado sem capuz para um batalhão de infantaria blindado e interrogado separadamente durante várias horas, sobre Helena, seus amigos na faculdade, nomes, endereços. Após o interrogatório, o casal ficou detido num quarto do alojamento de oficiais do batalhão.

Simultaneamente outros agentes correram para a casa da ex-mulher de Bocayuva, Vera, na rua Prefeito João Felipe, em Santa Tereza. Ela estava com sua outra filha, Verinha, e dois amigos, o embaixador Carlos Alfredo (Lolô) Bernardes e o ex-deputado federal Renato Archer, cassado havia nove meses.

Renato Archer e as duas mulheres foram presos. No caso de Archer, era a sua segunda prisão. Da primeira vez, em janeiro daquele ano, ficara quatro meses detido. Agora ficaria dezenove dias.

Embora Vera não soubesse do paradeiro de Helena, foi levada com Verinha para o mesmo batalhão. Depois de interrogadas, foram colocadas com Dalal, enquanto Bocayuva foi transferido para um quartel na Vila Militar, em Realengo. Estavam todos incomunicáveis. As três mulheres, frequentes nas colunas sociais, dormiam em beliches, mas seus respectivos motoristas podiam trazer comida e objetos de uso pessoal.

Dalal pensou numa forma de comunicar a sua mãe onde Bocayuva estava, para que ela avisasse os amigos e eles se mobilizassem. Quando o motorista levou a refeição do dia, Dalal enfiou um bilhete dentro da garrafa térmica mencionando Bocayuva e um verso da música *Aquele abraço*, recém-lançada por Gilberto Gil: “Alô, alô, Realengo”. Mas nada aconteceu: ou a mãe não entendeu ou o bilhete foi confiscado.

Após sete dias, Dalal escreveu uma longa carta ao comandante do batalhão explicando que não havia motivo para ela estar ali e precisava viajar a Salvador para uma apresentação de sua companhia de dança no Teatro Castro Alves. No dia seguinte as três foram soltas. Bocayuva permaneceu mais uma semana.<sup>99</sup>

Em outubro tomou posse mais um general, Emílio Médici, e, assim como seus antecessores, prometeu no discurso inaugural que pretendia deixar, no final de seu governo, “a democracia definitivamente

---

<sup>99</sup> Depoimentos de Dalal Achcar, Vera Simões e Fernando Gasparian ao autor.

instaurada em nosso país”. Houve quem acreditasse, mas não na roda de amigos de Rubens, que tinha aumentado com a volta de Raul Ryff do exílio, no ano anterior. Ele estava morando a três quarteirões de distância e quase todos os dias passava na casa de Rubens para um passeio pela praia. Rubens não gostava muito de caminhar, mas se esforçava, pois queria perder peso.

E a turma aumentou com a volta de mais um, Waldir Pires, que, em fevereiro de 1970, regressou da França, após seis anos exilado. Rubens foi com outros amigos e parentes ao porto do Rio para recebê-lo.

Quando o *Giulio Cesare* adentrava a Baía de Guanabara, Waldir e Yolanda viram do tombadilho uma lancha se aproximar. Dentro estavam um delegado e dois agentes da Polícia Federal. Waldir vinha sem passaporte, negado pelo consulado brasileiro em Paris. Tinha apenas salvo-conduto, que fora entregue ao comandante do navio ao partir de Gênova. O delegado apanhou o documento com o comandante e pediu a Waldir Pires para acompanhá-lo à sede da Polícia Federal, o que foi feito sem incidentes.

Ninguém do grupo que aguardava ficou surpreso. O advogado Modesto da Silveira, notório defensor de presos políticos, já havia sido comunicado e na Polícia Federal conversou com Waldir numa sala, mas não teve permissão para acompanhar o depoimento. Waldir Pires estava voltando para o Brasil porque não desejava que seus filhos crescessem longe do seu país. Não tinha problemas financeiros, poderia continuar vivendo na França e trabalhando como professor numa universidade em Dijon.

Após depor durante o dia inteiro, Waldir foi com Modesto para um apartamento alugado pelos irmãos de Yolanda, na rua Toneleros, Copacabana.

Para trabalhar, Waldir resolveu ingressar no ramo empresarial. Dois cunhados seus tinham experiência como donos de uma pedreira, e ele foi com Rubens e Max da Costa Santos visitar pedreiras na região de Bangu, Madureira, Nova Iguaçu, tradicionais produtoras de brita para o mercado fluminense. Waldir conversou com um engenheiro de minas que sugeriu uma pedreira na Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Waldir examinou a área e convidou Rubens para ser seu sócio. Rubens não podia e sugeriu Bocayuva Cunha, que aceitou ser diretor financeiro.

A economia brasileira estava em expansão. Cresceria naquele ano dez por cento. A Bolsa estava tendo a maior alta da história. Para alegria

da classe média, a televisão colorida chegaria no ano seguinte ao Brasil. Em junho o país seria tricampeão da Copa do Mundo no México. Mas para gente politizada como Rubens era impossível esquecer as perseguições, a censura à imprensa, por meio de telefonemas e bilhetes às redações enviados pela Polícia Federal.

Em julho de 1970, ele passou a trabalhar também como diretor-gerente da filial carioca da Geobrás S/A Engenharia e Fundações, uma das maiores empresas brasileiras de fundações do país, sediada em São Paulo. Recebia dez mil cruzeiros por mês, equivalente a dois mil dólares na época, correspondendo hoje a cerca de trinta mil reais.

A insegurança nacional aumentava com a escalada da repressão. No início de novembro o governo deflagraria uma “operação-arrastão”: foram presos dezenas de estudantes, trabalhadores, artistas, escritores, políticos de oposição, jornalistas do *Pasquim*, padres e advogados de grande prestígio, como Heleno Fragoso.

\*

Sua renda lhe permitia viajar de vez em quando para a Europa, a passeio ou como participante de congressos de arquitetura e construção civil, e procurava amigos exilados. No Rio ajudava perseguidos políticos, o que não era uma atividade incomum entre a burguesia e a pequena burguesia de esquerda. Muitas pessoas sem nenhum vínculo com partido ou organização faziam isso. Rubens ia além: ajudava a retirar perseguidos políticos do Brasil.

Esse trabalho ele fez pelo menos duas vezes com a colaboração do PCB, que tinha um setor especializado em operações de fuga, dirigido por Salomão Malina. Seu contato era através de Marco Antônio, que continuava morando em São Paulo como militante clandestino, colaborando no jornal do partido, *Voz Operária*, e fazendo outras tarefas, como providenciar passaportes falsos para fugitivos, quando solicitado, indicando rotas de fuga nas fronteiras do sul do Brasil. Às vezes Rubens abrigava perseguidos em um pequeno apartamento que ele mantinha alugado em São Paulo, na rua Doutor Vila Nova.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Cf. COELHO, 2000, p. 359.

Uma das pessoas procuradas que ele ajudou a tirar do Brasil foi Helena, filha de Bocayuva. Embora ela não tivesse tido nenhuma participação direta no sequestro do embaixador norte-americano, era tão procurada pelos órgãos de segurança quanto os demais do grupo. A metade deles foi presa um mês depois do sequestro e estava sendo torturada. O mesmo aconteceria com ela, e seria condenada como cúmplice. Sua mãe, Vera, pediu a Rubens para ajudá-la a sair do Brasil.<sup>101</sup>

Rubens não hesitou. Como primeiro passo na empreitada, combinou um encontro com ela em uma praça na Vila Isabel, Zona Norte do Rio. Helena estava com um rapaz de terno e gravata, cabelos ralos, bigode e uma pasta. Era o disfarce usado por Carlos Alberto Muniz, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – onde cursara Engenharia, sem concluir –, um dos organizadores da Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, em 1968, ex-presidente da União Metropolitana dos Estudantes e agora principal líder remanescente do esfacelado MR-8. A exemplo de muitas lideranças jovens que viram sendo fechados os canais de participação – partidos, diretórios, União Nacional de Estudantes, UEEs –, ele decidira seguir o postulado de Clausewitz e continuar fazendo política por outros meios, recorrendo à violência. Mas a inexperiência em luta armada e a superioridade brutal das forças do governo estavam mostrando que aquela opção estava condenada à derrota. A maioria dos membros do MR-8 e de outras organizações de extrema-esquerda estava na prisão ou no exílio. Muniz não participara do sequestro do embaixador, mas estava na mira da repressão e vivia na clandestinidade, com o codinome Adriano. Raramente saía às ruas, circulava mais nos bairros da Zona Norte, que conhecia bem – nascera no Engenho Novo.

O motivo daquele encontro não era nada político. Helena vinha disputando a guarda de seu filho de 3 anos com o ex-marido e Adriano se encarregara de acompanhar o andamento da pendência depois que ela saísse do país. Como ele não tinha endereço fixo nem telefone, poderia passar as informações a Rubens, que as retransmitiria a Helena.<sup>102</sup>

Rubens falou com Gasparian sobre seu propósito de retirar Helena do país. Gasparian sugeriu colocá-la em um navio-cruzeiro que

<sup>101</sup> Depoimento de Eunice Paiva ao autor e *Jornal do Brasil*, 2 set. 1986.

<sup>102</sup> Depoimento de Carlos Alberto Muniz ao autor.

ancorasse no porto do Rio, e ela seguiria como uma passageira comum, com passaporte falso, até Buenos Aires. Mas Rubens não aceitou a sugestão, achando que a viagem demoraria muito e a identidade de Helena poderia ser descoberta.

Ele foi a São Paulo e mais uma vez falou com Marco Antônio, para que o PCB providenciasse a fuga. Forneceria o dinheiro para financiar a operação. Helena ficou escondida no apartamento dele e num dia de jogo da Copa do Mundo, em junho de 1970, ela foi levada por militantes profissionais até Asunción, no Paraguai, uma rota nova que estava sendo usada para saídas clandestinas depois que o Uruguai ficou muito visado pela repressão.

Marco Antônio advertiu Rubens sobre o risco de manter contatos regulares com um militante da luta armada, mas Rubens preferiu cumprir o que tinha prometido a Helena e, de vez em quando, recebia Adriano em casa. Ele vinha sempre de terno, gravata e pasta, e era apresentado como engenheiro.

As várias prisões e mortes recentes na organização estavam fazendo Adriano mudar seus conceitos sobre as formas de resistência. Numa autocrítica da luta armada, ele já defendia um recuo tático, questionava a eficácia da violência, como sequestros de diplomatas e assaltos a bancos, já não acreditava tanto que uma vanguarda revolucionária fosse conscientizar o povo para a luta contra a ditadura. E as ações armadas isoladas estavam provocando aumento da repressão e um enfraquecimento das organizações. A prioridade seria ampliar o movimento de massa.<sup>103</sup>

Depois que Helena chegou ao Chile, ela telefonava de vez em quando para a casa de Rubens a fim de saber informações a respeito de seu caso, o que não agradava nada a Eunice, pois o telefone podia estar grampeado e um policial que escutasse a conversa pensaria que estavam falando em código.<sup>104</sup> Rubens também fazia pequenos favores a militantes da resistência armada, provavelmente do MR-8. Um dia ele entregou a Marco Antônio um caixote com armas, para que desse um sumiço ou fizesse o que considerasse mais adequado. O PCB era contra a guerrilha,

---

<sup>103</sup> Depoimento de Carlos Alberto Muniz ao autor.

<sup>104</sup> Depoimento de Eunice Paiva ao autor e *Jornal do Brasil*, 2 set. 1986.

e Marco Antônio repassou o caixote a seus colegas de clandestinidade, que o jogaram no mar pelo penhasco da avenida Niemeyer.<sup>105</sup>

Os últimos meses de 1970 foram muito difíceis emocionalmente para Rubens, seus pais e irmãos. Um deles, Carlos, estava com tumor no cérebro e, no começo de novembro, Rubens o acompanhou a Nova York para ser internado. Os médicos lhe deram no máximo seis meses de vida. Alguns meses antes dessa viagem, Rubens caíra do cavalo em Angra dos Reis, quebrando a tíbia da perna direita. Viajou para Nova York com o pé gessado e se apoiando numa bengala.

Na volta para o Brasil passou em Santiago do Chile. Allende estava recém-empossado presidente da República e o país era só euforia. Um dos amigos que ele visitou foi Almino Affonso. Tinha ido da Iugoslávia para o Uruguai, de onde fora expulso por pressão do governo brasileiro e estava no Chile. Rubens o incentivou a voltar para o Brasil. Disse que apesar da repressão ainda muito violenta, a ditadura havia se estabilizado e alguns exilados que haviam participado do governo Jango, como Raul Ryff e Waldir Pires, tinham voltado sem problema, exceto o costumeiro interrogatório na chegada.

O maior problema de Almino era conseguir salvo-conduto para embarcar. A embaixada brasileira não lhe dava. Rubens falou que procuraria o Itamaraty para acelerar esse processo.

Não existe relato de que ex-militantes de extrema-esquerda exilados no Chile tenham se encontrado com Rubens nessa ocasião, até porque ele teria ficado apenas dois ou três dias, já que se locomovia com dificuldade. Depois de voltar para casa, ele escreveu a Carlos, ainda internado em Nova York:

“Por aqui a rotinazinha de sempre: sequestros, ‘eleições’ consagradoras, etc. Por falar em sequestro, parece que desta vez a coisa anda meio enrolada, o governo está negociando até o limite de suas possibilidades e acredito que não será tão liberal como das outras vezes. Nisso deve ter tido alguma influência a posição semioficial dos EUA expressa pelo subsecretário de Justiça e mais alguns artigos de jornais influentes, acredito até que o *N. Y. Times*, negando a validade das negociações. Vamos ver como vai parar tudo, ao final

<sup>105</sup> Cf. COELHO, 2000, p. 358-359.

acho que acabam se acertando, cedendo quem estiver mais fraco. Hoje o boato da cidade é de que teriam cercado a casa onde se encontra o Bucher – que eu, aliás, conheço pessoalmente e é uma bicha louca muito simpática”.<sup>106</sup>

Giovanni Bucher, embaixador da Suíça, tinha sido sequestrado no Rio de Janeiro, pela VPR, oito dias antes, na manhã de 7 de dezembro, e as negociações se prolongariam ainda por mais de um mês.

Como sempre, Rubens foi com a família passar as festas de fim de ano em Santos, juntando-se aos seus pais, sogros, irmãos, cunhadas, sobrinhos. Depois do Ano Novo ele voltou para o Rio, Eunice permaneceu em Santos com as crianças, para continuarem as férias na fazenda do avô em Eldorado Paulista, onde tudo era divertido: nadar na piscina, andar a cavalo, passear no jipe do avô pelas plantações de banana e tangerina, ouvir o sino tocado por vó Ceci (apelido de dona Aracy) avisando que o almoço estava pronto.

No dia 6 de janeiro de 1971, Rubens escreveu novamente a Carlos em Nova York. Tratou de assuntos familiares, dos preparativos para a volta do irmão. Apesar dos entraves políticos, pessoalmente estava “remando sempre, muito animado”. Embora estivesse com a saúde boa e trabalhando todos os dias, teria apenas duas semanas de vida.

\*

---

<sup>106</sup> Carta de Rubens Paiva, de 15 dez. 1970 (arquivo da família).

## *A farsa trágica*

---

O desfecho do sequestro de Giovanni Bucher foi o catalisador da prisão de Rubens Paiva. O embaixador suíço foi libertado em 16 de janeiro de 1971, três dias depois que os setenta presos políticos exigidos para seu resgate embarcaram como banidos no aeroporto do Galeão, num *Boeing* da Varig com destino a Santiago do Chile. Enquanto centenas de soldados do Exército e da Polícia Militar, agentes dos órgãos de segurança e da Polícia Federal vasculhavam a cidade em busca dos sequestradores, vigiando aeroportos, estações de transportes rodoviários e ferroviários, fazendo barreiras nas rodovias próximas, revistando carros e passageiros, as atenções se voltaram também para o Chile.

Com um regime socialista e democrático, era a nova meca dos exilados da América Latina. Os órgãos de segurança brasileiros acreditavam, erroneamente, que o governo de Salvador Allende incentivava cursos de guerrilha para chilenos, brasileiros e outros latino-americanos. O cotidiano dos exilados brasileiros em Santiago era atentamente espionado por agentes que trabalhavam na embaixada brasileira, sob a supervisão do embaixador, Antônio Cândido da Câmara Canto, um senhor de 60 anos, de ultradireita, bem relacionado com os militares chilenos que derrubariam Allende em 1973.

Nas reuniões, festas e almoços dos exilados e banidos (e não só no Chile) havia quase sempre algum informante infiltrado e que repassava informações para os agentes, que eram lotados na Divisão de Segurança e Informações, criada pelo Itamaraty depois do golpe militar. “Esses agentes da ditadura lotados nas embaixadas seguiam os exilados, controlando seus passos e informando os cônsules e embaixadores. Muitas vezes os próprios embaixadores e cônsules eram os agentes da ditadura no exterior”, escreveu um dos banidos que embarcaram para o Chile naquela noite de janeiro de 1971.<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> PALMAR, Aluizio. Embaixadas do Brasil a serviço da ditadura civil-militar. 6 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Entre os exilados brasileiros que já moravam em Santiago havia seis meses estava o jovem carioca Luiz Rodolfo Viveiros de Castro. Sua mãe, dona Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro, foi visitá-lo pela primeira vez, por coincidência, poucos dias antes da chegada dos setenta banidos. Daí que um grupo pensou ser uma boa ideia aproveitar a volta da mãe de Rodolfo para levar cartas aos seus familiares no Brasil.

Dona Cecília, uma professora do ensino médio, de 47 anos, concordou sem hesitar, assim como sua colega de viagem, Marilene de Lima Corona, de 19 anos, irmã da mulher de Rodolfo. Ambas sem nenhuma experiência política, o único vínculo que tinham com os opositores do regime militar era o parentesco. Os exilados, embora politizados e com prática de clandestinidade, não consideraram o envio das cartas uma ação imprudente e muito arriscada naquele momento, provavelmente porque já tivessem feito isso antes, por intermédio de outras pessoas, sem nada ter acontecido. Analisando em retrospecto, é fácil imputar-lhes imaturidade política e displicência, por serem jovens. Errado. Adultos e velhos também cometem erros infantis. A causa principal, a meu ver, foi que a comunidade de exilados estava inebriada com a chegada dos colegas – era o maior número de presos políticos libertados mediante sequestro de diplomata, uma grande vitória contra a ditadura! Devem ter comemorado com churrascos e bailes naquela atmosfera eufórica que viviam as esquerdas chilenas. E negligenciaram precauções mínimas de segurança, não pensando sequer que as duas mulheres voltariam para o Brasil exatamente no mesmo avião que havia transportado os setenta banidos, o que tornava aquele voo ainda mais visado pela repressão.

Era quase meia-noite do dia 19 de janeiro quando o *Boeing* aterrissou na pista do Galeão, trazendo Cecília e Marilene. Antes do desembarque dos passageiros, entraram dois agentes do Cisa (Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica), órgão de repressão política criado em 1970. Pelo alto-falante do avião, um comissário de bordo chamou os nomes das duas mulheres, os agentes confirmaram as identidades delas nos passaportes e lhes pediram que os acompanhassem.

Cecília era professora do colégio Sion, onde duas de suas alunas eram filhas de Rubens, e Marilene iria começar naquele ano a faculdade de sociologia. Desceram do avião e foram conduzidas para um jipe. No trajeto, um dos agentes as tranquilizou, era um procedimento de rotina e logo seriam liberadas. Minutos depois o jipe entrou na base aérea

e estacionou em frente à sede do Cisa, então chefiado pelo brigadeiro Carlos Afonso Dellamora, que diariamente transmitia ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza Mello, um informe sobre as prisões efetuadas e eventuais informações obtidas. Portanto, o ministro ficou sabendo da operação desde o início.

As duas foram colocadas em salas separadas e revistas. Uma policial encontrou sob a blusa de Cecília um pacote de cartas preso por um cinto e dentro da bolsa mais algumas cartas. Cecília explicou serem destinadas a familiares cariocas de exilados e que ela as colocaria no correio. Na outra sala, uma agente informou a Marilene que sabia que ela trouxera cartas. Marilene confirmou e retirou um pequeno pacote de cartas que escondera entre dois absorventes íntimos. Disse que eram para familiares de brasileiros residentes no Chile, mas uma das cartas seria entregue pessoalmente a Rubens Paiva. Ela não o conhecia, não sabia o seu endereço, mas tinha o número de seu telefone e o forneceu: 227-5362. Os agentes fizeram um levantamento na Companhia Telefônica Brasileira e descobriram o endereço.<sup>108</sup>

Marilene foi conduzida para a sala onde estava Cecília. As malas chegaram minutos depois e foram examinadas minuciosamente. A única coisa que os agentes encontraram de interesse foi um pôster de Che Guevara, devidamente apreendido. Perguntaram se elas sabiam por que as duas tinham sido detidas. Cecília respondeu que possivelmente porque eram as primeiras pessoas com parentes no Chile a voltar de lá depois da partida dos setenta banidos.

Em seguida os agentes cobriram a cabeça das duas com capuzes e as separaram novamente para o interrogatório. Ficaram sentadas sob uma luz fortíssima que não lhes permitia enxergar os interrogadores. Eles queriam saber quem elas tinham contatado no Chile, mostraram-lhes fotos para que identificassem. Foram xingadas, ameaçadas e humilhadas. Cecília teve que se despir, puxaram-lhe os cabelos, chamaram-na de “comunista cínica”.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Informe-SNI/RJ n. 70, de 25 jan. 1971, e depoimento de Marilene Corona em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, Rio de Janeiro, em 13 maio 1987.

<sup>109</sup> Depoimentos de Cecília Viveiros de Castro em inquérito da Polícia Federal em 11 set. 1986, Informe-SI/SR-DPF/RJ n. 863/1986, e no Inquérito Policial-Militar da 1ª Auditoria de Exército, em 13 maio 1987.

As duas passaram a noite em celas separadas na base aérea. De manhã, um agente entrou na cela de Cecília e avisou: “O doutor já chegou”. Cecília perguntou o nome e se ele era médico. O agente respondeu irônico que ali todos eram doutores. Marilene foi instruída a telefonar para Rubens e perguntar seu endereço.

Sobre o conteúdo da carta para Rubens – ele seria o intermediário para entregá-la a Carlos Alberto Muniz –, os relatos orais variam: uns dizem que era de Helena Bocayuva pedindo a Muniz informações sobre o caso de seu filho, outros dizem que o envelope continha recortes de jornais chilenos com notícias para serem reproduzidas na imprensa clandestina do MR-8, ou que era um informe sobre a chegada dos banidos, e, ainda, que eram documentos que Muniz enviaria a Carlos Lamarca, recém-transferido para o MR-8.

O historiador Luís Mir, em duas páginas sobre Rubens Paiva, escreveu que

“junto com as cartas, iriam alguns documentos do MR-8 que seriam entregues ao deputado (*sic*) Rubens Paiva, no Rio de Janeiro. A decisão de utilizar Paiva como intermediário para a entrega desses materiais do MR-8 a seu dirigente Carlos Alberto Muniz, no Rio de Janeiro, foi uma decisão pessoal e sem consulta a outros responsáveis da organização, de Helena Bocaiúva e Luís (*sic*) Viveiros de Castro”.<sup>110</sup>

Mesmo que o conteúdo da carta para Rubens fosse um simples bilhete fraternal, seria entendido pelos agentes como mensagem codificada de perigosos subversivos. O erro cometido pelos exilados era irreversível e as consequências, fatais.

\*

O dia 20 de janeiro foi incomum em vários sentidos. Houve uma extraordinária coincidência de eventos diferentes, mas de tal modo correlacionados que poderiam servir como exemplo perfeito de sincronicidade, a definição do psicólogo Carl Jung para acontecimentos “sem relação causal, mas com o mesmo conteúdo significativo”.

---

<sup>110</sup> MIR, 1994, p. 581.

O dia amanheceu ensolarado, e logo cedo as praias da Zona Sul começaram a encher de banhistas, embora fosse quarta-feira. Era feriado local, dia do padroeiro da cidade, São Sebastião, um oficial do Império Romano que se converteu ao Cristianismo. Por ajudar clandestinamente os cristãos, os subversivos da época, foi perseguido e condenado à morte pelo imperador Diocleciano. Morreu por espancamento (não pelas flechadas) e seu corpo foi jogado numa vala comum para que não fosse localizado.

A homenagem ao santo aconteceu, como todos os anos, na Paróquia de São Sebastião dos Frades Capuchinhos, na Tijuca, bairro onde ficava o DOI-Codi. Centenas de fiéis foram pagar ou fazer promessas, assistir à missa e depois participar da enorme procissão, num percurso de cinco quilômetros até a nova Catedral Metropolitana, situada na avenida Chile.

O Ministério da Aeronáutica comemorava naquele dia o aniversário de 30 anos de sua criação. A partir de 10 horas haveria uma solenidade no quartel da III Zona Aérea, para onde Rubens seria levado inicialmente. À tarde dois emocionantes jogos de futebol seriam realizados no estádio do Botafogo: preliminar com Flamengo e o time português Acadêmica de Coimbra, e Vasco e América na partida principal. E à noite, na TV Globo, o programa *Discoteca do Chacrinha* seria temático, com o título “Noite do Eu te amo meu Brasil” com cenário decorado em verde-amarelo, uma contribuição para a campanha ufanista lançada pelo governo e cuja frase mais simbólica era “Ninguém segura este país”. Recentemente Chacrinha tinha sido proibido pela Polícia Federal de atirar bacalhaus para a plateia...

Na véspera, Rubens havia chegado de São Paulo, onde passara alguns dias a trabalho, e Eunice viera da fazenda com os filhos. Ao contrário da costumeira movimentação nos fins de semana e feriados, a casa estava silenciosa naquela manhã. Uma das filhas, Ana Lúcia, de 14 anos, tinha ido dormir na casa de uma amiga e ainda não chegara. A filha mais velha, Vera, de 17 anos, estava em Londres passando férias, hospedada na casa de Fernando Gasparian, que morava lá. Marcelo, de 12 anos, estava dormindo. Acordadas, somente Eliana, de 15 anos, e a caçula, Beatriz, de 10.

Ainda na parte da manhã, Rubens recebeu a visita de dois amigos, Raul Ryff e Waldir Pires. Ficaram bebericando e conversando por algum tempo e depois os visitantes saíram. Waldir havia prometido à esposa

almoçar em casa e Raul Ryff tinha plantão à tarde no *Jornal do Brasil*, onde trabalhava na editoria de pesquisa.

Por volta de 11 horas, o telefone tocou. Uma mulher que não se identificou pediu para falar com Rubens e lhe disse que trouxera do Chile uma carta para ele e queria confirmar o endereço para levá-la. Sem entrar em detalhes, ela desligou em seguida.

Era Marilene. O telefonema feito no Cisa foi gravado por agentes numa sala ao lado. Eles ficaram num estado de excitação típica de policiais quando descobrem uma informação decisiva ou a pista de um suspeito. Um deles afirmou que podiam invadir a casa, se fosse necessário. O chefe ordenou: “O homem está lá dentro, vamos invadir a casa”. Imediatamente foi convocada uma equipe encarregada de prisões e cercos.<sup>111</sup>

Ao receber o telefonema, Rubens não desconfiou de nada, pensou que fosse carta de um dos seus amigos exilados no Chile, como Almino Affonso. Os dois se comunicavam regularmente, por telefone e carta, a respeito do salvo-conduto que Rubens estava tentando conseguir através do Itamaraty.

Cecília e Marilene foram transferidas ainda na parte da manhã para a III Zona Aérea, na rua General Justo, no Centro. Um aspecto relevante e nunca mencionado é que esse local não era usado para custódia ou interrogatório de presos políticos. A presença das duas mulheres e de Rubens ali foi uma exceção no histórico da repressão política. Por que elas foram transferidas para lá, em vez de continuarem no Cisa, para onde Rubens também poderia ser levado?

A resposta não é muito difícil, sabendo-se que o comandante da III Zona Aérea era o brigadeiro João Paulo Burnier. Amável para a família e os amigos que recebia em sua casa, revelava no quartel um temperamento explosivo.

Um coronel-aviador que trabalhou com ele, e o admirava, recordou:

“Normalmente, enchia de assessores a sala de comando e passava a dar ordens simultâneas e, nesse caso, sempre havia alguém que não

---

<sup>111</sup> Depoimento de Marilene Corona em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, Rio de Janeiro, em 13 maio 1987.

as entendia. Vinha, então, aquela famosa bronca e sempre alguém era preso para, logo depois, quando ele se acalmasse, ser solto”.<sup>112</sup>

Politicamente, Burnier era um dos líderes da extrema-direita militar, criador e primeiro chefe do Cisa e ex-chefe de gabinete do ministro Márcio de Souza e Mello, também extremista de direita.

Portanto, a hipótese mais provável é que Burnier, depois de saber que as duas mulheres suspeitas tinham como contato um ex-deputado cassado que morava num sobrado de frente para o mar, pensou estar desvendando um importante elo da luta armada, envolvido numa possível conexão terrorista Brasil-Chile, e quis averiguar pessoalmente, embora não fosse mais a sua função. Ele deve ter ficado tão entusiasmado com a descoberta, pois ainda era influente na comunidade de informações, que nem a solenidade oficial programada para aquela manhã na III Zona Aérea o impediu de se envolver no caso.

\*

Seis agentes do Cisa em trajas civis e fortemente armados bateram na porta da casa de Rubens. Uma das duas empregadas, Maria José, uma senhora que trabalhava para a família havia muitos anos, foi atender. O chefe do grupo perguntou se Rubens morava ali. Diante da confirmação, todos entraram apontando as armas e trancaram rapidamente a porta. A outra empregada, Maria do Céu, ficou estarrecida.

Rubens tinha voltado da praia e estava com Eunice no escritório, sentados no sofá, com o ar-condicionado ligado, jogando gamão e bebendo suco de laranja. Maria José bateu na porta: “Doutor Rubens, têm uns homens na porta querendo falar com o senhor”. Ele ficou intrigado com a fisionomia assustada dela, saiu e voltou daí a pouco, mas abrindo apenas uma fresta da porta do escritório, para acalmar Eunice: “Não é nada, mulherzinha, não se assuste, fique calma”. A porta foi escancarada subitamente e entraram quatro homens com metralhadoras.

Marcelo ainda dormia no seu quarto. Eliana tinha ido à praia. Ana Lúcia ainda não chegara da casa da amiga. Rubens e Eunice ficaram na

<sup>112</sup> CORRÊA, Jonas Alves. Um tipo inesquecível. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=81&tipo=2>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

sala com Beatriz e as duas empregadas, sob os olhares atentos dos agentes armados. O chefe do grupo informou que eram da Aeronáutica e tinham vindo buscar Rubens e Eunice para prestarem depoimento. Não apresentaram intimação nem identificação. Rubens procurou acalmá-los, pediu que guardassem as armas e concordou em acompanhá-los, mas sem Eunice, alegando que ela precisava ficar para tomar conta das crianças. O chefe do grupo concordou e Rubens subiu a escada para seu quarto a fim de trocar de roupa. Dois agentes o seguiram, enquanto os outros reviravam o escritório apanhando livros e agendas.

Quando Ana Lúcia chegou, os agentes já tinham guardado suas armas, estavam sentados e ela não percebeu nada de anormal, porque seu pai recebia muitos amigos. Estranhou apenas o semblante muito sério de Eunice, sentada num sofá. Com Ana Lúcia estava sua amiga Cristina, em cuja casa havia pernoitado. Era enteada do jornalista Sebastião Nery, amigo de Rubens e que tinha trazido as duas de carro, mas como estava com pressa, ficara lá fora no carro, o que pode ter sido bom para ele, pois também era visado pelos órgãos de segurança, por ser de oposição ao governo.

Ana Lúcia perguntou pelo pai e subiu ao quarto para falar com ele. Rubens já estava de terno e gravata. Ela disse que ia à praia com Cristina e queria emprestada uma camisa dele. Era a moda de praia na época. Depois de apanhar a camisa ela saiu com a amiga, sem serem incomodadas.<sup>113</sup>

Rubens apanhou sua carteira com documentos, dois charutos, e desceu com os agentes. Na sala ele disse ao chefe que gostaria de ir no seu carro. Ele tinha um Opala bege com capô marrom, mas, não se sabe por quê, preferiu ir no carro de Eunice, um Opel Kadett grená. Despediu-se dela, de Beatriz e das empregadas. Enquanto o chefe do grupo e outro agente o acompanhava, os quatro restantes permaneceram. Rubens ainda disse que a casa estava à disposição, que ele não tinha nada a esconder, mas que não assustassem as meninas.<sup>114</sup>

\*

---

<sup>113</sup> Depoimento de Ana Lúcia Paiva ao autor.

<sup>114</sup> Depoimento de Eunice Paiva ao autor; carta de Eunice Paiva, de 12 fev. 1971 e relatório de Eunice Paiva escrito em julho de 1971. Cf. também PAIVA, Eunice. E a tragédia chega num lar bem sucedido: depoimento a Tibério Canuto. *Em Tempo*, [s/d].

O ministro da Aeronáutica, Márcio de Mello e Souza, chegou à III Zona Aérea pouco depois de 9 horas, foi recebido pelo comandante Burnier, passou em revista as tropas perfiladas, ouviu num palanque a leitura de uma longa ordem do dia que exaltou as façanhas da Aeronáutica, entregou um diploma e um prêmio a um estudante universitário vencedor do concurso Semana da Asa e o saudou com um discurso. Em seguida entregou medalhas Santos Dumont e de Mérito Militar a 84 militares e quatro civis (entre eles o deputado Amaral Neto) e assistiu a um combate simulado de soldados usando tiros de pólvora seca. No encerramento da cerimônia, ele recebeu um buquê de rosas vermelhas das mãos de uma jovem piloto paraquedista.

Cecília e Marilene chegaram à III Zona Aérea conduzidas por agentes do Cisa e foram para o prédio principal, onde ficava a parte operacional do quartel e o gabinete do comandante Burnier, no segundo andar. Elas ficaram no terceiro andar, sentadas em um banco num corredor, sem capuz na cabeça. Isto se explica pelo fato de aquela unidade militar não ser, como já foi dito, usada para custódia de presos políticos. Também por isso não havia ali os instrumentos normalmente usados nos ritos de tortura dos interrogatórios.

Enquanto permaneciam sentadas, Cecília e Marilene ouviram gritos de dor bastante altos, vindos de uma sala próxima, e de vez em quando homens em trajes civis saíam dessa sala e ficavam conversando baixo. Era Rubens sendo espancado, como verificou Marilene. Em certo momento, ela foi retirada do banco e levada para a sala de onde vinham os gritos. Um homem que ela não conhecia estava sentado atrás de uma mesa, com a camisa amarrotada, o rosto vermelho e assustado, olhos esbugalhados. Um agente disse ao homem: “Essa é a Marilene, que trouxe as cartas, você a conhece?” Rubens respondeu: “Não, nunca vi”. Os agentes deram bofetões no rosto de Rubens. Perguntaram a Marilene se o conhecia. Assustada, ela respondeu que nunca o vira antes e começou a chorar, dizendo “eu não sei quem ele é, não sei!”, e foi reconduzida de volta ao banco no corredor.<sup>115</sup>

Após cerca de meia hora, ainda ouvindo gritos de Rubens, as duas ouviram os homens que saíam da sala dizerem a palavra “aparelhão”.

---

<sup>115</sup> Depoimentos de Marilene Corona e Cecília Viveiros de Castro em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, Rio de Janeiro, em 13 maio 1987.

Cecília concluiu que se referiam ao DOI-Codi, porque seu filho que estava exilado no Chile lhe falara uma vez que “aparelhão” era a designação irônica dada pelos agentes, em contraposição aos “aparelhos” da guerrilha urbana. Ela entendeu também que falavam da falta de viatura e de uma procissão, referindo-se à procissão de São Sebastião, que estava complicando o trânsito na Tijuca, para onde iriam.

Um dos homens, que entrava e saía da sala onde estava Rubens, foi reconhecido por Cecília. Era o major Nereu de Matos Peixoto, chefe de gabinete do comandante Burnier e casado com uma prima-irmã dela. Estava fardado. Ela se levantou e foi falar com ele. O major ficou surpreso, disse que a prisão dela “deve ser um equívoco”, e se retirou da sala, não mais retornando. Cecília ficou otimista e disse a Marilene que o major iria ajudá-las.

\*

Quando Eliana voltou da praia, Eunice a chamou de lado e falou em voz baixa que aqueles quatro homens eram policiais e o telefone estava sob vigilância. Toda ligação precisava da autorização deles e era escutada no telefone da extensão que ficava no escritório. Ninguém podia ir à rua, mas Eunice pediu que Eliana saísse dissimulada e telefonasse ao tio, Cássio Mesquita Barros Jr., casado com Maria Lúcia, irmã de Rubens e residente em São Paulo. Eliana vestiu uma camiseta do time de vôlei juvenil do Botafogo e disse aos policiais que ia treinar. Eles permitiram. Ela foi ao apartamento de um amigo, Ronaldo Pacheco, num prédio a três quarteirões de distância, telefonou ao seu tio e voltou.<sup>116</sup>

Eunice telefonou para a casa de Sebastião Nery e pediu à mulher dele, Philomena Gebram, para deixar Nalu dormir lá mais uma noite. Quando Nalu chegou da praia com Cristina e recebeu o recado de Philomena, estranhou o recado inusitado, mas era adolescente e logo esqueceu o assunto.

O jornalista D’Alambert Jaccoud, capixaba residente em Brasília, e que estivera asilado com Rubens na embaixada da Iugoslávia logo após

---

<sup>116</sup> PELA primeira vez, filha de Rubens Paiva conta o que passou: entrevista de Eliana Paiva. *O Globo*, 2 mar. 2012. País. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/pela-primeira-vez-filha-de-rubens-paiva-conta-que-passou-4120922>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

o golpe militar, estava no Rio com sua mulher, Gioconda. Tinham passado férias em Vitória e, antes de voltarem para Brasília, resolveram dar um pulo na casa de Rubens. No portão, D'Alambert viu luzes acesas lá dentro e ficou certo de que ele estava em casa. Apertou a campainha, mas houve demora em atender. Maria José veio até o portão e contou que Rubens tinha sido preso. Dali o jornalista foi imediatamente para a redação do *Jornal do Brasil*, na avenida Rio Branco, e se reuniu depois com alguns amigos para discutir o assunto.

A partir daí formou-se uma corrente. Raul Ryff avisou Waldir Pires, que avisou Bocayuva, que avisou Márcilio Marques Moreira e Lino Machado Filho, advogado criminalista e experiente defensor de presos políticos. Bocayuva telefonou também para Gasparian em Londres, para Wilson Fadul, ex-ministro da Saúde no governo Jango, e José Aparecido, que telefonou para Sebastião Nery. O aviso foi dado no código da época para estes casos. “O Rubens foi internado”.

Bocayuva pediu a Márcilio que tentasse descobrir onde estava Rubens. Márcilio telefonou ao seu amigo João Lira Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e irmão do então ministro do Exército, general Lira Tavares.

\*

Marcelo acordou e não desconfiou de nada. Para não assustá-lo, pois era ainda criança, Eunice falou que aqueles homens eram amigos de Rubens. O garoto até conversou amistosamente com eles. No meio da tarde, dois adolescentes foram à casa: Nelson Prado, neto do historiador Caio Prado Jr., e Renato, namorado de Vera. Mal entraram, foram detidos pelos policiais como se fossem perigosos guerrilheiros. Os dois foram levados para uma delegacia no Alto da Boa Vista, onde passaram a noite. Essa delegacia, chamada oficialmente Subseção de Vigilância, prestava apoio logístico ao DOI-Codi, fazendo triagem de presos políticos e detenções temporárias.

Eunice pensou num meio de avisar a vizinha, Helena Arroxelas, de quem era amiga. Escreveu um bilhete, enfiou numa caixa de fósforo e pediu a Marcelo para entregar. Sem poder sair da casa, Marcelo deu um jeito de pular o muro do quintal para a casa vizinha e entregou o bilhete.

Nele, Eunice dizia que Rubens tinha sido preso, “ninguém pode vir aqui senão é preso também”.

No final da tarde, o telefone tocou. Era Carlos Alberto Muniz. Perguntou por Rubens, sem se identificar. Eunice falou que ele tinha viajado e num tom de voz que fez Muniz ficar com a pulga atrás da orelha. Ele agradeceu e desligou sem dizer mais nada. No começo da noite, outros quatro agentes do Cisa chegaram à casa para substituir os colegas. Quando Eunice perguntou o nome de um deles, com atitude de chefe, ele respondeu debochadamente que se chamava Dr. Stockler e era doutor em parapsicologia.

Na III Zona Aérea, Rubens foi colocado no banco de trás de um carro. Estava algemado, rosto avermelhado, camisa amarrotada e com manchas de sangue, sinais evidentes de que fora bastante espancado. Minutos depois entrou Cecília, trazida por um agente, e sentou-se ao lado dele. Rubens arregalou os olhos ao reconhecê-la, colocou o dedo indicador nos lábios, sinalizando que deveriam ficar em silêncio.

Quando o carro estava de partida, Cecília perguntou: “Quem são vocês?”

“Somos das Forças Armadas”, respondeu um deles.

“Pra onde vão levar a gente?”

“Pro aparelhão.”

Atrás seguiu um fusca com outros três agentes levando Marilene, de olhos vendados com um pano. Eles manifestaram preocupação com um possível congestionamento do trânsito na avenida Presidente Vargas, por causa da procissão que atraía cerca de trinta mil pessoas. Algumas ruas da Tijuca ainda estavam interditadas.

Durante o trajeto, um agente no carro onde estavam Rubens e Cecília se comunicou pelo rádio da viatura usando o codinome de “Raposa Cinzenta”, dirigindo-se a um colega também com codinome de animal. A conversa era sobre o trânsito e a procissão. Em outra chamada, “Raposa Cinzenta” contatou um colega sobre uma operação numa casa na Zona Sul, certamente a casa de Rubens, e ordenou: “Quem está dentro não sai”.

Quando o carro chegou à Tijuca, um agente cobriu os rostos de Rubens e Cecília com toalhas (como foi dito, não havia capuzes na III Zona Aérea), e depois de dar várias voltas para fazer os presos perderem a noção de tempo e espaço, entrou no DOI-Codi.

O nome DOI-Codi, órgão criado no Rio de Janeiro em 1970 e em diferentes capitais do país, é uma convenção linguística criada pela imprensa. Oficialmente era apenas DOI (Destacamento de Operações de Informações), subordinado ao Codi (Centro de Operações de Defesa Interna), que funcionava em outro prédio, bem distante, no quartel-general do I Exército, no Centro. A função do Codi era burocrático-administrativa: analisava as informações recebidas e coordenava as ações executadas pelos órgãos de segurança: DOI, Cenimar (Centro de Informações da Marinha), Ciex (Centro de Informações do Exército) e Cisa, mantendo vínculos com todos os demais organismos policiais e militares.

No Rio de Janeiro, o DOI-Codi foi instalado na avenida Barão de Mesquita, dentro do 1º Batalhão da Polícia do Exército, usando as dependências de um prédio nos fundos, no qual funcionava o PIC (Pelotão de Investigações Criminais). Todo batalhão de Polícia do Exército (PE) possuía um PIC, para apoiar as unidades dos comandos militares das respectivas áreas nas investigações criminais, técnicas e científicas, controlar e manter os presídios dos batalhões, fazer prisões, transportar e manter sob custódia os presos à disposição da Justiça Militar, além de fazer segurança a pedido dos comandos militares. O comandante do PIC carioca nessa época era o primeiro-tenente Armando Avólio Filho. Como o DOI-Codi não possuía instalações próprias, utilizava a infraestrutura e o presídio do PIC.

Embora o DOI-Codi não tivesse nenhuma relação funcional com o batalhão da PE, o comandante do quartel, coronel de Infantaria Ney Fernandes Antunes, recebia diariamente uma relação nominal de todos os presos recolhidos à carceragem, tanto dos presos disciplinares (militares) quanto dos presos políticos, e tinha livre acesso a estes, às vezes participando de interrogatórios. A guarda dos presos políticos era feita por soldados e cabos do batalhão da PE.<sup>117</sup>

A criação de órgãos de inteligência e combate às oposições, como os DOI-Codi, foi o momento mais bem estruturado e organizado do aparato repressivo da ditadura, pois permitiu ao Estado militar manter uma campanha coordenada e sistemática contra a guerrilha, o que resultou em

---

<sup>117</sup> Depoimento de Armando Avólio Filho, Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, Rio de Janeiro, em 28 jan. 1987.

vitória, mas recorrendo a violações de todos os direitos humanos, inclusive prisões clandestinas, tortura, assassinatos e ocultação de cadáver.

Trabalhavam no DOI-Codi policiais civis do Dops e da Polícia Federal, policiais militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Todos os agentes usavam codinomes e os que eram militares se vestiam à paisana e deixavam o cabelo crescer normalmente. Os interrogatórios eram dirigidos por oficiais militares, que também planejavam as ações de repressão, com base nas informações trazidas pelos agentes e informantes civis infiltrados nas organizações, sindicatos e universidades.

O chefe do DOI-Codi, quando Rubens esteve lá, era o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, que diariamente fazia a relação nominal dos presos políticos, em três vias: uma ficava com ele, outra era enviada ao comandante do PIC e a terceira ao Comandante do I Exército, general Syzeno Sarmento.<sup>118</sup>

Os veículos usados pelos agentes do órgão não entravam no quartel da PE pelo portão principal, na rua Barão de Mesquita; tinham uma entrada exclusiva, pelo portão da rua transversal, rua Pinto de Figueiredo, em frente à praça Lamartine Babo. Quando chegou o carro que levou Cecília e Rubens, um agente trocou as toalhas por capuzes. A venda nos olhos de Marilene também foi trocada por capuz.

Os três presos saíram dos carros caminhando e foram conduzidos pelos braços para dentro do prédio, onde um agente lhes ordenou que ficassem de frente para uma parede, com os braços levantados. Era a sala de identificação. Um outro agente, empunhando um cassetete na mão, começou a berrar histericamente: “Levantem os braços! Mãos na parede!” Num local próximo tocava uma música de Roberto Carlos, “Jesus Cristo / Jesus Cristo / Jesus Cristo, eu estou aqui”, misturada com gritos infernais vindos do andar de cima.

Cecília foi a primeira a ser fichada, fotografada, identificada com impressões digitais e colocada novamente em pé de frente para a parede. Minutos depois ela ouviu Rubens soletrar seu sobrenome para o escrivão: “B-e-y-r-o-d-t”.

Rubens também foi reconduzido para junto das duas mulheres diante da parede. Após algum tempo, Cecília sentiu dor nos braços de tanto

---

<sup>118</sup> Demiurgo faleceu em 30 de julho de 2004. *Diário Oficial da União*, p.7, 7 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/583070/dou-secao-2-27-04-2005-pg-7>>.

ficarem erguidos, e também porque ela estava cansada, fraca, não havia comido nada o dia todo. As pernas bambearam e ela desfaleceu. Rubens a amparou, mas ao fazer isso foi agredido furiosamente por agentes.

Marilene gritou apavorada: “Vocês vão matá-lo! Isso é tortura!” Um dos agentes a agarrou: “Aqui não tem tortura. Não existe tortura no Brasil! Está entendendo? Isto é uma guerra!”

Rubens foi retirado da sala e Cecília ficou no chão, desmaiada. Quando recobrou os sentidos, estava numa outra sala, sentindo uma injeção sendo aplicada num braço por um rapaz que tinha ao lado um aparelho de pressão arterial. Um dos agentes perguntou ao rapaz: “Será que ela aguenta?”

“Melhor deixar pra amanhã”, disse o rapaz.

Marilene ouviu berros de Rubens vindos de uma sala fechada. Ela soube que era ele porque sua voz angustiada dizia: “Eu não conheço Marilene, não sei nada sobre o Chile, sobre cartas”.<sup>119</sup>

Momentos depois, Cecília voltou a ser interrogada, numa sala com luz forte sobre a cabeça, sem capuz. Os agentes lhe perguntaram a qual organização terrorista ela pertencia. Cecília negou pertencer a qualquer organização política. Um dos agentes, o mais agressivo, era louro, olhos azuis, com esparadrapo tapando seu nome na camiseta, e dava murros na mesa, ameaçando-a com choques elétricos, mostrando um aparelho e ao mesmo tempo fazendo Cecília repetir a frase: “Não há torturas no Brasil”.

Em seguida lhe mostraram um álbum de fotografias para que ela reconhecesse algumas pessoas. Ela só reconheceu um homem chamado Ferreira, que morava no Chile, ela estivera na casa dele, almoçando uma feijoada. Os agentes também perguntaram se ela conhecia o homem com quem viera da III Zona Aérea, e Cecília disse que era pai de alunas dela no Sion, mas tinham contatos esporádicos, só quando ele buscava as meninas no colégio, e a trazia de carona para casa em Copacabana.

Os agentes estavam ansiosos para obter informações que levassem aos sequestradores do embaixador suíço, ou descobrir uma rede subversiva ligada ao Chile. Ameaçaram a família de Cecília, especialmente suas filhas, o que a deixou em pânico. Ela foi novamente colocada de frente para uma parede com os braços erguidos, sendo proibida de encostar as mãos. Após

---

<sup>119</sup> Depoimento de Marilene Corona em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, de 13 maio 1987.

cerca de meia hora, foi conduzida encapuzada para uma cela no segundo andar. Marilene, após identificada, foi levada também encapuzada para outra cela, onde ficou sozinha. Rubens também estava numa cela próxima. As celas não tinham iluminação, apenas um velho colchão de palha sem lençol, sanitário turco, chuveiro e uma portinhola gradeada.<sup>120</sup>

O oficial de dia era o primeiro-tenente Luiz Mário Valle Correia Lima, encarregado de verificar todas as noites, durante a Revista do Recolher, a situação dos presos disciplinares recolhidos ao PIC e dos presos políticos do DOI-Codi.

\*

Por volta das 23 horas, Lino Machado telefonou para a casa de Rubens, a fim de saber se ele tinha voltado. Notou que Eunice falava constrangida e resolveu dizer que telefonaria no dia seguinte.

Marcílio Marques Moreira recebeu um telefonema de João Lira Filho. A notícia não era boa: “Ele está com o Exército, e parece que a coisa tá feia”.

\*

No mesmo dia 20, a seção carioca do Serviço Nacional de Informações foi informada da prisão de Rubens e das duas mulheres. Sobre Rubens, o informe declarou que ele tinha sido “cassado por subversão” e fora levado para “o QG da 3ª Zona Aérea e de lá conduzido juntamente com Cecília e Marilene para o DOI”.<sup>121</sup>

Um soldado que fazia a guarda dos presos acendeu uma lanterna forte na portinhola de Cecília e perguntou seu nome completo. Segundos depois ela ouviu a voz de Rubens numa cela próxima também dizendo

---

<sup>120</sup> Depoimentos de Cecília Viveiros de Castro em inquérito da Polícia Federal em 11 set. 1986. Cf. Informe do Departamento de Polícia Federal-SI/SR/DPF/RJ n. 863/1986, e em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, Rio de Janeiro, em 13 maio 1987. Cecília e Marilene foram transferidas na tarde de 21 de janeiro para o quartel do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, no Leblon, e não foram mais interrogadas. Marilene foi libertada dois dias depois e Cecília ficou mais dezessete dias presa.

<sup>121</sup> Informe-SNI/RJ/SC-3 n. 70, de 25 jan. 1971 (Ver reprodução na p. 252).

seu nome completo ao soldado. Esse procedimento foi repetido diversas vezes. O objetivo era não deixá-los dormir.

Cecília ouviu também a voz de Rubens, muito fraca, pedindo água e um médico. Enquanto isso, Marilene estava de volta ao interrogatório, sendo torturada com choques elétricos, socos nas costas e ameaças de estupro. Não conseguiu dormir a noite inteira.<sup>122</sup>

O interrogatório de Rubens seguiu até provavelmente o começo da madrugada. Os métodos de interrogatório mais usados no DOI-Codi para forçar os presos políticos a falarem eram espancamentos de diferentes tipos e palmatória, pau de arara, choque elétrico, afogamento, cadeira de dragão e coroa de cristo. Pode-se inferir sem risco de exagero que Rubens passou por alguns desses procedimentos, além dos espancamentos, pelo estado em que seu corpo foi visto pouco antes de morrer.

\*

Por volta de 2 horas da madrugada de 21 de janeiro, o médico e segundo-tenente do Exército Amílcar Lobo foi acordado por um telefonema em seu apartamento, na Tijuca. Do outro lado da linha estava o capitão Manoel Anselmo, da Polícia do Exército, chamando-o para um atendimento urgente no quartel.

No seu trabalho o médico usava o codinome de “Carneiro”. Cumpria expediente de manhã dando consultas aos efetivos do quartel e examinando as condições clínicas dos presos políticos submetidos a interrogatórios violentos.

Chegando lá, Amílcar Lobo foi levado pelo capitão Anselmo para o PIC, onde foi recebido pelo coronel Ney Fernandes Antunes, um homem de cerca de 40 anos, magro e alto, voz grave. Subiram para a carceragem no segundo andar. Rubens estava na última cela do corredor, no lado direito. Deitado de costas numa cama de campanha, nu, respirava com dificuldade, ofegante.

O coronel Ney Fernandes informou que o homem – não disse o nome – estava reclamando de “dores no abdômen”. Amílcar Lobo se agachou e começou a examiná-lo. Ficou abismado, nunca atendera ali um

---

<sup>122</sup> Depoimento de Marilene Corona em Inquérito Policial-Militar na 1ª Auditoria de Exército, de 13 maio 1987, e carta manuscrita de Cecília Viveiros de Castro, de 30 jun. 1971.

preso em condições físicas tão deploráveis. Tinha sido muito espancado, estava com o corpo marcado de hematomas e equimoses: no supercílio, no canto esquerdo da boca, no peito, nos braços, na barriga e nas pernas; a pele estava pegajosa de suor, a testa e a palma das mãos transpiravam. Ao colocar o estetoscópio no peito dele, Amílcar o ouviu balbuciar: “Rubens... Paiva...”. O médico não sabia quem era. Rubens se queixou de dor na barriga. O médico apalpou o abdômen, estava rígido, sintoma de hemorragia interna devido a rompimento de algum órgão: fígado ou baço. Amílcar Lobo o virou de costas: mais manchas roxas de equimoses. Tinha sido muito espancado. Depois que o médico terminou o exame, Rubens repetiu em voz baixa o seu nome: “Rubens... Paiva...”.

Carneiro disse ao coronel que o abdômen estava rígido demais, parecia uma tábua, e que algum órgão interno estava rompido: “Ele precisa ser internado agora”.

Mas o coronel queria continuar o interrogatório: “Não posso internar, está sendo interrogado. Preciso fazer mais umas perguntas. Esse cara é quente, doutor, tem ligação com subversivos brasileiros no Chile”.

“É melhor dar uma parada. Se ele não for pro hospital, vai ter poucas horas de vida. As chances de sobreviver são de vinte por cento.”

O coronel insistiu: “O chefe mandou completar as perguntas que ele deixou por escrito”.

“Esse preso não é da PE?”

“Não, é do DOI.”

“Então resolva aí. Eu posso esperar, se quiser. Se a hemorragia for no baço, ele ainda pode se salvar.”

“Vou telefonar ao chefe. Se ele autorizar, a gente manda o homem pro hospital do Exército.”

Após quinze minutos dentro da cela, o médico foi dispensado e saiu. Ele deixou o DOI-Codi aproximadamente às 2h50.

Pouco tempo depois, numa das celas no corredor onde estava Rubens, um preso ouviu uma movimentação incomum àquela hora da madrugada. Edson Medeiros, médico acusado de envolvimento no sequestro do embaixador Giovanni Bucher, seria o encarregado de prestar eventual atendimento aos sequestradores. Ele percebeu dois soldados passarem na frente de sua cela arrastando o corpo de um homem corpulento, e ao ser jogado dentro da cela vizinha, que estava vazia, o baque fez um barulho como se fosse saco de cimento. O homem ainda gemia.

Pouco depois, Edson viu quatro homens apressados que pararam diante da cela vizinha e ficaram conversando em voz baixa. Edson entendeu repetir a palavra “Brasília”, algo como “ordem de Brasília, telefonaram de Brasília”, e se retiraram afobados.<sup>123</sup>

De manhã, Amílcar Lobo voltou para trabalhar no horário normal. Chegou ao quartel às 7h30 da manhã e no pátio cruzou com o tenente Armando Avólio Filho, que tinha o codinome de “Apolo” e participara do interrogatório de Rubens.

“E o preso, Avólio?”, perguntou o médico.

“Aquele que você veio ver? Morreu.”

“Aqui ou no hospital?”

“Aqui mesmo. O pessoal pensou que ele ainda podia falar alguma coisa. Morreu durinho...”

O médico deduziu que Rubens morrera entre 3 e 7 horas de 21 de janeiro, dentro do DOI-Codi. Depois de fazer o atendimento de rotina na enfermaria, ele foi para sua sala, onde apareceu o capitão Manoel Anselmo, que o tinha apanhado em casa de madrugada.

“Aquele cara que você atendeu de madrugada morreu, sabia?”, disse o capitão.

“Eu soube. O nome era Rubens Paiva.”

“Você sabe o nome dele?”

O capitão estranhou porque era proibido revelar nomes de presos nas conversas, mas continuou: “Foi deputado. Um cara quente. Estava com cartas de subversivos do Chile. Mas não se meta nessa história.”<sup>124</sup>

\*

A morte de Rubens não abalou a determinação dos agentes do DOI-Codi de continuarem investigando. Já estavam acostumados a incidentes desse tipo. Na manhã seguinte, dia 21, o telefone tocou por volta de 11 horas na casa onde os quatro agentes tinham passado a noite.

<sup>123</sup> Depoimento de Edson Medeiros em Inquérito Policial-Militar da 1ª Auditoria de Exército, em 7 jul. 1987.

<sup>124</sup> Depoimento de Amílcar Lobo em Inquérito da Polícia Federal, de 8 set. 1986. Cf. Informe-SI/SR/DPF/RJ n. 831/1986. Cf. também A MEMÓRIA do porão. *Veja*, n. 938, p. 44-46, 2 set. 1986, e MÉDICO aponta responsável pela morte de Rubens Paiva. *O Globo*, 20 ago. 1995.

O chefe do grupo, “Dr. Stockler”, atendeu respondendo com poucas palavras o que parecia ser uma ligação de um oficial superior. Desligou e se dirigiu a Eunice dizendo que a casa seria liberada, mas ela iria prestar um depoimento, e Eliana também. Eunice ficou espantada e tentou evitar que a filha a acompanhasse, dizendo que era adolescente, só tinha 15 anos, mas o agente respondeu que a garota precisava explicar um trabalho escolar que havia escrito.

Talvez eles tenham escolhido Eliana por ser a filha mais velha na casa, já que além dela só havia Marcelo e Beatriz. Outra hipótese é que Eunice e Eliana foram presas para se desmobilizar a família enquanto era preparada a versão da “fuga”. Mas o fato de saberem que Eliana havia escrito um determinado trabalho escolar indica que até em colégios católicos de meninas os órgãos de segurança tinham informantes.

Eunice subiu para o quarto de Eliana e a acordou. As duas se vestiram e se sentaram no banco de trás de um fusca azul dos agentes. No trajeto, um deles se comunicava pelo rádio com um colega chamado “Grilo”, avisando que estava a caminho. Os agentes gostavam de usar codinomes de animais. Na praça da Bandeira, próxima ao estádio do Maracanã, o fusca parou e um dos agentes falou: “Desculpa, mas vamos cobrir a cabeça de vocês”. Elas foram encapuzadas. Eunice começou a ficar muito preocupada.

No DOI-Codi, Eunice e Eliana foram conduzidas para uma sala, revistadas detalhadamente e despojadas de seus pertences. Em seguida fotografadas e identificadas. Encapuzadas novamente, foram sentadas em um banco, próximas uma da outra, mas sem saber que estavam juntas, pois não viam nada e não podiam falar. Ouviam burburinho de vozes masculinas e gritos. Assim permaneceram até o final do dia, em silêncio, respirando com dificuldade sob o capuz no calor de quase 40º, sem beber nem comer nada.

Era começo da noite quando soldados as conduziram para a carceragem, no segundo andar, retiraram os capuzes e as trancaram sozinhas em celas separadas, cubículos de três metros quadrados. As duas passaram a noite sem dormir direito, com medo e ouvindo gritos torturantes ecoando pelo prédio.<sup>125</sup> Sem duvidar de que havia frequentes torturas de presos ali, pode-se aventar que houvesse também gravações de gritos colocadas

<sup>125</sup> Depoimentos escritos de Eunice Paiva, em fev. e jul. 1971, e ao jornal *Em Tempo*.

para o recém-chegado ouvir, como parte da tortura psicológica inicial, porque quase todo preso político que ficou no DOI-Codi relata gritos desesperados que ouvia ao chegar, independentemente do horário.

Ana Lúcia voltou para casa naquela tarde e começou a perceber a gravidade da situação ao encontrar só Beatriz e Marcelo. Uma das empregadas lhe contou que sua mãe e Eliana tinham saído com os homens, e sua avó materna, Olga, estava vindo de São Vicente, onde morava. Bocayuva foi à casa de Rubens para saber informações e se ofereceu para ajudar no que fosse necessário.

À noite, antes de irem para a cama, Beatriz, Marcelo e Ana Lúcia conferiram se as portas e janelas estavam trancadas, algo que nunca faziam. Ana Lúcia dormiu com a avó no quarto dos pais. Pela primeira vez, estavam com um estranho sentimento de solidão.

\*

Diversas explicações, além do episódio das cartas, já foram divulgadas como causas da prisão e morte de Rubens Paiva. Um ex-sargento da Aeronáutica, Antônio Carlos Dias, afirmou:

“Ele havia contrariado um setor das Forças Armadas ao denunciar, no começo da década de 1960, as mordomias de adidos militares nas embaixadas da França e dos Estados Unidos. Muita gente perdeu dinheiro e o Rubens ganhou inimigos, que depois chegaram ao poder”.<sup>126</sup>

Já o historiador Carlos Fico tem uma outra versão:

“Ele pagou com a vida não pela militância política, que era pouca, mas por ter denunciado o esquema de comissões da obra da Ponte Rio-Niterói, cujo cabeça era o coronel Mário David Andreatza. Esse é o motivo da execução. (...) A cúpula do Cenimar (*sic*) decidira

<sup>126</sup> BARROS, João Antônio de. Os anos de chumbo. *O Dia*, 18 mar. 2001.

abater Paiva em represália à campanha que estava movendo contra o resultado da concorrência”<sup>127</sup>

A versão do ex-sargento pode ter sido apenas um motivo a mais para que Rubens fosse considerado inimigo de alguns integrantes do *establishment* militar. Quanto à versão do respeitável historiador, há equívocos: a militância política de Rubens, como vimos, não era pouca, se considerarmos que ação política não se restringe a um mandato parlamentar; a “cúpula do Cenimar” não teve nada a ver com a prisão e morte de Rubens; e a possível corrupção nas obras da Ponte Rio-Niterói (a oposição tentou criar na Câmara dos Deputados uma CPI para investigar as irregularidades) não foi mencionada sequer de passagem em nenhum dos documentos e reportagens que compõem o dossiê deste caso, e isso não seria motivo para matar Rubens, inclusive porque denúncias de corrupção não assustavam o governo. Notícias assim não saíam publicadas na imprensa, eram censuradas oficialmente ou autocensuradas pelo próprio jornalista ou seu editor, que omitia informações por cumplicidade ou por receio da repressão na época.

Todos esses fatores citados foram partes de um conjunto de ações praticadas por Rubens e que o deixaram visado, desde a sua participação na ala esquerda do PTB, depois como vice-presidente da CPI do Ibad, como deputado presente em atos políticos pró-reformas e mobilizações populares, além de ser francamente de oposição à ditadura. Na época em que ele foi preso, até escrever um simples artigo em jornal podia resultar em processo pela Lei de Segurança Nacional, como aconteceu com o ensaísta e crítico literário Otto Maria Carpeaux, por causa do artigo “FMI: Fome e Miséria Internacionais”, publicado no jornal carioca *O Sol*, no qual os dirigentes do Fundo Monetário Internacional eram qualificados de “agiotas da ditadura militar”<sup>128</sup>.

Sempre que alguém morria sob custódia de um órgão de repressão, negava-se que ele tivesse sido preso ou alegava-se suicídio, morte em confronto armado ou atropelamento. Mas a família de Rubens testemunhara

<sup>127</sup> *Jornal Opção*. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/cartas/ninguem-respeita-goiania>>. Cf. também FICO, 1994, p. 582.

<sup>128</sup> *Correio da Manhã*, 11 jan. 1971.

a sua prisão, o corpo tinha muitas marcas de violência e ele não era nenhum guerrilheiro que poderia ter trocado tiros com a polícia.

Decidiu-se forjar uma fuga, a mesma trama usada no próprio DOI-Codi carioca menos de um mês antes, numa operação bem semelhante: o jovem Celso Gilberto de Oliveira foi preso pelo Cisa no dia 10 de dezembro de 1970 e levado para o DOI-Codi. Após vinte dias de interrogatórios violentos, “fugiu”, e está desaparecido até hoje.

Quanto à versão da “fuga” de Rubens Paiva, acabou se tornando uma assombrosa teia de mentiras, fraude e falsos testemunhos como raramente se viu na política brasileira.

A história mundial é repleta de mentiras oficiais, não só em regimes autoritários. Assim como acontece na vida particular, nem sempre existe má-fé na mentira pública. Faz até parte da habilidade política de todo governante (e da diplomacia) mentir de vez em quando, seja negando, exagerando ou minimizando informações, por diferentes motivos: para manter uma imagem sempre positiva do governo, esconder os efeitos de medidas impopulares que possam causar tensão social, agradar a uma autoridade, mesmo quando é detestada politicamente. Mas há também a mentira fraudulenta, como fez o governo de George W. Bush ao inventar, com provas forjadas, as armas de destruição em massa no Iraque para justificar a invasão em 2003. No Brasil, a lista de mentiras políticas fraudulentas inclui o Plano Cohen e a Carta Brandi.<sup>129</sup>

Por todos os padrões morais de qualquer época, a pior das mentiras é sem dúvida aquela que tem a finalidade de encobrir um crime, e pior ainda quando é uma mentira oficial, escrita, assinada, carimbada e rubricada por altas autoridades para negar um homicídio com ocultação de cadáver. Foi o que aconteceu no caso Rubens Paiva. E a mentira adquiriu uma dimensão institucional porque, mesmo sendo uma história estapafúrdia, que contrariava o bom senso e a lógica, foi endossada pelas principais instituições do país – Superior Tribunal Militar, Legislativo (o partido governista, Arena), Executivo (Ministério da Justiça), Exército e

---

<sup>129</sup> O Plano Cohen foi um documento forjado em 1937 pelo então capitão Olympio Mourão Filho (o mesmo que iniciou o golpe de 64) sobre uma “conspiração comunista” e que serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo. A Carta Brandi, forjada em 1953 e divulgada por Carlos Lacerda, implicava João Goulart, então ministro do Trabalho, numa suposta conspiração com o presidente argentino Juan Perón, para criar uma república sindicalista no Brasil, mesma alegação usada em 1964.

Aeronáutica. Trata-se de um emblemático exemplo de mentira política e manipulação da opinião pública.

A teia de mentiras começou a ser tecida no dia 22 de janeiro por um certo capitão “Aranha” (mais um com codinome de bicho, e bem apropriado), na verdade Raimundo Ronaldo Campos, que escreveu o seguinte ofício ao chefe do DOI-Codi, major Francisco Demiurgo Santos Cardoso:

“Rio de Janeiro, GB, 22 Jan 71  
De: Cap Oficial de Operações  
Ao Sr Maj Chefe DOI/I Ex  
Assunto: Ocorrência (Participa)

Participo-vos que às 04:00 horas do dia 22 jan 71, em consequência das informações prestadas pelo cidadão Rubem (*sic*) Beyrodt Paiva, levei-o acompanhado da equipe da Bda Aet (Brigada Aeroterrestre) para indicar uma casa onde poderia estar elemento que trazia correspondência do Chile.

O Sr Rubem não conseguiu identificar a casa e ao regressar, na pista de descida ao Alto da Boa Vista, lado da Usina, o Volks da equipe do DOI foi interceptado por dois Volks, um branco e outro verde ou azul-claro, que violentamente contornaram a frente do carro do DOI disparando armas de fogo. A equipe rapidamente abandonou o carro refugiando-se atrás de um muro respondendo ao fogo. O carro logo incendiou-se. O Sr Rubem saiu pela porta esquerda, atravessou a rua refugiando-se atrás de um poste enquanto elementos desconhecidos, provavelmente terroristas, pelo tipo de ação desencadeada, disparavam de atrás dos carros sobre o nosso carro, ele corria para dentro de um dos carros os quais logo partiam em alta velocidade. Ao cessarem os tiros para o embarque dos terroristas, aproveitamos e atiramos violentamente conseguindo quebrar o vidro traseiro de um dos carros e com certeza atingindo um dos elementos que com um grito caiu ao chão, sendo arrastado para dentro do carro já em movimento. Desceram a estrada em alta velocidade sob uma saraivada de balas disparadas pela equipe. O carro do DOI a essa altura já ardia completamente. Foi participado ao 19º DP e ao Corpo de Bombeiros que compareceram ao local, porém não conseguindo salvar o carro.

Na hora em que a equipe abandonou o carro foram deixados no seu interior dois carregadores de metralhadora 9mm Beretta. Não houve feridos por parte dos elementos do DOI.

RAIMUNDO RONALDO CAMPOS –  
Cap Oficial de Permanência”

O capitão Raimundo era encarregado de operações de rua – fazer campana e prender suspeitos de subversão. A equipe mencionada no ofício era formada por dois subordinados seus, o primeiro-sargento Jurandyr Ochsendorf e Souza e o terceiro-sargento Jacy Ochsendorf e Souza, dois irmãos lotados na Brigada Aeroterrestre, sediada na Vila Militar, mas que prestavam serviço ao DOI-Codi.

Os três foram vistos ao lado do fusca em chamas naquela madrugada, ou na madrugada anterior, na avenida Edson Passos. Um DKW dirigido por um funcionário público estadual, José Roberto de Alcântara Nunes, passou casualmente no local e freou. O capitão e os dois sargentos estavam com armas nas mãos, aparentando calma diante do fusca que ardia, com o capô aberto. Roberto perguntou preocupado se os três homens – que ele não conhecia nem sabia que eram militares – precisavam de ajuda. O capitão disse que estava tudo sob controle e pediu ao homem que fosse à 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca, para comunicar o incidente.

A primeira contradição começa neste ponto. Embora o ofício do capitão relatasse que o episódio ocorrera na madrugada do dia 22, o Boletim de Ocorrência nº 257, redigido naquela DP e assinado pelo comissário de dia, Norival Gomes dos Santos, tinha a data de 21 de janeiro. Dizia que José Roberto havia comparecido à delegacia às 5h20 daquele dia e o comissário solicitara de imediato o comparecimento do corpo de bombeiros ao local. O comissário também foi lá, fez a vistoria e, uma hora depois, voltou para a delegacia. No boletim, ele escreveu ainda que “o incêndio se originou por disparos no tanque de gasolina”, e aparentemente inventou na hora um sobrenome para Rubens ao escrever que o fusca era dirigido por “capitão Aranha com mais dois militares conduzindo o elemento Rubens Seixas, indiciado em IPM”, que foi resgatado por “seis a oito elementos” em dois veículos, dispararam armas “calibre 45, provavelmente”. Embora o fusca estivesse inteiramente

calcinado e num local mal iluminado, o comissário conseguiu anotar os números do motor (BF-97562) e do chassi (B-7426414), além de descobrir que era de cor verde e fabricado em 1967. A placa era GB 21 48 99. O mais provável é que esses números lhe foram dados pelo capitão antes da destruição do fusca.

Como o ofício do capitão Raimundo dizia que a “fuga” ocorrera na madrugada do dia 22, confirma-se que Rubens morreu na madrugada do dia 21 e a farsa foi montada no dia seguinte. O chefe do DOI-Codi e o capitão Raimundo não devem ter lido o boletim de ocorrência, pois essa primeira discrepância foi mantida no ofício. E caso fosse verdadeira a história, o major Demiurgo também estranharia o excesso de pormenores no ofício, consideraria esquisito que os três militares tivessem saído da refrega sem nenhum ferimento ou arranhão depois de surpreendidos por uma saraivada de tiros provenientes de dois carros a poucos metros de distância, e mesmo correndo assustados no escuro para se protegerem atrás de uma mureta, conseguiram até contar o número dos atacantes. A avenida era delimitada de um lado por um barranco rochoso coberto de vegetação e do outro por uma mureta de cimento com menos de um metro de altura.

Para validar a mentira, no mesmo dia foi solicitada uma “perícia” no fusca, feita pelo terceiro-sargento Lúcio Eugênio Andrade. O laudo de cinco páginas informava que o fusca tinha dezoito perfurações de bala calibre 45 – duas no capô do porta-malas (localizado na frente), duas no interior do porta-malas, cinco no para-lama dianteiro esquerdo, cinco no tanque de gasolina (na parte traseira), três na lateral dianteira esquerda e uma na lateral traseira esquerda.

O laudo cometeu a segunda discrepância da farsa. Enquanto o ofício do capitão Raimundo dizia que o fusca da equipe do DOI-Codi tinha sido interceptado por “dois Volks, um branco e outro verde ou azul-claro”, o laudo disse que o fusca tinha sido interceptado “por um outro veículo não identificado”. E trazia também a informação de que “a viatura danificada é de propriedade da Fazenda Nacional”.<sup>130</sup>

Sobre a origem do fusca incendiado, um ex-militante da VPR, José Roberto Rezende, falecido em 2000, deixou registrado num livro que

---

<sup>130</sup> Laudo de Exame Pericial em Viatura Incendiada, de 22 jan. 1971, Ministério do Exército, Centro de Informações do Exército (CIE).

ao ver a foto num jornal acreditou ser um carro que, excepcionalmente, fora comprado pela organização (a regra era roubar veículos para as ações armadas) e fora usado no sequestro do embaixador alemão Ehrenfreid von Holleben, em junho de 1970. José Roberto explicou que, para não deixar pistas, ele mesmo raspou os números do chassi e do motor, ateou fogo no fusca e o abandonou.<sup>131</sup> Mas José Roberto se enganou. O fusca incendiado na cena da “fuga” tinha sido roubado, muito tempo antes, de Josias Rodrigues da Silva, um mestre de obras sem nenhum vínculo com política. Uma nota fiscal da Nave Veículos comprovou que ele havia comprado o carro em novembro de 1967; depois do roubo, o seguro fora pago pela Sul América. Os números do motor e do chassi estavam nítidos. Provavelmente fora abandonado pelos ladrões e apreendido pela polícia, indo parar nas mãos dos agentes.

Quanto às perfurações de bala no veículo, é curioso que, apesar da alegada saraivada de tiros dados contra os agentes a menos de cinco metros de distância, nenhum deles tivesse atingido o para-brisa, e a trajetória das balas indicava que os tiros tinham sido dados de cima para baixo. A perícia não anotou isso.

Mesmo com essas contradições e discrepâncias, o laudo foi assinado pelo coronel Ney Fernandes Antunes, comandante do quartel da PE, pelo primeiro-tenente Armando Avólio Filho, comandante do PIC, e pelo terceiro-sargento Lúcio Eugênio Andrade. Em seguida o major Demiurgo encaminhou o laudo e o ofício do capitão Raimundo ao comandante do I Exército, general Syseno Sarmiento, ao qual estavam subordinados o DOI-Codi e o 1º Batalhão da Polícia do Exército. No ofício de encaminhamento, Demiurgo reiterou que o fusca incendiado era “uma viatura deste destacamento”.

A mentira foi reproduzida num comunicado de duas páginas entregue à imprensa, repetindo quase na íntegra o ofício do capitão Raimundo, com a recomendação de que os repórteres não acrescentassem nenhuma informação. Além disso, eles foram levados à avenida Edson Passos para observar o local da “fuga”, puderam fazer anotações à vontade e fotografar de diferentes ângulos o fusca carbonizado e com o capô meio levantado. Como se aquilo tivesse sido uma ação vitoriosa da repressão, não uma (aparente) derrota humilhante.

---

<sup>131</sup> Cf. REZENDE, 2000, p. 66-68.

Ao contrário do que alguns jornalistas deduziram, o I Exército não demorou a divulgar a versão oficial da morte de Rubens. Foi até bastante rápido. Já na noite de 22 de janeiro as emissoras de TV noticiavam a “fuga” e no dia seguinte os principais jornais do Rio estampavam com destaque na primeira página, alguns com letras maiúsculas.

*O Globo*

“TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DOS FEDERAIS”

*Jornal do Brasil*

“Terroristas metralham automóvel da polícia e resgatam subversivo”

*O Jornal*

“TERROR METRALHA CARRO LIBERTANDO PRISIONEIRO”

*O Dia*

“BANDIDOS ASSALTAM CARRO E SEQUESTRAM PRESO”

*Tribuna da Imprensa*

“Terror resgatou preso em operação-comando”

Como solicitado, os textos eram quase idênticos nos diferentes jornais, só o estilo de redação variava um pouco. Mas nem todos divulgaram o nome de Rubens, e alguns publicaram o sobrenome errado, “Rubens Seixas”, como no boletim de ocorrência. Somente a *Tribuna da Imprensa*, que publicou a notícia no dia 24, deu o nome completo.

“Uma audaciosa investida de terroristas verificou-se na madrugada de ontem, no Alto da Boa Vista, quando oito homens armados de revólveres calibre 45 e metralhadoras interceptaram uma viatura onde viajavam três agentes de segurança que transferiam do Serviço de Diligências Especiais para uma unidade militar, um elemento identificado como Rubens Beyrodt de Paiva, ex-deputado pelo antigo PTB de São Paulo. (...) Disto se aproveitou Rubens que ficara no carro para correr em direção aos companheiros que o cobriam com pistolas

automáticas e metralhadoras. Um dos tiros disparados pelos subversivos atingiu o tanque de gasolina, logo incendiando o carro.”<sup>132</sup>

O *Dia* publicou o texto mais leviano: informou que os agentes tinham ido até o Alto da Boa Vista em busca de subversivos e numa casa prenderam “um rapaz (*sic*) que pareceu suspeito e o estavam conduzindo quando foram atacados”.

O texto mais fantasioso foi publicado duas semanas depois na revista *Manchete*, que apoiava ostensivamente o governo Médici. Intitulada “Prova de força numa curva da floresta”, a nota assinada por Murilo Melo Filho tinha pretensões literárias.

“Há quatro dias aquela delegacia policial estava sob severa vigilância dos subversivos. Mediante infiltrações e informes seguros, sabiam eles que Rubens Seixas Paiva – um homem importante nos quadros da Aliança Libertadora Nacional – seria removido para outra delegacia que oferecesse maior segurança. Ele havia mandado pedir aos companheiros que o resgatassem a qualquer preço. (...) Os três agentes que conduziam o prisioneiro mal puderam acreditar na ameaça:

– Libertem o preso.

O cerco, as rajadas de balas, o bloqueio da estrada naquele ponto estratégico do Alto da Boa Vista, tudo enfim deu aos policiais, num relance, a exata noção de um plano artiloso, tático, inteligente e de perfeita execução.”

O texto terminava dizendo que Rubens até liderou os atacantes no incêndio do Volks – algo que o comunicado do Exército nem sequer insinuou.<sup>133</sup>

Fora as contradições, discrepâncias e incongruências mencionadas até aqui, a farsa continha cinco pontos absolutamente inverossímeis que nunca foram abordados pela imprensa: 1) Rubens tinha família, dois empregos e vários amigos, entretanto não entrou em contato direto ou

<sup>132</sup> *Tribuna da Imprensa*, de 24 jan. 1971.

<sup>133</sup> *Manchete* n. 981, de 6 fev. 1971. Sobre o governismo da revista, cf. MARTINS, Ricardo Constante. Ditadura militar e propaganda política: a revista *Manchete* durante o governo Médici. 1999. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFSCAR, São Carlos, 1999.

indireto com ninguém; 2) qualquer organização clandestina que tivesse praticado uma operação tão audaciosa, corajosa e bem-sucedida, já no dia seguinte assumiria a proeza publicamente e com muito orgulho, pois seria um ótimo estímulo para o moral da resistência armada; 3) uma fuga espetacular de um preso político do principal órgão de repressão do Rio de Janeiro seria mantida em rigoroso sigilo pelo governo, censurada na imprensa – por ser desmoralizante e para não prejudicar as investigações e buscas –, mas a imprensa foi até convidada a fotografar o fusca incendiado; 4) uma ação desse tipo exigiria um planejamento com antecedência de alguns dias, os atacantes precisariam ter informações exatas sobre o horário que o carro com Rubens sairia e o percurso que seguiria. Ele chegou ao DOI-Codi no dia 20, só esteve com os agentes que o interrogaram e a “fuga” teria acontecido na madrugada do dia 22; 5) fugas de qualquer presídio só acontecem com a conivência de funcionários internos. Endossar categoricamente a “fuga” de Rubens, como fizeram as autoridades militares, implicou admitir que o DOI-Codi carioca era um órgão incompetente e corrupto, inclusive porque menos de um mês antes acontecera a outra “fuga”, de Celso Gilberto de Oliveira.

\*

O advogado Lino Machado entrou em ação e preparou dois pedidos de *habeas corpus*, para Rubens e Eunice. Embora o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tivesse eliminado o *habeas corpus* para acusados de crimes contra a Segurança Nacional, advogados experientes sempre encontravam alguns subterfúgios e brechas. Neste caso, Lino requereu informações ao STM sem mencionar o caráter político da prisão. Havia amparo legal para isso. O Código de Processo Penal Militar, então em vigor, determinava no artigo 221 que a prisão provisória só podia ser feita em flagrante delito ou mediante “ordem escrita de autoridade competente”. E o artigo 222 determinava que a prisão de qualquer pessoa fosse comunicada imediatamente à autoridade judiciária, informando-se o local da custódia e se a pessoa estava ou não incomunicável. Além disso, a Lei nº 4.898, decretada pelo próprio governo militar em 9 de dezembro 1965, chamada Lei de Responsabilidade, punia o abuso de autoridade, incluindo “deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa”.

Lino solicitou, no caso de Rubens, que o STM apurasse se ele estava preso, quem o prendera, quem ordenara e qual a acusação. Esperava pelo menos quebrar a incomunicabilidade, permitida por dez dias para os enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O general Syseno Sarmento, por ser comandante do I Exército, era citado como “autoridade coatora”, responsável pelo abuso ou constrangimento ilegal que houvesse.

Amante de música clássica, o general não era tão sensível quando se tratava de atacar opositores, mesmo desarmados. Certa vez assustou até o governador da Guanabara, Negrão de Lima, ao colocar sua tropa nas ruas para reprimir uma passeata estudantil: “Vai correr sangue, os meus soldados não correm nem apanham. Vão reagir e atirar”.<sup>134</sup>

Os dois pedidos de *habeas corpus* foram protocolados por Lino Machado no dia 25 de janeiro, no STM, que ainda não havia se mudado para Brasília – funcionava no mesmo prédio desde 1915, na rua Moncorvo Filho, Centro. Era um tribunal de segunda instância para crimes políticos (as auditorias militares eram a primeira) e uma de suas funções era julgar os recursos apresentados pelos advogados de defesa.

Como o tribunal estava em recesso, os pedidos foram encaminhados ao seu presidente, tenente-brigadeiro Armando Perdigão, ao qual competia decidir. Ele designou como relator o ministro brigadeiro Grün Moss, que tinha sido um dos líderes do golpe militar, mas no STM ele deixava a ideologia de lado e agia com imparcialidade de juiz. Não protelava.

Quatro dias após receber as petições, Grün Moss enviou através do diretor-geral do STM, Norival da Costa Guimarães, um ofício ao general Syseno Sarmento, solicitando “informações detalhadas” sobre a situação de Rubens, “preso e recolhido no 1º Batalhão da Polícia do Exército, à disposição de V.Exa. desde o dia 20 de janeiro do corrente ano”. Especificou desejar saber especialmente a data da prisão, a acusação contra ele e o andamento do caso.

Syseno incumbiu de dar a resposta o general de brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro, um homem baixo e gordo, conspirador em 1964 – comandava então o 4º Regimento de Infantaria em São Paulo – e que agora era chefe do Estado-Maior do I Exército. Nesse cargo ele também dirigia o Codi (Centro de Operações de Defesa Interna), órgão coordenador das atividades do DOI.

<sup>134</sup> *Veja*, n. 140, p. 22, 12 maio 1971.

Para tentar imprimir mais credibilidade à farsa, o general Syseno Sarmiento encarregou o major Ney Mendes de instaurar uma sindicância sobre a “fuga”.

\*

Eliana já estava em casa. Tinha sido libertada na manhã seguinte à sua prisão. Nas 24 horas que passou no DOI-Codi, foi interrogada sobre sua visão política e nomes de frequentadores de sua casa. Os agentes sabiam que ela havia escrito uma redação escolar sobre a Primavera de Praga, para uma aula de história. No segundo interrogatório ela chorou e os agentes se convenceram de que não tinha as informações que desejavam.

Antes de sair do quartel, os agentes a levaram até uma saleta, entregaram a bolsa de Eunice com tudo dentro e disseram: “Seu pai fugiu”. Ela ficou intrigada, mas não lhe ocorreu falar nada no momento. Só queria sair dali.<sup>135</sup>

Solta na praça Saenz Peña, ela imediatamente foi a um telefone público e ligou para Bocayuva, que foi apanhá-la no Karman-Ghia vermelho de Dalal. Com ele estava Wilson Fadul. Bocayuva perguntou por Rubens. “Disseram que o papai fugiu”. Ao ouvir isso, Bocayuva e Fadul se entreolharam preocupados.

Eunice permaneceu doze dias presa, sendo interrogada dia e noite. Na sala havia pau de arara, fios desencapados ligados em uma tomada, sangue no chão. Queriam saber se ela era comunista, se Rubens era comunista, quem eram os amigos dele. Mas queriam saber principalmente sobre as cartas do Chile, com quem Rubens se correspondia. Só então ela ficou sabendo da prisão de Cecília e Marilene. Mas Eunice não sabia nada sobre as cartas. Eles não acreditavam.

Para pressioná-la, os agentes mentiram que Rubens ainda estava lá, sendo interrogado, e que também negava tudo, mas acabaria confessando. Mostraram para ela um caderno com fotografias, para que dissesse o nome de quem conhecia. Ela identificou apenas Rubens – uma foto tirada quando ele chegou –, uma foto dela própria, de Eliana e Cecília,

---

<sup>135</sup> Depoimento de Eliana Paiva e Eunice Paiva ao autor, em 2006. Cf. também COMO morreu Rubens Paiva. *Afinal*, n. 46, p. 4-16, 16 jul. 1985.

que conhecia pouco. Depois desse dia, na cela, sempre que ouvia gritos ela pensava serem de Rubens.

Deitada no áspero colchão de palha, não podia se comunicar com ninguém lá fora. De madrugada era acordada para interrogatório, o que a impedia de dormir. Outras noites ela não conseguia dormir por causa dos gritos, e pensava: a próxima sou eu. Como ensinava o manual Kubark de Contraineligência da CIA: “O preso não deve ter uma rotina à qual possa se adaptar e ficar com certo conforto ou pelo menos com um senso de identidade. (...) Deve ficar incomunicável e privado de qualquer tipo de rotina de alimentação e sono”.<sup>136</sup>

Foi libertada no dia 2 de fevereiro, às 18 horas. Um agente lhe disse para levar o carro de Rubens, que estava no pátio. Mas ela não se sentia disposta a dirigir e falou que mandaria uma pessoa buscá-lo.

Não sofreu tortura física, mas saiu pesando apenas 47 quilos, após doze dias numa cela pequena, sem dormir direito, pressionada por interrogatórios diários, sem alimentação adequada, sem escova de dentes, sem trocar de roupa. E a alma em transe.

\*

No dia seguinte à libertação de Eunice, o general Carlos Alberto Cabral Ribeiro escreveu um ofício de dois curtos parágrafos em resposta ao Superior Tribunal Militar. Dizia apenas que Rubens “não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM (organização militar) deste Exército”, o que permitiu a interpretação de que o Exército negara que Rubens tivesse estado preso no DOI-Codi. Não negou, mas omitir deliberadamente é também um tipo de mentira, e o ofício omitiu que ele estivera preso em uma organização militar do I Exército. No segundo parágrafo, o ofício corroborou a “fuga”:

“Esclareço, outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando, o citado paciente, quando era conduzido por agentes de segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga

<sup>136</sup> Kubark Counterintelligence Interrogation, art. IX, inciso D. Washington, D.C.: CIA, jul. 1963.

para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército”.

Essa “apuração” era uma nova mentira, porque não se apura algo que não aconteceu. E se algo estivesse sendo apurado, haveria alguma conclusão escrita, o que também nunca aconteceu.

Esse ofício serviu de justificativa para o STM indeferir, cinco dias depois, um requerimento de Lino Machado solicitando que Rubens fosse enviado para uma prisão especial, por ter diploma universitário, conforme previa o artigo 242 do Código de Processo Penal Militar.

A sindicância sobre a “fuga”, pedida pelo general Syseno Sarmento, ficou pronta no dia 11 de fevereiro. Em qualquer instituição militar envolvida numa ocorrência tão grave, principalmente um órgão de inteligência, os três agentes seriam afastados temporariamente das funções até que o episódio fosse esclarecido e sofreriam algum tipo de punição.

O Código Penal Militar, de outubro de 1969, estabelecia no artigo 179 uma pena de três meses a um ano de detenção para quem “deixar, por culpa, fugir pessoa legalmente presa, confiada à sua guarda ou condução”. E os três agentes, de acordo com a versão deles mesmos, haviam transportado o preso à noite sem algemas, num fusca – carro de pouca estabilidade e potência –, sem escolta e com a missão de localizar num bairro isolado um esconderijo de suspeitos possivelmente armados; além disso, não perceberam que estavam sendo seguidos, embora fosse de madrugada, com raros veículos nas ruas.<sup>137</sup>

Se a fuga tivesse sido verdadeira, a sindicância faria primeiramente a pergunta mais elementar: como os atacantes souberam em menos de 48 horas o horário exato e o percurso que os três agentes seguiriam em plena madrugada, se Rubens estava incomunicável e, até aquele momento, ninguém sabia para onde ele tinha sido levado? A única resposta plausível, embora absurda, seria: pelo menos um dos três agentes teria avisado os atacantes ou estes tinham um outro informante dentro do DOI-Codi.

Em vez de propor a instauração de um inquérito sério para apurar as responsabilidades e circunstâncias de uma falha que teria humilhado

---

<sup>137</sup> Em depoimento à Polícia Federal, de 18 set. 1986, o capitão Raimundo afirmou ter transportado Rubens sem algemas, porque era uma “missão de rotina” e o preso “não aparentava periculosidade”. Informe-SI/SR/DPF/RJ n. 893/1986.

publicamente o DOI-Codi e “vilipendiado” o Exército, como consta do laudo da perícia, o major Ney Mendes reproduziu nas três páginas de seu relatório a versão do ofício do capitão Raimundo e isentou os três agentes de qualquer erro:

“não praticaram qualquer ato que merecesse reprovação, não houve em qualquer hipótese algum indício de responsabilidade a apurar-se por parte dos agentes de segurança. Pelo contrário, demonstraram iniciativa, coragem e um elevado grau de instrução em face da surpresa e superioridade dos elementos desconhecidos”.<sup>138</sup>

E pediu o arquivamento do caso.

O relatório da sindicância foi enviado ao general Syseno Sarmento, que o aceitou sem questionamento, como se fosse uma ocorrência absolutamente normal. Completou-se o pacto tácito.

Dentro dos rígidos princípios de hierarquia e disciplina que regem as organizações militares no mundo inteiro, nenhum subordinado toma decisão importante sem autorização ou ordem de seu superior, especialmente na área de segurança pública. E se algo errado acontecer numa determinada área, o responsável é sempre o oficial encarregado. Como afirmou o general Ernesto Geisel, ao justificar a demissão do general Ednardo Ávila, comandante do II Exército, em São Paulo, depois da morte do jornalista Vladimir Herzog numa dependência do DOI-Codi, “O chefe nessa hora é o responsável. Não tem o direito, quando acontece uma coisa dessas, de dizer ‘a culpa é do fulano, porque eu dei ordem e ele não fez’. Sempre que acontece um fato, o responsável é o chefe”.<sup>139</sup>

\*

Como se sabe, no Brasil o chefe das Forças Armadas é o presidente da República. E o general Médici, além dessa função, era um presidente oriundo da área de inteligência, ex-chefe do SNI, portanto tinha comunicação direta com a cúpula dos órgãos de segurança e conhecimento detalhado do setor. Seria possível que desconhecesse os métodos

<sup>138</sup> Sindicância, Centro de Informações do Exército (CIE), p. 2-3.

<sup>139</sup> D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 362-377.

utilizados na repressão política e não tivesse responsabilidade alguma pela violência indiscriminada que acontecia nos órgãos de segurança? Um bem informado jornalista, Carlos Castello Branco, acreditava que o presidente não sabia. Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, ele uma vez mencionou de passagem o caso Rubens Paiva, isentando o presidente:

“O general Médici certamente nenhuma responsabilidade terá em certas práticas que se vão sucedendo na política repressiva, como a prisão de um rapaz que ousou pregar sua gaiola de passarinho na cerca de um estabelecimento militar. Ou como o hábito de prisões realizadas sem que as vítimas percebam se estão sendo exatamente presas ou apenas sequestradas. (...) Pensamos, é claro, no caso do ex-deputado Rubens Paiva, de sua mulher e de sua filha, caso que não foi o primeiro, pois também em novembro três advogados foram vítimas do capuz e do rapto por pessoas não identificadas. (...) É evidente, como dissemos, que o presidente da República nada tem a ver com tais procedimentos”<sup>140</sup>

A versão da “fuga” teria sido decidida pouco depois da morte de Rubens, ainda na madrugada do dia 21. O brigadeiro Burnier foi informado pelo DOI-Codi, pois Rubens viera da III Zona Aérea já muito espancado, com sangue na camisa, como testemunhou Cecília. Por se tratar de uma vítima importante, ex-deputado federal, Burnier achou conveniente informar o general Orlando Geisel, ministro do Exército, que nesse cargo acompanhava diretamente o que acontecia na área de segurança, recebendo informes do Cisa, do Cenimar, do DOI-Codi e outros órgãos. Depois da conversa com o ministro, em Brasília, o brigadeiro Burnier teria orientado o DOI-Codi a simular a fuga.

Dias depois, o presidente Médici estava no pé da escada de um avião na pista da Base Aérea do Galeão quando chegou o ministro Orlando Geisel. Eram amigos e se tratavam pelo primeiro nome. O general chamou o presidente à parte, falou que “foi preso um ex-deputado, Rubens

---

<sup>140</sup> O PRESIDENTE no centro das pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1971. Os três advogados mencionados eram Heleno Fragoso, George Tavares e Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, que ficaram três dias presos numa delegacia do Alto da Boa Vista. Cf. TERCIO, 2003, p. 13-17.

Paiva, ligado a terroristas do Chile, reagiu no interrogatório e morreu”. Médici comentou: “Então morreu em combate, né, Orlando?”

Esta história foi contada em Brasília pelo insuspeitíssimo Victorino Freire, um veterano político conservador que dominou a política do Maranhão durante vinte anos e encerrou a carreira como senador da Arena em 1971.<sup>141</sup> Ele era não apenas um fiel aliado do regime militar desde o início, como também amigo de Orlando Geisel. Em diversas ocasiões Victorino requereu a transcrição nos anais do Senado de discursos do general, inclusive o da posse como ministro do Exército. Também leu no plenário um discurso de outro general de extrema-direita, Jayme Portela, que pronunciou ao tomar posse no comando da 10ª Região Militar, e um discurso do presidente Médici na Escola Superior de Guerra.<sup>142</sup>

Portanto, Victorino Freire tinha bom trânsito na cúpula militar favorável à repressão violenta e acesso privilegiado a informações sobre os bastidores, ainda mais vitimando um ex-parlamentar. E a possibilidade de Rubens ter confrontado os torturadores foi confirmada por vários de seus amigos, pois tinha um temperamento forte, estava acostumado a ser bem tratado e detestava a opressão política instalada pelo regime.

Mesmo que se conteste essa história plenamente verossímil a respeito da reação do presidente Médici, há uma prova documental de que ele soube do caso de Rubens e não tomou nenhuma providência. Eunice lhe escreveu uma carta, depois de esperar inutilmente uma solução através do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, com quem ela esteve reunida no dia 20 de fevereiro, acompanhada de seu sogro Jayme, que era amigo do ministro. Na ocasião Buzaid prometera que, no máximo em quinze dias, Rubens seria libertado.

O portador da carta ao presidente Médici foi o deputado Batista Ramos, que tinha o prestígio de ser presidente da Arena e conhecera bem Rubens, pois também era paulista e ex-petebista. Os dois haviam sido colegas de bancada, mas depois do golpe militar, com a extinção dos partidos, Batista optara pela Arena.

---

<sup>141</sup> Cf. depoimento do jornalista Tarcísio Holanda ao autor. O general Orlando Geisel viajou para Brasília na manhã do dia 22 para despachar “assuntos importantes” com Médici. Ver *Diário de Notícias*, 23.1.1971, p. 12.

<sup>142</sup> Cf. *Diário do Congresso Nacional*, 12 nov. 1969, 27 nov. 1969, 3 abr. 1970, 11 maio 1970, 27 nov. 1970 e 28 ago. 1970.

Ele tinha uma audiência agendada com o presidente e se dispôs a levar a carta, que lhe foi entregue pelo jornalista D’Alambert Jaccoud. A carta, datada de 22 de março de 1971, dizia:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República Emílio Garrastazu Médici,

Há mais de um mês enviei ao ministro da Justiça do seu governo, que é igualmente presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a carta de denúncia cuja cópia junto aqui para o conhecimento direto de Vossa Excelência.

É a carta de uma mulher aflita, que viu desabar sobre sua família uma torrente de arbitrariedades inomináveis, e de que é ainda vítima seu marido, engenheiro Rubens Beyrodt Paiva, preso por agentes de segurança da Aeronáutica no dia 20 de janeiro, mantido até agora incomunicável, sem que se conheça o motivo da prisão, quem efetivamente a determinou e o local onde se encontra.

Secundamos hoje, minha sogra e eu, a mãe e a esposa, os sentimentos de minha filha Eliana, menina de 15 anos, que se dirigiu a Vossa Excelência, depois de libertada, quando eu própria me encontrava detida incomunicável no quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita, nesta cidade, pelo simples fato de ser esposa de Rubens.

Pedimos ao Chefe da Nação a justiça que deve resultar da obediência às leis. Ao meu marido, que é um brasileiro honrado, não pode ser recusado, num país como o nosso, cristão e civilizado, o direito fundamental de defesa. Estamos certas de que Vossa Excelência não permitirá lhe seja negado, sob pena então do desmoroamento de toda a ordem pública, o direito elementar de ser preso segundo as leis vigentes no país.

Rubens foi preso na minha presença e na dos nossos filhos; foi visto por testemunhas ao longo do dia 20 de janeiro, no quartel da 3ª Zona Aérea, de onde foi transportado, no fim da tarde, para o quartel da Polícia do Exército na Barão de Mesquita; sua fotografia no livro de registro de prisioneiros no referido quartel da PE eu mesma vi, ao lado da minha própria e da de minha filha Eliana; sua presença nesse quartel me foi afirmada por oficiais das Forças Armadas que me interrogaram ao longo dos doze dias em que estive presa, isto é, até o dia 2 de fevereiro último; seu carro próprio,

no qual foi conduzido prisioneiro, vi-o no pátio do mencionado quartel e me foi devolvido como comprova o recibo anexo.

Não é possível que, mais de sessenta dias decorridos, conserve-se assim desaparecida uma pessoa humana!

Recusamo-nos a acreditar no pior.

Confiamos na ação de Vossa Excelência e em meio à inquietação e angústia enormes que estamos vivendo, acreditamos que Vossa Excelência fará prevalecer a autoridade das leis do seu governo e o respeito à justiça que enobrece as nações”.<sup>143</sup>

Eunice nunca recebeu resposta.

D’Alambert Jaccoud e sua esposa hospedavam em sua casa Eunice e o sogro quando iam a Brasília tratar do caso. Apenas por isso, e para intimidá-lo, a Polícia do Exército da cidade prendeu o jornalista e o manteve incomunicável durante vários dias.

\*

Após o início dos trabalhos do Congresso Nacional, Bocayuva foi a Brasília com Eunice levando um dossiê sobre o caso, para pedir ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana que abrisse uma investigação. O dossiê continha recortes de notícias publicadas na imprensa, uma carta manuscrita de Eliana fazendo um apelo aos deputados para ajudar a encontrar seu pai, cópia do pedido de *habeas corpus* e uma carta de Eunice,

“para que se venha permitir a Rubens o exercício do direito de defesa, que é irrecusável, identificados o local onde se encontra, a autoridade que o mantém preso, definido o delito que lhe imputam, preservada, enfim, sua integridade física e espiritual, vale dizer, sua vida”.

Bocayuva e Eunice falaram com o deputado paulista Oscar Pedroso Horta, novo líder da bancada da oposição na Câmara. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vivia sua fase mais difícil. Tinha elegido no ano anterior apenas 87 deputados, contra 223 da Aliança Renovadora

<sup>143</sup> Carta de Eunice Paiva, 22 mar. 1971 (arquivo da família).

Nacional (Arena), o partido governista. No Senado, a desproporção era ainda maior: 6 senadores do MDB e 40 da Arena.<sup>144</sup> Impossível aprovar proposições, e todo discurso criticando as arbitrariedades do governo e o desrespeito aos direitos humanos era qualificado de “contestador” pela maioria governista, deixando o parlamentar sujeito a alguma punição ou mesmo cassação. Agentes do Dops e da Polícia Federal circulavam no Congresso Nacional espionando a atuação dos deputados e senadores oposicionistas. No Senado, um dos vigiados era o senador Franco Montoro. “É homem que luta por profundas reformas sociais, inspirando-se nas mais avançadas encíclicas papais. Sua ação política, embora visando tais objetivos, nem sempre é nítida”, informou um relatório secreto do SNI, concluindo que Montoro era “elemento suscetível de, em determinadas circunstâncias, e impulsionado por seu carreirismo político, ser permeável à influência comunista”.<sup>145</sup>

Sobre Pedroso Horta, os informantes anotaram seu “extremado oposicionismo”, os pronunciamentos que fez sobre a morte de Olavo Hansen sob tortura em maio de 1970, em São Paulo, e o desaparecimento de Rubens. “As atividades de Horta apresentam aspectos favoráveis à ação comunista”, dizia o relatório. Mas concluía de forma otimista, por constatar que não existiam no Executivo nem no Judiciário infiltração ou influência comunista, e que os ataques dos parlamentares do MDB ao regime tinham um aspecto positivo, pois “comprovam a existência, no país, de liberdade política”.

Horta não recuava, e como representante da oposição no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) prometeu a Bocayuva e Eunice que iria pedir uma investigação sobre o desaparecimento de Rubens Paiva. Esse Conselho fora criado nos últimos dias do governo Jango, durante uma convocação extraordinária do Congresso, entre 16 de dezembro e 8 de março de 1964, após longa tramitação do projeto – fora apresentado em 1956, aprovado em 1961 na Câmara, no ano seguinte no Senado, mas com emenda. Mesmo aprovado, em 16 de março de 1964, o Conselho só seria instalado durante a ditadura, em outubro de 1968.

---

<sup>144</sup> Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>145</sup> INFILTRAÇÃO e influência comunista no Executivo, Legislativo e Judiciário. Serviço Nacional de Informações. Agência Regional de São Paulo. Informação-SNI/ASP n. 333, de 20 ago. 1971.

Era um órgão colegiado, e ineficaz naquela conjuntura. Suas reuniões deveriam ser realizadas, segundo o decreto que o criou, duas vezes por mês, mas eram raras, e fechadas à imprensa, que recebia apenas curtas notas oficiais sobre as decisões, sempre subordinadas aos interesses do governo, até porque o presidente do Conselho, que tinha direito ao voto de Minerva em caso de empate nas votações, era o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Este já havia alertado Pedroso Horta que os debates nas reuniões do Conselho não podiam ser transmitidos à imprensa.

Eunice e Bocayuva se encontraram também com outros deputados. Tancredo Neves ficou espantado com a história. Ulysses Guimarães, que conhecia Rubens desde a campanha presidencial do Marechal Lott, em 1960,

“ficou com os olhos cheios de lágrimas. Naquele momento eles perceberam que a mulher deles também poderia ser presa. Conte que eram homens sem farda, sem nome, falei dos capuzes. Foi a primeira vez que eles ouviram essas coisas de alguém em quem realmente confiavam. Lembro-me também do Milton Campos. Ele chorava e dizia: não é possível, e pensar que eu ajudei essa revolução a vencer”.<sup>146</sup>

Pedroso Horta juntou o dossiê a um requerimento dirigido ao ministro Buzaid, solicitando “a adoção de imediatas providências, no sentido de apurar a denúncia formulada”.

No dia 10 de março de 1971, o CDDPH se reuniu a portas fechadas no prédio do antigo Ministério da Justiça, no centro do Rio de Janeiro, para discutir o pedido de investigação apresentado por Pedroso Horta. Estavam presentes o senador Nelson Carneiro, líder do MDB no Senado; Danton Jobim, representando a Associação Brasileira de Imprensa, da qual ele era presidente; o advogado Laudo de Almeida Camargo, representando a OAB; o médico Benjamin Albagli, representante da Associação Brasileira de Educadores; o historiador e professor Pedro Calmon; o senador capixaba Eurico Rezende, líder do governo no Senado; e o deputado mineiro Geraldo Freire, líder do governo na Câmara e devotado católico. Como não era uma reunião deliberativa, o presidente do Conselho, ministro Alfredo Buzaid, não participou.

---

<sup>146</sup> Depoimento de Eunice Paiva. *Afinal*, n. 46, p. 10, 16 jul. 1985.

Durante uma hora Pedroso Horta defendeu seu requerimento, questionando a “fuga” de Rubens e insistindo na necessidade de uma investigação. Foi apoiado por Laudo de Almeida, Nelson Carneiro e Danton Jobim, os quais sempre apoiavam as iniciativas dos opositores do regime. Entre os outros quatro membros, Benjamin foi o único a manifestar dúvidas quanto à “fuga”. Os demais disseram que acreditavam na informação do Exército e consideraram precipitada uma investigação pelo Conselho, porque poderia criar instabilidade na área militar.

Horta insistiu: “Mas precisamos saber quem prendeu Rubens Paiva, por que e onde ele está”.

Eurico Rezende foi o mais duro adversário da proposta. Tentou vetá-la de todas as maneiras, ficou irritado, deu soco na mesa, entrou num bate-boca com Horta e, só depois de quase três horas de polêmica, concordou em estudar a documentação e apresentar um parecer sobre o pedido.

\*

Em Londres, a filha mais velha de Rubens, Vera, ainda não sabia de nada. Ela chegara em dezembro de 1970 para passar as férias escolares e estava fazendo um curso intensivo de inglês, hospedada com a família de Fernando Gasparian, que morava com sua esposa Dalva e quatro filhos na Chapel Street, uma pequena e sossegada rua em Belgravia, um belo e confortável bairro da capital inglesa.

Gasparian abandonara a carreira empresarial e saíra do Brasil com a família em março de 1970. Depois de morar um pouco nos Estados Unidos, era agora professor-visitante de economia latino-americana no St. Anthony’s College, em Oxford, a 150 km de Londres. Ia para lá três vezes por semana. Rubens costumava telefonar de vez em quando e os dois ficavam conversando muito tempo, sobre a política brasileira e sobre a possibilidade de Rubens também ir morar lá por uns tempos, até a situação melhorar.

Um dia, Vera foi a mais uma aula de inglês na Davis’ School. O professor ainda não havia chegado e os alunos estavam lendo *The Times* com especial atenção. Ela ficou curiosa e um dos colegas lhe falou em inglês: “O seu sobrenome é Paiva, não é? O *Times* está dizendo que uma família Paiva foi presa no Rio”.

Vera ficou estarelecida ao ler a reportagem, intitulada “Family caught up in Rio police terror” e assinada por Joseph Novitski. Era uma matéria grande, maior que todas as que haviam sido publicadas no Brasil sobre o assunto até então. Contava a prisão de Rubens, Eunice e Eliana. Transtornada, ela correu para casa e contou a Helena, a filha mais velha do casal. Eram amigas de infância e tinham estudado na mesma turma no Sion.

Helena, Gasparian e Dalva sabiam, pois Bocayuva telefonava quase todos os dias para informá-los, mas não queriam assustar Vera antes de terem notícias mais concretas sobre o caso, e esperavam que Rubens fosse solto logo. Gasparian disse que Eunice e Eliana já tinham sido libertadas e providências estavam sendo tomadas para localizar Rubens e conseguir sua libertação.

Vera ficou preocupada e amedrontada. Tinha marcado para o final de fevereiro o seu regresso, mas Gasparian sugeriu um adiamento, como precaução.

Enquanto aguardava a situação se definir, Vera foi a Paris, hospedando-se na casa de Vera Bocayuva e sua filha Verinha, que tinham ido morar lá depois que foram presas em setembro de 1969. Nos apartamentos de exilados que Vera Paiva visitava, já se comentava em voz baixa que Rubens tinha morrido. Um dos apartamentos em que ela esteve era de Violeta Arraes, irmã de Miguel Arraes e que morava na Rue Chapon com seu marido, o militante socialista francês Pierre Gervaiseau. Ambos tinham ficado presos durante quatro meses em Recife depois do golpe militar. Seu apartamento era o principal ponto de convergência de intelectuais, artistas e exilados brasileiros na capital francesa – ela apoiava quem necessitava, divulgava a cultura brasileira na cidade e fazia denúncias dos crimes cometidos pela ditadura. Quando Vera chegou, lá estavam Caetano Veloso, Dedé e Gilberto Gil, que moravam em Londres.<sup>147</sup>

A incerteza sobre os acontecimentos em sua casa fez Vera adiar a volta seguidas vezes. No final de março ela desembarcou no Rio de Janeiro, sem ser incomodada, mas com uma expectativa incômoda.

\*

---

<sup>147</sup> Depoimento de Vera Paiva ao autor.

O Superior Tribunal Militar se reuniu em sessão plenária no dia 5 de maio para deliberar sobre o pedido de *habeas corpus*, ao qual Lino Machado havia acrescentado um novo documento. Era uma folha em papel timbrado do Ministério do Exército, com a identificação “Primeiro Exército – DOI”, dizendo o seguinte:

“Recebi do Subdestacamento Administrativo do DOI/I Exército, o auto marca Opel Dadete (*sic*), tipo Coupe, ano de fabricação 1968, motor nº 11E, 003711, chassis nº 321354755, pintado na cor grená, emplacado no estado do Rio de Janeiro sob o nº 61-97-89, de propriedade de Rubens Beyrodt Paiva”.

Assinado por Renée Paiva Guimarães, irmã de Rubens, era uma cópia do recibo comprovando a devolução do Opel-Kadett que ela fora buscar junto com o motorista Jubileo Leme Toledo. Até aquele momento, e durante muitos anos, esse recibo era o único documento comprovando que Rubens estivera preso no DOI-Codi. Mas existiam outras provas, hoje disponíveis, principalmente um informe da seção carioca do SNI, datado de 25 de janeiro de 1971, aqui divulgado pela primeira vez. Nele está informado que o Cisa comunicou a prisão de Rubens, “levado para a III Zona Aérea e de lá conduzido com Cecília e Marilene para o DOI”.<sup>148</sup>

O relator do pedido de *habeas corpus* no STM era o general Bizarria Mamede, ilustre membro do grupo civil-militar que tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek na presidência em 1955, conspirador em 1964 e ex-membro do Alto Comando do Exército. Em seu relatório, como o advogado previa, ele pediu o arquivamento do pedido, citando a informação do I Exército de que Rubens havia fugido, não estava mais preso e não se sabia onde ele se encontrava. Bizarria ainda fez uma sugestão extravagante: propôs que o recibo de devolução do carro, anexado por Lino Machado, fosse colocado à disposição do I Exército, para servir como subsídio na investigação que estava em curso sobre a “fuga”. O recibo trazia o timbre do I Exército e o original certamente ficara arquivado no DOI-Codi.

O procurador-geral da Justiça Militar, Jacy Guimarães Pinheiro, seguiu a mesma linha do relator e pediu o arquivamento do pedido in-

<sup>148</sup> Informe-SNI/ARJ/SC-3 n. 70, de 25 jan. 1971 (Ver reprodução na p. 252).

vocando o artigo 10 do Ato Institucional nº 5, que extinguiu a *habeas corpus* para acusados de crimes contra a segurança nacional.

Os argumentos do relator e do procurador não convenceram alguns ministros. Num aparte, o brigadeiro Grün Moss afirmou ser obrigação do procurador-geral investigar o caso: “Se o tribunal tem conhecimento de haver indícios de crime, o Ministério Público tem o dever de mandar abrir um inquérito”.

O ministro almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque questionou Bizarria:

“Quero que o senhor me responda sucintamente: o paciente realmente foi preso? Se foi preso, quem o prendeu e por que ele foi preso? O fato é que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nada informaram sobre isso, motivo pelo qual considero o processo mal instruído”.

O ministro togado Alcides Carneiro foi inicialmente a favor do arquivamento, mas depois ficou em dúvida: “É um caso de suma gravidade. Não podemos ficar de braços cruzados. Não sei se ele foi sequestrado por elementos da esquerda ou da direita. O que interessa é saber onde ele está agora. Temos que saber o destino do paciente, se está vivo ou morto”.

Outros ministros também se manifestaram contrários ao arquivamento. No final da sessão decidiram por unanimidade a favor de novas diligências junto ao I Exército, para busca de mais esclarecimentos que complementassem as informações.<sup>149</sup>

\*

Passados mais de quatro meses do desaparecimento e dois meses da apresentação do caso ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sem nenhuma informação sobre Rubens e nenhuma perspectiva de investigação, Pedroso Horta pediu ao deputado Marcos Freire para fazer um pronunciamento exortando o governo a dar uma resposta definitiva sobre o assunto. Em seu primeiro mandato, o deputado pernambucano de 39 anos, troncado e com uma cabeleira negra

<sup>149</sup> *Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo*, 6 maio 1971. Talvez por coincidência, na mesma sessão o general Syzeno Sarmiento tomou posse como novo ministro do STM.

quase cobrindo as orelhas, fora eleito vice-líder da bancada do MDB e já se destacava pela oratória inflamada nos debates em plenário. O partido de oposição abrigava socialistas democráticos, nacionalistas sinceros, comunistas enrustidos, conservadores oportunistas e liberais civilizados. A maioria da bancada atuava com uma moderação conciliatória, mas entre os deputados eleitos em novembro de 1970 surgia um grupo disposto a fazer oposição de verdade. Seriam conhecidos como Autênticos. Marcos Freire era um deles. Outros dois deputados da mesma ala, Francisco Pinto e Alencar Furtado, já haviam discursado sobre o desaparecimento de Rubens em dias diferentes.

Na tarde de 3 de junho, Marcos Freire subiu à tribuna e soltou seu vozeirão, gesticulando de braços abertos:

“A prisão de Rubens Paiva se transforma num verdadeiro sequestro, com a agravante de que está sendo feito não por grupos desconhecidos, não por grupos terroristas, mas por agentes da segurança do governo. Nossa voz se ergue nesta Casa em favor de uma família traumatizada, que vive momentos de angústia, sem saber onde está seu chefe”.

Como muitas pessoas, ele também já suspeitava que Rubens estivesse morto. “A nação talvez esteja diante de um novo caso de assassinio político. Mas se não está, por que não dizem onde se encontra, por que não dizem por que foi preso e até quando estará preso?”

Num aparte, Pedroso Horta dirigiu um apelo ao presidente Médici:

“Que perca não os noventa minutos de uma partida de futebol, mas os nove minutos de um telefonema para que se desvende este fato sinistro que deslustra a face do Brasil, não apenas no exterior, mas também no interior, e que nos enche de inquietação, de horror, de tristeza e de vergonha”.

Um trecho da carta de Eunice, lida por Marcos Freire, perguntava:

“Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Por que não cumprem as leis que vigoram? Reivindico para meu ma-

rido o direito de ser preso segundo as regras mesmas da legislação penal de segurança. Para que se defenda, para que seja libertado.”<sup>150</sup>

O discurso de Marcos Freire durou mais de uma hora, interrompido por apertes dos governistas e dos colegas da oposição.

E ele voltou ao assunto no dia 18 de julho:

“O Sr. Marcos Freire – (...) Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez me perguntem: por que o MDB volta a este assunto? Nós voltamos a este assunto, respondo, porque não o fizeram, até hoje, aqueles que esperávamos que o fizessem. (...)”

O Sr. Nina Ribeiro [Líder do Governo] – (...) sabe V.Exa. que a versão que se tem, veraz, do acontecido, foi a de uma colisão com o automóvel em que se encontrava Rubens Paiva. Por que houve o ataque a essa viatura? Por que desapareceu ele? É algo que V.Exa. não pode exigir do governo, no momento. O governo não é um ser ciclópico, onímodo, onipresente, capaz de mergulhar até nos desvãos, nos pores sombrios da subversão, que infelizmente existe em nossa terra.

O Sr. Marcos Freire – Que viatura era essa? (...) Seria uma viatura militar?

O Sr. Nina Ribeiro – V.Exa. me concedeu o aparte. Pediria vênua para concluí-lo. Depois...

O Sr. Marcos Freire – Esclareça o tipo de viatura.

(...)

O Sr. Nina Ribeiro – As informações do governo já foram dadas e amplamente divulgadas pela imprensa. Maiores informações deverão ser pedidas aos núcleos da subversão no país. Eu não os conheço. Talvez V.Exa. os conheça.

O Sr. Marcos Freire – Aguardo que o nobre líder (...) declare aqui qual a autoridade que no dia 20 de janeiro de 1971 prendeu Rubens Paiva. (...)

Silêncio, senhor presidente, como silêncio tem sido a resposta durante estes cinco meses, às buscas infrutíferas da esposa – Deus queira que já não seja a viúva – de Rubens Paiva.”<sup>151</sup>

<sup>150</sup> FREIRE, 1974, p. 70-87.

<sup>151</sup> FREIRE, 1974, p. 88-97.

\*

No Superior Tribunal Militar os ministros se reuniram no dia 2 de agosto, sob a presidência do ministro almirante de esquadra Waldemar de Figueiredo Costa, para votar o pedido de *habeas corpus* para Rubens. Supostamente as diligências solicitadas na sessão anterior tinham sido feitas. O procurador-geral da Justiça Militar era outro, Ruy de Lima Pessoa. Estavam presentes os ministros Armando Perdigão, Grün Moss, Alcides Carneiro, Sylvio Moutinho, Mário Cavalcanti de Albuquerque, Adalberto Pereira dos Santos, Waldemar Torres da Costa, Amarílio Lopes Salgado, Nelson Barbosa Sampaio, Augusto Fragoso, Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Jacy Guimarães Pinheiro (que tinha sido promovido de procurador-geral a ministro) e Bizarria Mamede, o relator. O novo ministro Syzeno Sarmento não participou dessa sessão, por se considerar impedido, já que era a “autoridade coatora” na petição do *habeas corpus*, impetrada quando ele comandava o I Exército.

Bizarria Mamede informou que as diligências tinham sido feitas, mas repetiu a versão da “fuga”. Para embasar seu argumento, leu um ofício do novo comandante do I Exército, general Sylvio Frota, que também repetiu os termos do ofício do general de brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro: Rubens não estava preso em qualquer unidade militar do I Exército, tinha fugido. Desta vez os ministros concordaram.

“Em face das informações da autoridade havida como coatora, de que o paciente já não se encontra preso, o tribunal, por unanimidade de votos, julgou prejudicado o pedido, sem prejuízo de apuração, na forma da lei, dos fatos objeto das diligências em curso no comando do I Exército.”<sup>152</sup>

A última chance de uma investigação estava no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Mas no dia 11 de agosto o Conselho se reuniu no Ministério da Justiça e, com base na decisão do STM, o caso foi arquivado por cinco votos a quatro.

Votaram a favor do arquivamento o relator Eurico Rezende, Geraldo Freire, Pedro Calmon e Benjamin Albagli, que escreveu no seu voto:

<sup>152</sup> BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Ata*, 57ª sessão, 2 ago. 1971.

“Participo da angústia da família Rubens Paiva com o desaparecimento de seu chefe, mas não creio que o colendo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana possa duvidar da honrabilidade da palavra formal do comandante do I Exército, razão por que voto com o parecer”.

Muitos anos depois ele se arrependeria e renegaria seu voto, porque fora pressionado em casa por Pedro Calmon e pelo general reformado Danilo Nunes.

Contra o arquivamento votaram Pedrosa Horta, Nelson Carneiro, Danton Jobim e o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, José Cavalcanti Neves. O resultado ficou empatado. Então o ministro Buzaid, que seis meses antes havia prometido a Eunice uma solução em quinze dias, desempatou – pelo arquivamento.

No dia seguinte, no plenário da Câmara, o deputado J. G. de Araújo Jorge, do MDB carioca, protestou:

“Inacreditável o que o noticiário da imprensa divulga no dia de hoje. Por 4 votos a 4, com o voto de desempate do ministro da Justiça, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ontem reunido, decidiu mandar arquivar o processo referente ao ex-deputado Rubens Paiva, preso pela polícia da Aeronáutica e desaparecido desde janeiro. (...) A prova de que o ex-parlamentar não foi vítima de terroristas, como agora se quer fazer crer, é que quatro dos componentes do Conselho votaram pela continuação das investigações, para que o assunto fosse devidamente esclarecido. (...) Temos aí configurado um novo caso Dana de Teffé. Só falta o encontro dos ossos”.

Referia-se ao desaparecimento, exatamente dez anos antes, de uma rica mulher tchecoslovaca, residente no Brasil, que fora assassinada. O deputado mencionou como agravante o voto de Minerva do ministro Alfredo Buzaid,

“a quem caberia, em face da divisão dos votos, ficar do lado da vítima, ao lado do direito de defesa. Como reza a máxima jurídica: *in dubio pro reo*. É o fim. O fim das esperanças na restauração da

ordem jurídica e dos princípios democráticos, consubstanciados no artigo 153 da Constituição. Fica aqui o meu protesto, a reafirmação da minha convicção de que o pior do terrorismo da subversão é esse outro, o da repressão, contra o qual não há armas nem meios legais, já que decisões como estas de ontem arrasaram com o Direito e com a Justiça”.<sup>153</sup>

A partir daí, a imprensa recebeu ordens para não noticiar mais nada sobre o caso.

---

<sup>153</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 12 ago. 1971.

## Uma história sem fim

---

Inúmeras histórias a respeito do destino do corpo de Rubens Paiva circularam ao longo dos anos. Para escrever este livro, eu não tentei em nenhum momento localizar a ossada. Não é uma tarefa individual, e sim da Justiça Federal e das entidades de direitos humanos, com o necessário respaldo jurídico e instrumentos tecnológicos modernos.

A primeira versão, nos primeiros meses após o desaparecimento, foi de que o corpo tinha sido lançado no mar do litoral fluminense, especificamente na Restinga de Marambaia, localizada numa área militar próxima do Rio de Janeiro. Sobre isso a revista francesa *L'Express* publicou uma nota intitulada “Une ‘affaire Z’ au Brésil” (referência ao filme *Z*, de Costa Gavras, sobre o desaparecimento de um jovem americano depois do golpe militar no Chile). A nota finalizava dizendo: “Après avoir été torturé, il a été précipité d’un avion en plein vol”<sup>154</sup>

Nos anos seguintes, Eunice Paiva ouviu outras versões. Uma delas lhe foi transmitida por um bem informado jornalista político do Rio, Villas-Boas Corrêa, que soubera, através de um general, que Rubens fora morto numa sessão de choques elétricos e estava enterrado como indigente no cemitério do Caju, zona norte da cidade.

Na época ela não podia averiguar isso, e continuou escutando outras versões, algumas absurdas, outras pitorescas. Quase três anos depois do desaparecimento, no dia 2 de novembro de 1973, ossos humanos foram casualmente encontrados na praia do Recreio dos Bandeirantes por um detetive, Amauri de Oliveira, que estava acampado com a família. Ele comunicou a descoberta a uma delegacia próxima, na Barra da Tijuca. A ossada foi recolhida e enviada ao Instituto Médico Legal. Sem ser identificada, a ossada foi trasladada em 15 de julho do ano seguinte para o Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador, sendo depositada na ala de indigentes.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> Depois de torturado, ele foi jogado de um avião em pleno voo. *L'Express*, n. 1045, p. 29, 19-25 jul. 1971.

<sup>155</sup> *Folha de S.Paulo*, 11 ago. 1995.

Outro cemitério, o de Inhaúma, também zona norte carioca, era citado pelo deputado Thales Ramalho em conversas informais como destino do corpo de Rubens. Falecido em 2004, Thales era secretário-geral do MDB quando Rubens morreu, morava em Brasília e tinha amigos militares. Eunice recebeu a mesma informação de um oficial militar, que acrescentou o Cemitério do Caju como outra possibilidade.

Em 1978, os jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias passaram seis meses colhendo informações sobre o caso para uma reportagem especial, publicada no *Jornal do Brasil*. Percorreram os cemitérios de Inhaúma e do Caju. Não encontraram nada.

No ano seguinte, Eunice Paiva requereu ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana o desarquivamento do processo referente às violações de direitos humanos praticadas por agentes e órgãos do governo contra seu marido, sua filha Eliana e ela própria. Alegou a “coação moral” que influenciara o voto do conselheiro Benjamin Albagli, a persistência do desaparecimento e a omissão do poder público. O Conselho reabriu o caso, mas a pressão militar falou mais alto, e o ministro da Justiça, Petrônio Portella, informou que apenas casos novos de violação de direitos humanos seriam examinados pelo Conselho. O relator do pedido, Benjamin Moraes Filho, um pastor presbiteriano conservador, pediu o arquivamento, justificando com apenas uma frase: “A Lei da Anistia decidiu o problema jurídico que o envolve”. O conselheiro Benjamin Albagli pediu vista para protelar a votação, mas o Conselho arquivou o processo em 25 de setembro de 1979, com votos contrários de Seabra Fagundes, Benjamin Albagli e Barbosa Lima Sobrinho.

Uma ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária, Inês Etienne Romeu, presa em maio de 1971 e torturada numa casa em Petrópolis (a “Casa da Morte”), na rua Arthur Barbosa, afirmou num relatório feito na década de 1980 que um dos torturadores, codinome “Dr. Pepe”, dissera-lhe que Rubens Paiva tinha morrido lá, e o corpo fora esquartejado e as partes enterradas em diferentes locais. Outro autor dessa versão foi um ex-agente do DOI de São Paulo, Marival Dias Chaves do Canto, numa entrevista à revista *Veja* em novembro de 1992. Houve escavações durante cerca de um mês em terrenos baldios vizinhos à casa, sem resultar em nenhuma descoberta.

Em 1980, os jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias retomaram a busca da ossada de Rubens Paiva, com base em informações de um militar, o

coronel Ronald José da Mota Batista Leão, que era agente do DOI-Codi quando Rubens esteve preso lá. Ronald os levou para o Alto do Sumaré, dizendo que muitos desaparecidos políticos estavam enterrados ali. Após um mês de escavações sem encontrar nada, os repórteres desistiram.

Ronald José da Mota Batista Leão foi um dos cinco militares acusados, em março de 1987, pelo procurador-geral da Justiça Militar, Leite Chaves, como responsáveis pela tortura e morte de Rubens Paiva no DOI. Os outros quatro foram o capitão de cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes e o major Riscala Corbage, da Polícia Militar do Rio de Janeiro.<sup>156</sup>

O procurador-geral fez a denúncia após dois inquéritos, um instaurado em setembro de 1986 pela Polícia Federal e o segundo, um inquérito policial-militar (IPM), instaurado em dezembro do mesmo ano na 1ª Auditoria de Exército. Os acusados foram ouvidos no segundo inquérito, mas todos negaram ter conhecimento de qualquer fato relacionado ao caso. Após quatorze depoimentos e diligências, não houve nenhum indiciamento e, em fevereiro de 1987, o IPM foi encerrado.

O encarregado do IPM, general de brigada Wladir Cavalcante de Souza Lima, concluiu “não ter sido possível apurar qualquer responsabilidade sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, não se podendo afirmar, por outro lado, que o mesmo tenha sido realmente morto”. O procurador Paulo César de Siqueira Castro, que acompanhava o inquérito representando o Ministério Público Militar, não ficou satisfeito e convocou novas testemunhas. Pressionado, foi substituído por Mário Elias Miguel, que considerou incompletos alguns depoimentos e pediu que fossem retomados. O IPM finalmente terminou em julho, com 382 folhas e nenhum indiciado.

Em dezembro de 1995, foi sancionada a Lei nº 9.140, reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte de desaparecidos políticos, e, como outras famílias de desaparecidos políticos, a de Rubens Paiva finalmente pôde receber a certidão de óbito, em fevereiro do ano seguinte. A lei também criou a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, para examinar outras denúncias apresentadas por seus familiares, mas não obrigou o Estado a buscar os restos mortais.

---

<sup>156</sup> *Folha de S.Paulo*, 18 mar. 1987.

Exatamente três anos depois, uma nova versão da morte de Rubens Paiva foi divulgada. Um ex-informante dos órgãos de segurança da ditadura, anônimo, falou ao programa *Fantástico*, da TV Globo, no dia 28 de fevereiro de 1999, que Rubens Paiva foi retirado já morto do DOI-Codi por cinco homens, enrolado numa lona verde, colocado em um caminhão do Exército, que se dirigiu para o Alto da Boa Vista, onde o corpo foi enterrado numa cova com cerca de setenta centímetros de profundidade, atrás da delegacia da Polícia Civil. No comando dessa operação estava um tenente. O ex-informante afirmou que até ajudou a enterrar Rubens. Um coronel do Exército, também anônimo, confirmou a informação e admitiu que o Exército fora responsável pela morte de Rubens.

A partir dessas informações, os procuradores Daniel Sarmento e Gisele Elias Santoro, do Rio de Janeiro, reabriram o caso naquele ano e autorizaram uma escavação, que começou a ser feita por bombeiros, porque no terreno da antiga delegacia havia se instalado o Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente do Corpo de Bombeiros. Mas as escavações foram interrompidas por decisão da própria Procuradoria.

Esta é a versão mais repetida, e por diferentes fontes. A delegacia era vinculada ao DOI-Codi; mais de um órgão de imprensa publicou que Rubens teria sido resgatado depois de ser retirado dessa delegacia, que ficava perto da estrada onde fora incendiado o fusca na montagem da “fuga”. Uma amiga de Eunice também lhe contou ter sido informada de que Rubens fora enterrado nesse local, um matagal da Floresta da Tijuca, que é densa o suficiente para ocultar cadáveres e ninguém procuraria desaparecidos num terreno atrás de uma delegacia naquela época. O médico Amílcar Lobo, que atendeu Rubens agonizante, afirmou desconfiar que ele fora levado para essa delegacia e que, em certa ocasião, um policial lhe dissera que costumavam enterrar lá os presos mortos em circunstâncias violentas.

Em março de 2001, surgiu uma nova versão da morte de Rubens, numa reportagem de João Antônio Barros publicada no jornal carioca *O Dia*. Um ex-policial foi citado dizendo que o corpo fora enterrado no Recreio dos Bandeirantes, desenterrado no dia seguinte e enterrado novamente a dois quilômetros de distância.

Esteja onde estiver o seu túmulo anônimo, Rubens Paiva deixou um legado imprescindível para todas as gerações e que transcende governos: coerência política, inconformismo com as injustiças, amor à

liberdade e coragem para não se deixar abater pelas dificuldades ocasionais e pela prepotência dos covardes. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães, em outubro de 1988, na cerimônia de promulgação da Constituição no Congresso Nacional: “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”.

## 2<sup>a</sup> PARTE

# CRONOLOGIA

## *Cronologia da trajetória política e profissional*

---

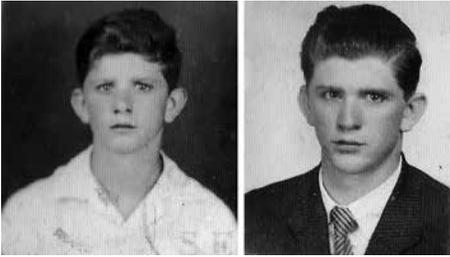
- 26-12-1929** – Rubens Beyrodt Paiva nasce em Santos, estado de São Paulo, quarto filho de Jayme de Almeida Paiva e Aracy Beyrodt Paiva. Os outros filhos do casal se chamaram Renée, Carlos, Jaime, Cláudio e Maria Lúcia.
- 1936-1949** – Cursa o ensino médio no Colégio Arquidiocesano (curso ginasial) e no Colégio de São Bento (curso colegial), ambos em São Paulo. Neste último, dirige o jornalzinho *O São Bento*.
- 1950** – Ingressa na Universidade Mackenzie, curso de engenharia civil.
- 1951** – Começa a estagiar no Consórcio São Paulo Confia S/A.
- 1952** – Casa-se no dia 30 de maio com Maria Lucrecia Eunice Facciolla, com quem terá quatro filhas e um filho: Vera, Ana Lúcia, Eliana, Marcelo e Beatriz.
- 1953** – Torna-se diretor técnico da Cia. Paiva Madeireira.
- 1954** – É eleito presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane, da Universidade Mackenzie. Integra a diretoria da União Estadual de Estudantes de São Paulo como 3º vice-presidente. Conclui o curso de engenharia civil. Filia-se ao Partido Socialista Brasileiro.
- 1955** – Na eleição presidencial, apoia o candidato Juscelino Kubitschek, contrariando a cúpula do PSB, que apoia Juarez Távora, da UDN. Funda sua empresa de construção civil, S/A Paiva Construtora e, juntamente com Fernando Gasparian, dirige o *Jornal de Debates*, fase paulista.
- 1958** – Participa da campanha do candidato a governador de São Paulo, Carvalho Pinto, do PDC, que é eleito.

- 1959-1960** – A S/A Paiva Construtora constrói inúmeras pontes de concreto armado no interior paulista: Jacupiranga, Eldorado Paulista, Birigui, Pontal, São Joaquim da Barra, Ribeirão Preto, além de viadutos em Brasília, edifícios públicos e escolas também no interior de São Paulo: Registro, Iguape, Cananeia, Eldorado e Pariquera Açu. Constrói também uma fábrica da Union Carbide e um porto de minérios em Cubatão.
- 1960** – Participa da campanha presidencial, apoiando a candidatura do marechal Teixeira Lott, do PSD, que perde para Jânio Quadros. A Paiva Construtora constrói edifícios residenciais em São Paulo e na orla marítima de Santos.
- 1962** – Deixa o PSB e filia-se ao PTB, pelo qual se candidata a deputado federal nas eleições de outubro, sendo eleito.
- 1963** – Rubens toma posse na Câmara dos Deputados no dia 2 de fevereiro. Durante o mandato parlamentar, adere ao Grupo Compacto, ala nacionalista do PTB, e atua como vice-líder da bancada na Câmara. Participa de diversas comissões temporárias e permanentes: como vice-presidente da CPI que investiga atividades do Ibad e do Ipes; membro titular da CPI que apura irregularidades nos portos de Santos e do Rio de Janeiro; membro titular da CPI que apura irregularidades financeiras no 15º Distrito Rodoviário Federal, no Maranhão; presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e membro titular da Comissão de Relações Exteriores, além de tesoureiro da Frente Parlamentar Nacionalista.
- 1964** – Após o golpe militar de 31 de março, perde o mandato e os direitos políticos por dez anos, a partir do dia 10 de abril. Asila-se na embaixada da Iugoslávia em Brasília com um grupo de ex-deputados e jornalistas. Em junho parte para o exílio na Iugoslávia, depois segue para a França e regressa para o Brasil em novembro.
- 1965** – Dirige com Fernando Gasparian o jornal *Última Hora*, edição paulista. Constrói o Hotel Vila Rica no centro de São Paulo, avenida Vieira de Carvalho.

- 1966** – Muda-se com a família para o Rio de Janeiro. Torna-se diretor da empresa de engenharia Machado da Costa S/A. Sob sua responsabilidade técnica são construídas pontes metálicas ferroviárias, como os viadutos Mula Preta e Pesseguinto (Rio Grande do Sul), as pontes do Rio Vaza Barris (Sergipe), Rio Itapicuru (Bahia), Rio Curimataú (Rio Grande do Norte), Rio Tietê em Itu (São Paulo), viaduto urbano em Salvador (Bahia), além das fundações do edifício industrial Antarctica (Recife), pontes sobre Rio Candeias (Rondônia) e Rio Potengi (Natal), entre outras.
- 1970** – Torna-se diretor de outra empresa, Geobrás S/A Engenharia e Fundações.
- 1971** – Sem ter sido acusado em inquérito penal de natureza política, é preso em casa no dia 20 de janeiro. Morre sob tortura e seu cadáver é enterrado em local desconhecido.

# 3<sup>a</sup> PARTE

## IMAGENS



Rubens aos 13 e aos 16 anos: olhar intenso refletindo um espírito inquieto.



Viajando pela Europa com os irmãos, em 1949. Rubens é o primeiro à esquerda.



O comitê da campanha para deputado federal: apoio de Carvalho Pinto, então governador de São Paulo.



Em reunião com correligionários do PTB durante a campanha eleitoral.



Festa democrática: Almino Affonso (à dir.) e Rubens (atrás) com outros deputados no dia da posse. A alegria durou pouco.



Liderança emergente: vice-líder do seu partido, membro de comissões permanentes e vice-presidente de CPI.



Na CPI do Ibad, durante depoimentos. Abaixo, à direita, o deputado Benedicto Cerqueira.





Tanque do Exército na porta do Ministério da Marinha, ocupado por sargentos insurgentes.



Soldados prontos para enfrentar os sargentos perto do Congresso Nacional, ao fundo, envolto em neblina.



Edifícios Solar do Conde, em São Paulo, e Portofino, em Santos, construídos pela empresa de Rubens na década de 1960.



Liberdade em chamas: o incêndio da sede da UNE no Rio foi um dos primeiros atos de violência dos golpistas.



Asilado: Rubens com um amigo na embaixada da Iugoslávia, num dia de visitas. Sentada na cadeira, sua mãe, Aracy.



Ex-deputados e jornalistas asilados na embaixada da Iugoslávia. Em pé, da esquerda para a direita: Almino Affonso, Lício Hauer, Salvador Losacco, jornalistas Beatriz Ryff e Raul Ryff, Fernando Sant'Anna, jornalista D'Alembert Jaccoud, Amaury Silva, Lamartine Távora, Rubens Paiva, jornalista Maria Graça Dutra, Sylvio Braga e Maurílio Ferreira Lima. Agachados: não identificado, iugoslavo zelador da embaixada, Deodato Rivera, a filha do zelador e Benedicto Cerqueira.



No navio cargueiro *Bohinj*, os sorrisos tristes na partida para o exílio. Da esquerda para a direita: Lamartine Távora, Almino Affonso, Fernando Sant'Anna, Lício Hauer, Deodato Rivera, Salvador Losacco e Maria Graça Dutra. Em Belgrado, ficaram hospedados no imponente Hotel Slavija (foto da direita).



Em família: no sofá, Eunice, Rubens, sua mãe Aracy e Vera. No chão, Ana Lúcia, Beatriz e Marcelo. Em pé, atrás, Eliana.



A casa da família Paiva no Rio. Abaixo, à esquerda, Rubens com Eunice e, à direita, com Yolanda (Danda) Prado, filha do historiador Caio Prado Jr.



2/3

SNI / ARJ / 30 - 3

INFORME Nº 0070 / 30-3

(SS 31 / 015 / 25 JAN 71)

26/1/71

Classificação CONFIDENCIAL

Assunto RUBENS BEYRODT PAIVA

Referência -

Fonte SS31 Idoneidade A Probabilidade 1

Anexo: 60 (Sessenta) Cópias Xerox.

1. No dia 20 JAN 71 esta Seção foi informada que o CISA recebeu ordem para proceder uma revista no avião da VARIG que chegaria ao Aeroporto do Galeão à 00:00h do dia 20 JAN 71.
2. Quando da vistoria e revista da citada Aeronave foram detidas a Sra CECILIA DE BARROS CORREIA VIVEIROS DE CASTRO e sua acompanhante, Srta MARILENE DE LIMA CORONA procedentes do CHILE, que traziam diversas cartas, de asilados políticos, para o Rio de Janeiro/GB.
  - 2.1 - CECILIA traziam inúmeras cartas na bolsa, e escondidas, em um cinto sob as vestes, várias outras; as cartas conduzidas por MARILENE - sem número de 17 - encontravam-se entre dois "Modess" que a mesma usava.
  - 2.2 - Ao ser interrogada, MARILENE declarou que as cartas que conduzia, deveriam ser entregues no RIO, a um Sr por nome RUBENS que as faria chegar aos destinatários; o contato com o referido cidadão seria mantido através o tel 227-5362.
    - 2.2.1 - Através levantamento, foi apurado que o aparelho nº 227-5362 está instalado à Av Delfina Moreira nº 80, em nome de RUBENS BEYRODT PAIVA.
  - 2.3 - RUBENS BEYRODT PAIVA foi localizado, detido e levado para o QG da 3ª Zona Aérea e de lá conduzido juntamente com CECILIA e MARILENE para o DOI.

Informe do SNI, revelado aqui pela primeira vez. Foi escrito cinco dias após a prisão de Rubens, citando os locais em que ele ficou detido.

003746 79

QUARTIL GENERAL DA 1ª DIVISÃO  
ESTABELECIMENTO DE OPERAÇÕES DE INTERVENÇÕES

Rio de Janeiro, RJ, 22 Jan 71  
De Cap Oficial de Operações  
Ao Sr Maj Chefe DOI/1 Ex  
Assunto: Ocorrência (Participa)

Parte a/nº

000720 002318 0 100

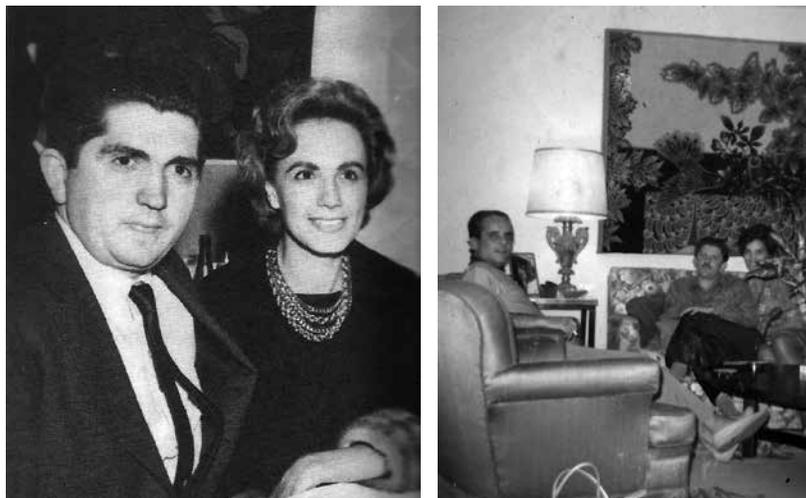
1. Participo-vos que às 04:00 horas do dia 22 Jan 71, em consequência das informações prestadas pelo cidadão RUBENS REINHOLD PAIVA, Major e acobertado da equipe da 1ª Det para indicar um casa onde estaria estar elemento que trazia correspondência do Chile.

O Sr REINHOLD não conseguiu identificar a casa e ao retornar, na pista de descida ao Alto da Boa Vista, lado da Usina, o Volvo da equipe do DOI foi interceptado por dois Volk, um branco e outro verde ou azul-claro, que violentamente contornaram a frente do carro do DOI // disparando armas de fogo. A equipe rapidamente alinhou o carro refugiando-se atrás de um muro respondendo ao fogo. O carro logo incendiou-se. O Sr REINHOLD saiu pela porta esquerda, atravessou a rua refugiando-se atrás de um poste enquanto elementos desconhecidos, provavelmente terroristas, pelo tipo de ação desordenada, dispararam de vários dos // carros sobre o nosso carro, ele corria para dentro de um dos carros os quais logo partiam em alta velocidade. Ao cessarem os tiros para o embarque dos terroristas, aproveitamos e atiramos violentamente conseguindo quebrar o vidro traseiro de um dos carros e com certeza atingindo um dos elementos que com um grito caiu no chão, sendo arrastado para dentro do carro já em movimento. Deram a entrada em alta velocidade sob uma chuva de balas disparadas pela equipe. O carro do DOI por essa altura já andava completamente. Foi participado ao 19º DP e ao Corpo de Bombeiros que compareceram ao local, porém não conseguindo salvar o carro. Na hora em que a equipe abandonou o carro foram deixados no seu interior dois carregadores de metralhadora 9 mm Beretta. Não houve feridos por parte dos elementos do DOI.

*Raimundo*  
RAIMUNDO RONALDO CAUPOS - Cap  
Oficial de Permanência  
*em*




Ofício do capitão Raimundo relatando a "fuga" de Rubens.



Dois dos melhores amigos de Rubens: Fernando Gasparian (com sua esposa Dalva) e Bocayuva Cunha, em seu apartamento no Rio.



Rubens e Raul Ryff com Celso Furtado, autografando seu livro *Um projeto para o Brasil*, em 1968.



Na foto, o fusca incendiado para a montagem da farsa.

003746 79

*Nequey*

000720002318 0099

**MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO**  
**QUARTEL-GERAL DO I EXERCÍCIO - 2ª SEÇÃO**  
**REGISTRO DE OPERAÇÕES DE INVESTIGAÇÃO**

Rio de Janeiro, 08, 22 Jan 71.

Parte nº 55/DOI

Do Chefe do DOI  
 Ao Sr Ch da 2ª Sec EMI Ex  
 Ass: Encaminhamento de Parte  
 Anexo: Parte 6/Nº de 21/01/71 do  
 Oficial de Permanência.

1. Encaminho-vos o documento constante do anexo, em  
 relação a ocorrência verificada na noite de 21/22 Jan, e  
 que resultou na fuga do Sr RUBENS BERNHOUT PAIVA e na in-  
 cêndio de uma viatura deste Destacamento.

2. Esclareço que, tão logo tomei conhecimento do fa-  
 to, compareci ao Quartel, onde tomei conhecimento dos fa-  
 tos e as providências necessárias.

FRANCISCO DE LIMA GARCIA J. A. G. S.  
 Major, Chefe do, 3/1/1 Ex

CC - 1/2 - 1/2

PROCOLO

em 09.01.71

Memorando do chefe do DOI-Codi encaminhando o ofício sobre a “fuga”. Na pressa em legitimar a farsa, o major errou até a data do ofício anexo: “Parte S/Nº de 21/01/71”, em vez de dia 22.

*Frank Mankiewicz and Tom Braden*

## Brazilian Blood on Our Hands



IN 1962, when Rubens Beyrodt Paiva was elected—at the age of 34—to the Brazilian Congress from his native São Paulo as a member of one of the moderate parties, he was thought to have a bright political future. Today, his family and friends believe he has been beaten to death by the Brazilian police. That brutal fact says a lot about Brazil, and nothing more about

thrown by the Brazilian military, and Congress was dissolved. The generals were able to move as confidently as they did because the U.S. Embassy was convinced that the country over to Communism, and had furnished the generals with assurance of diplomatic recognition in advance of the coup. Paiva, along with other opposition congressmen, was

legislative immunity of one of its members, Marcio Maureira Alves, and the generals responded by abolishing even this tame legislature. Alves fled the country, and Paiva—by now convinced that his journalistic role was useless—went back to his business. He had been

responsibility by the Army and the failure even to admit that Paiva is under arrest, has led his friend both here and in Rio de Janeiro to assume that he has been killed.

*The Miami Herald*  
Sun., April 11, 1971 19-A

---

THE NEW YORK TIMES, FRIDAY, AUGUST 13, 1971

### Case of Missing Engineer Stirs Political Controversy in Brazil

By JOSEPH NOVITSKI  
*Special to The New York Times*

RIO DE JANEIRO, Aug. 12—A civilian clothes came into Last January, a Brazilian engineer was arrested in his home by Government agents and disappeared. He has not been heard from since. His case exploded in noisy public today, one day after the military government had blocked a last attempt to clear it up through legal channels.

Pro-government politicians traded insults with leaders of the Opposition today over the handling of the case in long written statements to the press.

Mr. Paiva was taken in a car from the headquarters of the Third Air Zone in Rio de Janeiro to the barracks of the First Battalion of army police, Mrs. Viveiros de Castro was also a prisoner and said she had been transferred in the same car. On Jan. 21, Mrs. Paiva and her 15-year-old daughter Eliana, they put themselves as plainclothes detectives arrested a former Brazilian congressman, Rubens Beyrodt Paiva, in his home while his wife and five children watched in disbelief.

The following day, more men identifying themselves as police returned and arrested Mrs. Paiva and the couple's 15-year-old daughter Eliana. They put themselves as plainclothes

### Wife Seeks 'Jailed' Husband

#### Brazil Ex-Legislator Arrested on Jan. 20

By DIANA PAGE  
*United Press International Writer*

RIO DE JANEIRO — On Jan. 20, six men identifying themselves as plainclothes detectives arrested a former Brazilian congressman, Rubens Beyrodt Paiva, in his home while his wife and five children watched in disbelief.

The following day, more men identifying themselves as police returned and arrested Mrs. Paiva and the couple's 15-year-old daughter Eliana. They put themselves as plainclothes

*L'Ex press - No 1015 - 19-25 Juin 1971*

# NOTES POLITIQUES

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>M. de Broglie et la météorologie</b></p> <p>Parti pour Alger par un ciel couvert de nuages. M. Jean de Broglie, président de la commission des Affaires étrangères de l'Assemblée nationale, est revenu ravi de son séjour dans la capitale algérienne. En une phrase joyeuse (« L'orage est passé »), il a mis fin, en ce qui le concerne, au différend pérorier franco-algérien. Un peu trop allègrement.</p> | <p>même. M. Georges Pompidou l'a chargé de créer au sein de l'U.d.r., dès le mois de septembre, une section spéciale pour étudier et faire aboutir un certain nombre de projets sociaux.</p> <p>M. Poncelet, 43 ans, est le seul homme de l'appareil gaulliste à avoir appartenu au monde syndical et à y avoir conservé des attaches. Ancien contrôleur des Télécommunications, il a été l'un des responsables de la C.f.t.c. Les problèmes des travailleurs, il les a vécus au dedans.</p> | <p><b>Une « affaire Z » au Brésil</b></p> <p>C'est l'affaire la plus mystérieuse des dernières années au Brésil. Arrêté à Rio de Janeiro, le 20 janvier, par huit policiers militaires, l'ancien député travailliste Rubens Paiva a disparu depuis. Presses par une commission parlementaire de fournir des explications, les généraux de Brasilia ont fini par admettre, ce mois-ci, que M. Paiva a été arrêté à la date indiquée. Mais, ont-</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

A repercussão do caso Rubens Paiva nos Estados Unidos e na França.



Rubens Paiva, 1970.

# REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

Anais da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o Ibad e o Ipês, volumes 5, 10, 12 e 13. Originais datilografados. Acervo Câmara dos Deputados – Seção de Documentos Legislativos.

Correspondências e documentos pessoais de Rubens Paiva e Eunice Paiva – Acervo Vera Paiva.

Depoimentos do Inquérito Policial da Polícia Federal nº 91/1986, instaurado em 1/9/1986, presidido pelo delegado Carlos Alberto Cardoso.

Depoimentos do Inquérito Policial-Militar nº 48/1986 da 1ª Auditoria de Exército, instaurado em 30/12/1986, presidido pelo general de brigada Adriano Áulio Pinheiro da Silva e, a partir de maio de 1987, pelo general de brigada Wladir Cavalcante de Souza Lima.

Depoimentos orais e escritos ao autor: Amir Achcar Bocayuva, Ana Lúcia Facciolla Paiva, Carlos Alberto Muniz, Cid Benjamin, Conceição Losacco, D’Alambert Jaccoud, Dalal Achcar, Eunice Facciolla Paiva, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Helena Facciolla Passarelli, Helena Gasparian, Henrique Lima, José Gregori, Leite Chaves, Luiz Rodolfo Viveiros de Castro, Maria Eliana Facciolla Paiva, Marcelo Rubens Paiva, Marcílio Marques Moreira, Maria Beatriz Facciolla Paiva, Maria Lúcia Paiva M. Barros, Nélio Machado, Nilo Batista, Paul Singer, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Plínio de Arruda Sampaio, Rafael Kertzman, Saturnino Braga, Tarcísio Holanda, Vera Brant, Vera Sílvia Facciolla Paiva, Vera Simões, Vitorina Facciolla e Waldir Pires.

Documentos do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações classificados como “secreto” e “confidencial” – Acervo do Arquivo Nacional, Centro de Referência sobre a Repressão Política no Brasil, Brasília.

Documentos do Dops – acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo Deops) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Dops/RJ (1934-1975).

Petições de *habeas corpus* n<sup>os</sup> 30.381 e 30.389, impetradas pelo advogado Lino Machado Filho.

### Fontes secundárias

#### Livros

AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARGOLO, José A. et al. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BRANT, Vera. *Darcy*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis. Vozes, 1985.

A CÂMARA dos Deputados homenageia Rubens Paiva. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 1987. 44 p.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London: St. Albans, 1973.

COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita 425: a fábrica do medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

COUTINHO, Maria Laura; LINS, Maria Inês de Bessa (org.). *Comissões parlamentares de inquérito: 1946-1982*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988.

DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: J. Álvaro Ed., 1964.

DJILAS, Milovan. *Conversações com Stalin*. Rio de Janeiro: Globo, 1964. 176 p.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil: hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FULLER, John Frederick Charles. *Tanks in the Great War: 1914-1918*. New York: E. P. Dutton, 1920. Disponível em: <<http://archive.org/details/cu31924027835168>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Plenarium, 2006.

GREGORI, José. *Os sonhos que alimentam a vida*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo, 1945-1965*. São Paulo: Unesp, 1998.

JUREMA, Abelardo. *Juscelino & Jango*: PSD&PTB. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

\_\_\_\_\_. *Sexta-feira, 13*: os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MIRANDA, Yvonne R. de. *Memórias de uma repórter política-Brasília de 1960 a 1968*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.

MORAIS, Fernando. *Primeira Página*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

OLIVEIRA, José Carlos. *Máscaras e codinomes: o espetáculo da política brasileira, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século*. Brasília: Plenarium, 2005.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PIRES, Yolanda Avena. *Exílio: testemunho de vida*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

QUARTIM, João. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1971.

- REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar*. São Paulo: Viamundo, 2000.
- RISÉRIO, Antonio. *Adorável comunista*. Rio de Janeiro: Versal, 2002.
- RYFF, Beatriz Bandeira. *A resistência*. Rio de Janeiro: Ed. da Autora, 1990.
- RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (org.), *Votos e partidos*: almanaque de dados eleitorais, Brasil e outros países. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança*: crime e política no banco dos réus. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Segredo de Estado*: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: O Globo, 1999.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

#### Dissertações, teses e artigos

- BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista: partido, sindicato e governo em São Paulo, 1945-1964. Rev. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 133-161, jun. 1989.
- DIAS, Luiz Antonio. Imprensa e poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964. 2010. Disponível em: <[http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Luiz\\_Antonio\\_Dias\\_1.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Luiz_Antonio_Dias_1.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2012.
- FERREIRA, Jorge. Esquerdas no *Panfleto*: a crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. *Anos 90*: Rev. do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, n. 29, julho de 2009.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Rev. Bras. História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura militar e propaganda política: a revista Manchete durante o governo Médici*. 1999. 195 f. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, São Carlos, 1999.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a frente progressista. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC da FGV, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9619/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%2001%2003%202012.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 9 nov. 2012.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. “Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares do Brasil, 1961-1964”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As contradições da inflação brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 21, mar. 1980.

RAMIREZ, Hernán Ramiro. Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. 2005. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Celina. Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988. *Dados: Rev. Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 791-823, 2008.

### Periódicos

Anais da Câmara dos Deputados, 1963-1964 e março-julho de 1971.

Caros Amigos, n. 8 – “A ditadura militar no Brasil”.

Caros Amigos, n. 19 – edição especial: “O golpe de 64” – outubro de 2008.

Correio Braziliense, 1962-1964, especialmente 3/2/1963 e 19/4/1964.

Diário do Congresso Nacional, 1963-1964 e março-julho de 1971.

O Estado de S. Paulo, 1971.

Folha de S. Paulo, 1981, 1986.

O Globo – 1961-1964, 1971, 1986-1987.

Jornal do Brasil – 1961-1964, 1971, 1986-1987.

New York Times, The Times, Newsweek, L'Express e Miami Herald de 1971.

Novos Rumos, 1964.

Série Dossiê Brasil: “Ditadura no Brasil” – Ed. Abril, abril de 2005.

Revista de História da Biblioteca Nacional nº 59, agosto de 2010.

O Semanário, 1963.

Tempo Brasileiro: Rev. Cultura, n. 2, dezembro de 1962.

Tribuna da Imprensa, 1971, 1978, 1979 e 1981.

Última Hora, 1963-1964.

Veja, IstoÉ, Afinal e Manchete, de 6/2/1971 e 20/2/1971.

#### **Sítios**

Memória do Movimento Estudantil: <http://www.frm.org.br/main.jsp?l umPageId=FF8080812B758CD4012BB11823F65B48&lumS=projeto&l umItemId=FF8080812B758CD4012BB1D907494823>



A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série Perfis Parlamentares resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados:  
[www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes)